

Lucas Augusto Souza Pinto Alvares

A TRADUÇÃO COMO REESCRITURAÇÃO POR UMA PERSPECTIVA ENUNCIATIVA

DOBRODOJDOVTE WELTKOMM स्वागत छ
VÄLKOMMEN FÄILTE VÍTEJTE HERZLICH KΑΛΟΣ ΗΡΘΑΤΕ
Laiņņi lūdzam WILLKOMMEN
BEM VINDA كُـب الـه أـ Cardэчна запрашаем 환영
WELCOME ÜDVÖZÖLJÜK 歡迎 ようこそ
BIENVENUE HOŞGELDİNİZ FÄILTE DOBRODOŠLI स्वागत है
BENVENUTO VELKOMINN Tuhinga o mua SELAMAT DATANG
SALUTATIO வரவரேற்ப wilujeung sumping
BINE ATI VENIT BI XÉR HATÍ ಸವಾಗತೆ



UNEMAT
Universidade do Estado de Mato Grosso
Carlos Alberto Feres Maldonado



EDITORA
UNEMAT

CIP – CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

A473t

A tradução como reescrituração por uma perspectiva enunciativa
/ Lucas Augusto Souza Pinto Alvares. – Cáceres: Editora
UNEMAT, 2023.

308 p.; 14 X 21 cm

ISBN 978-85-7911-240-9

1. Tradução. 2. línguas. 3. Linguagem. I. A tradução como
reescrituração . II. Lucas Augusto Souza Pinto Alvares.

CDD: 81'25

Lucas Augusto Souza Pinto Alvares

A TRADUÇÃO COMO REESCRITURAÇÃO POR UMA PERSPECTIVA ENUNCIATIVA



Cáceres - MT

2023

CONSELHO EDITORIAL

Portaria nº 1629/2023

PRESIDENTE

Maristela Cury Sarian

TITULARES

Josemir Almeida Barros

Universidade Federal de Rondônia - Unir

Lais Braga Caneppele

Universidade do Estado de Mato Grosso - Unemat

Fabrcio Schwanz da Silva

Universidade Federal do Paraná - UFPR

Gustavo Rodrigues Canale

Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT

Greciely Cristina da Costa

Universidade Estadual de Campinas - Unicamp

Edson Pereira Barbosa

Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT

Rodolfo Benedito Zattar da Silva

Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT

Cácia Régia de Paula

Universidade Federal de Jataí - UFJ

Nilce Vieira Campos Ferreira

Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT

Marcos Antonio de Menezes

Universidade Federal de Jataí - UFJ

Flávio Bezerra Barros

Universidade Federal do Pará - UFPA

Luanna Tomaz de Souza

Universidade Federal do Pará - UFPA

SUPLENTES

Judite de Azevedo do Carmo

Universidade do Estado de Mato Grosso - Unemat

Rose Kelly dos Santos Martinez Fernandes

Universidade do Estado de Mato Grosso - Unemat

Maria Aparecida Pereira Pierangeli

Universidade do Estado de Mato Grosso - Unemat

Célia Regina Araújo Soares

Universidade do Estado de Mato Grosso - Unemat

Nilce Maria da Silva

Universidade do Estado de Mato Grosso - Unemat

Rebeca Caitano Moreira

Universidade do Estado de Mato Grosso - Unemat

Jussara de Araújo Gonçalves

Universidade do Estado de Mato Grosso - Unemat

Patrícia Santos de Oliveira

Universidade Federal de Viçosa - UFV

PRODUÇÃO EDITORIAL
EDITORA UNEMAT 2023

Copyright © Lucas Augusto Souza Pinto Alvares, 2023.

A reprodução não autorizada desta publicação,
por qualquer meio, seja total ou parcial,
constitui violação da Lei nº 9.610/98.

Esta obra foi submetida à avaliação
e revisada por pares.

Reitora: Vera Lucia da Rocha Maquêa

Vice-reitor: Alexandre Gonçalves Porto

Assessora de Gestão da Editora e das Bibliotecas Maristela Cury Sarian

Imagens da capa: Freepik

Capa: Potira Manoela de Moraes

Diagramação: Potira Manoela de Moraes

Revisão: Jocineide Macedo Karim

Dedico

À Maria Lúcia, minha luz

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer em primeiro lugar a Deus. Senhor, se não fosse pelo teu amor, tua luz e bênçãos com certeza nada disso seria possível. Obrigado.

Agradeço também minha mãe Maria Madalena Souza Pinto e minha esposa Tânia Mara Busetto por todo apoio e dedicação em todos os momentos de minha caminhada. Muito obrigado a vocês duas que são sempre muito importantes em minha vida.

Agradeço aos meus irmãos, cunhadas, cunhado, sobrinhas e sobrinhos que estiveram o tempo todo ao meu lado durante estes quatro anos.

Aos meus amigos e colegas do programa de pós-graduação pelo apoio, pela troca de experiências e por todo aprendizado.

Quero também agradecer aos professores do programa de pós-graduação em Linguística da Unemat que compartilharam seus conhecimentos e ensinamentos permitindo-me empreender esta longa caminhada.

Agradeço ainda meus mestres que me acompanharam durante todo o tempo de mestrado e doutorado. Aos professores Eduardo Roberto Junqueira Guimarães e Taisir Mahmudo Karim, meu muito obrigado.

Meus agradecimentos também ao meu pai (*in memoriam*) que pelo tempo que participou em vida da produção dessa pesquisa me deu apoio incondicional. Obrigado pai.

*Se consultarem qualquer dicionário, verão que entre os sinônimos de **fidelidade** não está a palavra **exatidão**. Lá estão antes **lealdade, honestidade, respeito, piedade***

(ECO, 2007, p. 426)

SUMÁRIO

Prefácio 13

Introdução 17

Capítulo 1

Considerações Iniciais: tradução, línguas e linguagem..... 28

1.1. Considerações sobre a tradução..... 31

1.2. Tradução e linguagem 41

1.3. Tradução e Enunciação..... 54

1.4. Algumas considerações..... 58

Capítulo 2

Semântica do Acontecimento: dispositivos teóricos/analíticos..... 63

2.1. Acontecimento Enunciativo..... 64

2.2. Espaço de Enunciação..... 67

Capítulo 3

Da Tradução e da Reescrituração: uma perspectiva enunciativa 77

3.1. Tradução e Reescrituração: primeiras aproximações..... 78

3.2. O texto enquanto unidade..... 82

3.3. A configuração da cena enunciativa na operação de tradução.....	85
3.4. O leitor e a interpretação por uma perspectiva enunciativa.....	98
3.5. Tradução e temporalidade.....	112
3.6. A tradução, o tradutor e o espaço de enunciação.....	118

Capítulo 4

A Tradução como Reescrituração: significando o procedimento	132
4.1. Tradução: palavra, sentido e fidelidade	133
4.2. A substituição na operação de tradução como reescrituração	140
4.3. A tradução como um procedimento de reescrituração por substituição mimética	152

Capítulo 5

Reescrituração por Substituição Mimética: textos, línguas e sentidos.....	177
5.1. Da lexicologia e da lexicografia: algumas questões pertinentes.....	182
5.2. Preâmbulos da Carta da ONU e um espaço de enunciação global.....	189
5.2.1. O Preâmbulo da Carta da ONU: Reescriturações e Sentidos.....	200

Capítulo 6

O Pequeno Príncipe “Global” – reescrituras de um clássico.....	264
6.1. Do nome da “cobra”: entre <i>boa</i> e <i>jibóia</i>	268
Considerações Finais.....	288
Referências.....	300
Sobre o Autor.....	308

PREFÁCIO

A tradução é uma disciplina que trouxe e ainda traz inquietudes filosóficas e científicas a todos aqueles que se veem no permanente desafio de resolver o problema de compreender como uma língua pode dizer “a mesma coisa” na relação com outra língua ao fazermos uma tradução, a questão levanta uma dúvida a respeito a esse procedimento, e nos permite o seguinte questionamento: a língua que traduz diz a mesma coisa que a língua traduzida disse? Procurando dar resposta a essa questão que o autor Lucas Augusto Souza Pinto Alvares propõe uma interessante reflexão sobre tradução.

Colocar lado a lado as línguas é um desafio que, em certa medida, se constitui como perturbador aos olhos de quem enfrenta os caminhos múltiplos que os estudos da tradução impõem. Muito já se disse e muito ainda há para se dizer sobre essa discussão. E o que realmente importa é saber que ao longo dos séculos a tradução permitiu a constante circulação de conhecimento do e sobre o mundo para o próprio mundo, e se permitiu ser estudada, pesquisada e teorizada pelas dicotomias paradigmáticas que se construíram com o passar do tempo. Seria de tal sorte, um alento tentador saber que traduzir seja simplesmente verter um texto de uma língua para outra. Mas ela, a tradução, se mostra por seus problemas, por suas dificuldades e, por uma perspectiva dos estudos enunciativos,

o autor a considera por aquilo que ela traz como aspectos pertinentes e decisivos à linguagem: a produção dos sentidos.

Nesse sentido o autor considera que a ciência tem início quando o problema está posto, quando surge aos olhos do pesquisador e o coloca num desafio tal, que as perguntas não cessam fazendo suspender qualquer tipo de juízo antes já formulado sobre a questão. A famosa frase de Sócrates “Só sei que nada sei”, de fato é apropriada nessa discussão. Por um lado, reconhecer nossa própria limitação sobre aquilo que pensamos saber e deixar fazer surgir algo totalmente novo, diferente, é o primeiro obstáculo a ser ultrapassado. Por outro, as dificuldades impostas pela vasta literatura a respeito da tradução, levou o pesquisador a considerar a pertinência e necessidade deste estudo.

Nessa direção, o autor busca neste estudo considerar aquilo que entendemos por tradução. Não a sua teorização ou conceitualização, mas observar o que a tradução faz mostrar, enquanto um acontecimento de enunciação, certas questões que interessam ao “campo particular” por este estudo, ou seja, a partir de uma teoria que nos permite observá-la por uma perspectiva enunciativa.

Essas indagações sobre o procedimento de linguagem de tradução surgem quando o autor seleciona como objeto de investigação, se depara na sua dissertação, com questões relacionadas às expressões “Guerra ao/contra o Terror” e “Eixo do Mal”, proferidas pelo ex-presidente dos Estados Unidos

da América, George W. Bush. Estes enunciados circularam por um espaço global de funcionamento de linguagem, por diversas línguas e para diversos povos, por uma mídia também de alcance global. Ao se deparar com esse material, observou que alguns dos textos jornalísticos eram textos traduzidos, eram dizeres do ex-presidente norte-americano enunciados em língua inglesa, funcionando no espaço de enunciação da língua portuguesa do Brasil a partir da operação de tradução de uma língua para a outra. De pronto, a questão se colocou como desafio para o pesquisador: o que é a tradução?

Dessa maneira, os questionamentos sobre o funcionamento da tradução tomados via uma perspectiva de uma semântica enunciativa surgem de modo pertinente quando observados tais aspectos de retomada de algo enunciado em uma língua e depois dito em outra língua por outros falantes para outros leitores/ouvintes. Naquele momento, o autor, tomou os aspectos da tradução a partir de um procedimento denominado por “reescrituração por tradução”, o que, no decorrer do tempo e com o amadurecimento científico o autor levanta a questão sobre a definição de tradução como reescrituração e, por outro lado, a consideração por um procedimento de “reescrituração por tradução”, a questão se resumiria a uma tautologia.

Ainda, naquele mesmo momento, não apenas a questão da tradução surgiu como um desafio a ser superado. Os problemas que envolviam a noção de espaço de enunciação, também movimentaram muito os esforços enquanto pesquisadores buscando encontrar uma solução, em certa

medida, plausível para a questão levantada. As tentativas de se delimitar uma noção expressa e que fosse pertinente à configuração de um espaço de enunciação, quando considerada a tradução, foi posta em evidência de maneira tímida e embrionária pelo pesquisador.

E foi partindo destes aspectos embrionários sobre a tradução enquanto reescrituração e a configuração de um espaço de enunciação que, com o tempo e pesquisas necessárias, o autor passa a construir um caminho para o desenvolvimento deste presente volume e que, como se verá, muito ainda há que se fazer a respeito da tradução, dos problemas que exigem soluções cada vez mais claras, objetivas e científicas. E muito ainda há para se pesquisar a respeito da semântica enunciativa e dos estudos linguísticos. Com certeza este livro é uma importante contribuição para com os estudos constituídos na relação entre tradução e enunciação. Esse trabalho nos abre possibilidade outras a respeito da tradução, assim, temos a certeza de que a leitura deste trabalho será muito instigante.

Taisir Mahmudo Karim, 2023

INTRODUÇÃO

Este livro é o resultado de uma pesquisa de doutorado e tem como finalidade investigar, fundamentar e sustentar aspectos decisivos e particulares da tradução via uma perspectiva enunciativa da linguagem. Muito se disse, e ainda se diz, sobre esta operação de linguagem que tem em sua essência a relação entre duas ou mais línguas. Os modos pelos quais cada língua tem de se voltar ao real, identificando-o e significando-o, não são os mesmos, assim como os modos como os falantes são tomados por cada língua também não são os mesmos. Características que giram em torno de dicotomias expressamente materializadas por teorias e reflexões sobre a tradução, como o *traduzível vs. o intraduzível*; *possibilidade vs. impossibilidade*; *centro vs. periferia*; *imitação/cópia vs. original* etc., nos levaram a pensar a tradução a partir de um lugar teórico da linguagem muito particular refletindo e direcionando nossas inquietudes para a consideração da tradução significada como um procedimento de linguagem que tem em suas particularidades teóricas e metodológicas a retomada, o redizer de um enunciado, ou de um texto como relações linguísticas decisivas para a produção dos sentidos. Portanto, nosso objetivo em relação às investigações que se seguirão, é o de sustentar a consideração da operação de tradução como um procedimento de reescrituração, orientados de maneira intrínseca

pelos limites teóricos e metodológicos de uma semântica que considera a produção dos sentidos a partir de um caráter sócio-histórico da linguagem e o funcionamento desta na e pela enunciação e sua temporalidade específica.

Desta maneira, refletir sobre os aspectos gerais em torno da tradução partindo de diversas vias de consideração do problema que se coloca quando da relação entre línguas distintas, levou-nos a buscar um caminho de pensar em como a tradução poderia ser considerada a partir de uma perspectiva enunciativa proposta pela Semântica do Acontecimento (Enunciação) de Guimarães (2002-2018). Contudo, o problema não se apresentou a nós de uma forma simples e direta. Nossos estudos, leituras e discussões percorreram áreas diversas da construção do conhecimento e um montante considerável de “erros” e “acertos”, inerentes a toda e qualquer pesquisa que se dê no interior de uma ciência já estabelecida, no nosso caso, a saber: a Linguística. De fato, apesar da busca em se considerar a tradução como uma disciplina independente, tal disciplina não é constitutiva de nosso lugar teórico; estamos no lugar da ciência Linguística e, mais precisamente, no lugar de semanticistas que consideram a produção dos sentidos no acontecimento do dizer, numa relação com a história e aquele que enuncia, o falante. Portanto, o problema que se colocou em um primeiro momento foi o de como considerar a tradução via aquilo que tomamos como teoria, como modo de produção científica e de análise da linguagem.

Assim, no decorrer do presente trabalho, definir os alicerces nos quais se fundam os modos de consideração da tradução, é uma tarefa demasiada complexa e exaustiva em certos momentos. As teorias, teses, explicações e compreensões científicas e filosóficas, não apenas sobre o que é a tradução, mas também, sobre o que é traduzir, as dicotomias expressas acima, por exemplo, não são novas e muito menos poucas. Tais aspectos marcados por uma amplitude antes inimaginável, levou-nos a buscas cada vez mais longínquas com o intuito de estabelecermos um “terreno” adequado para iniciarmos nossa caminhada investigativa. Impossível se faz querer “ler”, “estudar” e “conhecer” tudo sobre a tradução em tão pouco tempo.

De tal modo, observamos a possibilidade de se “trazer” para nosso lugar teórico aspectos da tradução e do traduzir que pudessem ser pertinentes para o lugar de nossa perspectiva teórica e metodológica. Com isso, após várias tentativas para responder a pergunta “o que é a tradução?”, novos questionamentos e novas hipóteses foram surgindo, às vezes como que de surpresa, e os caminhos da infalibilidade e falibilidade de nossas hipóteses paulatinamente foram traçando os percursos que deveríamos seguir.

O que se traduz quando traduzimos? A língua? Um texto? Uma cultura? E a operação de tradução, é esta um acontecimento de enunciação? A tradução é um redizer, uma retomada? Ou seria a tradução uma transferência, uma passagem, um ato de verter? Estas são algumas das perguntas para as quais buscaremos construir as respostas e que serão

encontradas no decorrer do trabalho e que suscitarão exigências rigorosas metodológica, teórica e cientificamente cada vez mais profundas para a construção de tais respostas. Pensar a tradução partindo de um lugar que não a havia tomado antes como o centro das atenções investigativas que formam o arcabouço dos procedimentos de análise de uma teoria não é tarefa fácil. Exige tempo, espaço e muita pesquisa, buscas, atenção, formulação e reformulação, enfim, exige método.

Partindo de buscas e pesquisas pertinentes em relação ao assunto da tradução, passamos a traçar um caminho para nossa empreitada em considerar a operação de tradução como um procedimento de reescrituração. A tradução, como se verá, é uma operação que se faz no funcionamento da língua pela linguagem, uma operação pela qual aquilo que se diz em uma língua é dito também por outra língua. É mister a compreensão de que, este dizer em uma língua tal aquilo que se disse em outra língua, não significa uma relação franca e inevitável pela qual aquilo que se diz “depois” é o “mesmo” que se disse “antes”. Está posto, de partida, um primeiro aspecto crucial para nossa consideração sobre a tradução: traduzir não significa redizer o “mesmo”, ou, em outras palavras, “a mesma coisa”.

Poderíamos compactuar com Lavoisier quando este diz que *Na Natureza nada se Cria, nada se Perde, Tudo se Transforma*, e pensar que na tradução ocorre o mesmo, nada se cria traduzindo, nada se perde ao traduzir, mas, que tudo o que se diz em outra língua se transforma em outra coisa. Contudo, a tradução é um acontecimento de linguagem pelo qual se “cria”

um novo texto em outra língua; é uma operação de linguagem pela qual um texto perde, em um certo limite, o *status* de “texto original” e passa a ser o “texto traduzido”; e, por fim, na tradução um texto não se transforma em outro, mas, *rediz* o outro por um outro modo de seu funcionamento. Nem a língua e nem o texto são formas vivas de natureza biológica que seguem uma “ordem natural” das coisas do mundo.

E para que possamos levar adiante e sustentar como objeto central de nossas investigações uma proposta de consideração da tradução via uma perspectiva enunciativa, tomando a operação de tradução como um procedimento de reescrituração pelo qual um texto retoma o outro, estruturamos este livro de um modo a levar possíveis leitores à compreensão dessa construção que busca observar a tradução por uma maneira muito peculiar. Para tanto, a primeira parte do presente livro que se constitui pelos capítulos 1 e 2, foram produzidos levando em conta questões históricas e teóricas sobre a tradução e algumas especificidades teóricas da Semântica do Acontecimento (GUIMARÃES, 2002, 2007, 2017, 2018). Contudo, parecerão capítulos “incompletos” e que tratam das questões necessárias de maneira muito breve, mas essa foi exatamente nossa “intenção” como meio de distribuir pelo corpo do livro certas particularidades teóricas e históricas que não caberiam em uma parte introdutória.

Assim, no Capítulo 1, **Considerações Iniciais: tradução, línguas e linguagem**, buscaremos apresentar alguns aspectos sobre a linguagem a partir de autores que transitaram tanto

pela filosofia quanto pelos estudos da língua linguagem. Ainda, buscaremos apresentar certos aspectos teóricos, metodológicos, históricos e filosóficos a respeito da tradução, e é este o lugar onde de fato iniciaremos a produção das respostas para as perguntas que se estabelecem como questões iniciais para nossa investigação. Neste espaço, problemas pertinentes à tradução serão apresentados de início sempre com uma “bússola na mão” que aponta e nos direciona para nosso lugar de consideração teórica e metodológica/análítica.

Ainda, buscaremos tratar de certas particularidades de como a tradução é significada por maneiras diversas, *transfêrência, ato de verter, manipulação* etc., quando nos colocamos a verificar aspectos da tradução e das línguas. Tomaremos, adiante, como centro de nossas atenções a observação da tradução a partir da noção de enunciação, via os pressupostos de uma semântica sócio-histórica. Por fim, algumas breves considerações acerca de certas características da língua e da linguagem; da origem das línguas e suas diferentes formas explicadas por uma “língua adâmica” e pelo “mito de Babel”; a submissão da linguagem em relação à produção do conhecimento no Período Moderno da história, são algumas questões que encerram o primeiro capítulo e que nos fornecem subsídios para discussões posteriores.

O Capítulo **2, Semântica do Acontecimento**, é um espaço dedicado à uma breve consideração da teoria à qual nos filiamos e a partir da qual tomaremos como base teórica e categorial os dispositivos metodológicos pertinentes, para que

possamos considerar a tradução do modo como buscamos aqui sustentar. Ou seja, é um espaço no qual apresentaremos alguns aspectos importantes sobre a teoria de maneira breve, mas crucial para que se possa compreender todo o desenvolvimento de nossa compreensão do funcionamento da linguagem no decorrer do trabalho.

No Capítulo **3, Da Tradução e da Reescrituração: Uma Perspectiva Enunciativa**, é o lugar onde iniciaremos uma aproximação entre a própria operação de tradução e o procedimento de reescrituração. Contudo, para que isso ocorra, esboçaremos questões de magnitudes teóricas e analíticas do lugar que aqui assumimos, e traremos à tona considerações sobre a reescrituração; a definição de texto enquanto unidade de significação (conforme Guimarães (2017)); a configuração de uma cena enunciativa relativa à operação de tradução; a relação entre a tradução e a temporalidade que se instala no acontecimento enunciativo; e aspectos existentes na configuração do espaço de enunciação na relação com a tradução e a figura do tradutor. Estes, como tais, são aspectos centrais para todo o desenrolar da investigação e da sustentação da tradução significando-a enquanto um procedimento de reescrituração.

Seguindo adiante, no Capítulo **4, A Tradução como Reescrituração: Significando o Procedimento**, buscamos atingir um modo específico de significar o procedimento que coloca em relação línguas distintas por acontecimentos também distintos. Para tanto, alguns aspectos se fazem necessários para as discussões como, por exemplo, “tradução literal” e “tradução

não literal”; a “tradução palavra-por-palavra” e a apresentação de perspectivas referentes à fidelidade e a produção das semelhanças. Além disso, busca-se a consideração da relação entre os sentidos e a fidelidade na tradução. Ainda, na seção **4.2**, dá-se início à compreensão da relação entre tradução e substituição o que nos leva à outra seção, **4.3** na qual se abre o lugar da relação entre tradução e reescrituração, substituição e a *mímesis*. Assim, apresentamos neste lugar, dimensões cruciais sobre a imitação como caminho traçado para que possamos desenvolver e sustentar a noção de *mímesis* enquanto algo que opera no e pelo procedimento de reescrituração.

De fato, as discussões no caminho de significar a operação de tradução como procedimento de reescrituração, ou seja, a tradução por uma perspectiva enunciativa tomando como base dispositivos teóricos e analíticos da Semântica do Acontecimento (GUIMARÃES, 2002-2018), levam-nos a certas reflexões antigas, modernas e atuais sobre o funcionamento da *mímesis* e o deslocamento da noção de “imitação” com o passar dos anos. Para tanto, questões que giram em torno de noções como “o mesmo” e “o diferente”, nos fornecem pontos de partida para nossas investigações e o processo teórico e filosófico para se alcançar as respostas para nossas indagações. Para isso, as reflexões seguem na direção de se discutir a “natureza” própria da *mímesis* e de sua noção enquanto “cópia”, “reflexo” e “imitação” em um embate teórico entre “reprodução do mesmo” vs. “a produção do novo como diferente”. Este capítulo se constitui enquanto aquele pelo

qual a filosofia e a ciência caminham lado a lado e, portanto, se faz uma leitura de certo modo densa e até certo ponto repetitiva e exaustiva como meio necessário de sustentação daquilo que buscamos considerar como tradução. Apesar de se parecer com algo semelhante a um fechamento das discussões teóricas, é onde se constrói uma “ponte” entre o que veio antes e o que virá adiante nos próximos capítulos.

No Capítulo **5**, será apresentada a história e a descrição do primeiro material selecionado para a realização das análises semânticas, os Preâmbulos da Carta da ONU, produzidos em quatro línguas distintas, sendo três delas línguas oficiais da organização internacional, a saber: inglês, espanhol e francês; e uma língua não oficial, a língua portuguesa do Brasil. Com isso, buscamos fundamentar de maneira mais contundente noções como espaço de enunciação, cena enunciativa na e da tradução, e a temporalidade. Neste lugar do trabalho, como se observará, consideramos dar prioridade a este tipo de material selecionado por ser este uma categoria de texto que funciona como instrumento de manutenção das relações internacionais na ordem global de Estados e por buscar se dizer “o mesmo” pelo estatuto que o texto produz nas relações entre os países.

Neste capítulo ainda nos colocamos a apresentar a construção de quadros como meio de estruturar nossas análises e o desenvolvimento destas de maneira mais organizada possível, buscando facilitar a localização das análises no corpo do texto como também facilitar o acesso ao leitor às análises que poderá, algum dia e por qualquer motivo, ter este livro em mãos.

No Capítulo 6, serão apresentadas às análises do outro material que compõe nossa investigação, o livro de literatura infanto-juvenil “O Pequeno Príncipe” tomado neste trabalho em duas línguas distintas, a saber: a francesa, língua de origem; e a língua portuguesa do Brasil. É necessário que se diga aqui, que foram tomados apenas o primeiro capítulo e o primeiro parágrafo como recortes de cada uma das obras, em língua de origem e em língua traduzida, por se apresentarem naqueles, aspectos decisivos para a realização de nossas análises e o desenvolvimento da compreensão das relações entre línguas num espaço de enunciação particularmente definido.

Por fim, chegaremos à conclusão do livro onde apresentaremos alguns pontos específicos quanto aos resultados de toda nossa investigação e análises realizadas, questões teóricas, de descrição e análise como, por exemplo, leitura – interpretação – tradução, *apropriação* e *desapropriação*, espaço de enunciação, memorável, etc., encontrarão parte de seu fechamento nas discussões finais abrindo um novo espaço para discussões futuras e necessárias.

A partir de todo este dever investigativo daquilo que colocamos como um problema a ser resolvido, encontraremos em nossas respostas condições suficientes para sustentar a significação da operação de tradução como um procedimento de reescrituração por substituição mimética a partir de uma perspectiva enunciativa da teoria da Semântica do Acontecimento (GUIMARÃES, 2002-2018).

É possível que em certos momentos, no desenrolar de todo o texto aqui produzido, tenhamos a sensação de estarmos navegando por “águas turvas e desconhecidas” devido às complexidades intaladas pelas discussões que permeiam a filosofia, a história e bases da língua/linguagem. Como dito no início dessa introdução, discutir e buscar compreender a tradução e, por vezes seus enigmas, não é tarefa fácil por todas as dúvidas que esta pode produzir ao leitor e àquilo que temos por ciência, conhecimento. Buscamos aqui apresentar um outro modo de se “ver” a tradução, a partir de uma nova perspectiva teórica e analítica. É certo que, como veremos, esta busca não se encerra aqui e que seremos sempre levados a investigações que podem ser por vezes mais complexas e, por vezes ainda mais interessantes. Assim é a ciência; assim é a pesquisa e a abertura do caminho para o conhecimento.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS: TRADUÇÃO, LÍNGUAS E LINGUAGEM

Uma importante questão que não precisamos nem mesmo nos deter aqui em profundidade teórica ou conceitual é o fato de que “o homem fala”; inevitavelmente o homem “fala”, e fala dos mais diversos modos, das mais diversas maneiras. O homem está sempre a falar, e o início da história da “fala humana” é de envergadura tamanha que se dobra e desdobra em especulações imagináveis e inimagináveis, transita entre o simbólico e o sensível, entre os achismos e a certeza enfim, entre a filosofia e a ciência.

Portanto, “Falamos porque nos é natural falar” e tomando aqui por consideração aquilo que Benveniste (2005) diz em “Problemas de Linguística Geral I”¹, “Falamos com outros que falam, essa é a realidade humana”. Ao tomar a linguagem como caminho para as relações inter-humanas pode-se pensar inclusive que se hoje há sociedade, se hoje há civilizações, é porque há linguagem, é porque o homem fala, os homens falam uns com os outros. Caminho este que não se

1 Ver em Comunicação animal e linguagem humana (1952).

faz como um instrumento ou como algo criado e desenvolvido pelo homem para suprir uma necessidade inerente ao próprio ser. E isso pelo fato de que:

Na realidade, a comparação da linguagem com um instrumento, e é preciso realmente que seja com um instrumento material para que a comparação seja pelo menos inteligível, deve encher-nos de desconfiança, como toda noção simplista a respeito da linguagem. Falar de instrumento, é pôr em oposição o homem e a natureza. A picareta, a flecha, a roda, não estão na natureza. São fabricações. A linguagem está na natureza do homem, que não a fabricou. Inclina-mo-nos sempre para a imaginação ingênua de um período original, em que um homem completo descobriria um semelhante igualmente completo e, entre eles, pouco a pouco, se elaboraria a linguagem. Isso é pura ficção. Não atingimos nunca o homem separado da linguagem e não o vemos nunca inventando-a. Não atingimos jamais o homem reduzido a si mesmo e procurando conceber a existência do outro. É um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição do homem (BENVENISTE, 2005, p. 285)².

Interessante esta percepção de que mesmo que tentemos volver o mais distante possível no tempo nunca encontraremos o homem “inventando” a linguagem. Temos assim, em Benveniste (2005) que: a linguagem é algo natural, inerente ao homem, nunca inventada e, que o homem fala porque é natural a ele falar, por possuir a linguagem. Podemos ainda sustentar que foi e é pela linguagem que o homem pôde

2 Problemas de Linguística Geral I: *da subjetividade na linguagem* (1958).

ordenar e organizar a sociedade – por falar um com o outro –; foi e é pela linguagem que os homens puderam e ainda podem coordenar esforços e funções para construir e produzir as grandes fortalezas do passado e as grandes cidades do presente; foi e é pela linguagem que o homem contou e ainda conta a sua história e se faz homem, se faz humano.

A linguagem está por toda parte e por toda parte ela está de modos e maneiras diferentes, por falantes e línguas distintas; pelo mito de Babel (STEINER, 2005), busca-se narrar a origem da confusão entre os povos pelo “desaparecimento” da língua única, dando origem às diversas e distintas línguas do mundo. Poderia assim dizer que é da confusão que surge a necessidade da tradução. Os homens contam, agora, suas histórias por línguas particulares; se ordenam e se organizam social e culturalmente por suas próprias línguas; os homens se significam e significam o mundo que vivem por línguas distintas umas das outras. Os homens falam línguas diferentes e produzem por línguas diferentes; e exatamente por estar sempre a tomar a palavra e a falar (enunciar)³, em línguas diversas e por modos diversos, que a tradução existe, que a tradução é um acontecimento de operação de linguagem necessário para que o mundo continue mundo, e que o homem continue homem. E sendo a tradução o centro de nossa investigação, ficam alguns questionamentos que buscaremos responder no decorrer de todo este trabalho. Se os homens falam, e se os homens falam várias línguas e se por isso a tradução existe, resta-nos

3 Ver em Guimarães (2002).

perguntar: o que é a tradução? Ainda, se os homens falam, e falam línguas diversas e distintas, o que é então traduzir? São estes, questionamentos iniciais que permitirão a abertura para discussões pertinentemente necessárias.

1.1. CONSIDERAÇÕES SOBRE A TRADUÇÃO

Tomaremos neste lugar o fato de como considerar a tradução a partir da perspectiva teórica aqui assumida, a Semântica do Acontecimento (GUIMARÃES, 2002-2018). Observando questões já tratadas sobre a tradução, verifica-se que esta pode ser considerada como uma operação de linguagem que coloca em relação duas línguas diferentes, sendo uma a língua de partida (LP), e a outra a língua de chegada (LC).

No entanto, este colocar em relação línguas distintas não se define de maneira simples pela qual um texto dito em uma língua passa a funcionar em outra língua. As teorias da tradução são muitas e as operações diversas (OUSTINOFF, 2003). Estas várias maneiras de definir e operar a tradução não são novas e não se constituem como absolutas em seu funcionamento. A tradução é um problema antigo que envolve não apenas a relação entre duas línguas, mas também, entre culturas, sujeitos, sociedades e política.

Podemos então começar a satisfazer nossa curiosidade teórica posta acima, ainda de maneira tímida, sobre a tradução e o traduzir. É possível começar dizendo que a

tradução é significada de formas variadas e discrepantes entre si como substituição (com aspectos mecânicos e funcionais), transferência, passagem, ato de verter, transformar, negociar, transmutação etc. Por outro lado, traduzir pode ser entendido como uma operação que coloca em relação línguas distintas pela figura de um tradutor. Porém, estas respostas relativas às nossas indagações apresentam tanto a tradução quanto o traduzir sem levar em consideração aquilo que Oustinoff (2011, p. 8) chama de “dimensão histórica”.

De acordo com o que diz o autor, a tradução é definida mais por sua função comunicativa e informativa que exerce sobre a linguagem colocando a própria tradução numa dimensão de ordem prática, ou seja, sem a tradução não haveria comunicação entre os povos e, por outro lado, a tradução pode ser considerada condição essencial de sobrevivência de uma língua. Não nos colocamos aqui em desacordo com o que afirma e sustenta o autor. De fato, a tradução é uma operação que se apresenta como condição central para não somente a comunicação entre os povos, mas também, para a circulação do conhecimento entre os povos. Contudo, nosso lugar de consideração da linguagem não se dá por aspectos pertinentes e essenciais quanto às categorias da comunicação entre os homens, apesar de sua importância histórica e teórica para a ciência de um modo geral e para a tradução também de maneira geral.

Quanto à historicidade da tradução, Burke (2009) diz que:

Se a comunicação entre as línguas e culturas é um fato pressuposto e aceito em nosso mundo contemporâneo, de modo algum ela era evidente

no passado. No entanto, todos os grandes intercâmbios culturais na História envolveram tradução: fosse a versão dos textos budistas do sânscrito e do páli para o chinês durante o período medieval antigo; fosse a transmissão da Filosofia grega para o árabe nos séculos medievais antigos e a subsequente tradução dos mesmos textos para o latim ao longo de toda a Idade Média; ou fossem as traduções mais recentes de textos ocidentais para o japonês e o chinês, que marcaram a modernização dessas duas civilizações do Leste asiático no final do século XIX e início do XX (p. 7).

Tomando as palavras de Burke (2009) verifica-se a importância da tradução para a construção de conhecimento do mundo sobre o próprio mundo, para a construção de conhecimento dos povos sobre outros povos e culturas. Porém, em um primeiro momento pode-se observar a constituição de sentidos que direcionam a tradução para lugares já ditos antes aqui como o ato de verter e a tradução enquanto transmissão, além de ser significada enquanto forma de intercâmbio cultural. Observando por uma visada mais atenta a partir de nosso lugar de consideração da linguagem, e ainda, sabendo que mesmo sendo algo moderno o conceito de globalização, as relações entre povos e países diversos já se faziam presentes na vida humana. Tomando ciência disso, o que nos chama a atenção neste caso é a relação de línguas no espaço de enunciação constituído enquanto um espaço “político” (noção teórica que veremos adiante no capítulo 2).

Outra direção no movimento de relevo dos sentidos que toma a tradução no texto de Burke (2009) é o significado da tradução enquanto elemento modernizador de civilizações

não ocidentais como o Japão e a China, que tiveram contato com textos ocidentais a partir da própria tradução. Este seria então um cenário marcado por aquilo que Burke (2009) chama de “transferências culturais” tomando a tradução como prática central e necessária para o conhecimento de obras religiosas, políticas, científicas e literárias. Nesse sentido, Burke (2009, p. 15), toma emprestado o conceito de “negociação” de Eco (2007) sustentando que: “A moral é que qualquer tradução deve ser considerada menos uma solução definitiva para um problema do que um caótico meio-termo, envolvendo perdas ou renúncias e deixando o caminho aberto para uma renegociação”. Ou seja, a tradução de um texto nunca é algo “pronto” ou “fechado”, está sempre aberta para ser “refeita” ou “retraduzida”.

Continuando na busca de respostas para nossas indagações iniciais, temos nos dizeres de Berman (2013, p. 22) se referindo à *velha tradição*, que: “Para o tradutor formado nesta escola, a tradução é uma transmissão de sentido que, ao mesmo tempo, deve tornar este sentido *mais claro*, limpá-lo das obscuridades inerentes à estranheza da língua estrangeira”. Esta é, de acordo com o autor, o que se chama de “equivalência dinâmica” de Nida.

Arrojo (2007) apresenta a clássica definição sobre tradução realizada por este autor dizendo que Eugene Nida compara as palavras de uma sentença a uma “fileira de vagões de carga” e que ainda segundo tal descrição comparativa:

[...] a carga pode ser distribuída entre os diferentes vagões de forma irregular. Assim, um vagão

poderá conter muita carga, enquanto outro poderá carregar muito pouca; em outras ocasiões, uma carga muito grande tem que ser dividida entre vários vagões. De maneira semelhante, sugere Nida, algumas palavras ‘carregam’ vários conceitos e outras têm que se juntar para conter apenas um. Da mesma maneira que o que importa no transporte da carga não é quais vagões carregam quais cargas, nem a sequência em que os vagões estão dispostos, mas, sim que todos os volumes alcancem seu destino, o fundamental no processo de tradução é que todos os componentes significativos do original alcancem a língua-alvo, de tal forma que possam ser usados pelos receptores (p. 12).

Esta definição de tradução não nos parece ser suficiente para que possamos verificar seu funcionamento a partir de nossa perspectiva. A tradução definida a partir de Nida assume um lugar no pensamento estruturalista de sua época e que parece considerar uma palavra como se fosse uma “portadora de conceitos” colocando, na tradução, uma relação entre valores que cada palavra tem dentro de um sistema fechado e estruturado desconsiderando o extralinguístico, o que é exterior ao sistema, e dando valor maior a princípios de equivalência. Não nos parece ser suficiente ainda por considerar a operação de tradução como uma “transferência mecânica” pela qual as palavras “carregam” os “componentes significativos” de uma língua para outra constituindo o sentido de uma tradução “termo a termo”.

Arrojo (2007, p. 12) apresenta ainda outra definição de tradução que parte de J. C. Catford, sendo este um dos teóricos da tradução mais conhecidos no Brasil, de acordo com a mesma autora. Para ele a tradução é a: “substituição

do material textual de uma língua pelo material textual equivalente em outra língua”. Tal definição segue ainda como a anterior numa tradição de pensamento estruturalista da língua buscando uma substituição a partir da equivalência dos valores dos elementos de uma língua por valores dos elementos de outra língua no interior de cada sistema. Tanto Nida quanto Catford consideram a tradução a partir não apenas de uma visão estruturalista, mas também, a partir da ótica do “paradigma da equivalência” (PYM, 2020), que por muito tempo foi, e continua a ser, um lugar de profundas discussões sobre a tradução. Não nos colocamos aqui a desconsiderar a importância ou não da equivalência e todo seu movimento e contribuições ao desenvolvimento teórico, conceitual e prático da tradução. Não podemos desconsiderar as contribuições do princípio da equivalência, mas ao mesmo tempo, não devemos tê-la como fio condutor para nossas investigações tanto porque, como se verá em outro lugar deste livro, os sentidos, as palavras, enfim, os textos não se equivalem enquanto os “mesmos”.

Seguindo pelo terreno das considerações acerca da tradução e do traduzir, encontra-se definição de tradução semelhante em Roman Jakobson apresentada por Oustinoff (2003):

De fenômeno marginal, a tradução passou a ocupar um lugar central: ‘Tanto para o linguista quanto para o usuário comum da linguagem, o sentido de uma palavra não é nada além de sua tradução por outro signo que possa substituí-lo’ (p. 23).

Eco (2007) nos permite verificar que Jakobson distingue em sua obra três tipos de tradução que acabavam por sustentar de modo implícito que estes tipos se constituíam em três

formas de “interpretação”: tradução intralinguística, interlinguística e intersemiótica. A noção de que o sentido de uma palavra é puramente a sua tradução por outro signo que a substitui levando, assim, a saber a localização do significado, se dá, de acordo com Eco (2007, p. 267) porque Jakobson: “[...] ficou fascinado com o fato de Peirce ter recorrido várias vezes à idéia de tradução para definir a noção de interpretação”.

No entanto, a posição jakobsoniana opera no domínio da semiótica e, ao considerar o sentido de uma palavra como sua tradução pela substituição por um outro signo, superaria, como afirma Eco (2007, p. 269), a “[...] diatribe sobre onde localizar o significado [...]”. Não sendo, no entanto, ainda capaz de satisfazer nossas indagações. Partindo de nossa perspectiva teórica de uma semântica histórica e enunciativa, o sentido de uma palavra não se dá pela substituição de um signo por outro signo, mas sim, pelo acontecimento de enunciação que instala uma temporalidade específica que recorta a história, e é nesta direção que buscamos verificar o funcionamento da tradução.

Como supracitado, problemas de tradução são antigos e debatidos por anos a fio como algo que não se estabiliza de maneira única e incontestável. Como forma de sustentar o longo caminho que percorreram as teorias e reflexões sobre tradução até os dias atuais, Burke (2009) diz que:

A teoria da tradução não é nova, muito embora esteja passando atualmente por um maciço renascimento. Nos idos de 1420, por exemplo, o humanista Leonardo Bruni produziu o que chamou de ‘o primeiro pronunciamento teórico substancial a

respeito da tradução desde a carta de São Jerônimo a Pamáquio', um breve tratado intitulado *De interpretatione recta* [Da tradução correta] (p. 32).

Assim, os dilemas sobre a tradução desde o final do período medieval que surge no devir histórico após o Período Antigo, sofrem um certo tipo de renascimento no Período Contemporâneo. Porém, ainda como afirma Burke (2009), o período do Renascimento foi um momento em que a tradução ficou marcada por um certo tipo de liberdade como a ampliação com o acréscimo de material (“vertendo” uma palavra do original por duas, por exemplo) negligenciando o original por um lado e até mesmo a redução do original, por outro, buscando mais a satisfação dos leitores da língua de chegada que a realidade do que se tratava o texto produzido pelo original.

Nesse sentido a tradução poderia ser considerada mais uma transformação, um novo texto deixando transparecer mais a criatividade do tradutor que do autor original do que, pelas concepções atuais, uma tradução propriamente dita. Neste ponto era a tensão entre a domesticação e a estrangeirização que fez com que um certo regime de liberdade que caracterizava a tradução durasse até o século XVIII (BURKE, 2009, p. 42). Ainda, conforme o autor:

Em outras palavras, as mudanças nas práticas de tradução se ajustam ao modelo proposto por Michel Foucault, em que 1800 assinala uma grande ruptura no que ele chama de ‘episteme’ europeia (Foucault, 1966). A ascensão da estrangeirização é parte da ascensão do romantismo e do historicismo, incluindo a idéia de que diferentes línguas expressam diferentes visões de mundo, e que o passado é um país estrangeiro (BURKE, 2009, p. 43).

A noção correspondente ao sintagma “visões de mundo” ou no singular “visão de mundo” é tratada por Eco (2007) como uma imposição de cada língua natural a cada falante, afirmando ainda que, tais visões seriam, de certa forma, incomensuráveis e que, portanto: “[...] traduzir de uma língua para outra nos expõe a incidentes inevitáveis” (ECO, 2007, p. 42). Partindo de tal concepção seríamos obrigados a dizer junto com Humboldt que toda e qualquer língua tem o seu *gênio* próprio, ou, uma visão de mundo diversa de qualquer outra (ECO, 2007).

De maneira inescapável tratar a questão de um gênio específico de cada língua nos levaria para o terreno pantanoso não apenas da reflexão de uma tradutologia, mas também, da Filosofia da Linguagem. Essa noção de um *gênio* da língua aparece, de acordo com Cassirer (2001) na obra *Lettre sur les sourds et muets*⁴, como um conceito que se introduz nos estudos e nas discussões sobre a linguagem sob diversos aspectos.

Eco (2007) apresenta logo na introdução de sua obra uma questão interessante sobre a tradução:

O que é traduzir? A primeira e consoladora resposta gostaria de ser: dizer a mesma coisa em outra língua. Só que, em primeiro lugar, temos muitos problemas para estabelecer o que significa ‘dizer a mesma coisa’ e não sabemos bem o que isso significa por causa daquelas operações que chamamos de *paráfrase, definição, explicação, reformulação, para não falar das supostas substituições sinonímicas* (ECO, 2007, p. 9).

4 Carta aos surdos e mudos.

Uma definição como esta, *dizer a mesma coisa em outra língua*, seria fácil e realmente consoladora como aponta Eco (2007). No entanto, tal definição suscita algo que nos coloca a refletir e buscar mais: traduzir é dizer a mesma coisa? Ou então: traduzir é dizer ou é redizer algo? Em um primeiro momento devemos levar em conta que tais operações de linguagem apresentadas pelo autor como “paráfrase, definição, reformulação e substituições sinonímicas”, são operações que, não obstante, ocorrem na língua de chegada (LC) como forma de se produzir um texto acessível àqueles que receberão a versão⁵ traduzida de uma obra. Em certas ocasiões, estas operações podem incorrer em problemas que acabam por distanciar cada vez mais aquilo que o texto original “quer dizer” daquilo que o texto traduzido “diz”.

Terminamos esta parte dizendo que uma tradução nunca é o original em qualquer que seja a função, a necessidade ou a intenção de se traduzir um texto, ou seja, nunca “diz a mesma coisa”, há sempre uma marca de “transformação”. No entanto, transformação não significa tradução, é uma característica da própria operação que nos permite observar a desoriginalização do original, que uma língua é diferente da outra nesta relação. Encontra-se aí, então, uma característica da tradução e não sua essência ou finalidade. Uma tradução não é neutra. Encontram-se num texto traduzido as “marcas” do tradutor,

5 Tomamos esta palavra aqui não como uma operação que significa um modo pelo qual a tradução é ou pode ser realizada. Ao enunciar este termo em nosso estudo buscamos tratar *versão como o produto final de uma operação de tradução, ou seja, o texto traduzido, a obra traduzida etc.*

os símbolos e a própria história enunciativa da língua para a qual se traduz. Não uma “visão de mundo”⁶ própria, mas uma história enunciativa própria responsável pela constituição dos sentidos em uma língua e de suas regularidades lexicais.

Continuemos nosso caminho na busca não apenas por respostas àquilo que colocamos aqui como nossas indagações iniciais, mas também, uma busca por conhecer aspectos cada vez mais centrais e necessários da relação entre a tradução, o mundo e a linguagem.

1.2. TRADUÇÃO E LINGUAGEM

Retornemos então à pergunta inicial: o que é a tradução? Novamente como resposta traríamos à tona a dificuldade de se definir a tradução de uma única vez com um significado estabilizado e universal. Diferentes pensadores, teorias, conceitos, modos e maneiras seriam aqui expostos em uma “infinidade” de sucessões teóricas e históricas levando-nos à exaustão. A tradução pode ser apresentada pela diversidade de ideias gerais e específicas construídas sobre o assunto ao longo dos séculos. No entanto, uma certeza nos permite ser confiantes

6 “Com efeito, uma língua, a exemplo da torre de Babel, não é feita exclusivamente de palavras: cada uma encerra uma ‘visão’ de mundo própria (‘Weltansicht’), concepção elaborada por Wilhelm von Humboldt no século XIX e retomada por Edward Sapir e Benjamin Lee Whorf no século seguinte e que veio a dar naquela que costumamos chamar a hipótese ‘Sapir-Whorf’” (OUSTINOFF, 2003, p. 18-19).

em relação à tradução em si mesma, ela é uma operação de linguagem, ela funciona pela linguagem.

Das diversas vias para se tratar o problema da tradução algumas já se encontram expostas acima. Porém, nos domínios dos escritos sobre o assunto, e do aspecto fundamental que nos permite considerar a tradução como sendo uma operação de linguagem, encontram-se maneiras cada vez mais específicas que permitem considerá-la “como algo”. Assim, partindo de uma visada mais atenta pudemos verificar que a tradução é determinada por termos como “transcrição”, “ato de verter”, “manipulação”, “traição”, “re-enunciação”, “retradução”, “falsificação”, “interpretação”, “negociação” etc. Com certeza buscamos considerar aqui a tradução “como algo” também, no entanto, “como algo” a partir de nosso lugar teórico, “como algo” que nos leva a ampliar as considerações sobre um dispositivo teórico analítico que se constitui na teoria da Semântica do Acontecimento/Enunciação (GUIMARÃES, 2002-2018).

A tradução é uma operação que concerne, não há dúvida, ao funcionamento da língua. Em certas posições é vista como uma operação de comunicação entre línguas, sujeitos, povos e civilizações. Como observa Steiner (2005):

A ‘tradução’ adequadamente entendida é um caso especial do arco da comunicação que cada ato de linguagem bem-sucedido fecha no interior de uma dada língua. No nível interlinguístico, a tradução vai trazer problemas condensados, visivelmente intratáveis; mas esses mesmos problemas são também abundantes num nível intralinguístico, um nível mais velado ou convencionalmente negligenciado.

O modelo ‘emissor para receptor’ que representa qualquer processo semiótico e semântico é equivalente ontologicamente ao modelo ‘língua de partida para língua de chegada’ usado na teoria da tradução (STEINER, 2005, p. 72).

O autor diz ainda que há, em qualquer um desses dois modelos, ou esquemas, uma operação que segue na direção de uma “decifração interpretativa” exercendo uma função “codificadora-decodificadora”. Neste caso específico o que Steiner (2005) diz é que um caso de tradução é um caso de comunicação, que relação emissor-receptor é igual à relação “língua de partida - língua de chegada” (STEINER, 2005), tendo sua interpretação como codificação-decodificação, ou seja, um “ato de interpretação” pautado na semiótica e pragmática. Nessa direção, numa comunicação intralinguística, o entendimento daquilo que um emissor diz para um receptor, depende de um ato de interpretação pela decodificação daquilo que é dito, ou seja, o entendimento daquilo que se diz é um processo de tradução assim como na relação entre falantes de línguas diferentes.

Segundo Steiner (2005) é pela existência de uma ampla bibliografia sobre a teoria, a prática e sobre a sua história, que a tradução pode ser distribuída por períodos, mesmo que: “[...] muito embora as linhas divisórias não sejam de modo algum absolutas” (STEINER, p. 259). A historiografia da tradução se inicia no preceito formulado por Cícero que recomenda não se traduzir *verbum pro verbo*⁷. O segundo período é marcado, como explica o autor, pela teoria e pelas investigações da

7 Do latim “palavra por palavra” (STEINER, 2005, p. 259).

hermenêutica, “A questão da natureza da tradução é posicionada no interior das teorias mais gerais da linguagem e da mente” (STEINER, 2005, p. 260). Conforme explica o mesmo autor, a abordagem da hermenêutica que é:

[...] a investigação do que significa compreender’ um fragmento de linguagem oral ou escrita e a tentativa de diagnosticar esse processo em termos de um modelo geral do significado – foi iniciada por Schleiermacher e adotada por A. W. Schlegel e Humboldt. Ela dá ao tema da tradução um aspecto francamente filosófico (STEINER, 2005, p. 260).

Tal investigação pelo caminho da hermenêutica constrói um intercâmbio entre a teoria e uma necessidade prática e deve-se a esse intercâmbio, de acordo com o autor, relatos reveladores tanto sobre a tarefa do tradutor quanto sobre as relações entre as línguas. Depois disso entra-se de maneira integral no contexto do período moderno da historiografia da tradução, que não se confunde com o Período Moderno da divisão estrutural dos estudos da História⁸. É assim, neste tempo que se iniciam os primeiros estudos de tradução automática que passam a circular no final da década de 1940. Ainda, “Estudiosos e críticos russos e tchecos, herdeiros do movimento formalista, aplicam a teoria linguística e a estatística à tradução” (STEINER, 2005, p. 260). Nesse tempo também surgem as primeiras tentativas de se aplicarem e de se mapearem relações entre lógica formal e “modelos de tradução

8 Como modo de facilitar e organizar melhor a História enquanto ciência, historiadores organizam a história do mundo e da humanidade em Pré-História, Idade Antiga/Clássica, Idade Média, Renascimento/Idade Moderna e Período Contemporâneo.

linguística” (STEINER, 2005). Inicia-se, portanto, no terceiro período uma exploração tal sobre o assunto que surge uma relação entre a linguística estrutural (iniciada por Saussure no início do século XX) e uma teoria da informação na discussão sobre as relações entre línguas diversas.

Consideremos, assim, um outro momento que leva as questões relativas à língua e linguagem, no estender do desenvolvimento das teorias linguísticas, a um outro lugar das pesquisas referentes à Linguística, com o desenvolvimento das gramáticas gerativas, do pós-estruturalismo, de uma linguística sócio-histórica e no retorno à hermenêutica. O que nos envolve na complexidade do assunto é o fato de que por quase dois mil anos as tratativas e as discordâncias sobre a tradução e sua natureza são praticamente as mesmas segundo nos diz Steiner (2005). Quando se fala em um retorno à hermenêutica Eco (2007), diz que:

A ideia de que toda atividade de interpretação deve ser considerada tradução tem raízes profundas na tradição hermenêutica. As razões são óbvias: do ponto de vista hermenêutico todo processo interpretativo é uma tentativa de compreensão da palavra alheia e, portanto, o acento foi posto na unidade substancial de todas as tentativas de compreensão do que foi dito pelo Outro. Nesse sentido, a tradução é, como dizia Gadamer, uma forma de *diálogo hermenêutico* (ECO, 2007, p. 270).

O fato disso é que se toda tradução pode ser considerada como uma interpretação em sua totalidade, o oposto, “toda interpretação é uma tradução”, não poderia ser considerado como válido. Correríamos o risco de cair *na armadilha* de

considerar uma tradução como uma simples relação entre sistemas linguísticos e, retornando a uma citação já apresentada acima, de Eco (2007), expandindo aquilo que nos diz o autor, observa-se que:

Se a tradução dissesse respeito apenas às relações entre dois sistemas linguísticos, deveríamos concordar com aqueles que têm sustentado que uma língua natural impõe uma própria visão do mundo, que tais visões do mundo são mutuamente *incomensuráveis* e que, portanto, traduzir de uma língua para outra nos expõe a incidentes inevitáveis. Isso equivaleria a dizer, com Humboldt, que toda língua tem seu próprio gênio ou – melhor ainda – que toda língua exprime uma visão diversa do mundo (é a chamada hipótese Sapir-Whorf) (ECO, 2007, p. 42).

Dessa maneira, a tradução não é em sua totalidade uma interpretação entre dois sistemas linguísticos diferentes e não diz respeito apenas a isso. Não há dúvida de que a tradução diz respeito a dois sistemas de regularidades linguísticas distintos, porém, considerar a tradução como um ato de interpretação ou como uma relação entre visões de mundo diferentes seria considerá-la ou do lugar da pragmática referencialista ou de uma linguística antropológica, além de limitar a tradução a estes dois campos de observação apenas, não sendo nenhum destes dois, neste caso, nosso lugar de consideração. De fato, não se “mede” visões de mundo e nem mesmo sistemas linguísticos. Se fizéssemos isso estaríamos no lugar de “medir” se uma língua é capaz de dizer tudo aquilo que outra língua diz e, não apenas a *incomensurabilidade* nos colocaria uma barreira, como também, nos surgiria o problema da impossibilidade da tradução ou da intraduzibilidade.

No entanto, tratar aqui da questão da *intraduzibilidade* seria remeter a questão da tradução à uma ontologia da linguagem⁹. Quanto à natureza do intraduzível, Lavelle (2012) diz que:

Para Derrida, Babel figura não somente a multiplicidade irreduzível das línguas, mas também a impossibilidade de realizar, linguisticamente, algo que seria da ordem da edificação, isto é, sistematizar o pensamento, conceitualizar. O episódio de Babel, interpretado como um mito no qual Deus pune a ambição daqueles que querem construir, junto com a torre, uma língua ao mesmo tempo unívoca e universal, é assim considerado como ‘o mito de origem do mito, a metáfora da metáfora, a narrativa da narrativa, a tradução da tradução’ (LAVELLE, 2012, p. 9).

Dessa maneira, o que levaria à questão da *intraduzibilidade* de acordo com a autora é a punição de Deus aos homens que figura como a “disseminação que habita as palavras” e que as fazem diferir o tempo todo delas mesmas. E é na direção de rompimento com o paradigma dicotômico da *traduzibilidade vs intraduzibilidade* que Ricoeur (2012, p. 34) busca falar de “fidelidade versus traição” e diz que é porque “[...] os homens falam línguas diferentes que a tradução existe. Esse fato é o da *diversidade das línguas*”, e ainda: “[...] sempre se traduziu; antes dos interpretes profissionais, houve viajantes, mercadores, embaixadores, espiões, ou seja, muitos bilíngues e políglotas”

9 Observar a língua e a linguagem desse modo levar-nos-ia, de uma certa maneira, a considerar a língua a partir do lugar de sua essência, de características que condicionam seu funcionamento ao seu modo de ser existente. Nesta direção considerar os sentidos da língua seria considerar uma interpretação da relação da própria língua em sua existência enquanto “Ser” com as coisas em “presença”, com aquilo que vem ao encontro. Não é, portanto, a via pela qual colocamo-nos a observar a produção dos sentidos na e pela linguagem, pelo acontecimento enunciativo. Não se trata da essência e sim do seu funcionamento.

(RICOEUR, 2012, p. 35). Assim, o fato da diversidade de línguas, de culturas, de pensamentos e de visões de mundo, parece ser aspecto que sustenta a complexidade inerente à tradução pelas diferenças que estas particularidades impõem.

A tradução existe porque o homem fala e fala línguas diferentes (RICOEUR, 2012); a tradução existe pela necessidade de comunicação entre os povos, pelo desejo de conhecer o novo e/ou o diferente, o estrangeiro que aguça a curiosidade do ser. Portanto, a tradução existe porque há línguas e porque há homens que as falam e as escrevem. Ainda no campo do *intraduzível*, Ricoeur (2012) diz que há um “intraduzível de partida” e um “intraduzível terminal” que o mesmo explica da seguinte maneira:

1. Há um primeiro intraduzível, um intraduzível de partida, que é a pluralidade das línguas, e que é melhor chamar logo em seguida, como von Humboldt, a *diversidade*, a diferença das línguas, o que sugere a ideia de uma heterogeneidade radical que deveria a priori tornar a tradução impossível. Essa diversidade afeta todos os níveis operatórios da linguagem: o recorte fonético e articulatorio na base dos sistemas fonéticos; o recorte lexical que opõe às línguas, não de palavra a palavra, mas de sistema lexical a sistema lexical; as significações verbais no interior de um léxico consistindo numa rede de diferenças e de sinônimos; o recorte sintático, afetando, por exemplo, os sistemas verbais e a posição de um evento no tempo ou ainda os modos de encadeamento e de consecução. Não é tudo: **as línguas não são diferentes apenas pela sua maneira de recortar o real, mas também pelo modo de o recompor no âmbito do discurso** (Grifo em negrito nosso) (RICOEUR, 2012, p. 59-60).

Desse modo, o primeiro *intraduzível* de que trata Ricoeur (2012) consiste na diferença, na diversidade das línguas não apenas enquanto uma pura e rasa relação de línguas, palavra a palavra, e sim enquanto uma relação entre sistemas fonéticos, lexicais e sintáticos diferentes que de pronto determinariam a impossibilidade da tradução. Cada língua tem sua forma de expressão temporal, organização sintática, formas de conjugação verbal, seu conjunto lexical. Não apenas isso, as línguas em si recortam e significam o real de um modo específico e o re-significam no lugar do discurso, da enunciação.

Esta dificuldade de impossibilidade da tradução inicial, ou da *intraduzibilidade*, se dá pelo fato de que não são palavras ou frases que os textos traduzem. Os textos traduzem textos e os textos se constituem a partir de regularidades específicas e que se constituem, também, enquanto unidades de significação¹⁰. Quanto ao que Ricoeur (2012) chama por “intraduzível terminal” é aquele intraduzível que a própria tradução produz, aquele que opera a partir do lugar da fidelidade/traição que “[...] se coloca como dilema prático, pois não existe critério absoluto do que seria a boa tradução. Esse critério absoluto seria o *mesmo sentido*, escrito em algum lugar, acima e entre o texto de origem e o texto de chegada” (RICOEUR, 2012, p. 64). Nesse sentido o critério para se dizer o que é uma boa tradução ou não, não se encontraria no fato de se redizer o

10 Aqui, além de tomarmos aquilo que diz Ricoeur, começamos a apresentar, mesmo que de maneira breve e um tanto superficial ainda, aquilo que Guimarães (2017) define como noção de texto por uma perspectiva de uma semântica enunciativa, algo que será considerado com maior profundidade adiante.

“mesmo sentido”, mas talvez, e ainda não se sabe se talvez, o fato de se chegar o mais próximo possível daquilo que o texto original diz. É isso que se expressa quando é dito que “[...] uma boa tradução só pode visar uma equivalência presumida [...]” (RICOEUR, 2012, p. 64).

Tal equivalência presumida leva as reflexões sobre a tradução na direção de uma “equivalência sem identidade” o que leva, previamente, a dar existência a um sentido que a tradução busca “restituir”. Neste ponto a palavra “restituir” significa na direção de que o tradutor está em busca de “sentidos perdidos” na relação entre textos compostos por línguas diferentes. Sendo assim, devemos considerar que a equivalência não seria algo construído a partir de uma tradução termo a termo buscando a relação dos valores semânticos e referencialistas, mas que a equivalência significa na tradução uma certa aproximação entre os sentidos, sentidos que devem ser “procurados”, “presumidos”.

Um dos problemas ainda sobre a equivalência presumida seria a construção de uma relação de “comparáveis” o que levaria o trabalho do tradutor ao lugar do *comparar o incomparável* (RICOEUR, 2012,), sendo que o lugar do “incomparável” é o lugar da *estranheza* que toma conta dos primeiros gestos do tradutor, do primeiro contato com o texto de origem. Comparável e incomparável são termos que de certa forma impossibilitam o funcionamento da tradução enquanto uma operação de linguagem, pois comparar levaria ao lugar do “como se” na relação entre sistemas de regularidades linguísticas de línguas

naturais. Seria dizer que algo em uma determinada língua significasse “como se” fosse tal coisa em outra língua. Neste sentido comparar seria construir medidas entre as línguas.

Buscando a comparabilidade entre as línguas correríamos o risco de buscar também, comensurar as línguas como dito acima. No entanto, pensar em comparação leva-nos à consideração do *intraduzível* pela impossibilidade de se comparar aquilo que é diverso em sua especificidade. Esta especificidade que compõe a diversidade das regularidades linguísticas constitui o lugar do intraduzível sendo que cada língua natural específica constitui uma ordem sintática própria, tem uma gramática própria. É em relação a isso, à gramática e às regularidades e normatizações gramaticais e sobre as sequências de “signos verbais”, que Foucault (2000) diz que:

[...] essa sequência não é a mesma em todas as línguas: algumas colocam a ação no meio da frase; outras, no final; algumas nomeiam primeiro o objeto principal da representação, outras, as circunstâncias acessórias; como observa a *Enciclopédia*, o que torna as línguas estrangeiras opacas umas às outras e tão difíceis de traduzir, mais que a diferença de palavras, é a **incompatibilidade** de sua sucessão (Grifo em negrito nosso) (FOUCAULT, 2000, p. 114-115).

Dessa forma, podemos considerar a tradução como uma operação que envolve línguas, línguas diferentes que tomam o falante cada uma de um modo específico por uma relação particular num espaço de enunciação (noção que ver-se-á no capítulo 2). A relação entre línguas e falantes se dá por um percurso que as vezes pode se tornar um tanto quanto complexo por não a

considerarmos a partir de um modelo de *apropriação*¹¹ daquele que fala pela língua e ainda, por não considerarmos que aquele que fala seja um ser empiricamente constituído em sua função físico/fisiológica da fala (GUIMARÃES, 2002). Por outro lado, não tomamos a língua enquanto um sistema de signos fechado separado da linguagem e da história com valores estabilizados de características sincrônicas. De acordo com Guimarães (2018, p. 21) existe um conjunto de sistematicidades que “significam algo de algum modo”. E é este conjunto de sistematicidades que é a língua. Ou seja:

A língua, [...], pode ser caracterizada como um conjunto sistemático de regularidades com as quais se é possível dizer algo verbalmente. Ela é assim um conjunto de elementos cujas relações constituem estas regularidades (GUIMARÃES, 2018, p. 24).

Assim sendo, a possibilidade de se dizer algo “verbalmente” se encontra na língua enquanto um conjunto de regularidades, pelo qual as relações dos elementos deste conjunto constituem tais regularidades. E a língua é um sistema de regularidades porque ela funciona afetada por um espaço de enunciação, algo que a modifica constantemente. Não estaria totalmente fora de lugar dizer que a língua é incompleta em relação ao seu próprio sistema de regularidades, no entanto, a língua será incompleta porque ela será sempre outra e nunca

11 Benveniste em *O Aparelho Formal da Enunciação* centraliza o sujeito em relação à enunciação ao afirmar que a enunciação é a língua posta em funcionamento por um locutor que se apropria da língua e diz eu. Por outro lado, Guimarães (2002) se afasta desta noção de enunciação descentralizando o locutor tomando o sujeito enquanto constituído no e pelo acontecimento de enunciação.

a mesma. Porém, seria possível dizer que uma língua pode ser incompleta quando em relação a outra língua? Ou então, que uma língua B nunca será capaz de dizer tudo aquilo que se diz em uma língua A?

Responder positivamente a estes dois questionamentos colocar-nos-ia no lugar de concordância com os princípios da comparabilidade das línguas, ou seja, no lugar do comensurável, construindo assim uma noção de compatibilidade de um modo geral. Como observou Foucault (2000) há um princípio de opacidade entre as línguas por estas serem constituídas por normatividades, regularidades sintáticas, lexicais e verbais diferentes constituindo assim uma noção de incompatibilidade de sucessão entre os elementos de um enunciado de uma língua A em relação a um enunciado de uma língua B, por exemplo. Colocando a questão em outros termos tomemos o que nos diz Orlandi (2009):

[...] a língua tem sua unidade, sua própria ordem, com a diferença que não é um sistema perfeito, nem uma **unidade fechada**: a língua é sujeita a falhas e é afetada pela incompletude. [...], o lugar da falha e a incompletude não são defeitos, são antes a qualidade da língua em sua materialidade: a falha e incompletude são o lugar do possível (Grifo em negrito nosso) (ORLANDI, 2009, p. 12).

Podemos dizer que uma língua é incompleta, no entanto, uma língua não se constitui como incompleta em relação a outra língua¹². Ela será sempre outra em seu funcionamento no

12 Ver mais em Orlandi (1988), "A incompletude do sujeito e quando o outro somos nós?".

espaço de enunciação, na e pela enunciação. Portanto, entre pensar a língua enquanto completa ou incompleta no caso da tradução, torna-se mais pertinente tomarmos a língua aqui enquanto um sistema que não é imutável, e nem como um sistema fechado, ou seja, tomaremos a língua enquanto algo que “falha” pois está sempre sujeita a mudanças.

O que acontece, enquanto diferença, é que ao considerarmos a tradução não tomaremos como partida um ponto em que se traduz línguas para não cairmos no lugar da tradução termo a termo ou da tradução de sistema a sistema. A tradução, e para nós isso é um ponto central em nossas considerações, deve ser observada a partir do funcionamento da língua, ou das línguas, um funcionamento que produz sentidos. Dessa maneira, nossas considerações seguem na direção de que o funcionamento da língua se dá pela enunciação, ou seja, num acontecimento enunciativo produzindo sentidos por características específicas do próprio acontecimento. Portanto, é necessário considerarmos o problema da relação entre a tradução e a enunciação, o lugar de produção dos sentidos de uma língua.

1.3. TRADUÇÃO E ENUNCIÇÃO

Perguntamos acima se é possível dizer que uma língua pode ser considerada incompleta em relação a outra, ou, se uma língua B nunca será capaz de dizer tudo aquilo que uma língua A diz. Em primeiro lugar, argumentando em direção a uma possível

resposta, aquilo que se diz se diz sempre pelo funcionamento da língua na enunciação. A língua, na posição que assumimos, não funciona por ela mesma, ela é posta em funcionamento na enunciação. Nessa direção, aquilo que se diz em uma língua A, por exemplo, é tudo aquilo que se enuncia em uma língua A, e isso ocorre também, em relação a uma língua B, C etc. O problema a ser resolvido não é uma quantificação daquilo que se pode dizer em cada língua, mas a possibilidade de se enunciar em uma língua B aquilo que se enunciou em uma língua A.

Ao tratarmos aqui de enunciação, estamos tratando da língua em funcionamento em um modo específico das teorias linguísticas, e pelo lugar teórico que assumimos, tomamos aquilo que Guimarães (2002, 2007, 2017, 2018) considera o que é a enunciação, uma teoria que passa pelas formulações de Benveniste (2005) em *O Aparelho formal da enunciação* e Ducrot (1987) em *Esboço de uma Teoria Polifônica da Enunciação*. Para Guimarães (2002), tratar a enunciação:

[...] coloca de saída a questão do sujeito que enuncia, e assim, a questão do sujeito na linguagem. E para os meus propósitos isto deve levar a uma recolocação do lugar dos estudos da enunciação num espaço distinto do que eles tiveram ou têm ainda em certas formulações (GUIMARÃES, 2002, p. 10).

Nisto Guimarães (2002) sustenta que tratar a enunciação coloca de pronto a questão do sujeito na linguagem. Desse modo a língua e o sujeito que enuncia são questões decisivas no modo de tratar a enunciação. A língua funciona e produz sentidos ao se dar na enunciação enquanto que o sujeito é constituído pela enunciação ao enunciar algo, “[...] não se

enuncia enquanto ser físico, nem meramente no mundo físico. Enuncia-se enquanto ser afetado pelo simbólico e num mundo vivido através do simbólico” (GUIMARÃES, 2002, p. 15).

Neste sentido poderíamos nos perguntar: qual a relação entre a tradução e a enunciação? Considerar a tradução é considerá-la como uma operação que envolve línguas e linguagem. Traduzir não significa apenas colocar em relação línguas diferentes, mas também, dizer algo que foi dito em outro acontecimento e de um certo modo. Nesta direção, traduzir é dizer, traduzir é dizer “novamente” por outro modo, ou como aponta Eco (2007) e Steiner (2005) traduzir pode ser um “re-enunciar”. Não tomaremos como ponto o fato de se considerar a tradução enquanto uma “re-enunciação”, pois, como ponto de partida para nós, enunciar é sempre enunciar diferente, mesmo sendo uma repetição da segmentalidade sintática dos termos que compõem um enunciado, ainda que sendo em uma mesma língua. Não há, portanto, em nossa perspectiva teórica a repetibilidade da enunciação, não há um “re” na enunciação que a configure como um dizer novamente, da mesma forma e do mesmo modo. Há sim um redizer, do qual trataremos adiante.

Não obstante, buscamos tratar aqui a tradução enquanto uma operação de linguagem que envolve a relação entre textos constituídos por línguas diferentes e que são enunciados de modos diferentes, por outros sujeitos e que produz sentidos outros, pois, “[...] o sentido deve ser considerado a partir do funcionamento da linguagem no acontecimento da enunciação”

(GUIMARÃES, 2010, p. 11), e neste caso, se traduzir é dizer, traduzir é enunciar, a tradução é um acontecimento de linguagem e, como tal, a questão do sentido deve ser tratado no acontecimento de enunciação específico da tradução. Porém, não basta dizer apenas que traduzir seja enunciar. A tradução colocada deste modo cairia no terreno do simplório e talvez até mesmo do tautológico. Traduzir é enunciar enquanto um redizer, uma retomada de algo enunciado numa língua por modos de se dizer em outra, ou seja, traduzir é enunciar enquanto algo que se dá por aspectos específicos da enunciação.

Por isso é necessário especificar e definir o que é a enunciação para Guimarães (2002-2018), para que então possamos tomar a tradução enquanto um acontecimento de enunciação. Para Guimarães (2018, p. 18-19) “[...] a enunciação diz respeito a algo que ocorre quando se diz algo. Trata-se, [...], de um acontecimento, o acontecimento do dizer”. Diz ainda que “O acontecimento da enunciação se apresenta como um acontecimento de linguagem. Enquanto tal este acontecimento ocorre num espaço de enunciação específico” (GUIMARÃES, 2018).

Assim, ao considerarmos a tradução como uma operação que envolve línguas e linguagem, e a enunciação enquanto o funcionamento da língua por um acontecimento de linguagem, ou algo que ocorre no momento em que se diz algo, encontramos subsídios suficientes para que possamos considerar a tradução enquanto enunciação, ou seja, traduzir é enunciar algo. No entanto, não tomaremos a enunciação ou o fato de

um sujeito enunciar como um ato ou como um modo de *apropriação*. Algumas questões que foram postas neste capítulo até o momento serão discutidas com maior profundidade em capítulos posteriores quando nos colocaremos a tratar das observações teóricas da Semântica do Acontecimento (GUIMARÃES, 2002-2018). Noções como espaço de enunciação, acontecimento, enunciado, texto, cena enunciativa e reescrituração, serão discutidas como modo de consideração da tradução a partir de nossa perspectiva. Nos limitamos neste lugar à construção do percurso inicial para que, a partir de tais asserções, possamos elaborar a noção da operação de tradução via o procedimento de reescrituração.

1.4. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Como dissemos, algumas questões ainda serão objeto de maiores considerações no decorrer deste livro. O que importa neste primeiro momento é a construção de uma posição que segue na direção de observar a tradução como algo que sempre existiu nas relações interculturais, comerciais, políticas e sociais da vida humana. O “Mito de Babel” é uma história importante para as considerações filosóficas da tradução e do surgimento da diversidade linguística que envolve a disseminação das diferenças entre os homens. A concretização de uma língua universal e única para toda a humanidade com certeza facilitaria o entendimento e a comunicação entre todos. O que dizer então sobre uma língua *adâmica*? Aquela língua dada por Deus

ao primeiro homem no momento da criação do mundo para que este nomeasse tudo que existisse? O simbolismo de uma língua primeira dada por Deus aos homens segue até o mito de Babel e nos coloca sempre no caminho da busca pela resposta à pergunta: qual a origem da língua/linguagem humana?

Auroux (2009) tratando da questão da origem das línguas nos diz que:

Tendo em conta a importância da linguagem para a humanidade, compreendemos por que a questão de sua 'origem' – isto é, a elucidação da pergunta 'por que existe a linguagem humana?' – é tão fundamental. Como no caso da origem do mundo, abordamos inicialmente a questão através dos mitos. No Ocidente, é o texto bíblico que estruturou a reflexão: Deus chamou Adão para que ele nomeasse os seres do mundo; com o episódio de Babel, Deus confunde as línguas; posteriormente, passado o dilúvio, a dispersão dos filhos de Noé dá, ao mesmo tempo, uma genealogia dos povos e a genealogia das línguas deles (AUROUX, 2009, p. 26).

No entanto, tais simbolismos míticos não devem ser tomados como universais quando a diferença constituinte dos povos e dos mitos da criação é tão diversa. De tal maneira, é no Período Moderno que as questões sobre as línguas e linguagem tomam consistência e tomam parte das discussões de filósofos que debateram entre o racionalismo e o empirismo, dois lugares do “pensar filosófico” que tomaram conta de toda a discussão epistemológica até o século XIX. Até chegar ao período do comparatismo, as teorias que envolveram a linguagem e sua discussão não a tomavam como um objeto

com um lugar central e sim, sempre como fato secundário, um aporte para o conhecimento. Como aponta Cassirer (2001):

Apesar das diferenças que as caracterizam, todas as teorias da linguagem que até o momento se nos apresentaram, sejam empiristas, racionalistas, psicológicas ou lógicas, coincidem em um aspecto fundamental. Todas elas consideram a linguagem essencialmente pelo seu conteúdo *teórico*, ou seja, de acordo com o lugar que ela ocupa dentro da totalidade do conhecimento, e em função da sua contribuição para a ampliação deste conhecimento (CASSIRER, 2001, p. 127).

A linguagem enquanto algo que representa o imediatismo da razão ou a palavra tomada enquanto invólucro dos conteúdos do conhecimento; ou ainda, os signos enquanto “mônadas” ou as palavras enquanto “signos das ideias”, linguagem e espírito caminharam lado a lado na construção do conhecimento teórico filosófico em posições diferentes e em importâncias diferentes. O século XIX parece romper com a tradição de uma consideração filosófica da linguagem tomando os estudos dos fenômenos da linguagem a partir de conceitos puramente científicos. No século XX, mais precisamente em seu início, os estudos da linguagem passam a tomar caminhos para a construção de uma ciência específica.

As preocupações acerca das línguas e da linguagem sempre tiveram espaço importante nas discussões humanas, sejam elas filosóficas ou científicas, as questões sobre a linguagem, sua origem, função e diferenças, sempre tiveram um espaço no percurso da construção do conhecimento.

As questões sobre a tradução tiveram também um lugar de importância na história da humanidade. As reflexões em torno do assunto das relações entre culturas diversas por meio de suas línguas, a *transmissão e o conhecimento* dos saberes construídos pelos homens desde a Antiguidade Clássica até os dias atuais, passam pela tradução de documentos, textos, livros, tratados etc., e passam hoje de um modo tão rápido que a velocidade quase não nos permite observar que o que ocorre é uma operação de linguagem, um processo que envolve línguas, falantes, sistemas diversos e às vezes, sistemas até mesmo estranhos uns aos outros.

A *rápida mundialização* pela qual passa a “sociedade global” (IANNI, 2015) nos faz compreender os procedimentos de tradução interlínguas como que de um modo automático, não percebendo a figura do tradutor, as realidades discrepantes constituídas pelas línguas. Como tal, há a necessidade cada vez maior de se considerarem os processos e os procedimentos pelos quais isto ocorre, as relações entre textos constituídos por línguas diferentes e tomar como centro desta consideração os sentidos que são produzidos pelo funcionamento da língua na enunciação. E dessa maneira, não tomamos a língua/ linguagem como meio de comunicação, como meio de transmissão ou construção do conhecimento e sim como algo que “significa”, que produz significados pois:

[...] bem antes de servir para comunicar, a linguagem serve para *viver*. Se nós colocamos que à falta de linguagem não haveria nem a possibilidade de

sociedade, nem a possibilidade de humanidade, é precisamente porque o próprio da linguagem é, antes de tudo, significar (BENVENISTE, 2005, p. 222).

Diríamos mais, sem a linguagem não seria possível nem mesmo o homem se dizer homem. Portanto, é central em nossas investigações abordar com maior profundidade as noções conceituais que constituem a teoria da qual parte nossa perspectiva sobre a língua/linguagem, a Semântica do Acontecimento (GUIMARÃES, 2002-2018). Partindo de tais considerações poderemos estender nossos estudos sobre a construção da noção de um modo de significar a operação de tradução como um procedimento de reescrituração por uma abordagem científica mais rigorosa e descritiva.

SEMÂNTICA DO ACONTECIMENTO: DISPOSITIVOS TEÓRICOS/ANALÍTICOS

No capítulo anterior esboçamos algumas questões referentes tanto à tradução, sua história e seu funcionamento, quanto às reflexões acerca da tradução e a língua, e, a tradução e a enunciação. Este percurso nos permitiu localizar a possibilidade de uma caracterização específica para o que é a tradução. Tais considerações nos exigem abordar agora questões referentes ao nosso lugar teórico de observação da língua/linguagem e formularmos as bases da noção que nos propomos discutir neste estudo. Para tanto, tomaremos aqui como elemento direcionador de nossa discussão a posição assumida por Guimarães (2002-2018) e colaboradores que tomam a semântica enquanto “[...] uma disciplina linguística cujo objetivo é compreender o funcionamento enunciativo e das línguas” (GUIMARÃES, 2018, p. 7).

Contudo, antes de darmos passo neste capítulo uma observação se faz necessária. Não tomaremos neste lugar os aspectos teóricos da semântica do acontecimento de modo profundo, ou seja, seremos de certa maneira breves nas explicações pelo simples fato de que, retomaremos em outras

seções as noções teóricas de nossa filiação com maior envergadura e afinco. Portanto, esboçaremos algumas noções da teoria para que se possa adentrar cautelosamente na formulação e resolução dos problemas teóricos e científicos a que nos propomos. Dessa maneira, passaremos agora à formulação daquilo que Guimarães (2002-2018) considera ser o acontecimento, aspecto central para nossa perspectiva da enunciação, quando em relação ao funcionamento da língua pela linguagem.

2.1. ACONTECIMENTO ENUNCIATIVO

Diante da diversidade dos campos investigativos da língua e da linguagem humanas, devemos nos aportar em um saber específico de investigação e consideração quando buscamos produzir um estudo científico sobre determinado objeto. Dessa forma, como dissemos em um primeiro momento, a semântica, partindo de nossa perspectiva, busca compreender como a linguagem e as línguas funcionam, e, indo além, busca compreender a construção do significado. A semântica do acontecimento, enquanto disciplina das ciências da linguagem, considera que a significação é produzida no presente do acontecimento enunciativo (GUIMARÃES, 2018).

E como estudar a significação? Onde observar a construção dos sentidos? Os sentidos são construídos, e isso já dissemos acima, no e pelo funcionamento da língua pela enunciação que se constitui por um modo específico de se observar a

linguagem, pelo acontecimento. O acontecimento não é um fato dado num tempo físico/cronológico. Algo é acontecimento:

[...] enquanto diferença na sua própria ordem. E o que caracteriza a diferença é que o acontecimento não é um fato *no* tempo. Ou seja, não é um fato novo enquanto distinto de qualquer outro ocorrido antes no tempo. O que o caracteriza como diferença é que o acontecimento temporaliza (GUIMARÃES, 2002, p. 11).

Este é, em nosso caso, o primeiro passo para se observar a produção dos sentidos na linguagem, considerar que há uma relação entre a língua, a história (o tempo) e o sujeito que enuncia (falante). A língua que funciona no acontecimento recorta a história não enquanto um fato no tempo ou como um fato novo no tempo, nem mesmo enquanto lembranças pessoais de um sujeito que enuncia. Ou seja, o acontecimento não projeta uma estrutura crônica do tempo pela qual o sujeito enuncia e organiza um presente como o tempo axial que separa passado e futuro. O acontecimento de enunciação instala uma temporalidade própria e que possibilita a convivibilidade dos tempos no presente do próprio acontecimento de linguagem. E dessa maneira, não é um sujeito que ao enunciar organiza e instala uma temporalidade, “[...] não é o sujeito que temporaliza, é o acontecimento. O sujeito não é assim a origem do tempo da linguagem. O sujeito é tomado na temporalidade do acontecimento” (GUIMARÃES, 2002, p. 12).

Isso significa que a temporalidade se organiza de um modo específico e muito particular ao se instalar pelo acontecimento enunciativo, ao recortar o passado enquanto

memorável e não enquanto um passado factual da história, e significar o/no presente da enunciação. Por outro lado, o futuro funciona na enunciação enquanto uma projeção de futuridade, uma possibilidade de novas enunciações. O futuro, ou a futuridade, é o lugar do interpretável, um “depois incontornável” (GUIMARÃES, 2002).

Dessa forma, o presente e o futuro do acontecimento só significam porque há um passado que o acontecimento recorta e os faz significar. “Ou seja, esta latência de futuro, que no acontecimento projeta sentido, significa porque o acontecimento recorta um passado como memorável” (GUIMARÃES, 2002, p. 12). Não há, portanto, a possibilidade, do nosso ponto de vista, de se observar o acontecimento de um modo empírico, como um fato no tempo. Assim, “[...] o acontecimento não está no tempo, o acontecimento constitui sua temporalidade” (GUIMARÃES, 2018, p. 38). Quanto à temporalidade do acontecimento, esta:

[...] constitui o seu presente e um depois que abre o lugar dos sentidos, e um passado que não é lembrança ou recordação pessoal de fatos anteriores. O passado é, no acontecimento, rememoração de enunciações, ou seja, se dá como parte de uma nova temporalização, tal como a latência de futuro. É nesta medida que o acontecimento é diferença na sua própria ordem: o acontecimento é sempre uma nova temporalização, um novo espaço de conviviabilidade de tempos, sem a qual não há sentido, não há acontecimento de linguagem, não há enunciação (GUIMARÃES, 2002, p. 12).

O passado não é assim, lembrança ou recordação pessoal de fatos anteriores pois o sujeito é, partindo de tal perspectiva, descentralizado. O passado é uma história enunciativa recortada por aquilo que se diz enquanto em um acontecimento. Ou seja, não é o sujeito que recorta um passado, uma história, é o acontecimento que ao instalar uma temporalidade própria, recorta o passado enquanto memorável e faz significar o presente e o futuro.

É nesta medida que observaremos a tradução como algo que se dá enquanto um acontecimento, e como acontecimento ela se dá incontornavelmente num espaço de enunciação. Assim, consideraremos a seguir aspectos necessários acerca da noção de espaço de enunciação.

2.2. ESPAÇO DE ENUNCIÇÃO

Um acontecimento de linguagem, é sempre um acontecimento no qual a língua funciona pela enunciação. Porém, algo necessário é observar que um acontecimento de linguagem se dá sempre, e de maneira incontornável, em um espaço de enunciação. Ou seja, não há acontecimento enunciativo fora de um espaço de enunciação.

O primeiro aspecto a ser considerado é que a noção de espaço de enunciação é para a semântica enunciativa, da maneira como a formulou Guimarães (2002), de todas as formas, central e decisiva. É a partir do desenvolvimento, e de

seu entendimento, que será possível pensar o funcionamento das línguas na relação constitutiva com seus falantes. E para considerar essa noção é necessário observar que os espaços de enunciação são espaços de funcionamento de línguas, ou seja, espaços onde se dão os acontecimentos enunciativos.

Ainda, nosso lugar teórico nos leva a observar a caracterização do espaço de enunciação a partir do funcionamento do político. Esta caracterização se dá pelo acontecimento de linguagem conforme diz Guimarães (2002):

Os espaços de enunciação são espaços de funcionamento de línguas, que se dividem, redividem, se misturam, desfazem, transformam por uma disputa incessante. São espaços ‘habitados’ por falantes, ou seja, por sujeitos divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer. São espaços constituídos pela equivocidade própria do acontecimento: da deontologia que organiza e distribui papéis, e do conflito, indissociado desta deontologia, que redivide o sensível, os papéis sociais. **O espaço de enunciação é um espaço político [...]** (Grifo nosso) (GUIMARÃES, 2002, p. 18-19).

Há, no entanto, que se especificar o que o autor entende por “falantes” ao tratar tanto da enunciação quanto da configuração de um espaço de enunciação. Para Guimarães (2002) os “falantes” são sujeitos da língua, sujeitos constituídos “pelo espaço de línguas e falantes”, pelo espaço de enunciação, portanto. Neste sentido, os falantes são categorias linguísticas e enunciativas. Assim, considera-se que o espaço de enunciação é caracterizado como um espaço político, conformado pela distribuição desigual das línguas para seus falantes

que são divididos por esta distribuição. Esta distribuição é produzida então, como um confronto, uma disputa.

Assim, ao considerarmos o espaço de enunciação pensamos em línguas, e nesse sentido, pensamos em sistemas de regularidades linguísticas. Dessa maneira, nos colocamos a considerar como esses sistemas de regularidades se relacionam. Guimarães (2012), diz que:

Colocar a questão assim é já colocar que a questão da língua e das sistematicidades se põe historicamente, e assim socialmente. Uma língua é um sistema de regularidades simbólicas produzido pela prática da linguagem. E, mais especificamente, é um sistema de regularidade reportado a seus falantes. Não há sistema de regularidades linguísticas senão enquanto este sistema determina os falantes num espaço de funcionamento das línguas que chamo o espaço de enunciação (GUIMARÃES, 2012, p. 21).

Há, portanto, uma relação de produção histórica entre as práticas de linguagem, as línguas e um sistema de regularidades linguísticas que determinam os falantes. E tudo isso se dá necessariamente num “espaço de funcionamento de línguas” que é o próprio espaço de enunciação.

Contudo, certas considerações específicas devem ser discutidas com o intuito de evitar algumas confusões teóricas a respeito dessa noção de espaço. Assim, de pronto uma primeira pergunta que surge diante de nós quando pensamos nesse assunto é: o que é o espaço? Poderíamos pensar aqui no conceito de espaço determinado pela Geografia (como já foi pensado e discutido em outro lugar), ou nos conceitos de

espaço construídos pela Física, como o espaço entre dois pontos separados por uma certa distância entre eles. Porém, e isso deve ficar claro, nosso lugar teórico-científico é o da linguagem, da enunciação.

A teoria da semântica enunciativa não considera o espaço de enunciação enquanto caracterizado por um princípio determinado em sua totalidade pela territorialidade, por especificações geográficas empiricamente constituídas. O espaço de enunciação é necessariamente caracterizado pelo político e constituído enquanto espaço de funcionamento de línguas, enquanto um espaço “habitado” por línguas e por falantes divididos por seus direitos e modos de dizer. E nesse sentido, o espaço de enunciação é condição necessária para o acontecimento de linguagem.

Os problemas relacionados à territorialidade emergem, em certa medida, por observarmos em determinados casos a predicação do sintagma nominal espaço de enunciação por determinações geográficas, como por exemplo: “espaço de enunciação do Brasil”; ou, “espaço de enunciação do inglês americano” etc., e, de algum modo, tais predicções que especificam um lugar ao espaço podem nos levar a pensar em uma territorialidade física.

As complexidades instaladas nesse tipo de questão estão no fato de se confundir tais determinações com uma espacialidade ou territorialidade tomadas empiricamente. Não há dúvidas que de certa forma há uma espacialidade envolvida, porém, não se constitui esta, em uma espacialidade física.

O sentido desta espacialidade é considerado pela relação de línguas e falantes. Ou seja, não é uma Geografia que constitui a relação de línguas e falantes. É a própria relação de línguas e falantes que dá sentido a esta “Geografia”, a uma espacialidade. Assim, mesmo não instituindo “fronteiras” empíricas, o funcionamento das línguas, de um certo modo, identifica e significa o próprio espaço de seu funcionamento.

Dessa forma, o princípio da territorialidade como espaço físico e geográfico não se constitui como fator decisivo para significar um espaço de enunciação. É por esse motivo que é necessário observar como Guimarães (2002), considera esta noção de espaço:

Considerar a configuração do acontecimento [...], coloca uma relação por todos os aspectos decisiva: a relação entre língua e falante, pois só há línguas porque há falantes e só há falantes porque há línguas. **E esta relação não pode ser tomada como uma relação empírica do tipo: em uma certa situação as pessoas falam na língua x, em outra, na língua y. Por exemplo, no Brasil se fala Português, na França, Francês, etc.** (Grifo nosso) (GUIMARÃES, 2002, p. 18).

Ou seja, a espacialidade seria então definida no próprio corte analítico que tomaremos como objeto dessa obra, e, ainda, a espacialidade será definida nessa distribuição de línguas a seus falantes, nessa relação política de disputa incessante. O aspecto de espacialidade na configuração de um espaço de enunciação tal não se dá empiricamente ou fisicamente, como dissemos. A constituição é histórica e significada no funcionamento das línguas e pela distribuição desigual destas línguas a seus falantes.

O espaço de enunciação é, assim, significado historicamente pelo funcionamento das línguas que estão em uma relação política constante de disputa. As línguas e os falantes são constituídos enquanto funcionando num espaço tal que é definido pelo corte analítico que estabelecemos. E é a partir desse entendimento que podemos considerar e observar espaços de enunciação mais complexos, como aquele que discutiremos adiante em nossas análises, configurado a partir da operação de tradução.

Observar espaços assim constituídos nos permite considerar a possibilidade de flexão de número e pensarmos em espaços (no plural). E assim, a partir daí, devemos levar em conta que considerar a constituição de um, ou mais espaços, está relacionado à delimitação construída segundo a delimitação analítica que se fizer para cada caso específico. E isso está relacionado à predicação da formação nominal¹³ que o significa de acordo com a especificação e que foge aos princípios absolutos de territorialidade. Ou seja, podemos pensar em um espaço de enunciação brasileiro ou o espaço de enunciação da América Latina se for pertinente.

13 Toma-se aqui Formação Nominal no sentido que toma Dias (2018, p. 122) *Enunciação e Relações Linguísticas*, pela qual diz que: “Na nossa concepção, então, formação nominal não design nem o *produto* da constituição dos nomes compostos, como nos estudos morfológicos estruturalistas, e nem o *produto* de um corte sintagmático, propulsor do nome *sintagma*, mas a unidade nominal considerada a partir do *processo* de constituição dos nomes [...]”. De tal modo, tem-se que a formação nominal será considerada a partir de sua “arquitetura” e não da sua “estrutura”.

Tais considerações possibilitam darmos início ao desenvolvimento da noção embrionária de um espaço de enunciação relacionado à tradução. Optamos aqui pela significação constituída como um espaço de enunciação global. Este espaço não é significado por conter “nele” todas as línguas do mundo, ou seja, o espaço de enunciação global não se constitui enquanto um “grande inventário” das línguas de um modo geral. Sua configuração e seu funcionamento se devem, em um primeiro momento de análise, a partir de um corte específico da própria análise. Não é, também, uma noção que se faz como distinta daquela já definida por Guimarães (2002).

Vimos que o espaço de enunciação é caracterizado por ser o lugar onde se dá o funcionamento e distribuição das línguas aos seus falantes, e que tal distribuição é desigual por ser este um espaço atravessado pelo político. Não apenas isso, é um espaço recortado historicamente pelo funcionamento do político na linguagem. Esta característica ocorre, pois, a estética do sensível é partilhada pelos lugares de dizer, do direito ao dizer. Guimarães (2002, p. 15) considera o político “[...] como algo que é próprio da divisão que afeta materialmente a linguagem e, [...], o acontecimento da enunciação”. E, continuando, ele define o político, ou a política, que é:

[...] caracterizado pela contradição de uma normatividade que estabelece (desigualmente) uma divisão do real e a afirmação de pertencimento dos que não estão incluídos. Deste modo, o político é um conflito entre uma divisão normativa e desigual do real e uma redivisão pela qual os desiguais afirmam seu pertencimento. Mais importante ainda, [...], é que deste ponto de vista o político é

incontornável porque o homem fala. O homem está sempre a assumir a palavra, por mais que esta lhe seja negada (GUIMARÃES, 2002, p. 16).

Assim, verifiquemos algo que nos expõe de pronto ao que consideramos se configurar o que chamamos aqui de um espaço de enunciação global e que exige que seja feito para evitar qualquer confusão em relação à noção já definida. Tal noção está diretamente relacionada ao material que tomamos neste trabalho. Ou seja, por tomarmos aqui como objeto de nossas análises um material que se constitui enquanto um documento de uma organização internacional de Estados, e de um trecho de uma obra da literatura, como apontado já na introdução, e suas traduções, nossas análises dar-se-ão a partir de textos de grande circulação global enunciados em línguas distintas (sendo aqui expostos os textos apenas em algumas línguas como o inglês, francês, espanhol e português brasileiro).

Esta configuração do espaço de enunciação significado por global, ocorre por ser um lugar de conviviabilidade de línguas, de disputas e de litígios incessantes em um espaço determinado por um corte analítico específico. Decidimos por tal determinação de espaço global por ser este um espaço de distribuição de línguas que gira em torno de um movimento que afeta línguas e falantes, um espaço afetado pelo efeito de uma certa globalidade quanto ao funcionamento dos textos e das línguas, do que algo que possa funcionar como uma totalidade linguística. Ou seja, o que o significa como global é mais o fato de os textos e suas traduções designarem um lugar de circulação afetado por esta globalidade do que pela ideia de

um espaço que contém a língua a, b, c e d e que as coloca em relação, por exemplo.

Portanto, a noção, mesmo que embrionária, da configuração de um espaço de enunciação construído pela relação de aproximação de línguas distintas pela operação de tradução, significado enquanto um espaço global de distribuição de línguas, se faz pelo aspecto deste funcionamento específico, o funcionamento da tradução enquanto um acontecimento de linguagem, em virtude da especificidade do material escolhido e das línguas postas em relação. Ou seja, não se trata da existência de um texto produzido em uma língua X e a sua tradução numa língua Y que determina um espaço de enunciação global, mas sim, a natureza da relação entre estas duas línguas, entre espaços de enunciação pela operação de tradução que se constitui um espaço de enunciação da própria tradução significado aqui como global. Assim, é a aproximação entre as línguas, entre os espaços determinados pelo corte específico de análise, em que se constitui o espaço de enunciação global, pela relação que institui a tradução.

Entretanto isso não significa dizer que toda tradução se dê num espaço de enunciação global. Aqui, este espaço é definido pela natureza da relação entre as línguas e do material escolhido e de suas análises. Não se constitui enquanto um espaço generalizado para toda e qualquer operação de tradução. Contudo, o que acontece é que a natureza do material selecionado para as análises que se constituirão neste livro, que coloca em relação textos distintos produzidos em espaços de enunciação distintos,

são postos em relação pela tradução. Esta é a especificidade do espaço de enunciação caracterizado como global, esta relação que “engloba” os espaços de enunciação que estão em relação no corte que fizemos.

Passaremos então ao próximo capítulo, lugar onde discutiremos outros aspectos centrais da teoria à qual nos filiamos nesta investigação. Ao tomarmos a reescrituração como procedimento central para a caracterização da operação de tradução por uma perspectiva específica, resolvemos realizar as considerações deste construto teórico já numa relação próxima com o objeto que nos prende a atenção, a tradução. Vejamos então os caminhos que nos levam à esta aproximação necessária para o que buscamos considerar aqui.

DA TRADUÇÃO E DA REESCRITURAÇÃO: UMA PERSPECTIVA ENUNCIATIVA

Neste capítulo tomaremos o cuidado de dar início a uma aproximação entre a operação de tradução e o procedimento de reescrituração. Partindo do lugar como abordamos a língua e seu funcionamento na enunciação, buscaremos observar a tradução posta em uma relação que se faz entre o “dizer” e o “redizer” por uma visada específica. Para tanto, apresentaremos aqui certas particularidades sobre o procedimento de reescrituração e seu funcionamento como um modo de relação textual, ou seja, entre textos. E para que de fato possamos chegar a um resultado pertinente desta relação, alguns aspectos centrais e decisivos deverão ser discutidos.

Portanto, não apenas esta relação entre o “dizer” e o “redizer” será abordada para esta aproximação, mas particularidades em relação ao modo como consideramos o texto via nosso lugar teórico, a configuração da cena enunciativa na e da tradução, o lugar da figura do tradutor como falante agenciado no acontecimento, e características necessárias do funcionamento da temporalidade também farão parte de nossas discussões neste momento.

3.1. TRADUÇÃO E REESCRITURAÇÃO: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES

A princípio tomaremos a posição de que a tradução é, por uma perspectiva enunciativa, uma relação de reescrituração, ou seja, uma relação que se faz entre o dizer e o redizer de um enunciado, de um texto, por um modo muito particular de funcionamento. Esta é a maneira pela qual podemos observar que a enunciação rediz o que já foi dito (GUIMARÃES, 2018), e que, desse modo, instala no dizer uma relação enunciativa e que faz interpretar “uma forma”, uma expressão ou um texto, “como diferente de si”. Mas considerar a tradução como um modo de reescrituração não se dá enquanto tomada por características segmentais ou de continuidade pelas quais um texto que traduz o outro constrói pela tradução um modo de contiguidade ou continuação (extensão) do texto de origem em outra língua. Por se tratar de uma relação de enunciação/acontecimento, é próprio de seu funcionamento a diferença, a temporalidade que a própria enunciação instala no presente.

Para isso, começaremos tomando a posição de que traduzir signifique “retomar” num sentido muito específico, em que o termo “retomar” significa “redizer”, ou melhor “redizer algo”. Se levássemos em consideração que na relação entre línguas distintas, um texto produzido na língua B “rediz” aquilo que é dito numa língua A, uma formulação destas remeteria para uma direção na qual o que se diz é o mesmo nas duas línguas. Não é isso, no entanto, o que buscamos apresentar. Essa seria uma maneira muito simplista de aproximar a

operação de tradução com o procedimento de reescrituração, e talvez até mesmo, de definir a tradução em sua totalidade. Se assim mantivéssemos nossa explicação poderíamos simplesmente dizer que tal procedimento de linguagem significa que um texto produzido numa língua B diz a “mesma coisa” que um texto produzido numa língua A. E nesse caso, ao tratarmos da tradução, a expressão “mesma coisa” nos proporcionaria um problema de enorme magnitude inserido de modo central na relação entre o texto de origem e o texto traduzido.

De pronto deve-se tomar como aspecto central, se quisermos considerar a tradução como reescrituração, que reescrever não significa dizer a “mesma coisa”. Reescrever significa, como veremos abaixo, um procedimento com características particulares no funcionamento das relações textuais.

A reescrituração é o procedimento pelo qual um elemento Y de um texto retoma um outro elemento X do texto (Guimarães, 2002, 2018). E esta “retomada” produz sentido. Segundo Guimarães (2002, p. 28), “[...] o procedimento de reescrituração no texto faz com que algo do texto seja interpretado como diferente de si”. Ou seja, reescrever significa interpretar um ponto do texto como diferente de si a partir de uma relação de atribuição de sentido no interior do próprio texto. No entanto, devemos nos perguntar: como isso ocorre? Isso ocorre quando:

[...] ao reescrever, ao fazer interpretar algo como diferente de si, este procedimento atribui (predica) algo ao reescriturado. E o que ele atribui? Aquilo que a própria reescrituração recorta como passado, como memorável (GUIMARÃES, 2002, p. 28).

Temos então que a reescrituração, ao redizer uma expressão, entre outros aspectos, recorta um passado de enunciações que atribui sentido àquilo que foi reescriturado. Ao fazer isso há um memorável que permite que algo seja interpretado diferente de si, permite um novo presente enunciativo, uma nova temporalidade. Ainda, temos em Guimarães (2007, p. 84), que diz que a reescrituração é uma operação “[...] pela qual, no fio do dizer, uma expressão se reporta a outra, pelos mais variados procedimentos. Ou por negar a outra, ou por **retomá-la**, ou por **redizê-la com outras palavras**, ou por expandi-la ou condensá-la, etc” (Grifo em negrito nosso).

E reescrever significa redizer, retomar, seja por um processo de repetição, substituição, condensação ou expansão, etc., sendo estes, modos de significar os procedimentos pelos quais pode se dar a reescrituração. Observando atentamente, podemos verificar que Guimarães (2002, 2007) define a reescrituração como um modo de redizer uma palavra ou uma expressão em um mesmo texto ou em uma relação entre textos diferentes como um procedimento que relaciona pontos do texto. Verificamos, assim, que a possibilidade de um texto redizer o outro em sua integralidade não está expressamente colocada como um dos modos de reescrever.

O que buscamos é mostrar que é possível, nos limites da teoria da Semântica do Acontecimento, considerar que podemos estender o alcance do procedimento de reescrituração e considerar a reescrituração entre textos. Nesta medida é que consideramos que a tradução é um funcionamento de

linguagem que podemos caracterizar como uma reescrituração por substituição, que precisamos melhor definir, como faremos posteriormente neste trabalho.

Algo que aqui devemos levar em consideração em um primeiro momento, é o fato de que a tradução é uma operação que não se dá, ou nem sempre se dá, do mesmo lugar que o da autoria do texto original. O tradutor, como veremos, é uma figura enunciativa constituída num outro lugar e numa outra temporalidade assumindo o lugar social de autor. No entanto, isso não significa dizer que o tradutor ocupa o lugar antes ocupado pelo autor do texto de origem e nem mesmo significa que o tradutor seja o *duplo* do autor original. O tradutor ocupa um lugar de autor de um modo muito específico e particular sem, no entanto, apagar nem o texto original e nem o autor de origem. Há, neste sentido, um deslocamento que se dá pelo próprio procedimento de reescrituração e pela configuração de uma cena enunciativa.

Desse modo, no caso exposto acima, traduzir é uma operação significada por ser uma retomada, ou seja, não um procedimento ou uma operação, mas como algo constituído por operações que acabam por instalar certas diferenças, outros sentidos, em relação ao texto de origem.

A noção que tomamos a partir de Guimarães (2002, 2007), como reescrituração é de natureza menos analítica que procedimental, a reescrituração do modo como assumimos aqui é um procedimento descritivo e analítico que possibilita

observar como se constitui a diferença a partir do acontecimento enunciativo e da temporalidade que caracteriza esse acontecimento. A noção de reescrituração instala um aspecto de nível teórico e conceitual que nos permite construir um outro modo de se considerar a tradução.

Retornaremos à discussão dos aspectos da reescrituração em momento posterior neste livro. Passaremos agora a tomar conta de algumas noções teóricas e conceituais necessárias para que possamos definir a tradução do modo como buscamos considerá-la. Para tanto, vejamos alguns aspectos essenciais sobre a noção de texto.

3.2. O TEXTO ENQUANTO UNIDADE

Voltando àquilo que nos diz Eco (2007), que a tradução é uma operação que se dá não entre sistemas e sim entre textos, é necessário que, de modo particular, apresentemos como (e, inclusive “o quê”), Guimarães (2017) considera um/o texto.

Quando falamos em texto do lugar de uma semântica histórica enunciativa, a princípio, não estamos falando simplesmente de algo construído a partir de uma segmentalidade em que uma palavra vem após a outra constituindo assim o significado do todo do texto. A primeira, e talvez, principal característica de observação de um texto pelo lugar teórico que assumimos, é a de trata-lo a partir de uma abordagem transversal, ou seja, a partir de modos de relação que fazem

com que ele signifique, produza significação. Assim, não observaremos um texto como algo formado por enunciados, e sim, como uma unidade que integra e é integrado por enunciados. A noção de integração é importante para que possamos apreender os modos de relação que constituem um texto como uma unidade de significação. Nesta medida, ela (a unidade de significação), é caracterizada por produzir sentido, e é isso que faz desta unidade um texto (GUIMARÃES, 2017).

Importante levar em conta é que, ao considerarmos o texto enquanto uma unidade, não o consideramos como algo que apresenta uma unicidade de sentido. Para nós um texto não é uno. Ele está sempre em relação de sentido com outros textos, com enunciados. Por outro lado, ao tomá-lo enquanto uma unidade de significação caracterizado por integrar enunciados e por estar em relação com outras unidades de linguagem, o texto pode, até certo ponto, ser considerado como um “elemento” que se apresenta entre outros “elementos” da mesma natureza.

De tal modo, tomando-o como um elemento que integra enunciados e se caracteriza como uma unidade de significação, a pergunta que se coloca a nós neste momento é: podemos considerar que um texto pode ser reescriturado por outro em sua integralidade nos moldes como Guimarães (2002-2018) concebe o procedimento de reescrituração? E então outra dúvida surge a partir da primeira: se isso é possível, como é seu funcionamento e como significa?

Se como dissemos, buscamos considerar a operação de tradução como um procedimento de reescrituração, e compartilhamos daquilo que diz Eco (2007) que a tradução se dá entre textos e não entre sistemas, as respostas às perguntas realizadas acima e a demonstração (descrição) de como isso ocorre se faz necessária em todos os aspectos.

Começemos então retornando à noção de reescrituração tal como apresentada acima. Guimarães (2007, p. 87) diz que a reescrituração “[...] é um procedimento que liga pontos de um texto a pontos do mesmo texto e liga pontos de um texto a pontos de um outro texto”. Ou seja, a reescrituração é um modo de relação no interior de um mesmo texto ou entre dois textos retomando pontos. Temos, assim, duas maneiras de funcionamento da reescrituração a partir da definição de Guimarães (2007).

Resta então, a consideração de um outro modo (um terceiro modo) de se considerar o procedimento de reescrituração: entre textos na sua integralidade. Ao buscarmos dois textos, um texto A produzido em uma determinada língua X, e outro B produzido em uma determinada língua Y, teremos dois textos constituídos por formas diferentes, por regularidades sintagmáticas diferentes e particularidades gramaticais e lexicais diferentes. Contudo, tanto o texto A em língua X quanto o texto B em língua Y continuam, na relação pela tradução, como unidades de significação e como elementos que integram e são integrados por enunciados. Ou seja, tais características não se perdem nem em uma e nem em outra língua.

Nesse caso, observamos uma forma de retomada de um texto produzido numa língua Y que rediz um texto produzido numa língua X. Contudo, tal como a noção de reescrituração coloca, este redizer não se dá de modo que um texto substitua o outro como sendo “o mesmo”, um igual, ou seja, ao reescrever um texto produzido em língua X por um texto em língua Y, significa retomar o texto de origem pelo “diferente”, atribuindo, assim pela própria reescrituração algo àquilo que foi reescriturado, um passado, um memorável que é recortado.

Desse modo, reescrever conforme as noções postuladas por Guimarães (2002-2018), resulta em algo significado como diferente de si. Significa, assim, um texto B redizer um texto A que coloca no centro da questão uma retomada, constituindo uma nova cena enunciativa, uma nova temporalidade, um outro lugar de produção dos sentidos.

Faz-se necessário então, apresentar certos aspectos teóricos específicos do funcionamento da relação entre textos produzidos em línguas distintas. Começaremos assim, por apresentar a configuração da cena enunciativa nesta relação.

3.3. A CONFIGURAÇÃO DA CENA ENUNCIATIVA NA OPERAÇÃO DE TRADUÇÃO

Partindo dos pressupostos teóricos da semântica da enunciação, um acontecimento enunciativo é o lugar onde se configura uma cena enunciativa e onde se apresentam as

figuras enunciativas, ou seja, aqueles que falam e aqueles para quem se fala. Tratar da cena enunciativa coloca em questão o funcionamento das línguas em um espaço de enunciação, ou seja, os modos como os falantes são tomados e levados a dizer por uma língua em um espaço de distribuição e de relação das línguas aos seus falantes específicos e de modos particulares.

Quanto à consideração dos falantes de uma língua, estes são caracterizados como figuras enunciativas instituídas no presente do acontecimento. E essas figuras enunciativas são agenciadas no acontecimento de dizer tomados pelas línguas que funcionam em um espaço de enunciação determinado. Os falantes são assim, afetados pelas línguas, o que caracteriza os modos de dizer.

Dessa forma, ao serem agenciados no acontecimento de enunciação em figuras enunciativas (GUIMARÃES, 2018), os falantes se constituem como Locutor que diz a um Locutário. Nesta relação de alocação o Locutor se apresenta inevitavelmente enquanto um outro eu que diz de um lugar social e, neste caso, diz enquanto um alocutor-x que podemos definir, *a priori*, como um alocutor-tradutor. Enquanto alocutor-tradutor ele instala a relação com um alocutário-x que pode ser um alocutário-leitor ou um alocutário específico, um alocutário-pesquisador, por exemplo. Além disso o falante se apresenta como um lugar de dizer, enquanto Enunciador. O alocutor-tradutor torna-se responsável pelo que se diz, no caso torna-se responsável pela realização da tradução, na relação tanto com o Locutor quanto com o enunciador.

No entanto, configurar a cena enunciativa desse modo poderia nos levar a colocar a relação entre línguas distintas num modo de transferência ou substituição do “mesmo”, configurando a tradução por um modo mecânico pelo qual se transferem os valores semânticos de uma língua X para os de uma língua Y, tendo o tradutor um papel reduzido de operador dessa transferência. Ou seja, o tradutor seria apenas um mediador/operador no centro do conflito entre as diferenças. Mas é preciso levar em conta a cena enunciativa no espaço teórico da semântica da enunciação que aqui consideramos.

Pela configuração da cena enunciativa neste domínio teórico, observamos que numa retomada de um texto por outro numa relação caracterizada pela operação de tradução o tradutor é, pela dinâmica própria da cena, a constituição de um outro lugar que não aquele de autor original. E nessa direção há uma divisão do lugar de autor na configuração da cena. Isso não significa dizer que há uma duplicação do lugar de autor, e sim um deslocamento instituído pela configuração da própria cena enunciativa da tradução. E ele se divide pelo fato de que ao traduzir um texto de uma língua para outra, o tradutor não é uma figura que se afasta daquilo que se produz, ou seja, não assume “função” mecânica ou mediadora, ele é tomado pelas línguas que são postas em relação.

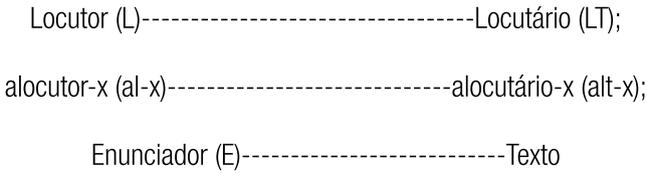
A figura do tradutor é assim tomada tanto pela língua do texto de origem, língua X, por exemplo, quanto pela língua para a qual se traduz, uma língua Y. Considerar a cena enunciativa da forma como a colocamos acima nos afasta do risco de dizer

que o tradutor estaria no lugar de um mediador em que traduzir seria “servir a dois mestres” (RICOEUR, 2012, p. 22), ou seja, alguém que serve ao estrangeiro em sua obra e ao leitor que não tem acesso à língua na qual foi produzida a obra original.

Diferentemente desses aspectos, o falante que é tomado na operação de tradução, é constituído enquanto figura enunciativa que se apresenta agenciado como um alocutor-tradutor. Por outro lado, ao ocupar o lugar social de dizer de alocutor-tradutor, ele se divide no agenciamento dos lugares de enunciação não somente como um alocutor-tradutor, mas também, enquanto um alocutor-leitor. O alocutor-tradutor é uma figura constituída no acontecimento da enunciação não apenas como aquele que diz, mas como aquele que lê um texto, ou seja, em alocutor-leitor, e com uma especificidade muito particular, pois são figuras tomadas por relações de línguas distintas.

Porém, tomar a palavra *ler* neste sentido em relação ao leitor não significa uma relação estreita com o escrito, de se *ler* porque está *escrito*. A relação com a leitura de um texto está num acontecimento e é uma relação de *interpretação* de um enunciado qualquer (GUIMARÃES, 2013). A figura enunciativa do leitor de um texto é importante para a configuração da cena enunciativa para que possamos caracterizar a operação de tradução como reescrituração e constituir uma diferença na própria configuração da cena enunciativa. Temos uma configuração, apresentada de modo breve aqui, que se dá da seguinte maneira:

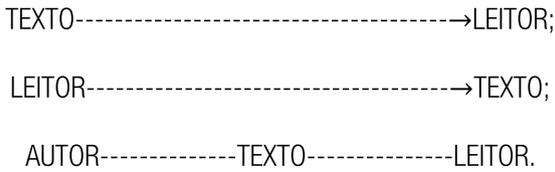
Diagrama 1



A descrição dessa cena apresenta uma relação de alocação que coloca em relação a divisão dos lugares enunciativos constituídos pelo acontecimento. Tal divisão, ou estética, se dá pelo funcionamento do político no dizer que instala na alocação aquele que fala e aquele para quem se fala, ou seja, aquele “para quem se traduz”, por seus direitos e modos de acesso ao dizer, ou seja, há uma normatividade política da linguagem que regula o acesso aos direitos e modos de dizer no acontecimento. Observamos ainda, que a figura do Enunciador é aquela que se encontra como “fora da história” (GUIMARÃES, 2002), é aquele que está em relação não com um *tu*, e sim com aquilo que se enuncia, com o texto e o modo como se enuncia.

Por outro lado, ao tomarmos aqui as considerações de como se analisa um texto, verificamos que podemos levar em consideração, de um modo geral, três relações (GUIMARÃES, 2013), que seriam:

Diagrama 2



Ao considerarmos a primeira posição na relação entre o texto e o leitor há uma relação de decifração daquilo que um texto diz (ler é decifrar), pois tudo o que dele se pode compreender está no próprio texto; verificando a segunda posição há uma projeção do leitor sobre um texto, uma projeção de compreensão, e isso nos leva na direção de que os sentidos de um texto estão no leitor, dependem da relação de cada leitor com o texto em particular; na terceira posição o leitor tem como objetivo encontrar no texto aquilo que o autor significou nele, ou seja, “[...] o leitor aparece assim como um correlato do autor” (GUIMARÃES, 2013, p. 191). Nossa posição não considera as duas primeiras, mas ao tomar a terceira posição o faz levando em conta uma “[...] particularidade no âmbito da terceira” (GUIMARÃES, 2013).

Antes de continuarmos é importante aqui a discussão sobre o termo expresso acima quanto à leitura que foi o termo *interpretar* ou *interpretação*. Em certos casos é possível que se confunda tradução com interpretação, como nos moldes apresentados por Eco (2007), que ao citar Jakobson diz que este apresenta em seu trabalho três níveis de tradução e nos quais

a palavra *interpretação* está sempre presente. Porém, o termo *interpretação* não se presta apenas às reflexões estruturalistas da linguagem como também às reflexões hermenêuticas da língua e da tradução (Eco, 2007). Concordamos ainda com Eco (2007, p. 291) que “Uma interpretação sempre precede a tradução [...]”, e ainda:

Com efeito, os bons tradutores, antes de começar a traduzir, passam um bom tempo lendo e relendo o texto e consultando todos os subsídios que permitam a melhor compreensão das passagens obscuras, termos ambíguos, referências eruditas [...] (ECO, 2007, p. 291).

Ou seja, uma tradução, ou uma boa tradução como diz Eco (2007), leva sempre a uma leitura do texto a ser traduzido e, se necessário for, uma releitura e, no nosso caso, a leitura de um texto está em uma relação de interpretação em um acontecimento de enunciação. No caso da tradução, interpretar não é traduzir, se assim fosse nos colocaríamos no lugar da substituição termo a termo pela qual a tradução seria a substituição de um signo linguístico de uma língua por um signo linguístico equivalente em outra língua. A interpretação é um gesto¹⁴ (ORLANDI, 2012), um procedimento que faz parte do processo de análise de um texto e não a análise em si. Ainda, se

14 Tomamos aqui o termo “gesto” num sentido muito específico como o toma Orlandi (2012), no qual a autora diz que a palavra “gesto”, por uma perspectiva discursiva “[...] serve justamente para deslocar a noção de ‘ato’ da perspectiva pragmática; sem, no entanto, desconsiderá-la” (Idem, p. 18). Ou seja, a escolha da palavra “gesto” como modo de significar a interpretação deve-se à uma questão mais conceitual que simples escolha. É um modo de diferenciar lugares teóricos e científicos e de permanecermos no lugar conceitual ao qual nos filiamos mantendo-nos com certo grau de afastamento das noções pragmáticas da linguagem.

interpretar fosse traduzir cairíamos no risco de incorrer nas duas primeiras posições do diagrama 2 segundo às quais, interpretar seria decifrar ou seria uma projeção do leitor sobre um texto.

Configurar a cena enunciativa na análise de um texto e mais, numa análise pela qual se considera a tradução como um procedimento de reescrituração, nos leva a considerar o lugar do tradutor em sua relação com o leitor nas figuras enunciativas instaladas no presente do acontecimento. Isso nos faz levar em consideração tanto a horizontalidade quanto a verticalidade das relações existentes entre os lugares enunciativos ocupados por estas figuras. Dessa maneira podemos apresentar esta relação entre autor e texto pelo seguinte esquema:

Diagrama 3

AUTOR=====TEXTO¹⁵

Nesta direção cabe a pergunta: e o leitor, onde ele entra neste esquema? Dissemos acima que tomando a terceira posição o leitor assume um lugar correlato ao do autor, no entanto, não é esta relação que nos envolve teoricamente nas análises de um texto. Guimarães (2013) aponta que o:

Primeiro aspecto importante, o falante, no sentido que dou a este termo, como figura do espaço de enunciação, é agenciado em leitor enquanto alocutário-y e não enquanto Alocutário¹⁶. A análise

15 Ver Guimarães: *Ler um Texto: Uma Perspectiva Enunciativa* (2013). Neste caso específico apresentamos a relação entre o autor e o texto não aparecendo, ainda, a figura do Leitor.

16 Alocutário foi em textos posteriores substituído por Locutário.

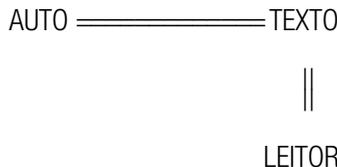
do texto (a interpretação), feita do lugar de leitor, é ela própria um outro acontecimento, é de um outro tempo. Um tempo que é projetado pelo acontecimento de enunciação como uma relação do presente ao futuro: o futuro é, no acontecimento do texto, o tempo da interpretação (GUIMARÃES, 2013, p. 201).

Diz ainda que:

Deste modo fica posto que a análise de um texto, a relação de leitura, de interpretação, é sempre uma relação que não consegue escapar a certos traços de anacronismo. Não se interpreta do lugar correlato ao do Autor. Isto seria uma mera e impossível reprodução de suas intervenções no processo de construção do texto. A relação de leitor vem de outro lugar, de outro acontecimento, e faz funcionar a temporalidade do acontecimento de modo particular (GUIMARÃES, 2013, p. 201-202).

Há, portanto uma relação de horizontalidade entre autor e texto, porém a relação muda para a verticalidade quando entra no jogo da cena a figura do leitor, que instala o acontecimento de leitura em outra temporalidade, e isso pode ser representado pelo esquema diagramado que apresentaremos como modo de entrada do leitor na cena enunciativa:

Diagrama 4



Neste caso a figura do leitor está em uma relação direta com o texto não sendo assim um correlato do autor. Isso mostra que a relação do autor com o texto se dá numa temporalidade própria e específica de acontecimento enunciativo, enquanto que a relação do leitor com o texto se dá num outro (novo) acontecimento, um acontecimento de leitura. E, portanto, conforme Guimarães (2013, p. 203): “A não colocação do autor e do leitor na mesma sequência horizontal da linha indica, neste diagrama, um outro tempo, um outro acontecimento, indica a disparidade do lugar do leitor relativamente ao lugar de autor”.

No entanto, o que se trata aqui é do lugar do leitor enquanto leitor analista e não enquanto o lugar do alocutário-leitor de um texto. Os lugares de autor e de leitor são constituídos “por acontecimentos diferentes” (GUIMARÃES, 2013), são temporalidades distintas. Nesta medida, o texto é uma unidade de significação, porém não apresenta uma univocidade de sentidos. Conforme Guimarães (2013):

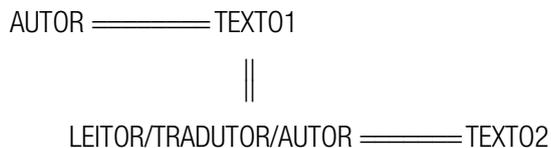
Se colocamos isso levando em conta que analisar um texto não é simplesmente interpretá-lo deste lugar de alocutário-leitor tomado no intercurso cotidiano da linguagem, temos que considerar que ao analista, tal como faço aqui, cabe apresentar seu lugar de leitor, seu lugar de interpretação. Trata-se nesse caso de considerar a leitura como um procedimento próprio à linguagem, mas também como um processo que procura dar à interpretação uma sustentação própria de procedimentos cientificamente estabelecidos. É preciso constituir um procedimento específico que, ao lado de levar em conta a disparidade entre relação de autor e relação de leitor, não se descure daquilo que é a relação de autor e não se

transforme a interpretação numa prática própria da onipotência do sujeito. Ler é dispor de um procedimento que estabelece uma distância e ao mesmo tempo exige uma descrição do material analisado (GUIMARÃES, 2013, p. 203).

Este é um ponto central que possibilita a não consideração, na operação de tradução como reescrituração, do tradutor enquanto o duplo do autor do texto de origem. Ou seja, nem o tradutor e nem o texto traduzido serão desdobramentos ou simples reflexos do autor ou do texto de origem. O autor e o tradutor são considerados em acontecimentos e temporalidades distintas.

Consideremos agora o lugar do tradutor na configuração da cena enunciativa, pensando a tradução pela perspectiva da enunciação. Em primeiro lugar, o que muda é o fato de que um tradutor será sempre um leitor como visto em Eco (2007), no entanto, um leitor como aquele considerado por Guimarães (2013). E neste caso considera-se que só há uma operação de tradução depois de um acontecimento de leitura. Portanto, a configuração da cena enunciativa na/da tradução dar-se-á da seguinte maneira:

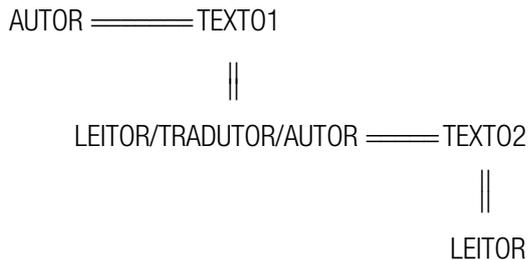
Diagrama 5



Esse diagrama apresenta o lugar do tradutor na cena enunciativa ao mesmo tempo que o lugar do texto traduzido. Ou seja, isso nos leva a observar que o texto traduzido é um outro texto em relação ao texto de origem, é outra unidade de significação produzido em um outro acontecimento. O texto traduzido é significado por outra temporalidade, por outro acontecimento diferente daquele que constitui 1 do mesmo modo que o lugar do tradutor se dá num acontecimento outro em relação ao autor de 1. O que devemos levar em conta é que o texto traduzido, ou texto 2, tem como passado o texto que se traduz, ou texto 1.

Há ainda que se considerar o lugar do leitor do texto traduzido que, do mesmo modo, não se encontra na horizontalidade do tradutor e sim numa posição de verticalidade com o texto produzido pelo leitor/tradutor do texto de origem, de tal modo que o esquema diagramado se apresenta da seguinte maneira:

Diagrama 6



Tal configuração da relação de cenas enunciativas num acontecimento de tradução permite considerar a leitura do texto traduzido também como um outro acontecimento em relação à produção do texto pelo leitor/tradutor. Isto sustenta o fato de que um texto traduzido significará sempre uma nova temporalidade em relação ao texto de origem, e não apenas pelo motivo de a leitura se dar num outro acontecimento, mas pelo fato de a relação entre os dois textos se dar em temporalidades, ou em acontecimentos distintos. Se, por outro lado, as figuras enunciativas estivessem numa relação de horizontalidade do tipo:

Diagrama 7

AUTOR = TEXTO = LEITOR/TRADUTOR = TEXTO = LEITOR

os leitores que ocupam as posições central e final teriam como objetivo encontrar no texto aquilo que o autor significou e seria de tal modo que o leitor/tradutor seria o correlato direto do autor e o leitor da posição final seria o correlato direto do tradutor, levando esta relação em uma direção de infinitude e continuidade dos sentidos, não havendo aí espaço para a interpretação, espaço para o “novo”, pois seriam todos elementos de um mesmo acontecimento, uma contiguidade temporal.

Ao dispormos do diagrama da configuração da cena enunciativa de um acontecimento de enunciação, tomando a tradução como reescrituração, podemos encontrar as relações de diferenças entre os textos que apresentaremos para nossas análises. Como se vê um acontecimento de leitura se dá numa

temporalidade distinta daquela em que se dá a produção da obra na língua de partida. E os leitores/tradutores enquanto sujeitos distintos uns dos outros são também tomados por modos distintos pelas línguas no espaço de enunciação. Então, o acontecimento de leitura será sempre outro para cada leitor e nunca o mesmo.

Não apenas estes aspectos do agenciamento dos falantes no acontecimento enunciativo, que envolve a relação entre textos produzidos em línguas distintas, particularizam o modo como buscamos considerar a tradução. É necessário, portanto, aprofundarmo-nos mais num outro aspecto também central para o que buscamos apresentar aqui que é a relação entre leitor e interpretação pela perspectiva enunciativa para, posteriormente, passarmos às considerações sobre a temporalidade.

3.4. O LEITOR E A INTERPRETAÇÃO POR UMA PERSPECTIVA ENUNCIATIVA

O que significa ler um texto? Ou, o que significa interpretar um texto? Podemos nos perguntar ainda: como ler um texto? Ou então: como interpretar um texto? São quatro perguntas que poderíamos responder dizendo que ler um texto é: passar os olhos por sobre algumas páginas; e interpretar seria poder “explicar” aquilo que tanto o autor quanto o texto gostariam de dizer. Desse modo, estaria posto aí a figura de um leitor passivo quanto à produção dos sentidos recebendo apenas

“ordens” de um autor através de um texto que diz aquilo que o leitor deve compreender. É certo que alguns textos podem ser menos passíveis de uma interpretação mais “profunda” (se assim podemos dizer) que outros, como a exemplo de um manual para a montagem de uma máquina que indica, por figuras e dizeres, que uma peça A deve ser encaixada no ponto A do corpo da máquina. De certa forma, há aí a necessidade, mesmo que menor por um limite, de interpretação.

Mas, vamos neste ponto concordar com Eco (2015) quando este diz que devemos cuidar dos limites e das condições da interpretação. Uma interpretação ilimitada, livre de todos os modos, poderia levar-nos a caminhos tortuosos não respeitando os próprios limites do texto que interpretamos. Há certas condições de interpretação que devem ser respeitadas, e estas condições são teóricas, são formadas por dispositivos teóricos e analíticos que permitem a interpretação em seus limites específicos. Desse modo, o que queremos dizer aqui é que quanto ao processo de realizar uma operação interpretativa em relação a um texto, estamos sempre tomados por um certo conjunto de procedimentos estabelecidos por uma teoria. Se assim não fosse, talvez nem mesmo com a suposta segurança de um “fio de Ariadne”¹⁷, conseguiríamos sair do labirinto interpretativo que estaríamos nos colocando.

17 História da mitologia grega na qual Ariadne se valendo de um fio de novelo de lã ajuda seu amado Teseu a fugir do labirinto do Minotauro (figura mitológica meio touro meio homem).

É certo, também, que a interpretação não é una, ou seja, um gesto¹⁸ de interpretação nunca é unívoco em si mesmo. A interpretação pode ser muitas, inclusive de um mesmo texto. Tomaremos seu funcionamento como algo que se dá pela leitura que se realiza no lugar do leitor. Desse modo, podemos considerar que, da mesma maneira que a língua e um texto, uma interpretação nunca se fecha em si. É uma ilusão, como observa Orlandi (2012), pensar poder dar a “palavra final”. Vejamos aqui o exemplo de uma experiência pessoal que pensamos ser a de muitos outros. Ler um livro duas vezes nunca é a mesma coisa, é nunca observar os mesmos sentidos produzidos. Somos sempre afetados por modos diferentes pela língua e pela história. Não há nunca a possibilidade de uma mesma interpretação, nem quando o sujeito que lê é o mesmo. E é neste ponto que primeiramente gostaríamos de entrar.

Partindo do lugar de uma semântica da enunciação, pensar num “leitor ideal” ou em um “leitor modelo”, limitar-nos-ia a pensar em uma relação objetiva e direta entre um texto que institui de pronto um leitor específico para ele. Não que Eco (2015) não esteja certo por pensar como pensa em seu lugar de observação, mas seria algo insuficiente para nós – que consideramos a linguagem via produção sócio-histórica, e o falante tomado por uma língua e agenciado historicamente

18 Ver Orlandi (2012): “Efetivamente, no momento em que se assume a incompletude da linguagem, sua materialidade (discursiva), o gesto de interpretação passa a ser visto como uma relação necessária (embora na maior parte das vezes negada pelo sujeito) e que intervém decisivamente na relação do sujeito com o mundo (natural e social), mesmo que ele não saiba” (Idem, p. 20).

por um lugar social do dizer (ler) –, estabilizar a figura do leitor por certos aspectos. É, até mesmo, fato constatado que “A leitura nos pega de modos diferentes e por razões inclusive desconhecidas” (GUIMARÃES, 2017, p. 9).

Talvez, se tomássemos, via de regra, que o texto é uma tessitura com pontos vazios, lacunas, às quais o “leitor-ideal”, ou o “leitor-modelo” é instituído como aquele que vem a preencher tais “espaços vazios” dos sentidos, a consideração da produção do lugar histórico e social externo à linguagem não seria necessária, e talvez inexistente. Como dissemos acima, tomamos sim, o texto como algo que não se completa em si mesmo, não é uma “peça” capaz de se significar. Mas, tomando sua tessitura, as relações produzidas pelas combinações linguísticas que fazem do texto um texto, os sentidos são produzidos na e pela leitura, na e pela interpretação, tal como acima configurada. O texto é uma unidade de significação que está sim à espera de um leitor, no entanto, o leitor de qualquer texto pode ser qualquer um, enquanto agenciado por um lugar de interpretação na relação com o texto.

É nessa direção que tomamos o lugar social do leitor construído historicamente. Uma obra filosófica, por exemplo, pode ser lida por um leitor-economista; um leitor-professor; um leitor-médico; leitor-linguista etc. Nesses casos, cada leitor constituído por lugares sociais distintos tomará “caminhos interpretativos” também distintos. Vejam, isto ocorre pelo fato de o texto ser um acontecimento de linguagem, um acontecimento que temporaliza e produz sentidos, e a leitura é também

um acontecimento, é também uma temporalização fora dos aspectos cronológicos e empíricos do tempo. Não se trata de uma leitura que fiz ontem e outra que fiz hoje. Trata-se de uma temporalidade que o próprio acontecimento institui como sua. E aqui já estamos tratando de leitura e interpretação, que se limitam a procedimentos disponíveis de análises que permeiam uma semântica enunciativa. Tornamos a apresentar que, para Guimarães (2017, p. 19) “[...] o sentido é produzido na enunciação tomada como um acontecimento”.

Não tornaremos a apresentar o que Guimarães (2017) define como texto, isso já está posto em outro lugar deste estudo. No entanto, temos que dizer que o texto é o objeto central de nossas análises, estamos trabalhando com textos (além claro de nossa unidade de análise que é o enunciado). Por isso, diremos que:

[...] colocando-nos no domínio da enunciação, a relação de significação tem diretamente a ver com uma relação de integração do enunciado com o texto. E esta relação é, [...], transversal, não composicional, como não poderia ser, já que se considera a relação com o texto. Assim a *interpretação* do sentido não é o percurso que se faz na estrutura sintática de seus componentes até sua totalidade, trata-se da consideração de atribuição de sentido que sofre os enunciados considerados na relação com o sujeito pelo acontecimento de enunciação (GUIMARÃES, 2017, p. 43) (grifo nosso).

E assim, continua dizendo que: “A interpretação semântica não se reduz à projeção de uma regra de ‘leitura’ automática dos elementos da sintaxe. A interpretação semântica é feita de *um lugar de leitor* [...]” (GUIMARÃES,

2017, p.43) (Grifo em itálico nosso). Ou seja, não buscamos, em primeiro lugar, ler um texto de forma automática que nos coloca numa relação de uma segmentalidade da estrutura sintática. A interpretação não ocorre, para nós, por uma relação que se inicia na primeira palavra de um livro até a última seguindo um percurso rígido e estruturado. Devemos observar que a leitura de um texto se dá por um modo transversal e não via relações composicionais. Em segundo lugar, a leitura se dá a partir da consideração do lugar social assumido (ocupado) pelo leitor. Há, portanto, uma relação diferente que se desloca quanto à relação autor-texto e texto-leitor.

Esse modo de se observar a interpretação nos é fundamental, por que o texto não é, em nossa compreensão, um “enunciado grande” ou uma “frase grande”. O texto é, como supracitado, uma unidade que integra enunciados e que é integrada por enunciados. É por essa característica que um texto é uma unidade de sentidos. E as relações que são produzidas em um texto são relações que permitem a produção dos sentidos como as relações por articulação e por reescrituração.

Pensar este aspecto da análise e da interpretação, é até certo ponto pensar que o lugar de leitor não é um correlato do alocutor justamente por ser de outro acontecimento e não do mesmo. Desse modo, a correlação dos lugares sociais configurados pela dinâmica da cena enunciativa nos coloca diante de certas disparidades que são, além de interessantes, importantes para a compreensão do porque não considerarmos a figura de um “leitor-ideal” ou “leitor-modelo”.

Dizer que o leitor é o correlato do lugar da relação de autor ou que o alocutor constitui como correlato seu o lugar social de um alocutário, não significa dizer que há uma relação direta de comunicação entre um autor e um leitor, significa, pois, algo muito diferente disso. O lugar social de um alocutor representa uma disparidade em relação ao lugar de Locutor que representa o texto como uno e o alocutor não “[...] pelo simples fato de ele ser já uma divisão do Locutor e uma relação com o fora do texto” (GUIMARÃES, 2017, p. 44).

Assim, um alocutor-autor pode ser um autor que diz de um lugar de historiador, político, poeta, economista, filósofo etc., e por outro lado, o lugar social do leitor não é “da mesma natureza”, podendo, a leitura, se dar a partir do lugar de um leitor-padre, um leitor-aluno, um leitor-linguista etc., o que indica que “[...] o lugar social expõe a relação enunciativa com o fora do texto no acontecimento” (GUIMARÃES, 2017, p. 45). E este é um aspecto fundamental para a produção dos sentidos de um texto, e por conseguinte, para que a interpretação seja realizada a partir de critérios metodológicos que não ultrapassem os limites daquilo que um texto pode (e deve) materialmente significar.

É ainda nessa direção, que a interpretação não deve ocorrer numa relação entre Locutor-Locutário. Se fosse dessa forma, o sentido de um texto seria algo marcado no próprio texto pelo Locutor cabendo ao leitor uma simples função de encontrar essas marcas (a leitura seria uma decodificação). Ou seja, estaríamos diante de uma “caça” ao sentido seguindo certas “pistas” explícitas no texto. No entanto, analisar um

texto semanticamente não é analisar via tal caminho. O lugar de leitor instituído na configuração da cena enunciativa de um acontecimento é um lugar social construído historicamente o que acaba por colocar o texto numa relação com o que está fora dele, com o seu exterior.

Pensar no lugar social ocupado pelo leitor leva à consideração de certos aspectos que são particulares do interesse do leitor em relação a um texto. E tais aspectos desse interesse, não se fundam a partir de características psicológicas ou da intenção daquele que lê uma obra. Não são as “vontades pessoais” de um leitor que governam a produção dos sentidos de um texto. Assim:

A relação de leitor não é uma relação de vontade de uma pessoa, é um lugar constituído pela cena enunciativa. Ou seja, a relação de leitor não se dá como uma relação falante/ouvinte, pragmática. Estas duas categorias (tal como se definem como a pessoa que fala e a quem se fala) são insuficientes para considerar o processo de interpretação das enunciações (GUIMARÃES, 2017, p. 46).

Devemos ainda levar em conta outro aspecto fulcral quanto à posição tanto do autor quanto a do leitor. Este aspecto que marca uma diferença para e no acontecimento de leitura é o da temporalidade. E não estamos falando aqui, como já apresentamos, de uma temporalidade crônica/física na qual se estabelece uma relação lógica de que primeiro se escreve e depois se lê um texto (dizer isso seria jogar com a obviedade de que para se ler um texto é necessário que o texto seja primeiro escrito). Não é essa a temporalidade que

tratamos aqui. Se sustentamos que o acontecimento de enunciação é diferença em sua própria ordem pelo fato de instalar uma temporalidade que é própria, e se afirmamos também que ler um texto se dá como um acontecimento de leitura, este também é caracterizado por instalar uma temporalidade que o marca como uma diferença em sua própria ordem.

A relação da temporalidade instalada no acontecimento de autoria é diferente da relação da temporalidade no acontecimento de leitura. Isso ocorre por que o autor é tomado por uma relação que vai do presente ao passado do acontecimento projetando-se, assim, um futuro. Já a relação do leitor se dá num lugar que se constitui do presente para o futuro pela consideração do passado. Ou seja, a leitura ocorre num presente do acontecimento (o acontecimento de leitura) que abre o tempo da futuridade onde se interpreta, o lugar da produção dos sentidos, de novos enunciados, assim, pois: “[...] a relação de leitor é a relação do presente com o futuro na temporalidade do acontecimento. O futuro é, no acontecimento, o tempo da interpretação” (GUIMARÃES, 2017, p. 47).

Chegamos, portanto, ao ponto em que pudemos apresentar a importância do leitor e da interpretação como algo que também marca uma diferença para a consideração da operação de tradução como um procedimento de reescrituração. Como estamos aqui tratando tais aspectos do lugar de semanticistas, nosso lugar de análise nos coloca como que numa exigência, diante dos textos, diante da necessidade de interpretá-los com o maior rigor possível dentro dos limites que

nos são possíveis. Exatamente por isso que não podemos pensar a interpretação e a leitura como práticas sem procedimentos ou métodos científicos.

E exatamente por isso, não podemos considerar a interpretação e a leitura a partir da possibilidade de imposição da intenção do autor, da intenção do texto e/ou da intenção do leitor. Ou seja, devemos considerar a interpretação e a leitura a partir do lugar do analista, daquele que lê um texto tomado por dispositivos teóricos e conceituais de análise e que procedimentos nos permitem realizar¹⁹.

É central que enquanto analistas, não consideremos a interpretação como algo simples e cotidianamente significada como o simples fato de se “dizer aquilo que o texto quer dizer”, ou seja, a interpretação não se faz como um processo que nos permite explicar aquilo que o texto impõe como seu sentido marcado por um percurso de sua estrutura. Assim, o que se busca é a verificação do processo de produção dos sentidos partindo, primeiramente, de um lugar de “leitor-semanticista” para não correr o risco de nos tornarmos meros reprodutores dos “sentidos historicamente estabilizados” (GUIMARÃES, 2017).

19 Se colocamos isso levando em conta que analisar texto não é simplesmente interpretá-lo deste lugar de alocutário-leitor tomado no intercurso cotidiano da linguagem, temos que considerar que ao analista, [...], cabe apresentar seu lugar de leitor, seu lugar de interpretação. Trata-se nesse caso de considerar a leitura não como um simples procedimento próprio da linguagem, mas como um processo que procura dar à interpretação uma sustentação própria de procedimentos cientificamente sustentados. É preciso constituir um procedimento específico que ao lado de levar em conta a disparidade entre a relação autor e a relação leitor, não se descure daquilo que é a relação de autor e não se transforme a interpretação numa prática própria da onipotência do sujeito (GUIMARÃES, 2017, p. 47).

Contudo, nos vem uma última questão a ser considerada aqui. Porque estamos falando em interpretação quando o assunto central é a consideração da tradução enquanto um procedimento de reescrituração? Dissemos anteriormente que nosso trabalho se faz em torno dos textos que são traduzidos, reescriturados de uma língua para outra. Alguém escreve uma obra em uma determinada língua A e esta obra é reescriturada por outra em uma determinada língua B. Há aí um autor que assume este lugar social de dizer e escreve, e há antes de um tradutor, um leitor que assume este lugar social agenciado no acontecimento. A interpretação se faz neste lugar da leitura que permitirá a produção do texto traduzido. Ou seja, a interpretação se dá como procedimento necessário da tradução enquanto reescrituração. Não existe produção dos sentidos sem a leitura, sem a interpretação e, por conseguinte, não existe operação de tradução que não passe pelos aspectos da interpretação.

Mas isto que foi colocado, surgiu no decorrer da produção do presente livro quando da leitura de Eco (2007)²⁰ sobre a tradução, onde a questão do problema da relação entre significado e interpretação na e para a tradução surge quase que no começo da obra (mais precisamente na página 95). Foi aí que a reflexão sobre a importância que o processo interpretativo tem, não apenas para a literatura, e mais recentemente, para a linguística, mas para que se possa pensar a tradução por uma perspectiva enunciativa, surgiu como um desafio a ser proposto.

20 Ver mais em Eco (2007): “Quase a Mesma Coisa: Experiências de Tradução”.

Eco (2007) inicia dizendo sobre o fato de ter que traduzir uma obra de Nerval, Sylvie, e a dificuldade quanto à tradução de certos termos que têm significados específicos numa língua específica, no caso o francês. A palavra de sua dificuldade é o termo *Chaumière*, um termo em francês que não existe equivalente na língua italiana. Sim, este também é um problema quando passamos a investigar a tradução, a complexa lista de termos sem equivalentes e a complicada ideia de equivalência linguística, textual. O fato é que Eco (2007), busca um termo equivalente em italiano que possa se equivaler à um referencial externo, empírico, no mundo. Isso se torna evidente quando em certo momento o mago de Bolonha diz que pelo fato de o termo em francês ter pelo menos cinco propriedades:

Não se pode usar uma palavra só, sobretudo se for preciso acrescentar, como acontece no sexto capítulo, que *a petite chaumière* da tia era *en pierres de grès inégales*. Não é uma *capanna*, que **em italiano tem que ser de madeira ou palha** (enquanto uma *casetta* italiana tem cobertura de telhas e não é necessariamente uma moradia pobre), mas também não é uma *baita*, que na Itália é uma rústica construção de montanha, um refúgio provisório (Grifo em negrito nosso) (ECO, 2007, p. 95).

O problema para ele não se encontra no fato de algo ter um significado produzido historicamente numa língua específica. O problema se dá na busca por um referencial externo para se produzir o significado de um termo ou uma expressão. É claro que o trabalho do tradutor é caracterizado pelo aspecto de aproximação para que a obra reescriturada não se torne algo tão distante daquilo que deveria ser. No entanto, da mesma

maneira que uma língua A tem uma história enunciativa que tem influência direta na produção dos sentidos, uma língua B, língua para a qual se traduz uma obra, tem também uma história enunciativa que também influi na produção dos sentidos.

É ainda neste jogo das faltas que a dinâmica da interpretação opera. Por mais que o tradutor se valha de um bom dicionário ou até mesmo de uma boa enciclopédia, como sustenta Eco (2007), não é neste lugar de uma possível “substituição de verbetes” que o sentido se constitui. O sentido de um texto é produzido por toda uma série de relações e de noções teóricas que operam no acontecimento enunciativo e que permitem verificar aquilo que um texto diz²¹. É evidente que em certos casos, um falante que assume o papel de leitor-tradutor, não encontrando relações de sinonímia entre as duas regularidades linguísticas, o uso de um dicionário ou de uma enciclopédia que lhe permita “explicar” uma palavra ou uma expressão é válido. Afinal, não estamos aqui a averiguar os modos e os instrumentos de que um tradutor se vale para realizar seu “ofício”, seu “trabalho”. Estamos aqui para construir uma maneira específica de se considerar a tradução, de modo a sustentar a afirmação de que a tradução é uma operação que se dá a partir de um procedimento de reescrituração e que, por isso, marca uma diferença em sua constituição.

Pois, a tradução para nós, e isso está sempre sendo dito aqui, não é uma busca por um sentido perdido e nem mesmo

21 Observe-se o fato de não utilizarmos aqui a expressão “o que um texto quer dizer” como modo de fugir da noção pragmática e intencional de texto.

uma restituição de algo que se perdeu. Na mesma direção, não enxergamos a operação de tradução como uma forma de se completar aquilo que está incompleto, uma língua ou uma obra por exemplo. A tradução é uma operação de linguagem que coloca em relação línguas, falantes, espaços de enunciação e o tempo. A incompletude²² não se dá na e pela estrutura de uma obra como algo que “faltou o autor colocar”. A incompletude é uma característica própria da língua. Uma língua não diz tudo, a língua é sempre a possibilidade de se dizer algo. Uma obra é sempre a possibilidade de ser dita, de ser retomada, enfim, é sempre a possibilidade de ser reescriturada.

Contudo, há ainda uma coisa que merece ser dita aqui antes de encerrarmos essa seção e que pode ser interessante e até mesmo central para nosso trabalho, já que falamos sobre a dinâmica da configuração da cena enunciativa e a interpretação. Vejam, dissemos há pouco que a interpretação se dá na futuridade do texto, mas nem por isso a interpretação deve ser tratada como uma conjectura via inferência de indícios e dedução do que algo pode ou poderá ser. Isso ocorre pelo fato de o futuro do texto não se dar enquanto o futuro do tempo físico. Apesar de a interpretação se dar na relação do presente ao futuro do acontecimento de linguagem, ela se dá também num presente de um outro acontecimento, o da leitura. Parece

22 De acordo com Orlandi (1999, p. 52): “A condição da linguagem é a incompletude. Nem sujeitos nem sentidos estão completos, já feitos, constituídos definitivamente. Constituem-se e funcionam sob o modo do entremeio, da relação, da falta, do movimento. Essa incompletude atesta a abertura do simbólico, pois a falta é também o lugar do possível”. Ainda, “[...] há sempre o incompleto, o possível pela interpretação outra”.

ser algo confuso e ao mesmo tempo paradoxal, estar no futuro e no presente ao mesmo tempo. Isso ocorre pois há um tempo do acontecimento de produção do texto e um tempo instalado no acontecimento de leitura do texto. E o que há de interessante nessa temporalidade distinta é que a interpretação não se dá como que prevista no acontecimento do texto. Ou seja, são temporalidades distintas pelas quais o texto coloca o lugar da interpretação pela alocação, pela relação entre as figuras enunciativas agenciadas na configuração da cena enunciativa. Contudo, a interpretação se dá não como reprodução da relação de alocação, mas como parte de um outro acontecimeneto.

Passaremos então à seção na qual trataremos da relação entre a tradução e a temporalidade instalada no presente do acontecimento que ocorre de um modo diferente quando da relação entre textos produzidos em línguas distintas e aproximados pela operação de tradução.

3.5. TRADUÇÃO E TEMPORALIDADE

Se podemos sustentar que a tradução é um acontecimento enunciativo, podemos também afirmar que ela, enquanto acontecimento, instala uma outra cena enunciativa e ainda, produz a instalação de uma nova temporalidade, ou seja, um novo espaço de convivibilidade dos tempos (algo que veremos melhor o funcionamento adiante quando das análises). A temporalidade, tal como já vimos, não se constitui enquanto

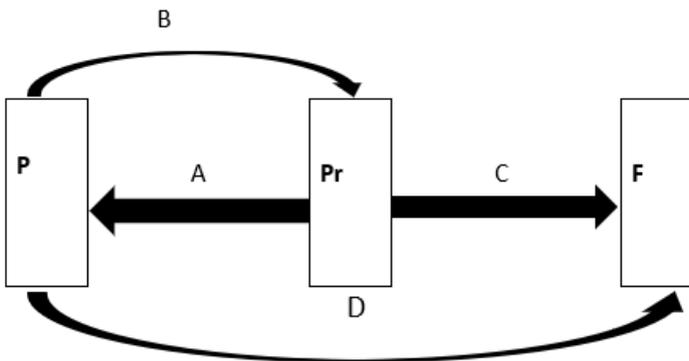
uma lembrança pessoal e nem mesmo enquanto um fato no tempo que ocupa um passado, um presente ou um futuro. A temporalidade é assim um espaço onde os tempos convivem e caracterizam o acontecimento enquanto uma diferença.

Desse modo, o passado do acontecimento se constitui enquanto um memorável, um passado de enunciações recortado pelo acontecimento constituindo um presente e possibilitando a abertura de uma futuridade, de uma latência de futuro. O que temos então é que o acontecimento enunciativo temporaliza, institui uma temporalidade própria que faz significar. A significação se encontra assim numa relação estreita com a história, com a história enunciativa de uma língua, ou línguas. Vejamos então como se instala a temporalidade na relação entre textos produzidos em línguas distintas caracterizadas por historicidades enunciativas diferentes na operação de tradução.

Um texto A produzido em língua inglesa, por exemplo, é considerado como um texto que se caracteriza como um acontecimento. Ao observá-lo como um acontecimento consideramos a instalação de uma temporalidade que produz um espaço de relação dos tempos presente, passado e futuro. Ou seja, enquanto um acontecimento, o texto A recorta um memorável que significa no presente da enunciação e abre uma futuridade possibilitando novos acontecimentos. O texto A, desse modo, recorta um memorável específico que o faz significar por uma história também específica em uma língua particular, a língua inglesa no caso do exemplo.

No entanto, tendo a tradução como reescrituração por substituição do texto A por um texto B, produzido no espaço de enunciação do português do Brasil, por exemplo, o texto B ocupa o lugar da possibilidade de novos acontecimentos, novas enunciações relativas ao texto A. Isso significa dizer que o acontecimento do texto A inclui em sua temporalidade uma futuridade que significa, entre outras coisas, a possibilidade da tradução para outras línguas desse texto. Podemos pensar um esquema diagramado da temporalidade de um texto do seguinte modo:

Diagrama 8



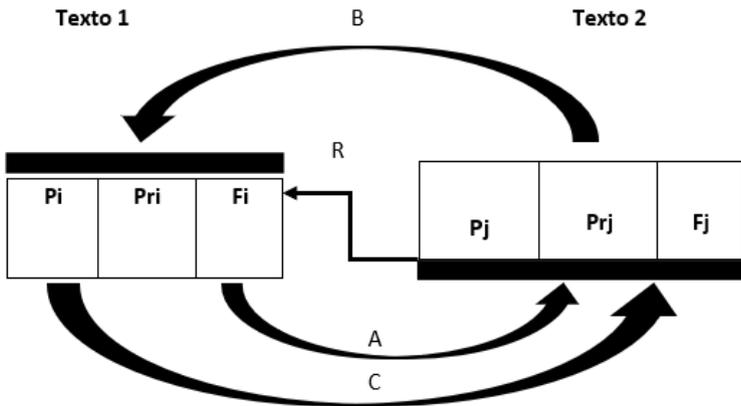
Passemos então à descrição do diagrama temporal. Primeiro, as letras que identificam os quadros em negrito são: **P** – passado; **Pr** – presente e; **F** – futuridade. Há então um presente que recorta um passado, representado pela seta **A**; este passado (memorável) significa no presente do acontecimento, representado pela seta **B**. O presente do acontecimento abre, assim, uma latência de futuro (a futuridade),

representado pela seta **C**. A futuridade que se caracteriza pela possibilidade de enunciações futuras está em relação com o passado do acontecimento “primário” representado pela seta **D**. Isso implica em dizer que o passado do acontecimento está significado, de algum modo, na futuridade, porém não enquanto memorável, mesmo que na relação com ele.

Neste caso, enunciações futuras implicam em novos acontecimentos enunciativos que instalarão uma nova temporalidade recortando como passado um memorável específico e não o memorável do acontecimento anterior. Não se recorta o memorável do memorável. No entanto, como pensar um diagrama assim quando falamos numa operação de tradução como reescrituração? Verificamos que se colocam em relação dois acontecimentos distintos e, assim, duas temporalidades também distintas que, entretanto, estão em uma relação que tem em sua centralidade a figura enunciativa do tradutor. E é neste lugar da temporalidade que se encontra uma das diferenças que permitem a consideração da tradução enquanto uma reescrituração.

Verificando um texto B que se constitui enquanto uma tradução (reescrituração) de um texto A, o texto B se constitui também em um acontecimento enunciativo. Por se constituir em um novo acontecimento, o texto B instala uma nova temporalidade. Essa temporalidade de B se caracteriza por ser distinta da temporalidade do texto A, apesar das relações existentes entre elas. Tais relações podem ser percebidas ao observarmos o diagrama do funcionamento da temporalidade na tradução:

Diagrama 9



Nesta diagramação²³ podemos verificar em um primeiro momento que há uma seta **R** que indica uma relação²⁴ (reescritura) entre **texto 2** e o **texto 1**. Ao tomarmos vista da

23 Aqui uma nota se faz necessária. Apesar da horizontalidade na qual estão postos os tempos não consideramos, pela posição teórica que assumimos, o presente como um tempo que assume um ponto axial na relação entre o acontecimento e os tempos. A forma horizontal que adotamos no diagrama foi para facilitar o entendimento e a própria diagramação. No entanto, se bem observado, pode-se perceber que na horizontalidade temporal há uma quebra vertical quando se trata da relação entre dois textos numa operação de tradução evitando o caráter de infinitude tanto para o passado quanto para o futuro. Tal quebra como apresentada na configuração da cena enunciativa na seção anterior apresenta que a temporalidade para o leitor/autor é outra daquela do acontecimento do texto de origem. É nesta quebra vertical do tempo que está a possibilidade de constituição de novos sentidos, de um novo presente, um novo passado e uma nova futuridade do acontecimento.

24 Esta relação entre as temporalidades não se coloca como relações particulares e individuais entre os tempos do tipo presente com futuro, ou passado com futuro, ou ainda, passado com presente. Por isso a utilização de barras horizontais na parte de cima do diagrama temporal do texto 1 e na parte de baixo do diagrama do texto 2. Estas barras apresentam que a futuridade do texto1 é o acontecimento do texto 2 que instala uma nova temporalidade, ou seja, um novo lugar de convivibilidade dos tempos. Já o memorável do texto 2 é o próprio acontecimento do texto 1 como um todo e não apenas um dos tempos como se funcionasse de modo individual isolado no acontecimento enunciativo.

seta **A** podemos observar que a futuridade do acontecimento do **texto 1** é esta possibilidade de tradução, ou seja, a possibilidade de novos acontecimentos enunciativos. Por isso observamos que a seta **A** se inicia na futuridade do **texto 1** em direção ao acontecimento do **texto 2**. O **texto 2** se desdobra da futuridade da temporalidade do **texto 1**. Por outro lado, aquilo que o **texto 2** recorta como passado, como memorável não é o memorável do acontecimento do **texto 1** e sim, tem como memorável específico, o próprio texto de origem, ou seja, o próprio **texto 1**, representado pela seta **B**.

Já a relação entre a história do **texto 1** com o acontecimento do **texto 2** representado pela seta **C** significa que aquilo que o **texto 1** tem como história, tem como passado, está significado no acontecimento do **texto 2** de um modo geral e não que o passado do **texto 1** seja o passado também do **texto 2**. E é por conter, também, a história enunciativa que significa o primeiro texto que o segundo pode ser considerado como uma reescrituração. É um novo acontecimento, uma nova temporalidade, um outro texto que, no entanto, contém a história do texto de origem, retoma o seu passado na futuridade do seu acontecimento, e também por ser um desdobramento da futuridade do **texto 1**.

É então nessa direção que a operação de tradução como um procedimento de reescrituração começa a fazer sentido. É nesta relação da temporalidade e, em sua quebra da horizontalidade para a verticalidade (como na configuração da cena enunciativa), que é possível considerar que um texto

rediz o outro mesmo que por outros modos, por outra língua, por outro acontecimento. E é por isso que é possível verificar que, ao redizer o **texto 1**, o **texto 2** produza sentidos novos, signifique de outro modo. Sem essa consideração da temporalidade os sentidos seriam sempre os “mesmos” e correriam para o infinito tanto na direção futura quanto na direção do passado. É na temporalidade que se pode notar, também, a constituição das diferenças numa operação de tradução.

No entanto este colocar em relação textos produzidos em línguas distintas, pela tradução, acarreta numa outra relação que se dá no funcionamento das línguas num espaço de enunciação e, para melhor apreendermos como se constitui este espaço a partir de um olhar metodológico da tradução enquanto reescrituração, apresentaremos alguns aspectos centrais²⁵.

3.6. A TRADUÇÃO, O TRADUTOR E O ESPAÇO DE ENUNCIÇÃO

A noção de espaço de enunciação é, em nossa perspectiva, de todos os modos, um aspecto decisivo. Como dissemos

25 Estes aspectos que foram deixados propositalmente de fora no segundo capítulo do presente trabalho e que, no entanto, serão apresentados nesta seção constituem-se neste momento a partir de um olhar mais preciso do funcionamento dos conceitos teóricos e metodológicos da teoria da Semântica do acontecimento na consideração da tradução por uma perspectiva enunciativa. Consideramos necessária esta divisão entre a descrição e apresentação da teoria em sua forma original e a teoria considerando algo que ainda não havia considerado. Está é, portanto, uma divisão metodológica.

no capítulo 2, as línguas no espaço enunciação se dividem, redividem e estão de modo incessante numa relação de disputa, de litígio. Isso significa que os espaços de enunciação são espaços marcados pelo funcionamento do político que partilha o real, “organiza e distribui papéis” pela divisão do sensível. Vejamos aqui uma característica do espaço de enunciação que nos é apresentada por Dias (2018):

[...] o espaço de enunciação é concebido, [...], como um espaço de natureza política, tendo em vista que se diz a partir do alcance social do dizer, e o enunciado circula e é entendido segundo sentimentos, compromissos, alianças, tensões que permeiam os homens, dados os seus papéis sociais. O dizer, concebido na enunciação, é sempre pensado nesse lugar de diferenças, semelhanças, conflitos, associações, dissociações que caracteriza o espaço de enunciação (DIAS, 2018, p. 64-65).

Assim, esta natureza política do espaço de enunciação é significada pelo funcionamento da língua no acontecimento de linguagem, que tem um alcance social instalando as diferenças, semelhanças e o litígio que é próprio da enunciação. Isso ocorre pelo fato de o dizer se dar a partir de lugares sociais ocupados pelos falantes que enunciam e, ao enunciar, ocupam um lugar social de dizer caracterizado pela permissão ou pela proibição, por exemplo. Ainda em Dias (2018, p. 65), o autor diz que: “O alcance das forças sociais que afetam o falante, nas suas condições sociais, e o alcance dos efeitos de sentido daquilo que ele diz formam o espaço de enunciação”. Isto ocorre porque a cena enunciativa produzida pelo acontecimento se dá neste espaço de divisão e distribuição desigual das línguas.

De tal modo, levando a discussão para o lugar da tradução, falamos de acontecimentos que se produzem em espaços de enunciação que não são necessariamente os mesmos. Assim, temos que, por exemplo, um texto produzido em uma determinada língua X está em um acontecimento que se dá num determinado espaço de enunciação J. E por outro lado, uma tradução do texto produzido em língua X para uma língua Y é um acontecimento que se dá por um falante agenciado tanto pela língua X quanto pela língua Y.

Esta é uma situação que se constitui de um modo diferente daquela em que alguém está andando pelas ruas de uma cidade brasileira e lê o enunciado de um letreiro dizendo, por exemplo: *Shopping Center, Autocenter*, ou numa vitrine de uma loja o enunciado *50% off*. Neste caso o que temos é uma relação de litígio, que, de acordo com Guimarães (2002, p. 19), nos coloca diante de uma “[...] divisão tal que o espaço de enunciação do Português do Brasil inclui uma relação com o inglês. Em outras palavras, o espaço de enunciação do Português é também ocupado pela língua inglesa”.

Um espaço de enunciação é marcado pela possibilidade de funcionamento de enunciados em línguas distintas. Neste caso há uma relação que, como no exemplo acima, não altera a determinação de um espaço de enunciação. Ou seja, mesmo com enunciados formados por língua estrangeira o espaço de enunciação do português brasileiro continua sendo o espaço de enunciação da língua portuguesa do Brasil, continua sendo um espaço onde as línguas funcionam, se relacionam marcadas

pela disputa, pelo litígio. Isso ocorre pelo fato, como já dissemos outrora, de o espaço de enunciação não ser formado pelo princípio da territorialidade empírica de modo absoluto.

Entretanto, a complexidade que se instala ao pensar o espaço de enunciação partindo de uma operação de tradução é a de que, quando pensamos neste tipo de relação entre línguas estamos pensando na relação entre espaços de enunciação. Apesar de não se considerar a característica da territorialidade física, podemos pensar numa certa territorialidade “abstrata” do espaço de enunciação como espaços de funcionamento de línguas e produções que se materializam no acontecimento, assumindo um lugar marcado por uma certa “distância” (que marca a diferença entre as línguas). Tal distância não se produz enquanto distância física, ou seja, não se limita a uma noção espacial ou geográfica.

Essa distância é marcada no próprio lugar da tradução. Ou seja, a distância da qual estamos falando é significada pelas diferenças linguísticas que instalam, na produção de textos científicos, políticos, poéticos, literários etc., o lugar de funcionamento da operação tradutória. Portanto, a distância não significa o “espaço” vazio, ou não, entre os espaços de enunciação que são postos em relação pela tradução. A distância é a marcação da diferença entre as línguas.

Pensem um fato interessante aqui e que ocorre em várias partes do globo aproximando línguas marcadas por esta distância da qual falamos. Vejamos como exemplo reuniões de

organizações internacionais, ou empresas multi e transnacionais ou uma conferência na qual o conferencista é estrangeiro. Observaremos tais acontecimentos como aqueles em que nem todos que estão na reunião ou assistindo a conferência compreendem a língua que circula nestes espaços que chamaremos aqui, neste exemplo, de língua X. Nestas situações geralmente, quase que necessariamente, há um tradutor-intérprete que traduz aquilo que se enuncia de maneira “simultânea” aos demais que não compreendem a língua X. O tradutor-intérprete traduz a língua X para uma língua Y que é a língua pela qual os “ouvintes” são tomados e ao mesmo tempo não são tomados pela língua X. Por outro lado, o tradutor-intérprete é agenciado em falante pelas duas línguas, X e Y. Não se trata, também, neste caso, de um “vazio” que precisa ser preenchido. Trata-se de uma relação política do espaço de enunciação pela qual o tradutor-intérprete se encontra no centro deste litígio significado pela compreensão e pela não compreensão do que se diz. É uma figura enunciativa marcada pela redução da distância entre as línguas pela aproximação produzida pela tradução simultânea.

Assim, há uma relação que “aproxima” acontecimentos enunciativos em línguas distintas. E, tal relação é colocada em jogo pelo trabalho do tradutor. Ou seja, o tradutor se coloca entre línguas diferentes, podendo ser duas, três ou mais, a depender da especificidade de seu trabalho como um sujeito agenciado pelas línguas e significado, no presente do acontecimento, ao ocupar lugares de dizer produzidos pelos modos distintos de enunciar que caracterizam a configuração da cena enunciativa.

A tradução marca a “distância” entre as línguas, por suas diferenças, e “aproxima” as línguas nas relações ao mesmo tempo. Portanto, este processo de distanciamento e aproximação que ocorre no presente do acontecimento de tradução se dá pela figura agenciada, na própria enunciação, do tradutor. Tal relação que marca a “distância” e a “aproximação” é posta em funcionamento pelo tradutor que é constituído na operação de tradução enquanto “leitor”, “tradutor” e “autor”.

Contudo, não basta dizer que há uma aproximação entre as línguas pela tradução, não é apenas uma redução das distâncias entre o que se diz em um e o que se diz em outro. Esta aproximação da qual falamos se constitui por aquilo que a própria reescrituração instala enquanto temporalidade. Dizer que o “ofício” do tradutor aproxima as línguas de modo simples levaria-nos a considerar de certa maneira a obviedade de que basta ter um dicionário bilíngue e relatar o que uma palavra significa numa língua e em outra.

Por vermos aqui a tradução enquanto enunciação, enquanto acontecimento que se dá pela reescrituração, consideramos também que o traduzir enquanto reescrever é um acontecimento que instala uma temporalidade. Portanto, esta aproximação se faz por aquilo que a temporalidade caracteriza o acontecimento como diferença. No caso da tradução aproxima-se não apenas as línguas como também a história enunciativa de cada uma das línguas em relação, o texto reescriturado (traduzido) se dá como o lugar do memorável do texto que reescritura (traduz), e a história do texto que é traduzido

está significado no acontecimento de reescrituração (tradução). Ainda, não apenas a história se faz presente na marca da aproximação e não só o espaço de enunciação. A temporalidade, na configuração da cena enunciativa aproxima, ainda, o leitor da tradução daquilo que se enuncia no texto de origem em outra língua, pelo tempo que caracteriza a leitura enquanto outro acontecimento, distinto daquele do tempo do acontecimento no qual se dá a produção do texto de origem.

No entanto, uma pergunta crucial surge de forma inevitável. Onde, nesta relação entre espaços de enunciação, se dá a operação de tradução? E então, outra questão necessária: qual o espaço de funcionamento da tradução? De pronto, antes de elaborar qualquer resposta adequada à primeira questão, vamos focar um pouco dos nossos esforços na segunda. Podemos afirmar que a tradução não se dá em um “terceiro” espaço responsável pela relação, ou aproximação, de dois espaços de funcionamento das línguas. O que buscamos dizer aqui é que não há um terceiro espaço como um espaço intermediário C que possa fazer a relação entre um espaço de enunciação A e um espaço de enunciação B²⁶. Se assim conduzíssemos a discussão, correríamos o risco de cair numa progressão que nos levaria ao infinito, pois, para verificar uma

26 Buscando nos afastar das discussões filosóficas, mesmo tomando como base plausível para a resolução de problemas que incorrem no percurso de nosso trabalho, nos apoiaremos de modo mínimo em algumas noções que constituem a crítica aristotélica à Teoria das Ideias de Platão para o qual a relação entre o mundo das ideias e o mundo sensível se faz necessário um terceiro elemento que é posto como elemento intermediário, “terceiro homem” (argumento utilizado por Aristóteles para formular sua crítica a seu mestre).

relação entre A, B e C seria necessário um intermediário D, e, para que se tenha uma relação entre A, B, C e D um ponto E, e assim por diante.

Portanto, não consideraremos a existência de um terceiro espaço, um espaço intermediário na relação de tradução como um procedimento de reescrituração. Consideraremos o fato de que a reescrituração por instalar uma diferença que se produz pela temporalidade específica, opera uma aproximação pela qual há um acontecimento em um espaço de enunciação X e que é reescriturado por um acontecimento em um espaço de enunciação Y. A reescrituração, pela especificidade de seu funcionamento, permite que isso ocorra. Caso contrário a consideração da tradução enquanto reescrituração seria impossível.

Assim o que temos que levar em conta é que um texto produzido em uma língua, é um texto que funciona, circula num espaço de enunciação, ou seja, é um acontecimento que se dá no espaço de enunciação dessa língua. Por outro lado, ao ocorrer a tradução estaremos diante de dois acontecimentos enunciativos cada qual em um espaço de enunciação determinado. Desse modo, o espaço de enunciação onde se produz o acontecimento no e pelo qual ocorre a operação de tradução, de reescrituração, é o espaço do acontecimento da tradução.

Dessa maneira, não há um “terceiro” espaço e o tradutor não se constitui enquanto um “espaço” onde a tradução ocorre. O espaço de enunciação é configurado no presente do acontecimento em relação ao corte analítico que se toma,

e o tradutor é uma figura enunciativa agenciada pelas línguas postas em relação como aspecto necessário para a produção dos sentidos. Ou seja, o tradutor nunca é o terceiro elemento que faz a relação, ele é uma figura constituída e tomada na relação entre espaços de enunciação distintos e línguas diferentes. Retornemos, assim, a algumas questões referentes à figura do tradutor.

O tradutor pode ser visto, a depender do lugar teórico envolvido, como aquele que é um “adaptador”, “transformador”, “traidor”, “mediador”, “reformulador”, “interprete” etc. No entanto, há nestes casos uma relação de direcionamento em que o tradutor assume um lugar predicado enquanto um destes modos citados, direcionando a tradução para um leitor, para uma cultura, para uma língua. Mesmo não negando a existência destes modos de predicar o lugar do tradutor, não nos colocamos nessa direção de que o tradutor exerça seu “ofício” num sentido em que: “O foco interpretativo é transferido do texto, como receptáculo da intenção do ‘original’ do autor, para o intérprete, o leitor, ou o tradutor” (ARROJO, 2007). E isso:

Significa que, mesmo que tivermos como único objetivo o resgate das intenções originais de um determinado autor, o que somente podemos atingir em nossa leitura ou tradução é expressar nossa visão desse autor e de suas intenções (ARROJO, 2007, p. 41).

Note-se que o tradutor, tomado neste ponto de vista, tem uma função de resgatar as intenções do autor da obra original atingindo tal intenção a partir de uma visão individual

de interpretação do tradutor. Ao contrário, em nosso lugar teórico, não se constitui como suficiente esta relação de interpretação a partir da intenção do original. O gesto interpretativo de um leitor não se caracteriza por um “resgate” das intenções, ou pela “restituição” dos sentidos. A interpretação constitui-se numa relação particular com o acontecimento de leitura.

A figura do tradutor é agenciada no acontecimento enunciativo de leitura e, antes de ocupar o lugar social de tradutor, ele ocupa um lugar social de leitor. O tradutor é antes um leitor agenciado em um acontecimento de leitura. Ao ser constituído como uma figura que traduz um texto retomando aquilo que se disse em outro lugar, em outro “tempo”, em outra língua, o tradutor ocupa o lugar social do dizer de autor da tradução.

Isso, no entanto, não significa dizer que o leitor/tradutor/autor substitui o autor do texto da língua de partida apagando-o ao produzir um novo. Isso nem mesmo significa que o leitor/tradutor/autor se constitua enquanto um duplo, ou seja, como uma duplicação do autor original como mostramos acima. No centro do acontecimento de tradução as duas figuras enunciativas ocupam lugares díspares na configuração das respectivas cenas. A relação entre o autor e o texto é diferente da relação entre o tradutor e o texto, como visto no **diagrama 5** acima.

Devemos observar que tudo o que verificamos até este ponto, a caracterização da tradução como reescrituração, o texto como unidade de análise, a configuração de uma cena enunciativa, a temporalidade, e todos os demais aspectos,

como o espaço de enunciação e a posição do tradutor numa operação de tradução, permite-nos observar de maneira mais consistente um avanço para que possamos levar a cabo a consideração da tradução por uma perspectiva enunciativa. Tudo o que verificamos até aqui ainda não encerra com suficiência nosso objetivo. E é aí que surge uma nova questão: é possível afirmar que a tradução é um procedimento de reescrituração? Se sim, por que podemos afirmar isso?

É já estabelecido de há muito que a ciência exige método e que estes métodos devem ser descritos e descritivos para que se possa apresentar os resultados possíveis de confirmação ou negação das hipóteses, ou perguntas levantadas acerca de ou sobre um objeto de pesquisa qualquer. A tradução é, e por muito tempo tem sido, objeto de discussão tanto da filosofia quanto da literatura, da *Poética* e da linguística. Não apenas se apresenta hoje como um objeto de discussão, mas como uma disciplina independente, sustentada e levada a diante por métodos e procedimentos próprios. Como visto acima, a tradução tem uma história e um movimento dentro da sua própria história que a constitui como uma operação de linguagem essencial num mundo cada vez mais globalizado.

Portanto, ao apresentarmos os métodos e os dispositivos teórico-analíticos que compõem a teoria da Semântica do Acontecimento (GUIMARÃES, 2002-2018), do modo como viemos expondo até aqui em conjunto com algumas noções sobre a tradução apresentadas por autores e pensadores diversos, trouxemos à baila aspectos decisivos para que possamos

tomar nossa afirmação de que a operação de tradução se constitui enquanto um procedimento de reescrituração. Não apenas as considerações iniciais desse capítulo pelas quais foram desenvolvidas observações sobre o próprio procedimento de reescrituração significado como uma forma de redizer algo, de se retomar um termo, uma expressão e até mesmo um texto de maneira integral. Este último ponto é decisivo para nós, pois, é na relação em que um texto reescreve outro que se instala a complexidade de tal afirmação.

Partindo do modo como consideramos a linguagem e como buscamos considerar a tradução, enquanto um procedimento de reescrituração que se dá em um acontecimento de enunciação e que agencia em sua cena enunciativa figuras afetadas por uma dinâmica dos lugares sociais pertinentes a este funcionamento da linguagem, devemos ainda observar certas características necessárias que devem ser colocadas em discussão.

O tradutor, que é dividido na configuração da cena enunciativa enquanto leitor/tradutor/autor é um falante (nos termos formulados por Guimarães, 2002, 2013), é aquele que rediz o texto que já foi dito em outra língua, nos limites possíveis da língua para a qual se traduz o texto de origem. Nesse ponto é interessante considerar que o texto que se constitui enquanto tradução não é considerado como o “mesmo” que o texto de origem, ou seja, a tradução não se apresenta como sendo o texto original apesar de redizê-lo. E, não obstante, devemos nos perguntar: como isso é possível? A primeira resposta

que temos de imediato a esta pergunta se encontra já no fato de existir uma “distância” entre as línguas que significa a marcação de uma diferença entre regularidades linguísticas particulares. Por outro lado, a depender do corte analítico, os espaços de enunciação colocados em questão numa relação promovida pela própria tradução, são outros e caracterizados pelo funcionamento e pela distribuição desigual das línguas aos seus falantes pertinentes à cada espaço particular.

Quando ocorre uma operação de tradução não se pode mais falar em termos como “mesmo” ou “mesma coisa”. Tal possibilidade se dá pelo funcionamento da tradução como um acontecimento de linguagem. Essa diferença, da qual não se pode mais falar do “mesmo” é a temporalidade que coloca a tradução no lugar da futuridade do texto de origem, ou seja, coloca a tradução no lugar das possibilidades enunciativas da produção original, no lugar do interpretável.

E considerar a tradução como reescrituração implica nisso, é uma nova enunciação que se dá pela projeção da futuridade do texto de origem abrindo um novo espaço de relação entre os tempos que, no entanto, não apaga o texto original, pelo contrário, o rediz recortando-o como seu memorável produzindo sentidos novos ao se dar como um novo acontecimento, que funciona em um espaço de enunciação diferente e agenciando figuras enunciativas (falantes e leitores) distintas. É nesta medida que podemos considerar que a tradução instala uma relação que se constitui enquanto uma diferença deslocando os sentidos de traduzir para fora do lugar do “mesmo”.

Neste ponto é necessário observar a importância de se falar em espaço de enunciação. Todo e qualquer acontecimento se dá inevitavelmente em um espaço de enunciação configurado pelo funcionamento da língua pela linguagem e pela distribuição e divisão das línguas marcando o funcionamento do político. É num espaço de enunciação que se dá o acontecimento de tradução e, por conseguinte, o agenciamento das figuras enunciativas no acontecimento; é num espaço de enunciação configurado pela especificidade do material de análise que os textos são colocados em relação.

No entanto, tudo o que apresentamos até aqui ainda não é suficiente para a sustentação positiva da proposta desse trabalho em sua totalidade. Há ainda aspectos necessários que devem ser trazidos e discutidos de modo a sustentar a afirmação de que a tradução é uma operação que se produz enquanto um procedimento de reescrituração numa perspectiva enunciativa. Que o procedimento de reescrituração é capaz de significar uma operação de tradução foi mostrado em tudo o que dissemos acima, mas a reescrituração em si não é um procedimento de todo modo raso e simples, é um processo que exige maneiras específicas de produção, que significam seu funcionamento na dinâmica dos modos de relações linguísticas textuais. Colocar-nos-emos, então, a buscar agora a construção de um modo muito particular de significar a reescrituração ao tratarmos da tradução.

A TRADUÇÃO COMO REESCRITURAÇÃO: SIGNIFICANDO O PROCEDIMENTO

Ao considerarmos um modo de significar o procedimento de reescrituração como buscamos fazer aqui, devemos apresentar de maneira mais específica alguns outros aspectos necessários sobre o traduzir e o redizer (reescrever) para que possamos sustentar de modo positivo a noção de tradução como reescrituração.

Questões a respeito da tradução como “fidelidade vs. infidelidade”, “original vs. tradução”, “autor vs. tradutor”, “tradução literal vs. tradução livre”, enfim, inúmeros modos dicotômicos que teoricamente definem a prática da tradução, foram criados no decorrer da história para significar este fenômeno que causa, por vezes, certo desconforto no “mundo da linguagem”.

Como aproximar as diferenças construídas por várias línguas distintas e modos tão diferentes de dizer? Pergunta que, de certo modo, pode por vezes abalar as bases estruturais, metodológicas e teóricas quando se coloca a pensar a tradução. E é isso que muitas das vezes pode ocorrer quando se traduz um texto de uma língua para outra: uma aproximação, uma

“prática” que instala diferenças. Um desafio ainda maior e mais complexo é o de como pensar a tradução como enunciação, como acontecimento enunciativo, e não a partir da utilização de um “manual”, de uma “receita” eficiente, ou, simplesmente, uma técnica. Desafio este que viemos colocando de modo axial no centro de nossas discussões desde o início desse livro.

Nossa perspectiva neste estudo não se funda diretamente nestas dicotomias apresentadas acima. Não buscamos investigar as inquietudes causadas pela tradução partindo de um ponto de vista da qualidade entre uma boa, média ou má tradução. O intuito aqui é caracterizar o funcionamento da operação de tradução, e ainda, de se construir um procedimento que possamos tomar como dispositivo teórico para as análises de textos traduzidos. Para isso a tomamos a partir da consideração expressa de que a tradução é uma reescrituração de um texto por outro.

4.1. TRADUÇÃO: PALAVRA, SENTIDO E FIDELIDADE

Para melhor catacterização daquilo que pretendemos sustentar, retomemos alguns pontos necessários a serem discutidos antes de chegarmos a um modo de significar a tradução como reescrituração. Ao falarmos em “tradução literal” e “tradução livre” há quem considere:

Pode-se afirmar, com base tanto em trabalhos produzidos em história da tradução quanto no discurso de tradutores, críticos e teóricos, que a

distinção entre tradução literal e tradução livre quase sempre se faz presente nos discursos sobre a teoria e a prática da tradução. É importante ressaltar, porém, que essa distinção, ao longo da história, não se fundamenta em características universais, passíveis de constatação consensual e anistórica: o que é ‘literal’ ou ‘livre’ não é descrito da mesma forma em diferentes períodos ou culturas (AMORIM, 2005, p. 53).

Amorim (2005), ainda apresenta que a “tradução literal” tem também significado correlato a uma acepção de uma tradução “palavra-por-palavra”, ou seja, uma tradução com base numa prática termo-a-termo. Por outro lado, quando se fala em “tradução livre” esta é apresentada como uma tradução que se constitui na relação “sentido-por-sentido”. Uma tradução “palavra-por-palavra” onde termos do texto de origem seriam substituídos por termos da língua que constitui o texto traduzido, poderia ser considerada como um gesto de tradução “violento” desrespeitando certos aspectos essenciais das regularidades da língua do texto de origem, aspectos como as incompatibilidades sintagmáticas postas em funcionamento na relação entre línguas diferentes. Então, de acordo com Amorim (2005):

Não há, assim, simetria entre essas expressões, ainda que estejam presentes em discursos direcionados frequentemente pelo normativismo e pela prescrição. Tampouco se pode associar, conclusivamente, a tradicional noção de fidelidade a um dos lados dessa oposição: em certos discursos, considera-se que ser ‘fiel’ ao texto original é privilegiar uma leitura que se restringiria às estruturas sintáticas do texto de partida, à sua ‘literalidade’, em outros se considera que é privilegiar o ‘sentido’ por meio de uma linguagem mais ‘livre’ ou fluente [...] (AMORIM, 2005, p. 54).

Considerar, então, uma tradução engessada numa oposição “palavra-por-palavra” vs. “sentido-por-sentido” seria hierarquizar, talvez, privilégios de uma prática e funcionamento de linguagem. Podemos até mesmo dizer que seria considerar a tradução como um modo de manipulação, no sentido estrito de “*apropriação*” da língua pelo tradutor/locutor. Desse modo, a questão da fidelidade em relação ao tradutor cairia no provérbio italiano *traduttori traditori*²⁷ (ASLANOV, 2015), onde o tradutor se torna infiel traindo a autoridade do autor do texto original. Neste caso, a manipulação “[...] mais do que a traição propriamente dita – aparece como o único recurso para resgatar o texto traduzido do limbo da interlíngua onde caiu depois de o original ter sido decodificado” (ASLANOV, 2015, p. 12). E, indo além do que trair a autoridade do autor do original, há a possibilidade, ainda, da pretensão de imposição do tradutor de sua própria autoridade com base no conhecimento da língua na qual o texto de origem foi produzido.

Mas, nos perguntamos, há mesmo a possibilidade de se pensar em fidelidade quando a discussão central gira em torno da tradução? Se pensássemos na possibilidade da produção de uma tradução inteiramente fiel estaríamos considerando que:

[...] a tradução seria teórica e praticamente impossível se esperássemos dela uma transferência de significados estáveis; o que é possível – o que inevitavelmente acontece, a todo momento e em toda tradução – é, como sugere o filósofo francês Jacques Derrida, ‘uma transformação: uma transformação de uma língua em outra, de um texto em

27 Tradutor traidor.

outro'. Mas, se pensamos a tradução como um processo de recriação ou transformação, como poderemos falar em fidelidade? Como poderemos avaliar a qualidade de uma tradução? (ARROJO, 2007, p. 42).

Há de fato uma preocupação bastante acentuada entre os teóricos e pensadores da tradução quanto à questão da “fidelidade” ao texto original e também, quanto ao que significa a tradução nesta relação entre línguas distintas. Sempre que uma operação de tradução se torna o centro da “discussão” questões sobre o original e o traduzido, a palavra, a letra, a fidelidade, e tantas outras noções vêm à tona constituindo-se em modos de impossibilidade de tradução, intraduzibilidade, ou, na complexidade imposta por cada língua que obedece a uma regularidade sistematizada própria. E se supuséssemos que todas as traduções deveriam ser de fato fiéis em todos os aspectos que o sentido da palavra fidelidade nos impõe, a impossibilidade de tradução seria a “norma vigente” e as línguas seriam “sistemas isolados” em seu funcionamento.

No entanto, não é isso que acontece. De acordo com Arrojo (2007), a questão da fidelidade não se encontra na relação entre texto original e texto traduzido. Segundo a autora:

[...] nossa tradução de qualquer texto, poético ou não, será fiel não ao texto ‘original’, mas àquilo que consideramos ser o texto original, àquilo que consideramos constituí-lo, ou seja, à nossa interpretação do texto de partida, que será, [...], sempre produto daquilo que somos, sentimos e pensamos (ARROJO, 2007, p. 44).

Contudo, pensar na tradução e a instalação de uma fidelidade ao “texto original” a partir daquilo que o “tradutor” considera *ser* o “texto original”, ou seja, se a fidelidade de uma tradução estivesse intrinsecamente “presa” à interpretação do “tradutor” do texto de origem, se instalaria uma relação de exclusão entre o que pode ser uma “boa tradução” e uma “tradução ruim”. No entanto, não há dúvidas de que a realização de uma tradução depende inteiramente do “ofício” do tradutor. Depende, inteiramente do modo como as línguas afetam o tradutor de modos diferentes. Não estamos aqui afirmando que esta relação não seja real ou necessária, mas, não consideramos as intenções de quem enuncia algo como aspecto basilar da constituição dos sentidos da língua.

Retomemos, então, a questão da fidelidade e semelhança que se constitui enquanto um passo importante para chegarmos a um modo de significar a reescrituração quando em relação com a tradução. As complexidades que giram em torno da semelhança são muitas e é necessário manter a atenção quanto a uma “linha imaginária”²⁸ que a separa das noções constituintes da substituição. Isso significa arguir que semelhança não é substituição. A semelhança é um aspecto que pode, ou não, se dar na substituição de um elemento por outro. De maneira parecida, a fidelidade é uma característica

28 Lembrando que esta “linha imaginária” da qual falamos aqui é construída por nós enquanto analistas, enquanto tomados pelo lugar teórico e conceitual que assumimos. Ou seja, não estamos aqui afirmando que há esta “linha imaginária” sempre que se falar em semelhança em todos os aspectos. Esta formação é construída aqui pela natureza do trabalho e pela direção que a pesquisa segue.

produzida pela substituição que em relação com a semelhança, não produz sentidos de igualdade, mas de aproximação de diferenças. Quanto à problemática da relação entre semelhança e substituição, Ricoeur (2015), em uma obra sobre metáfora, trazendo as palavras de Jakobson diz o seguinte:

Se evoco, [...], Roman Jakobson nesta etapa de minha investigação, é que, [...], o grande linguista reforça a ideia de que substituição e semelhança são dois conceitos inseparáveis, na medida em que reinam juntamente sobre processos que se estabelecem em numerosos níveis de efetuação da linguagem (RICOEUR, 2015, p. 269).

As palavras de Jakobson apresentadas por Ricoeur (2015), nos dão uma breve noção não apenas da relação entre substituição e semelhança, mas também de sua extensão conceitual sobre níveis de processos de efetuação tanto da língua quanto da linguagem. Tais processos que se destacam na passagem acima como se dando em numerosos níveis podem, de certo modo, ser aplicados por extensão ao que se considera uma operação de tradução. A tradução não instala o “mesmo” como dissemos e sim, a diferença pela semelhança que vai aparecer em funcionamento, partindo do que se sustenta aqui, no procedimento da reescrituração por substituição²⁹.

29 Lembrando aqui que Ricoeur (2015) vai apresentar um outro modo de relação da semelhança que não com a substituição e sim com a noção de interação. Vale ainda lembrar que a obra de Ricoeur é postulada numa direção de discussão da metáfora e não da tradução e nem mesmo dos aspectos nocionais da reescrituração que tem como um de seus modos de significação a substituição.

A noção de “semelhança” que tomaremos aqui não é aquela que se faz a partir de algo “parecido”, mas a partir da “produção” das aproximações. Dizer que é semelhante não significa que uma tradução diz a “mesma coisa” que o texto original, ou seja, os mesmos sentidos, mas (tomando emprestado o que diz Eco (2007), que também é título de seu livro), que o texto traduzido se aproxima do texto original dizendo “quase a mesma coisa” que o texto de origem.

Benjamin (2018), sobre a semelhança, diz que:

O conhecimento dos domínios do ‘semelhante’ é de importância decisiva para a iluminação de grandes zonas do saber oculto. No entanto, chega-se a esse conhecimento não tanto pela constatação de semelhanças encontradas, mas antes pela reprodução de processos que produzem tais semelhanças. A natureza produz semelhanças; basta pensar nos processos miméticos. Mas é o ser humano que tem a capacidade máxima de produzir semelhanças. Talvez não exista mesmo nenhuma das suas funções superiores que não seja decisivamente determinada pela faculdade mimética (BENJAMIN, 2018, p. 47).

E aqui chegamos a um lugar crucial para nossa discussão que de pronto nos coloca, até certo ponto, um embaralhamento de noções que temos obrigação de “desfazer”. Se a questão da fidelidade está entrelaçada à noção de semelhança, na posição de Benjamin (2018) a semelhança é significada por processos miméticos nos quais não joga necessariamente relações de ser ou não ser fiel.

4.2. A SUBSTITUIÇÃO NA OPERAÇÃO DE TRADUÇÃO COMO REESCRITURAÇÃO

Quando falamos em substituição o que nos vem à mente em um primeiro momento é a noção de que um ocupa o lugar de outro, seja qual for a natureza dos elementos, uma cadeira, uma mesa, uma peça de carro, por exemplo. Nestes casos dos exemplos apresentados, uma cadeira que substitui outra ocupando o lugar, mesmo sendo as cadeiras iguais em todos os aspectos, não são, de fato, as mesmas cadeiras. Uma pode ser mais nova que a outra; uma pode ter sido usada apenas uma ou duas vezes enquanto que a outra, por muitas vezes no mesmo tempo de utilização das cadeiras. O mesmo pode ocorrer com a mesa, ou, com a peça de um carro que, neste caso, já pode estar desgastada, velha, ou pode ter quebrado e precisa ser substituída. Isso não importa, o que importa é a relação material que tem cada um destes objetos com a história, com o exterior e seus significados, afinal, não se utiliza cadeira como peça de automóvel, ou, mesa como o chassi de um carro.

Isso mostra que o que se produz enquanto ponto importante em nosso trabalho é que a substituição ocorre, partindo do lugar assumido por nós, entre elementos de naturezas³⁰

30 O termo natureza utilizado aqui é considerado enquanto referindo-se àquilo que tomamos por elemento constitutivo daquilo que se produz com nosso objeto de análise (o texto e o enunciado). De fato, não nos colocamos aqui a considerar a língua como algo que se posta ao mundo como sendo de mesma natureza elementar. As línguas são muitas e cada uma constitui um sistema de regularidades distintos que significam o mundo de maneiras específicas e tem uma história enunciativa particular. Portanto, quando falamos em elementos de natureza igual ou mesma natureza buscamos especificar que a tradução se dá na relação entre textos.

possíveis e não de naturezas diferentes³¹. Ou seja, elementos de mesma natureza podem ser tomados pela “prática” ou pelo “processo” da substituição. Não buscaremos, no entanto, considerar aqui o procedimento de substituição como uma questão de essência do elemento, ou, como uma questão de ontologia nos moldes aristotélicos, mas nas maneiras como os elementos e suas naturezas específicas são significadas na relação com produções sócio históricas que as designam.

E é nessa direção que consideramos que um texto A produzido em língua inglesa, por exemplo, traduzido por um texto B produzido em língua portuguesa, são elementos de mesma natureza, ou seja, são significados por serem textos e não outra coisa. Pensando deste modo, tal relação constituir-se-ia fácil o suficiente para dizer que um texto é passível de substituição por outro. No entanto, um texto é um elemento constituído por línguas e que se caracteriza por integrar e por ser integrado por enunciados, e os enunciados são produzidos pela enunciação que se constitui por ser o funcionamento de uma língua pela linguagem. Neste sentido o que queremos dizer aqui é que um texto é um elemento produzido por integrar elementos de mesma natureza, enunciados que, por sua vez, são produzidos por elementos de natureza igual:

31 Queremos deixar algo claro neste momento de nosso trabalho. Não queremos com isso fomentar a desconsideração daqueles que trabalham a tradução a partir de lugares que consideram a produção imagética (traduzir a pintura, por exemplo, por outro sistema semiótico), ou que afirmam a tradução se dar na relação entre a “alma” e o texto, o “espírito” e a língua, o “pensamento” e as palavras. Se afirmamos que a substituição não ocorre entre elementos de naturezas distintas, dizemos isto pelo fato de estarmos aqui tratando de modo particular das línguas, de textos e não de outro ou qualquer elemento além destes.

uma língua específica. Contudo, seria impossível dizer que um texto produzido em língua portuguesa do Brasil seja integrado em sua totalidade por enunciados formados por elementos de língua francesa, isso seria negar qualquer possibilidade de relação entre línguas distintas e espaços de enunciação diferentes. E mais, se isso fosse possível, não poderíamos falar em espaço de enunciação, em espaço de funcionamento das línguas, não poderíamos nem mesmo falar em línguas.

A natureza elementar, ou seja, o texto enquanto unidade de significação, permite que um texto substitua o outro, no entanto, as diferenças em relação às línguas que constituem cada um colocam em jogo a substituição³². E isso faz com que questionamentos pertinentes a esse processo surjam em direções de: como observar a substituição de regularidades sintagmáticas de uma língua para regularidades sintagmáticas de outra língua, por exemplo? Ou então: como considerar a substituição de normatividades gramaticais para outras normatividades gramaticais? É por isso que a operação de tradução é uma prática que ao mesmo tempo aproxima e distancia as diferenças; mostra que uma língua é diferente de outra e que suas regularidades nem sempre são as mesmas e que, cabe ao tradutor observar e resolver tais diferenças nas relações entre as línguas. Observamos com isso, que o procedimento de

32 Não somente a natureza dos elementos, ou seja, a natureza marcada pela diferença de cada língua quanto à forma, mas, também, as diferenças quanto às suas regularidades sistêmicas, normatividades intrínsecas que regulam a ordem sintagmática de cada língua, por exemplo, são também questões que colocam em jogo o processo de substituição de um texto por outro no procedimento de reescrituração.

reescrituração como modo de significar a operação de tradução não se faz de modo isolado e restrito. Ou seja, a tradução como um procedimento de reescrituração não envolve apenas a relação entre línguas e muito menos entre palavras.

Há muita coisa em jogo que deve ser levada em conta. Os aspectos gramaticais e sintagmáticos inerentes de modo específico ao funcionamento de cada língua particular estão relacionados de um modo profundo à dinâmica do funcionamento de cada língua de uma forma bastante singular. Não obstante, o termo substituição desempenha aqui um papel decisivo para o que buscamos apresentar. Não significa aqui a substituição de um modo simples e raso como uma “troca”, a substituição, produz sentidos além dessa estabilização. Um texto substitui o outro ao dizermos que uma operação de tradução é um procedimento de reescrituração? Sim! A substituição de um texto por outro ocorre, nesse caso, também pela substituição das regularidades sintagmáticas, e outras, de uma língua por outras regularidades sintagmáticas, e outras, de outra língua, promovendo relações de articulação, num e noutro texto (o substituído e o substituto). Ou seja, não há um processo de “troca” das relações gramaticas, por exemplo, mas de reordenação sintática, ou seja, há a produção de uma outra ordem da sintaxe numa outra língua que se dá pela substituição. A substituição exige essa ordenação, ou melhor, a tradução exige uma reordenação das sistematicidades linguísticas.

O procedimento de reescrituração por substituição enquanto operação de tradução, não se dá de modo isolado,

restrito como dissemos há pouco, e nem mesmo neutro. Algumas condições são necessárias para que o procedimento funcione, como por exemplo, a realização de reordenação sintática, citado logo acima.

É claramente observável que não se “transportam” as normatividades gramaticais e sintagmáticas de uma língua para outra, tal método impossibilitaria a existência da tradução, disso já sabemos. É por isso então, por esta incompatibilidade sistêmica do funcionamento de cada língua, que a realização de uma reordenação toma aqui um sentido específico de reorganização e segue na construção de um sentido que transcorre na direção de que reordenar um texto de uma língua para outra é redizê-lo por outras regularidades e sistematicidades específicas e particulares. Se um verbo ou pronome ocupam lugares distintos nos sintagmas de línguas distintas, um verbo continua verbo e um pronome continua pronome no traduzir, neste caso específico o que muda são os lugares que ocupam no enunciado, (não estabelecemos isso como um modo genérico), algo que pode se dar também com outra combinatória.

Por isso que ao se considerar a operação de tradução como um procedimento de reescrituração, o processo de reescrever um texto por outro em línguas diferentes, não significa pura e simplesmente um redizer, um retomar, substituir um texto por outro. Tal procedimento traz consigo uma série de especificidades que constituem, nesta relação, as diferenças que são, por sua vez, diminuídas até certo ponto, pela reordenação sintática (resignificada) que funciona aqui não como um procedimento

de “naturalização” ou de “domesticação”, “adaptação cultural ou de gênero”, mas sim como uma reordenação às regularidades que constituem as línguas, o que possibilita o funcionamento da operação de tradução como reescrituração. Não reordenar (reorganizar, quando necessário), neste sentido seria realizar uma tradução literal no extremo sentido da palavra, desconsiderando a existência de normatividades e regularidades específicas e inerentes a cada língua. Ou seja, traduzir sem reordenar possibilitaria a tradução termo a termo, palavra por palavra, desconsiderando certas particularidades que caracterizam o funcionamento de cada língua. Vejamos um exemplo simples. Se digo em alemão: *Entschuldigung, ich verstehe nicht* (desculpa, eu não entendo), desconsiderando qualquer forma de reordenação das regularidades linguísticas de cada língua, teríamos um enunciado em português do tipo: “desculpa, eu entendo não”. Consideremos um outro exemplo. Ao se dizer o enunciado em inglês: *Maria’s parentes bought a new car* (os pais de Maria compraram um carro novo), desconsiderando novamente qualquer forma de reordenação de regularidades sistêmicas de cada língua teríamos uma tradução do tipo: “Maria [os] pais [de] compraram um novo carro”.

Contudo, reordenar não significa o fim da incompatibilidade e nem mesmo que uma língua seja compatível à outra. A reorganização das sistematicidades é uma operação que se realiza e que passa a funcionar de um modo bastante específico pela ordem enunciativa que particulariza o funcionamento de cada língua, produzindo sentido, em cada espaço de enunciação específico.

Estamos tratando aqui da relação entre línguas diferentes e espaços de enunciação distintos que têm como centro da operação o falante que é agenciado enunciativamente como tradutor. Este falante enquanto tal é uma figura tomada ao mesmo tempo pelas línguas em relação e agenciado nos espaços de enunciação em questão. Ou seja, o falante ao ser agenciado como tradutor enuncia enquanto agenciado pela língua para a qual traduz, enuncia a partir das regularidades que a língua para a qual traduz exige. Desse modo, a reordenação se dá no momento em que o falante que traduz é agenciado pela língua para a qual se traduz e pelas regularidades que esta língua exige para o seu funcionamento num espaço de enunciação. Temos, portanto, que não é uma língua que se adequa à outra, isso seria impossível pelas particularidades do funcionamento de cada língua nos espaços de enunciação. A reordenação é parte da operação de tradução pelo agenciamento do falante pela língua e por suas regularidades enunciativas específicas.

Portanto, ao se traduzir não se pode mais dizer que um texto é o “mesmo” que o outro pois, por definição, a própria reescrituração instala a diferença. São textos marcados pelas diferenças constituídas, primeiro: por se tratar de línguas distintas; segundo: por serem textos construídos a partir de regularidades e normatividades distintas; terceiro: há aí a necessidade de um processo de reordenação das regularidades sintagmáticas e gramaticais, por exemplo, pelo agenciamento do falante para o funcionamento da tradução; e quarto:

as relações de articulação³³ no interior de cada texto podem se dar de modos diferentes pelo processo de ordenação/reordenação que caracteriza a tradução.

Verificamos, portanto, que a possibilidade de se operar o procedimento de reescrituração por substituição significando a operação de tradução, mesmo que isto se dê pelas diferenças que ocupam o espaço da igualdade elementar (afinal, estamos tratando de textos), é viável nos limites do que acabamos de apresentar até agora. No entanto, tal substituição não se dá de modo mecanicista (como uma transferência), ou como uma substituição por equivalência e, nem mesmo como uma substituição sinonímica.

A tradução poderia ser considerada como uma reescrituração por substituição mimética, ou seja, esta reescrituração por substituição funciona significada como *mimesis* que, no entanto, e isso de maneira bastante precisa deve ficar claro aqui, não se caracteriza por ser imitação como simplesmente uma cópia ou um reflexo. Tomaremos aqui a *mimesis* de um modo muito específico e particular. Para tanto, alguns aspectos sobre o funcionamento *mimético* devem ser discutidos para fundamentarmos, então, a noção que buscamos construir.

Antes de darmos seguimento no que diz respeito à noção de *mimesis*, gostaríamos de apresentar com um pouco

33 As diferenças quanto às relações por articulação no modo como especifica Guimarães (2018) serão verificadas quanto às possibilidades de se constituírem como diferentes ou não na operação de tradução no capítulo no qual realizaremos as análises.

mais de cautela e com alguns outros exemplos, o funcionamento daquilo que chamamos acima como uma prática de reordenação das ordens sintáticas e sistêmicas das línguas, observando alguns enunciados simples do cotidiano numa relação particular entre a língua inglesa e a língua portuguesa do Brasil. Não será este um momento de análise, apenas uma verificação de como se constitui a realização de uma reordenação (reorganização) no lugar de consideração da tradução que assumimos. Vejamos então estes enunciados em inglês e suas traduções.

Enunciado 1

Peter's car is the red one

O carro de Pedro é o vermelho

Enunciado 2

I'm a Brazilian doctor

Eu sou um médico brasileiro/Sou um médico brasileiro

Bom, vejamos o que significam estes dois enunciados e suas respectivas traduções. Em primeiro lugar e antes de tudo, um processo de reordenação das regularidades e normatividades gramaticais e sintagmáticas não se instala como necessária para todos os casos de tradução, como já afirmamos acima não se trata de um processo genérico a todas as traduções. Existem casos específicos e necessários para que isso ocorra e existem casos em que não há a necessidade de reordenar pois, uma tradução literal se faz inteiramente possível como veremos adiante. Então vejamos: no **Enunciado 1** em inglês há o

funcionamento de um genitivo que indica uma posse relacionada a uma pessoa (um ser animado) [’s] em Peter’s car. Traduzindo para o português opera-se a necessidade de se descrever que o carro do qual se fala é o carro de Pedro. Se fizéssemos uma tradução literal, palavra por palavra, desconsiderando essa ordenação teríamos então: *O Pedro de carro é o vermelho um*. Nota-se que há algo que desconstrói uma ordem sintagmática necessária para o funcionamento da língua no enunciado e para a constituição dos sentidos no acontecimento.

Verificando o **Enunciado 2** podemos observar que quando se trata de algo que predica um sujeito ou objeto, o termo que predica antecede o termo predicado. No caso Brazilian predica doctor e desconsiderando uma adaptação sintagmática e gramatical numa tradução estritamente literal teríamos: *Eu sou um brasileiro médico/sou um médico brasileiro*. Não haveria neste caso uma desconstrução de uma ordem sintagmática impossibilitando o funcionamento do enunciado quanto à uma regularidade necessária para o funcionamento da língua. Ou seja, não há erro, o enunciado funciona perfeitamente de acordo com as normatividades gramaticais (arranjos sintáticos) do português brasileiro. No entanto, o sentido que se constitui no presente do acontecimento é outro. Enquanto que em um o que se diz é que há um médico e que esse médico é brasileiro, em outro, há um brasileiro e esse brasileiro tem como profissão ser médico. Vejam, as relações de articulação tanto em uma tradução reordenada pelas regularidades sintagmáticas quanto em outra que desconsidera tal adequação seguem para direções totalmente diferentes. Nessa direção, o

agenciamento que recai sobre o tradutor ao ser este tomado pelas línguas em relação quanto a verificar a necessidade de se reordenar ou não, pode construir relações que direcionam a constituição dos sentidos para direções distintas, e uma tradução pode não substituir o texto de origem da maneira como deveria. Isso mostra que o agenciamento realizado pela língua que toma o tradutor acaba por impactar na produção dos sentidos no acontecimento do texto traduzido³⁴.

Antes de encerrar essa parte faremos uma breve consideração quanto ao tradutor para os dois exemplos anteriores. No caso em questão podemos dizer que a figura do tradutor é em um primeiro momento tomada tanto pela língua inglesa quanto pela língua portuguesa do Brasil. O tradutor está no centro dessa relação que aproxima os distanciamentos linguísticos da tradução. Por sua vez os espaços de enunciação são configurados pelos acontecimentos enunciativos que deram origem à operação de tradução. Podemos considerar que há aí

34 Ao falarmos em agenciamento é preciso ressaltar que consideraremos não a intenção ou as práticas de escolha de um termo ou de reordenar uma regularidade a outra. O que estamos dizendo é que ao traduzir pelo procedimento de reescrituração por substituição, o modo como se traduz produz sentidos que, de certo modo, excluem aqueles que deveriam, ou, poderiam funcionar. Ao se traduzir um texto por outro deve-se tomar o cuidado com tais aspectos para que um texto não substitua outro em outra língua sem considerar aquilo que o texto de origem diz em suas particularidades. Contudo, não se pretende aqui produzir um manual de como devem se proceder as escolhas de um tradutor quanto aos termos "utilizados". O que pretendemos apontar aqui é que de fato ao se traduzir partindo de uma perspectiva de uma semântica enunciativa os sentidos produzidos no presente do acontecimento do texto traduzido serão sempre outros, no entanto, respeitando aquilo que está dito no texto de origem, ou seja, os sentidos não serão outros por uma alteração estrutural da produção do texto, mas sim, pelos aspectos já citados como a temporalidade, cena enunciativa, espaço de enunciação e aquilo que é próprio do procedimento de reescrituração.

uma relação pela qual um acontecimento se dá em um espaço de enunciação específico, o de língua inglesa por exemplo; e há por outro lado, um acontecimento no qual se configura a operação de tradução que ocorre no espaço de enunciação de funcionamento da língua portuguesa do Brasil, os enunciados produzidos em português brasileiro acima como tradução e que segue uma ordenação sintagmática, normativa e sistêmica particular da língua portuguesa do Brasil e distinta, em certos momentos, da ordenação dos enunciados em língua inglesa. Portanto, podemos dizer que não há nem sobreposição ou superposição de espaços de enunciação

A realização de uma reorganização se impõe pelo agenciamento próprio da língua para a qual se traduz. A necessidade de se proceder via uma nova ordenação/organização das regularidades linguísticas e das normatividades gramaticais, é um aspecto até certo ponto necessário para a consideração da tradução como a tomamos aqui, ou seja, para que se considere a tradução como reescrituração por substituição. Por isso, não basta apenas serem elementos de mesma natureza (textos) para que se proceda a substituição. A consideração de certos aspectos, como o que acabamos de dizer sobre a ordenação/reordenação, são imprescindíveis para que se possa pensar em substituição.

Esclarecido o caráter semântico de uma nova ordenação/organização, passemos então ao conceito de *mimesis* na direção de relação de sentidos quanto ao procedimento de reescrituração por substituição.

4.3. A TRADUÇÃO COMO UM PROCEDIMENTO DE REESCRITURAÇÃO POR SUBSTITUIÇÃO MIMÉTICA

Quando falamos em *mímesis* a concepção clássica vem à tona em todos os seus aspectos como imitação. Não apenas como simples imitação de algo como pura reprodução. É certo que para o pensamento aristotélico a *mímesis* não se faz enquanto imitação que apresenta como resultado uma “cópia”. Aliás, não se trata do pensamento aristotélico apenas e sim, do “sistema” aristotélico. A mímeis em Aristóteles é formulada no âmbito da poiesis, ou seja, da criação artística. O que de fato nos levou a buscar algo na noção de *mímesis* foram suas características neste lugar de criação. Em primeiro lugar, a famosa e conhecida afirmação de que “A Arte imita a vida”, assim como afirma Stirn (2006, p. 64): “As artes vão imitar a natureza simplesmente porque, em princípio, a natureza é análoga à arte”, tendo arte e natureza como única diferença que à natureza não precede deliberação. Ou seja, a arte como tal, é um produto humano em sua essência. Em um segundo momento, importa-nos o fato de que “A imitação artística metamorfoseia reproduzindo” (STIRN, 2006, p. 65). Este critério que se instala sobre a *mímesis* interessou-nos por ter em sua concepção algo que significa um tipo de “mudança”, que pode ser em substância, número, etc., na relação entre o imitador e o imitado. A característica de metamorfose assumida pela reprodução faz com que a diferença seja colocada em jogo nessa relação entre Arte e Natureza (vida). Assim, *mímesis* significa, além de imitação em seu sentido puro e estrito, algo

a mais, algo que irá nos levar a uma observação que ultrapassa o critério da metamorfose e passa a significar a partir do lugar da *produção* de algo novo.

No entanto, pensar a manifestação da *mimesis* somente como a arte da imitação seria, até certo ponto, insuficiente para dar qualquer sustento às nossas investigações. E isso ocorre porque a *mimesis* como tal passou com os anos a ser tomada por modos distintos do daquele da Antiguidade. Para avançar na questão, apresentaremos aqui algumas abordagens que consideram a *mimesis* a partir de outros pontos de vista quanto ao seu conceito e funcionamento no decorrer da história, tendo em vista a constituição daquilo que buscamos. Observemos então alguns aspectos que muito nos interessam.

Tomemos de pronto alguns pontos relevantes. A questão da *mimesis* é algo que se constitui na relação entre o *Real* e a *Arte*, a *Poética*. De acordo com Costa Lima³⁵ (2003):

O retorno ao antigo conceito teria, portanto, que contornar a *Poética*, onde se estabilizou, depois dos diálogos platônicos, a investigação filosófica da poesia, e alcançar o processo vivo da construção *Poética*, que se confunde com a prática da *mimesis*, introduzida no confronto da tradução em recesso com uma nova realidade a pensar (COSTA LIMA, 2003, p 14).

Por um lado, a *mimesis* é algo que pode levar ao engano, subordinado principalmente a uma prática pedagógica que se opõe ao *logos* filosófico e por isso o *poeta mimético* é excluído

35 Ver Luiz Costa Lima (idem) em: *Mimesis e modernidade: Formas das Sombras*.

da *Cidade Ideal* de Platão. Por outro, a *mimesis* funciona como um processo de criação, de construção pela *Poética* aristotélica, e é um conceito que desde Platão é aplicado às artes que, no entanto, se estabelece em Aristóteles no lugar da *Poética* como uma noção estética pela qual todas as artes seriam imitativas, *miméticas*. Ou seja, todas as artes tomam como ponto de partida um modelo de representação que retrata o real, a ação humana.

Buscando no Livro II da *Poética* de Aristóteles (2011), o filósofo diz que:

NA MEDIDA EM QUE OS ARTISTAS por imitação representam as pessoas em ação, sendo elas necessariamente boas ou más (pois, o caráter [humano] quase sempre se ajusta a esses dois [tipos], porquanto é pelo vício e pela virtude que as pessoas se distinguem no caráter), eles estão capacitados a representar as pessoas acima de nosso próprio nível normal, abaixo dele, ou tal como somos (ARISTÓTELES, 2011, p. 40).

Os “artistas”, os poetas que produzem suas artes, as produzem por imitação, e a imitação, por sua vez, partindo de uma concepção aristotélica, é a representação das pessoas em ação, é a representação do real pela arte do caráter humano em seus aspectos ajustados em dois tipos, ações boas ou más, de acordo com o filósofo. Numa relação ainda aberta com o mito e com o bom artista ou o artista “ruim”, com o bom cidadão ou com o mau cidadão, a representação pode ser de pessoas em ação que estão acima de nosso nível, abaixo dele ou no mesmo nível. Tais afirmações demonstram que

a *mimesis* como imitação abarca a reprodução³⁶ do mundo conhecido e das ações humanas conhecidas à época.

Algo que devemos observar é o fato de Aristóteles estabelecer uma relação estreita entre a *mimesis* e a representação. Para o filósofo grego a imitação é uma representação do real pela arte. É dizer que “A Arte imita a vida”, ou seja, a Arte em geral representa a vida em seus aspectos cotidianos de produção. No entanto, algo que ainda faz parte de nossas discussões é a noção de *Poiesis* em Aristóteles. *Poiesis*, (poesia), significa de modo estrito criação, produção. Não há dúvidas que a poesia seja uma produção, uma criação do artista que representa o real por imitação das ações humanas. Nessa direção, tudo o que o artista produz é significado pela reprodução, ou seja, toda e qualquer produção será reprodução pela imitação, a *Poética* tem em sua origem a imitação, a representação do mundo. Aristóteles (2011) apresenta isso em seu livro IV da *Poética* dizendo que:

É POSSÍVEL QUE TODA A *Poética* tem na sua origem duas causas, ambas naturais. De fato, no ser humano a propensão à imitação é instintiva desde a infância, e nisso ele se distingue de todos os outros animais; ele é o mais imitativo de todos, e é através da imitação que desenvolve seus primeiros conhecimentos (ARISTÓTELES, 2011, p. 42).

36 Como veremos adiante, não tomaremos o caráter reprodutivo da *mimesis*. Neste ponto de nossas investigações nos colocamos junto aos que tomamos como suporte teórico de produção, o lugar da filosofia clássica para a qual o critério de reprodução faz-se de maneira forte e preponderante no devir da noção de *mimesis*.

A criança aprende a andar, falar, comer por um processo de imitação dos adultos que a cercam. O conhecimento sobre o mundo, como plantar, como colher, como pescar etc., por exemplo, são conhecimentos adquiridos e desenvolvidos com base na imitação. O único animal entre todos que é capaz de imitar, de reproduzir, é o ser humano por ser este o único detentor do *logos* e da *techné*. É inerente ao homem a imitação. Ainda seguindo o pensamento aristotélico é por meio da imitação que o homem experimenta o prazer ao olhar imagens que seriam “contempladas pensadamente”, por exemplo. Nesse sentido, a *Poética* não se restringe apenas à produção de poesias, significa produção e reprodução pela imitação, pela *mímesis* de uma obra, por exemplo, que imita um objeto a ser apreendido pela imagem através da compreensão e do raciocínio de “cada elemento das imagens, conduzindo ao discernimento em relação a essa ou àquela pessoa” (ARISTÓTELES, 2011, p. 43).

Nessa direção, a *mímesis* em Aristóteles está amarrada à experiência. A *mímesis* enquanto imitação é algo que “[...] abrange a arte e não se confunde com ela” (COSTA LIMA, 2014, p. 30). Ou seja, no sentido aristotélico de *mímesis* a imitação não é a arte em si, e sim algo que toma a arte, que está na base de sua produção. A arte é a produção e a *mímesis* significa a reprodução de algo que acaba por explicitar a “[...] elasticidade da *physis* humana [...]” (COSTA LIMA, 2014, p. 30). Neste sentido a *mímesis* apresenta um modo de se observar a natureza humana de uma maneira não estabilizada,

passível de representação, de imitação. O artista produz imitando, representando um prolongamento da natureza, das ações e das produções humanas narrando uma história real, relatando o comportamento humano na relação com os deuses mitológicos, retratando acontecimentos numa pintura ou, as formas humanas e do olimpo em uma escultura. Por tais modos, narrar, relatar, retratar são maneiras de representar a *physis*, de imitar a natureza humana. E, de tal forma, a *mímesis* ocupa um lugar de elemento mediador, elemento atrelado à passividade no movimento criador, no espaço produtor da arte.

Entretanto, cabe ressaltar que o funcionamento da *mímesis* supõe algo. E o que ela supõe? Supõe uma mediação, um funcionamento passivo de “adequação ou correspondência” (COSTA LIMA, 2014), entre aquilo que é reproduzido e algo que está antes, anterior à reprodução. Num movimento lógico (que não é o nosso, mas neste momento é explicativo), só há reprodução de algo que veio antes, só se imita aquilo que já existe enquanto produção, enquanto matéria contornada por suas essências que lhe dão as condições de existência em suas qualidades ontológicas. Tomemos assim que: “[...] é certo entender que a *mímesis* aristotélica adquire acentuado grau de liberdade quanto a este algo anterior, seja por seu próprio ato de feitura, seja pelo efeito que causa” (COSTA LIMA, 2014, p. 31).

Entretanto, a *Poética* tinha por objeto “[...] um fenômeno subordinado, que terminava por remeter a uma ciência primeira” (COSTA LIMA, 2014, p. 33). E por isso, a *mímesis* seria válida somente remetida a um fenômeno particular não sendo suficiente

para uma explicação “filosófica do mundo”. Ou seja, a *mimesis* se encerra nos limites da possibilidade da encenação.

Assim, temos que na Antiguidade Clássica da filosofia grega o agir *mimético* que em Platão mantém uma relação com algo anterior e superior ao elemento que imita, e que por isso, rompe com a verdade levando à exclusão do poeta da Cidade Ideal (COSTA LIMA, 2014); e, uma via aristotélica que lança a noção de *Poiesis* como criação, produção e traz a concepção de uma *Poética* que constitui como objeto um fenômeno caracterizado como subordinado a uma “ciência primeira”, de caráter passivo e mediador, e ainda, por um grau acentuado de liberdade em relação ao que está posto como anterior.

Entretanto, o desenvolvimento da aceção de *mimesis* não se dá somente na relação (crítica, por vezes) entre Platão e Aristóteles. Após um longo período de afastamento do pensamento Clássico dos gregos durante a Alta e a Baixa Idade Média, há um retorno ao pensamento dos clássicos no final do medievo, no início do Renascimento e, posteriormente, no período Moderno. É neste momento que a *mimesis* retorna pela noção de *imitatio* como simples imitação, imitação dos clássicos, construída na quítera entre os clássicos e os modernos, marcada por um retorno e um afastamento ao mesmo tempo.

E este movimento para o campo da *imitatio* é referente, historicamente, a uma mudança de *status* linguístico, um momento pelo qual a língua latina (a língua dominante do

Império Romano), toma o lugar nos domínios do grego. Desse modo a língua grega aos poucos vai sendo deixada de lado como língua “literária” e o latim vem ganhando espaço. Já no período do Renascimento o latim acaba perdendo espaço para a línguas vernaculares e, “Na França, vê-se uma multiplicação das traduções das línguas clássicas para o francês e de ‘imitações’ dos modelos gregos e latinos [...]” (OUSTINOFF, 2011, p. 34). No início da renascença a imitação, ou imitatio, estava relacionada aos modelos clássicos, ou seja, uma imitação que não deveria se comportar como “servil” e devendo ser “feita a serviço da língua francesa, igual, quando não superior a todas as outras” (OUSTINOFF, 2011, p. 34).

No entanto, o conceito de *mimesis*, ou mais propriamente dito, de imitação, são conceitos atrelados incontornavelmente à Arte, à produção artística sendo, a Arte, constituída numa relação tanto com a natureza quanto com o homem. Na relação da Arte com a natureza se encontra a definição de arte como imitação. De acordo com Abbagnano (2007, In Estética), quanto à teoria da imitação defendida hoje:

Lukács, que define a arte como ‘reflexo da realidade’, entende que essa realidade é resultado da interação entre natureza e homem, interação mediada pelo trabalho e pela sociedade em seu momento histórico. Por isso, vê na arte ‘o modo de expressão mais adequado e mais elevado da autoconsciência da humanidade’ (ABBAGNANO, 2007, p. 428).

E o que significa dizer isso? A partir deste lugar de visão sobre a arte, a imitação deixa assim de ter uma característica

de reprodução passiva como aquela que tomava na filosofia grega, e passa a se confundir com a criação. Tal característica de uma *mimesis* passiva se dá por ter sido considerada como uma “força reprodutora” da realidade e não produtora. Isso por que, se na relação entre Arte e natureza é encontrada a definição de arte como imitação, a arte, então é imitação, uma reprodução da *physis* e não produção de algo novo. Se, por outro lado, a arte produz, constrói algo, arte é criação, a imitação enquanto arte também é produtora, também é criação. Imitar, desse modo, é criar, é produção. Este silogismo que define a imitação não enquanto algo subordinado de caráter passivo, mas enquanto arte, enquanto ação criadora, parece ser suficiente para definirmos aqui nosso objetivo de construção da noção de reescrituração por substituição mimética ao considerarmos a tradução. No entanto, ainda não é.

E não é suficiente por um motivo simples: a imitação enquanto numa relação com a arte cria algo, mas cria algo enquanto reprodução de algo anterior. A imitação mesmo saindo da passividade, até este momento, se constitui enquanto uma criação reprodutora que não leva em conta, ou ainda não está afetada, pela instalação de uma temporalidade como a que se apresenta quando consideramos um acontecimento enunciativo. E, se reproduz um objeto, a natureza, as ações do homem, há algo ainda de passividade. Mas devemos identificar a imitação não enquanto reflexo estabilizado do mesmo, ou enquanto cópia do mesmo, ou seja, enquanto algo que apenas reproduz o que já está lá. Se tomarmos a imitação enquanto reflexo ou enquanto uma simples cópia de um “primeiro”, o imitador

(no caso específico o tradutor) seria tomado por um papel secundário no processo sem mais interesse para a operação. Ou seja, cópia e reflexo seriam movimentos que instalariam um lugar de mero “copiador”, “reprodutor do mesmo”.

É então nessa direção que buscaremos definir a noção de tradução como um procedimento de reescrituração por substituição mimética. Não como um texto que reproduz o outro como o mesmo, mas como um outro texto diferente do texto de origem, este texto que se produz como semelhante (substituto), o texto da tradução “representa” o texto traduzido enquanto representa uma relação similar à do texto de origem com aquilo de que fala. Trata-se de um acontecimento que mimetiza outro acontecimento, mostrando-se como sendo o mesmo, embora não seja.

Quando falamos aqui que numa operação de tradução há a produção de outro texto, ou seja, um texto diferente, não nos colocamos a afirmar que o texto da tradução seja outro em todos os aspectos. É evidente que quando traduzimos um texto de uma língua para outra, o texto traduzido deve trazer em sua produção aquilo que o texto de origem diz, caso contrário, não haveria nada aí de reescritura, não haveria a possibilidade de retomada e nem mesmo de tradução. E é por isso que dizemos aqui que a ordem do *mimético* produz semelhanças, ou melhor, não representa, mas apresenta semelhanças com o texto “anterior”.

De tal modo, ao imitar se produz o outro em outro lugar, em outro espaço, em outra temporalidade. A força produtora da *mimesis* está no fato de que ao imitar se constrói sempre algo novo. E o que é este algo novo? Aquilo que a imitação ao ocorrer pela reescrituração instala. Mas, o que a *mimesis* instala? O mesmo? Uma cópia? Não! A *mimesis instala* (em nosso caso), o novo. Ao se dar pelo procedimento de reescrituração por substituição, significando a operação, a *mimesis* produz as semelhanças e as diferenças quando um acontecimento mimetiza o outro. E se instala então uma nova temporalidade, um novo acontecimento enquanto produção do novo e não enquanto reprodução. Portanto, a *mimesis* é outro acontecimento enunciativo que se dá pela reescrituração por substituição quando significando a operação de tradução.

E por instalar sempre o novo que “[...] não há nunca imitação pura e simples” (Lacoue-Labarthe, 2000, p. 167). De fato, a imitação nunca poderá se dar de modo puro e simples, isso porque a imitação em si, do modo como a estamos considerando, como noção que funciona pelo procedimento de reescrituração por substituição, não se prende estritamente à reprodução ou à representação. Não se constitui, a imitação, enquanto um reflexo que cristaliza uma duplicação do mesmo. Imitar não é duplicar. Ou seja, a *mimesis* produz (apresenta) semelhanças ao fazer diferente, ao enunciar diferente em virtude da diferença das línguas.

E a apresentação destas semelhanças se mostram como suficientes para significar a tradução como “quase o

mesmo” texto traduzido. De certa forma, no acontecimento da tradução, o autor da tradução não se apresenta como autor do texto que está produzindo pois ele é uma *mímesis*, uma substituição mimética de outro texto (acontecimento) que se faz pela reescrituração. O texto da tradução se apresenta como o texto que traduz.

Portanto, não devemos, e de certo modo nem podemos considerar que uma tradução que se dá como um procedimento de reescrituração por substituição com base em uma noção mimética constitua-se como um modo de concluir uma outra produção. Concluir não conclui, mas, em certo sentido, expande seus horizontes, por certos aspectos, expande o alcance e a amplitude de uma obra ao se dar em uma língua diversa daquela que foi produzida.

No entanto, o que devemos ter como objetivo neste momento é a consideração de que a *mímesis* é produção, porém, não uma produção que completa, mas que expande, em um sentido de substituir imitando, substituir algo que não estava “lá” pela reescrituração. E ao produzir algo que se coloca como incompleto pela natureza do objeto ou da obra imitada, por exemplo, a Arte mimética, por assim dizer, substitui a natureza, substitui o objeto ou a obra imitada “[...] na medida em que se coloca em seu lugar e leva a termo o processo poético que é sua essência [...]” (LACOUÉ-LABARTHE, 2000, p. 168). Ou seja, neste processo poético a *mímesis* não representa, mas sim, apresenta, faz a apresentação de outra coisa, de outro objeto, de outra obra “[...] que ainda não estava lá,

dada ou presente” (LACOUÉ-LABARTHE, 2000). Observando por outro ponto de vista, o nosso no caso, essa apresentação de outra coisa se faz via a apresentação de outro texto que imita um texto anterior em outra língua. Esse “apresentar”, no entanto, não se realiza como uma “revelação” ou um “desvelar” e nem mesmo como a realização de um “completar” uma falta. Um texto quando imita o outro pelo procedimento de reescrituração por substituição faz “conhecer”, em uma língua X aquilo que um outro texto produzido em língua Y diz. Ou seja, a reescrituração por substituição mimética apresenta fazendo conhecer algo que não estava “lá” antes, faz conhecer aquilo que um texto diz, ou “quer dizer” em outra língua.

E é por tais características que a *mimesis* só é possível, mesmo como força produtora, a partir da existência da *physis*, da produção de algo que veio antes, pois, de todo modo, não se imita aquilo que não existe, que não foi feito, e também, a imitação jamais será concebida ocupando um lugar anterior ao objeto imitado, não se imita o futuro. É por isso então, que se reconhece que a *mimesis* faz parte da futuridade da temporalidade que se instala no acontecimento enunciativo quando considerada a tradução.

Assim, de uma maneira geral, pode-se dizer que:

[...] a *mimesis* supõe a correspondência entre uma cena primeira, orientadora e geral, e uma cena segunda, particularizada numa obra. Essa encontra naquela os parâmetros que possibilitam seu reconhecimento e aceitação (COSTA LIMA, 2014, p. 24).

Desse modo, se poderia pensar em um tipo de correspondência entre “modelos” e, assim, cair na admissão de que *mímesis* supõe um “caráter normativo” (COSTA LIMA, 2014). Não significa tomarmos por conveniente ou não a noção de uma “cena orientadora e geral” a partir da qual a produção do “outro” (novo), se dá a partir de uma “orientação geral” daquele que “vem” como primeiro na ordem da imitação, de fato, não haveria aí “produção”, mas uma “reprodução orientada”. Contudo, torna-se pertinente a noção de “correspondência” entre um primeiro e um segundo, sendo que este particulariza o primeiro numa obra traduzida como diferente de si a partir da produção das semelhanças. E tal semelhança não se dá por ser um outro que vem após um primeiro por simples “correspondência”, mas por uma temporalidade específica que permite articular a reescrituração.

A substituição virá sempre depois, no lugar futuro do tempo cronológico em relação ao imitado. Uma operação de tradução tomada como um procedimento de reescrituração por substituição *mimética* ocorre em virtude da futuridade do texto de origem, mas ao ocorrer se dá como um outro acontecimento caracterizado por *instalar* uma nova temporalidade dos sentidos.

A reescrituração de um texto por outro não é algo que se reduz à relação de tradução. Um texto pode ser resenhado por outro texto, pode ser resumido por outro texto, por exemplo. Na mesma medida pode ser traduzido por outro texto. Um texto que resenha outro, o comenta, um texto que sintetiza

outro, o condensa. Nem num caso nem noutro, a resenha (comentário) ou a síntese (resumo) são vistos como sendo o próprio texto, mesmo que se coloque em pauta a ideia de que trazem algo da significação do texto resenhado ou resumido. A diferença com estes dois modos de reescrituração de um texto por outro, é que no caso da tradução, tal como já dissemos, o texto que reescritura o outro por substituição, leva-nos a considerar o outro texto que se mostra como sendo “o mesmo” que é objeto da tradução. Em todos os casos podemos observar que qualquer texto tem, na sua futuridade, sua substituição por outros textos em torno da questão do que o texto do acontecimento considerado significa.

A futuridade é instalada na temporalidade enunciativa como o lugar da “possibilidade”, e, enquanto relação de tradução como reescrituração, um texto produzido em uma língua I abre sempre a “possibilidade” de enunciações futuras, ou seja, abre sempre a “possibilidade” de tradução para uma língua J, por exemplo. De tal modo, a língua tomada como um sistema de regularidades não é colocada como aquela que se traduz, portanto, não é a língua que se traduz, não se considera que a tradução seja uma operação pela qual uma língua traduz a outra. Mas, se traduz de uma língua *para* a outra, *de uma regularidade linguística para outra regularidade linguística*.

Outro aspecto importante a respeito da *mimesis* é aquele que a própria mimesis instala como um movimento de *desapropriação* e *apropriação*. Tomemos um exemplo fora da linguagem para ilustrar este movimento. Pensando em uma

demonstração artística, e até mesmo num jogo, a mímica é realizada por uma pessoa que imita uma outra pessoa, um objeto, animal ou uma produção cinematográfica. O mímico imita os movimentos do imitado, o modo de andar, gestos particulares. No entanto, ao imitar, produz um outro movimento que, mesmo parecendo ser no mesmo tempo do movimento ou gesto da pessoa imitada, não o é. Ainda, o mímico não ocupa o mesmo espaço que a pessoa a quem imita. Outras características como altura do imitador e do imitado, as roupas que utiliza o mímico, inclusive maquiagem, e as roupas que a pessoa imitada veste, etc., tudo se cristaliza na diferença constituída na relação entre os dois.

Se uma pessoa caminhando na rua levanta o braço e um mímico logo atrás ou à sua frente o imita, é instalado aí um movimento no qual o mímico desapropria o autor do movimento de origem e se apropria deste movimento para fazê-lo. No entanto, ao efetuar a imitação do movimento do braço o mímico o faz em outro tempo, outro espaço e não o efetua do mesmo modo. Porém, por não ser um movimento “inteiramente” dele, o mímico realiza o movimento da *desapropriação* do autor de origem do movimento do braço, e de *apropriação* do movimento por modos diferentes. Este movimento que instala a *mímesis*, de *desapropriação* e *apropriação* possibilita a imitação ocorrer como outra e não como uma repetição do mesmo. Ou seja, possibilita que a *mímesis* se constitua em uma substituição e não como pura e simples imitação, cópia ou duplicação.

Se considerarmos que a *mimesis instala* um movimento de *desapropriação* e de *apropriação* ao observamos a tradução como um procedimento de reescrituração por substituição mimética, poderemos levar a cabo o que acabamos de dizer. Se um texto A produzido em língua francesa é traduzido por um texto B produzido no espaço da língua portuguesa do Brasil, por exemplo, há uma *desapropriação* da produção do autor de origem e da língua de origem e uma *apropriação* do leitor/tradutor/autor do texto traduzido e pela língua da tradução. No entanto, é uma *apropriação* que não apaga o autor de origem e nem mesmo a língua de origem ao ocorrer a substituição. Tanto o autor de origem quanto sua história que o significa estão contidos na tradução. Não é mais o mesmo texto, e nem a mesma língua, mas há algo de remissão ao texto reescriturado que faz com que o autor de origem continue sendo o autor, e o tradutor ocupe o lugar de autor da tradução. O texto que reescritura se motra como sendo o texto reescriturado. E retomando o exemplo do mímico, pelo fato de o texto em francês não ser “inteiramente” do leitor/tradutor/autor que há o movimento de *desapropriação* do autor de origem e um movimento de *apropriação* do leitor/tradutor/autor que produz um outro texto, um outro acontecimento constituído pela semelhança instalada pela substituição mimética e que significa em virtude dessa semelhança.

Com este movimento de *desapropriação* e de *apropriação* instalado pela *mimesis*, no entanto, não estamos dizendo que há uma *apropriação* da língua pelo locutor nos

moldes como apresentou Benveniste (2005) em *O Aparelho Formal da Enunciação*. Mas sim, que há este movimento instalado no processo em que se dá a operação de tradução como um procedimento de reescrituração por substituição mimética. Ou seja, é um movimento que se dá pelo próprio processo de substituição que significa o procedimento de reescrituração.

Ainda, a *mimesis instala a diferença pela semelhança*³⁷. A *semelhança* é o que nos permite verificar que a relação entre os textos, relação produzida pela reescrituração por substituição mimética, é uma relação de *diferença* e não de *igualdade*. Ser *semelhante* significa não ser *igual*. E neste ponto, é necessário observar que a *diferença instalada* pelo movimento *mimético* da reescrituração não significa oposição instaurada pela negatividade de não ser mais o mesmo, mas significa uma aproximação entre o que um texto diz e o que o outro texto *rediz*.

Quando um texto retoma o outro pelo procedimento de reescrituração que caracteriza a tradução, a reescritura *rediz* de modo *semelhante* aquilo que o reescriturado produziu como

37 Algo que merece ser destacado aqui. Ao falarmos da concepção de diferença e semelhança, não estamos aqui a tratar apenas de um autor específico. Trabalhar a questão tanto da diferença quanto da semelhança e a relação existente entre estas duas noções não se faz simples quando há uma extensa literatura filosófica a respeito. A noção que aplicamos aqui vem de um cruzamento de leituras que nos levaram a considerar tais concepções do modo como estamos fazendo. Foi, então, a partir das leituras que fizemos de Deleuze (2018) em “Diferença e Repetição”; de um texto de Walter Benjamin chamado “Doutrina das Semelhanças” presente em um livro intitulado “Linguagem, Tradução, Literatura: Filosofia, Teoria e Crítica” (2018); e, por último o livro de Costa Lima (2014) sob o título “*Mimesis: desafio ao pensamento*”, que pudemos traçar certos parâmetros possíveis para apresentarmos uma concepção da relação entre diferença e semelhança.

sendo “seu”. Se caso não se considerar o papel da *semelhança* nesta relação de retomada, talvez dificilmente poderíamos falar em tradução, de reescrituração e sim, um texto absolutamente novo produzido sob outras bases e outras direções. A *semelhança instalada pela mimesis* significa aproximação, o texto traduzido apresenta certos aspectos de *semelhança* com o texto de origem, que marca uma relação de aproximação pela distância imposta pelas diferenças entre as línguas.

Vimos então que a *mimesis* ao funcionar no e pelo procedimento de reescrituração por substituição significando a operação de tradução *instala*; *instala* um movimento de *desapropriação* e *apropriação*, *instala a diferença pela semelhança*, a *mimesis instala* o novo, o sempre outro que não se configura como sendo o mesmo.

No entanto, resta-nos algo que é preciso considerar. Não há nada nesta relação que se constitua como um movimento de repetição? Ou seja, não existe na substituição *mimética* nenhum indício de que algo seja repetido? Diremos que há sim um movimento de repetição³⁸ na ordem do *mimético* que se constitui como algo necessário para que a operação de tradução

38 Tomados pelo que diz Deleuze (2018) sobre a repetição, que, dizendo de um modo muito breve, a repetição também instala uma diferença, e, observando aquilo que diz Aristóteles no livro VII da *Poética* sobre uma estrutura composta por um início, um meio e um fim, em relação à tragédia, há que se observar que, considerando a tradução a partir de uma substituição mimética, alguns aspectos devem se repetir, no caso de um texto, por exemplo, para que uma operação de tradução não se faça desastrosa. Certos aspectos estruturais são sim relevantes para que essa substituição mimética se constitua enquanto tal, enquanto uma retomada de um texto numa língua A para um texto em língua B. É nessa direção que se pode dizer que as estruturas se repetem, mas não os sentidos, não as formas e nem mesmo o próprio texto.

como reescrituração funcione de acordo com certas expectativas. E estamos aqui dizendo isso em uma relação instalada entre a substituição e a repetição no lugar da *mimesis*. E para que não se confunda a “repetição” da ordem do *mimético* com a repetição da ordem do procedimento de reescrituração, apresentaremos uma breve descrição do que estamos sustentando.

Mesmo parecendo algo de toda sorte permeado pela obviedade, mas não é, todo texto é produzido tendo um início, um meio e um fim. Todo texto é produzido por uma estrutura essencial para que ele se constitua enquanto texto. Uma narrativa da história, da Geografia, Filosofia, uma produção científica das matemáticas, da Física, Química, etc., uma produção *Poética* ou literária, uma canção, não importa, haverá sempre uma regularidade estrutural que fará com que um texto seja texto, além dos aspectos já postos por nós acima, e constitua uma unidade de sentido. E ao se traduzir um texto para outro, deve-se respeitar tal regularidade estrutural de construção do texto de origem ao se produzir um texto traduzido, ou seja, espera-se esta semelhança. Neste aspecto, a *repetição* funciona como algo que a própria *mimesis instala* em seu funcionamento pelo procedimento de reescrituração. Contudo, lembremos que a estrutura textual se constitui enquanto elementos linguísticos essenciais ao texto, porém não se dá como algo exclusivo.

Dissemos acima sobre um aspecto de como lidamos com um texto ao tomarmos como nosso objeto de verificação, e o modo como o fazemos é via uma perspectiva de

transversalidade do texto que é constitutiva daquilo que ele possa significar. Ou seja, os sentidos de um texto não se dão via sua regularidade estrutural mas via sua consideração transversal. Retornando a Aristóteles (2011), Livro VII, o filósofo diz que: “Estabelecemos que a tragédia é imitação de uma ação consumada constituindo um todo e de uma certa extensão (pois é possível termos um todo a que falta extensão). Um todo é aquilo que possui começo, meio e fim” (p. 50).

Assim, a tradução de uma obra, diferentemente da produção de uma resenha, de um resumo ou de partes específicas de um texto, deve obedecer uma sistematicidade que caracteriza o *todo* como tendo um início, um meio e um fim. Desse modo, dizemos que, *repete-se* algo na tradução que, no entanto, não se constitui enquanto no lugar do idêntico. Contudo, não se pensa a *repetição* de um início, um meio e um fim como *repetição pura* em que há uma troca do igual pelo igual. Repetir neste caso, significa um movimento *mimético* de uma ordem estrutural de um texto que, no entanto, é confirmada pelas diferenças instaladas tanto das regularidades linguísticas postas em relação pela tradução enquanto reescrituração, quanto por tudo aquilo que a própria *mímesis instala* como a produção do novo. A própria repetição preenche os *espaços vazios*. Como aponta Deleuze (2018) sobre a repetição dizendo que:

[...] o movimento é a repetição e que este é o nosso verdadeiro teatro, não se está falando do esforço do ator que ‘fica ensaiando’ enquanto ainda não sabe a peça. Pensa-se no espaço cênico, no vazio deste espaço, na maneira como ele é preenchido,

determinado por signos e máscaras através dos quais o ator desempenha um papel que está desempenhando outros papéis; pensa-se como a repetição tece de um ponto notável a um outro, *compreendendo em si as diferenças [...]* (Grifo em *italico* nosso) (DELEUZE, 2018, p. 28).

Pois bem, observa-se que Deleuze (2018) diz neste caso sobre as representações desempenhadas por um ator no teatro, um ator que desempenha um papel que desempenha outros papeis. Porém, o que é importante para nós está em como a repetição constitui a tessitura de um ponto a outro e que compreende em si as diferenças neste tecer dos pontos. E neste caso, a repetição “[...] aparece como uma diferença [...]” (DELEUZE, 2018, p. 35), e não como um algo que se constitui enquanto o “Mesmo”. A própria *repetição* das estruturas que compreendem um texto, ao tecer um *ponto notável a um outro*, preenche um espaço vazio, onde não havia nada “lá”, e aparece como diferença no próprio funcionamento do procedimento de reescrituração por substituição *mimética*. Ou seja, é uma repetição do todo enquanto uma particularidade (DELEUZE, 2018). Não se repetem as formas, os sentidos, não se repete o acontecimento, *repetem-se* as estruturas enquanto estruturas específicas de um texto. E ainda assim, ao *repetir*, pela reescrituração, *instala-se* a diferença, já não é mais o igual, o “mesmo”, pois a própria estrutura já não é mais a mesma depois da “repetição”.

Por fim tudo o que dissemos, as *diferenças instaladas* pelo movimento *mimético* da tradução enquanto um procedimento de reescrituração por substituição, se dá necessariamente

pelo acontecimento enunciativo. É no acontecimento que as *diferenças* se *instalam* e caracterizam a substituição de um texto pelo outro, numa operação de tradução como algo novo, distinto de um mesmo, mas que *instala* uma *semelhança* pela aproximação, uma aproximação realizada pela figura enunciativa do tradutor a partir das distâncias entre as línguas e entre certos aspectos sócio-históricos (não é possível imaginar que todas as pessoas do mundo “falem” todas as línguas do mundo. Se possível fosse não haveria a necessidade da tradução).

Antes de encerrarmos de fato esta parte, gostaríamos de apresentar aqui um trecho do trabalho de Costa Lima (2003) que nos vale para uma reflexão pertinente ao que estamos aqui discutindo. Existe, de um certo modo, um sentido deste termo de origem na filosofia grega que se atrela diretamente à tradução e àquilo que discutimos acima e que se coloca para nós enquanto línguas “centrais” e “periféricas” que poderia ainda ser levado a dicotomias como as que existem entre “selvagens vs civilizados” e, talvez a relação dicotômica mais importante neste caso: “colonizados vs colonizadores”. Deixaremos, portanto, uma questão em aberto para que possamos discutir num outro momento e, para isso, apresentaremos aqui em relação à *mimesis*:

Há hoje em dia uma questão da *mimesis*. Questão para quem está no centro da cultura ocidental, o *scholar* europeu ou norte-americano, quanto para quem se acha nas margens do centro, na periferia do capitalismo. Para o primeiro assim sucede pelo permanente desafio que lhe traz cada obra nova: o teatro reduzido a um grito que cresce e decresce em consonância com o efeito de luz,

a doméstica latrina exposta como escultura, o despertar do herói que opta por potencializar a língua e quase bloquear sua compreensão, o poema que decompõe a palavra em letras e joga com a diferença dos tipos gráficos, ainda serão teatro, escultura, romance, poema? E a *mímesis* de que seriam? Ao dar de ombros à questão, o analista se faz parafraseador e, desde que fala ou escreve, parte do suposto de que o objeto existe (COSTA LIMA, 2003, p. 25).

E então, continua:

Mas a *mímesis* é também questão para quem tem a periferia como seu lugar. Para este, o problema não é tão-só decorrente das obras mais avançadas. É um tópico constante na reflexão do Brasil pelos brasileiros que temos sido e somos imitadores do que se faz noutra parte, seja antes Lisboa ou Madrid, seja hoje Paris ou Nova York. Nesse ponto, nosso destino é semelhante ao das outras nações periféricas: imitadores de um centro que as coloniza econômica e culturalmente. E como, tradicionalmente, *mímesis* é traduzida a partir de *imitatio*, nossa *mímesis* então se torna imitação da imitação, que nos leva a compor ou valorizar nossos produtos culturais em função de sua conformidade com o padrão metropolitano (COSTA LIMA, 2003, p. 25).

Este longo excerto serve-nos mais para abrir uma discussão que se tornará, com certeza, pertinente em outro momento do que agora. Contudo, é interessante observar que a *mímesis* mesmo tomada como “produção do novo” na reescrituração, como apresentação³⁹, carrega ainda, em sua

39 A *mímesis*, assim, é reconfigurada para um lugar de funcionamento de “substituição”, de “produção da identidade e da identificação” pela qual aquilo que se dá como resultado de uma imitação não é nem cópia e nem reflexo, mas, produção e apresentação *darstellung*, Lancoue-Labarthe (2000).

história enunciativa sentidos de colonização da periferia pelo centro, a necessidade de seguir o tradicional modelo metropolitano de vida e de produção. Em certos momentos, aqueles sentidos de “cópia”, de “imitação” pura e plena pelos quais os valores construídos por outrem são valores tomados de modo subserviente, são ainda sentidos latentes na enunciação pela história de significação da palavra e da produção humana.

Posto já objeto de futuras discussões passemos agora ao próximo capítulo no qual iniciaremos as análises dos materiais selecionados para nossa investigação, e vejamos como se constitui o funcionante da operação de tradução via procedimento de reescrituração por substituição mimética.

REESCRITURAÇÃO POR SUBSTITUIÇÃO MIMÉTICA: TEXTOS, LÍNGUAS E SENTIDOS

Como nossa discussão se constrói tomando por base o lugar da tradução e da consideração desta na forma de um procedimento de reescrituração por substituição mimética, vamos agora estabelecer uma relação entre o que aqui desenvolvemos, na caracterização da tradução e textos existentes e suas traduções, como modo de mostrar a consistência do que estabelecemos até aqui. Assim traremos textos que possam nos servir, a partir de recortes pertinentes para a realização das análises, enquanto sondagens⁴⁰ em um tipo de material específico. Interessa observar como se dá esta relação que consideramos caracterizar a tradução enquanto uma reescrituração.

Optamos nesta parte por um tipo de texto caracterizado pelo aspecto de ter uma circulação marcada pelas relações, estabelecidas pela natureza do material, de um espaço de enunciação global. Voltamos nossa atenção para um texto

40 Ver Guimarães (2018).

que transita e define, em certo ponto, aspectos importantes no âmbito da política internacional. Este texto é significado por seu valor histórico e de grande importância para a consolidação das Relações Internacionais do século XX.

Além destas características, outra que nos chama a atenção de um modo muito particular e específico é o fato de que este texto, consolidado enquanto um documento de uma organização internacional, em todas as suas formas de tradução, se apresenta por modos distintos, maneiras de tentar se aproximar ao máximo do texto de origem, ou seja, as traduções buscam ao máximo dizer a “mesma coisa”, como se fosse do mesmo modo que diz o texto de partida pelo valor não apenas jurídico, mas de organização, de construção de uma “comunidade internacional” de Estados, da manutenção da paz entre os povos e da circulação do conhecimento. Às vezes, como veremos, a busca por tentar se dizer o “mesmo” pode nos impor barreiras de tal modo sensíveis a um olhar minucioso e crítico.

Desse modo, em um primeiro momento, a partir da observação de um conjunto de tratados e convenções internacionais disponíveis virtualmente no site oficial da Organização das Nações Unidas, doravante neste estudo ONU, e no site da ONU Brasil, os textos selecionados foram os preâmbulos da Carta das Nações Unidas em quatro línguas diferentes sendo elas: inglês; espanhol, francês e português do Brasil. O preâmbulo da Carta da ONU, como se verá, apresenta em sua constituição movimentos semânticos sensíveis entre as línguas pelas quais são enunciados.

Dito isso, façamos ainda um pequeno parêntese aqui para dizer algo sobre o material que iremos considerar por primeiro. A ONU foi criada no ano de 1945, mesmo ano em que se deu o fim da Segunda Guerra Mundial, tendo como objetivo apresentar ao mundo uma forma de manutenção da paz e algum tipo de organização e respeito nas relações mútuas entre os Estados soberanos. É evidente que a ideia de se constituir uma organização tão ampla e necessária ao mundo não se deu de uma hora para outra como se bastasse alguém dizer: “precisamos criar uma organização internacional agora”. Ao “vasculhar” a história pode-se verificar que uma organização de modelo parecido foi criada ao término da Primeira Guerra Mundial com o objetivo lícito de se alcançar a paz entre as nações. Foi esta organização chamada de Liga das Nações, criada no ano de 1919 e tendo suas atividades encerradas em 1929.

De modo curioso, o nome *United Nations* foi dado e, ainda, utilizado pela primeira vez, pelo presidente norte-americano Franklin Roosevelt no ano de 1942, momento em que a organização não tinha ainda existência oficializada. Contudo, é neste mesmo ano que o nome *United Nations* surge funcionando enunciativamente designando uma declaração realizada por um grupo de países aliados que buscavam, além da paz, condições outras no momento em que findasse a guerra. Esta declaração foi designada pela formação nominal em inglês *Declaration By United Nations* (Declaração das Nações Unidas). Não apenas a designação da declaração como também o texto que retoma desenvolvendo todo o título é produzido em

A ONU passa a existir oficialmente no dia 24 de outubro de 1945 quando Estados Unidos, União Soviética, Inglaterra, França e China assinam a Carta de sua criação em conjunto com os demais Estados membros da organização. Um detalhe relevante é que os cinco países referidos acima são os cinco Estados membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas com direito a veto. E exatamente por isso, a organização tem como línguas oficiais o inglês (Estados Unidos e Inglaterra), o francês (França), o Russo (principal Estado da ex-URSS) e o chinês (China). Por outro lado, visando atingir o maior número de espaços possível, a organização, além do inglês, francês, russo e chinês, acresce como língua oficial o espanhol e, no ano de 1973, por decisão da Assembleia Geral, a língua árabe passa a funcionar também como língua oficial da organização. Além de vários escritórios regionais espalhados por todo o mundo a sede oficial da ONU fica em Nova York nos Estados Unidos como estrutura central com sedes também em Genebra (Suíça), Viena (Áustria) e Nairóbi (Quênia).

Dito isso, colocar-nos-emos a observar os textos dos preâmbulos da Carta das Nações Unidas produzidos em quatro línguas distintas, três delas oficiais da organização, inglês, espanhol e francês e a tradução para o português brasileiro. Como modo de apresentarmos os textos e as análises de maneira melhor estruturada e organizada, os preâmbulos serão dispostos e localizados de modo específico pelos seguintes marcadores: **T1 (i)** para língua inglesa; **T2 (e)** para língua espanhola; **T3 (f)** para língua francesa; e **T4 (pb)** para a língua

portuguesa do Brasil. Contudo, antes de passarmos à consideração dos preâmbulos, façamos uma breve consideração sobre algumas questões a respeito da lexicologia e lexicografia que desempenharão papel importante em nossas análises.

5.1. DA LEXICOLOGIA E DA LEXICOGRAFIA: ALGUMAS QUESTÕES PERTINENTES

Por mais que estejamos sempre aqui sustentando que este trabalho se funda no lugar teórico de uma semântica enunciativa, formulada por Guimarães (2002-2018), nossas análises tomam como objeto de interesse os textos que integram enunciados e ao mesmo tempo são integrados por estes. Contudo, estamos lidando aqui com um tipo de operação de linguagem que exige procedimentos específicos para que possamos lidar com a língua e seu funcionamento pela enunciação: a tradução. Considerar a tradução leva-nos a considerar os movimentos dos léxicos nas relações linguísticas que se desenrolam quando textos produzidos em línguas distintas são colocados em aproximação pela operação tradutória. Apesar de este não se dar como um trabalho que toma como centro de suas atenções a disciplina da lexicologia, alguns aspectos desta estarão sempre presentes em nossas análises como meio para atingirmos nossos objetivos. Por outro lado, tomaremos ainda, como caminho para nossas finalidades, um outro tipo de disciplina linguística que se dá como um instrumento de conhecimento da língua que é a lexicografia (o dicionário).

A produção lexicográfica se torna importante para nós não como um instrumento que se dá como “fornecedor incontestável” dos sentidos das palavras que compõem um léxico tal. Tomando o dicionário como um “instrumento linguístico” (HORTA NUNES, 2010) que se desenvolve como capaz de produzir um certo tipo de conhecimento sobre as línguas, este será levado em consideração exatamente por estarmos aqui observando a relação entre textos produzidos em línguas distintas.

A lexicologia e a lexicografia são duas áreas de conhecimento linguístico que apresentam diferenças entre si e que, de acordo com Horta Nunes (2010), são as seguintes:

A lexicologia identifica e descreve as unidades lexicais, enquanto a lexicografia desenvolve métodos e técnicas para produzir dicionários. Assim, a primeira, com o estudo do léxico, tende para um saber especulativo, enquanto a segunda, com a elaboração de dicionários, para um saber prático (HORTA NUNES, 2010, p. 149).

Temos, portanto, que a lexicologia põe em jogo questões referentes aos aspectos “[...] fonológicos, morfológicos, sintáticos e semânticos” e, sobremaneira, tal disciplina tem seu funcionamento a partir de uma “fronteira com uma ou outra dessas áreas de saber” (HORTA NUNES, 2010, p. 150). E, por outro lado, a lexicografia é um tipo de prática de saber linguístico que buscando a produção dos dicionários (bilíngues ou monolíngues), faz-se através de métodos específicos para tal produção. Assim: “Enquanto um saber linguístico de natureza prática, a lexicografia tem em vista a aquisição de um domínio de língua, de um domínio de escrita e de um domínio de

enunciação e de discurso” (HORTA NUNES, 2010, p. 150). Dessa maneira, o que se diz com isso é que nossa busca se estabelece em um primeiro momento por um estudo da “palavra” a partir do lugar da lexicologia que se faz por um saber especulativo e que visa identificar e descrever as “unidades lexicais”. E ainda nesta direção, a definição lexical nos dicionários, ou seja, definições produzidas pelo lexicógrafo atentando para os “significados” das “unidades lexicais” de uma língua fortalecendo o que se chama de uma “língua nacional”.

A palavra significa em virtude de ser enunciada. Um enunciado pode se dar por uma palavra como uma placa de trânsito na qual se encontra a palavra “Pare”, por exemplo, ou por uma combinatória de palavras que produzem um sintagma do tipo “João é mortal”. De toda maneira, estes são enunciados formados por elementos lexicais de uma língua e que significam pela enunciação. E, portanto, o que queremos sustentar por enquanto é que mesmo trabalhando com os dicionários específicos das línguas pelas quais os textos a serem analisados são produzidos, não são os verbetes que apresentam as definições semânticas das palavras-entrada dos dicionários como buscamos investigar neste estudo. Contudo, serão estes válidos enquanto partes de um instrumento de descrição para nossas análises.

Levando isso em conta, nosso objetivo ao buscarmos a utilização dos verbetes dos dicionários selecionados não é o de se fazer uma espécie de “semântica da palavra” a partir de seus sentidos pouco ou nada modificados, diríamos

atualizados, num devir temporal de produção lexicográfica considerando as características sincrônicas ou diacrônicas de cada língua. O que visamos é observar os movimentos das dinâmicas de relações das palavras no interior de uma regularidade lexical particular a partir de noções como as de sinonímia e hiperonímia (HORTA NUNES, 2010), e considerá-las a partir de uma articulação com os textos pelos quais realizaremos nossas análises linguísticas. Portanto, os sentidos que serão os resultados de nossas análises não serão aqueles “dados” pelos dicionários, mas sim, aqueles produzidos pelos acontecimentos de linguagem de maneiras específicas. O fundamental é que: “Como instrumento que registra as palavras da língua e suas definições, o dicionário se constitui num lugar de memória específico sobre a palavra” (OLIVEIRA, 2010, p. 74).

Apesar de funcionar como um instrumento pelo qual se registram as palavras e as definições destas em seus verbetes (OLIVEIRA, 2010), e de não trabalharmos com aspectos de “definição” de modo estabilizado e estruturado, consideremos:

A definição lexicográfica busca dar visibilidade às diferentes possibilidades de enunciação das palavras. Na lexicografia, ela é sinônimo de *acepção* ou de *conjunto das acepções* de uma palavra-entrada. De um ou de outro modo, nós a consideramos parte da *designação* da palavra no verbe, esta entendida como a significação de uma palavra constituída em virtude de sua relação com outras palavras no acontecimento enunciativo, dada sua história de enunciação (OLIVEIRA, 2010, p. 76).

Dessa maneira, as definições lexicográficas produzidas nos verbetes dos dicionários permitem esta visibilidade das diferentes possibilidades enunciativas das palavras. Estas diferentes possibilidades são caracterizadas pela tensão existente entre a paráfrase e a polissemia, ou seja, na tensão existente entre as possibilidades de se “dizer o mesmo pelo diferente” (ORLANDI, 1999). Contudo, interessa-nos aqui tanto o caráter parafrástico, pelas vias de funcionamento das relações sinonímicas e hiperonímicas, quanto o caráter polissêmico, pela diversidade significativa que uma palavra pode operar ao se dar em funcionamento num enunciado. E estes aspectos são fundados em virtude dessas relações existentes entre a palavra em questão e as outras que funcionam no acontecimento enunciativo, relações de reescrituração e articulação, o que, por sua vez, fazem parte do processo de produção dos sentidos e da história enunciativa de um termo.

Entretanto, não tomaremos aqui noções como as de definição lexicográfica, acepção, conjunto das acepções (OLIVEIRA, 2010), e nem mesmo algo que siga na direção de um “enunciado definidor” (MAZIÈRE, 2008), por exemplo, como termos e expressões que funcionem como que substituindo sentido, significação etc. Quando aparecerem funcionando no texto, serão tomados apenas como referência ao dicionário tomado naquele momento da análise do texto em questão.

Há ainda que se levar em consideração que não tomaremos aqui os dicionários em relação uns com os outros como numa comparação. Cada léxico se organiza por maneiras

diferentes em seu funcionamento num espaço de enunciação particular. Portanto, a produção dos verbetes em cada uma das produções lexicográficas tem um modo de construção própria do “enunciado definidor” que apresenta a designação de cada palavra. Por outro lado, os dicionários que serão observados nem sempre apresentarão o termo analisado em sua forma gramatical exata, ou seja, as conjugações verbais, os tempos, as flexões de número e gênero etc., o que nos leva a um certo tipo de “manejo” gramatical pela incompatibilidade natural existente entre as línguas.

Ainda, nesta mesma direção, observa-se que cada dicionário traz em sua construção verbetes que são “maiores” e outros que são “menores” quando observados elementos lexicais em comum. Um exemplo é que se tomamos o termo *man* em inglês em relação com *hombre* em espanhol ou *homme* em francês, a pluralidade de “acepções” que definem a palavra em cada dicionário é distinta pela própria história enunciativa da palavra em cada um dos espaços enunciativos considerados. E é então por tal motivo que faremos “recortes” de alguns verbetes, por sua “extensão textual”, e ainda pelo fato de que, como linguistas (semanticistas), devemos considerar aquilo que pode ou não pode ser suficiente e central para nossas análises.

Neste ponto ainda, espera-se que fique claro que o tal “manejo” gramatical que dissemos acima não significa em virtude de se observarem as “classes” gramaticais nas quais se alocam as palavras de um determinado léxico como, por exemplo, tal palavra é um verbo; esta palavra é um substantivo, um advérbio ou adjetivo etc. Estes termos definidores de

classe gramatical podem até aparecer no texto na forma de “localizadores” para as análises, mas não enquanto elementos decisivos para os resultados que buscamos atingir.

Antes de terminarmos estas considerações, é preciso levar em conta um aspecto, não apenas importante como também interessante, sobre a palavra em funcionamento no acontecimento enunciativo: a heterogeneidade. Tal aspecto está relacionado à história enunciativa da palavra de um determinado léxico e, por isso, é preciso considerar que:

Ao tomar a história da palavra como a história de suas enunciações, a *heterogeneidade da palavra como elemento da língua* é considerada à medida que se assume, de um lado, que há um sentido, ou alguns sentidos, que se estabilizam como associados a tal ou tal palavra no imaginário dos falantes; de outro lado, que uma palavra é sempre um ponto de deriva latente para uma infinidade de sentidos, já que a língua é constituída pela interdiscursividade e que a enunciação é acontecimento [...] (OLIVEIRA, 2010, p. 73-74).

E é porque, como diz Orlandi (1999), para que uma palavra produza sentido hoje é preciso que tenha feito sentido antes, aspecto central da interdiscursividade, que se toma este aspecto da heterogeneidade como de interesse para as análises das produções lexicográficas. E, ainda, pelo fato de a palavra funcionar enunciativamente num acontecimento de linguagem é que há a possibilidade de a palavra ser sempre um “ponto de deriva latente” (OLIVEIRA, 2010), há a possibilidade de se produzir uma “infinidade de sentidos”; é porque o acontecimento, conforme o formula Guimarães (2002), instala

uma temporalidade específica que os sentidos serão sempre atualizados como outros na enunciação.

Tendo feito tais observações, passaremos agora ao momento de nossas análises dos textos selecionados, lembrando sempre que os dicionários serão tomados como instrumentos de consulta linguística, e veremos como se dá esta produção dos sentidos colocando os textos e as línguas em relação pela operação de tradução como um procedimento de reescrituração.

5.2. PREÂMBULOS DA CARTA DA ONU E UM ESPAÇO DE ENUNCIÇÃO GLOBAL

Ao passarmos rapidamente os olhos pela página oficial da ONU, (un.org), de pronto é possível observar uma coluna ao lado esquerdo da página onde se encontram as línguas oficiais as quais podemos escolher para acessar as informações da organização na internet (como é possível observar na imagem abaixo). Como não estamos a analisar o próprio site das Nações Unidas, os modos como estão dispostas as línguas no site e a ordem pela qual se encontram não atribuem importância específica para o que buscamos desenvolver aqui. Contudo, e como veremos adiante, a disposição de certas línguas e de outras não, na página oficial da organização, inclui uma característica fundamental para as análises da tradução e, de modo particular, da configuração de um espaço de enunciação global que se dá via a natureza específica do próprio material e do tipo das análises a serem realizadas.

Imagem 2



Fonte: <https://www.un.org/>

Ainda há algo que é necessário ser especificado logo no início. Tomaremos os textos dos preâmbulos em línguas espanhola, francesa e portuguesa do Brasil como reescrituras (traduções) do texto produzido em língua inglesa devido a algumas particularidades que serão apresentadas a seguir, e que determinam significativamente a noção de um espaço de enunciação global e sua configuração histórica.

O lugar de nossas investigações (espaço de busca dos preâmbulos nas quatro línguas selecionadas) é o site oficial da ONU, certos aspectos nos levam a considerar que o texto “original” de assinatura do documento, da Carta das Nações Unidas, tenha sido produzido em língua inglesa, além do fato de o encontro ter se dado na cidade de São Francisco, e de a sede principal da organização se encontrar na cidade de Nova Iorque, também nos Estados Unidos, além da Suíça. Ao buscarmos no próprio site sobre a “História” da ONU somos

dirigidos para um espaço no qual se pode optar por navegar em uma “biblioteca” da organização designada como “Biblioteca Dag Hammarskjöld”, e junto a isto existe a possibilidade de ser levado direto à consideração de dez (10) documentos da primeira década de existência da ONU.

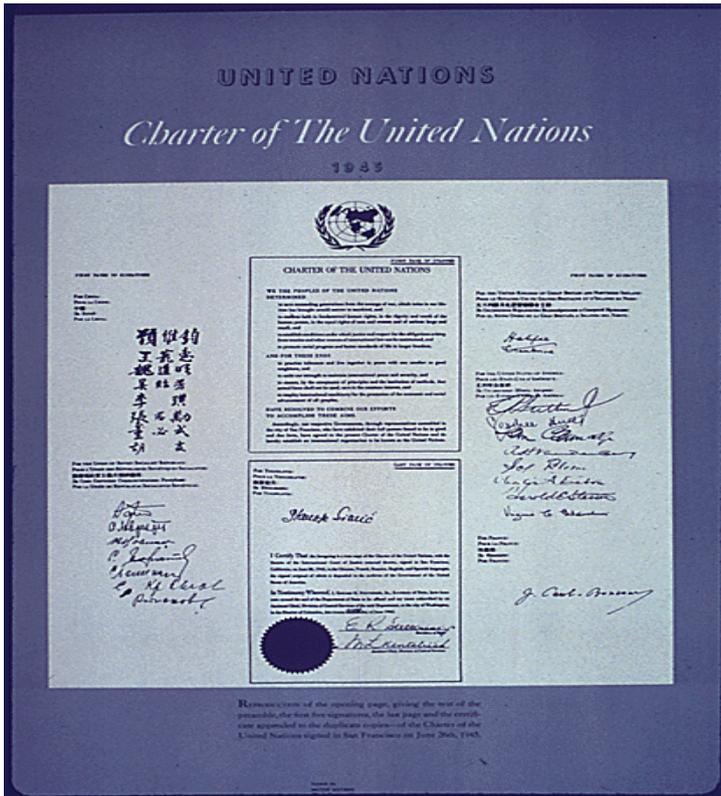
O interessante nisso é que, ao escolher navegar por estes dez documentos, somos de pronto direcionados para páginas que têm seus textos produzidos todos em língua inglesa, mesmo que se escolha navegar em línguas espanhola ou francesa. Há inclusive um vídeo sobre a história do dia da assinatura da Carta em São Francisco nas páginas das línguas espanhola e francesa, um vídeo narrado em língua inglesa em todos os casos e sem legenda para a língua oficial da página escolhida. Por outro lado, na página em língua inglesa é possível acessar o documento “original”, ou seja, aquele que foi assinado por todos os membros à época e que foi depositado no Departamento de Estado dos Estados Unidos⁴³.

Quando acessamos o link que leva à “Biblioteca Dag Hammarskjöld” são apresentados os 10 documentos da primeira década de existência da organização, em última instância está um link descrito do seguinte modo: “26 June 1945 - *The Charter of the United Nations & Statute of the International Court of Justice*”. Ao avançar clicando neste link chegamos à página que conta algo sobre a Carta e sobre o dia 26 de junho de 1945, dia da conferência e da assinatura da

43 Disponível em: <https://www.un.org/en/sections/history-united-nations-charter/1945-san-francisco-conference/index.html>

mesma. Neste lugar verifica-se a presença de algumas fotos desse dia e, uma em particular, chamou-nos a atenção e nos levou a considerar que a Carta das Nações Unidas tenha sido escrita, em um primeiro momento, em língua inglesa. A imagem sobre a qual nos reportamos é a seguinte⁴⁴:

Imagem 3



44 Disponível em: <https://un-library.tumblr.com/post/109898148869/1945-charting-the-course-for-a-united-world>

É possível observar, partindo de uma visada mais atenta na imagem acima, que o texto de origem da Carta da ONU foi produzido em língua inglesa e assinado pelos Estados (ou seus representantes) presentes e que concordaram com os termos firmados no documento. Assim, apresentaremos o Preâmbulo da Carta que funciona como uma espécie de texto que enuncia algo com o valor de lei ou de decreto, ou seja, uma apresentação preliminar dos dispositivos legais que regem a Organização das Nações Unidas.

Dito isso, passaremos à apresentação dos textos selecionados para nossas análises. Em um primeiro momento consideraremos os preâmbulos da Carta da Organização das Nações Unidas produzidos nas quatro línguas escolhidas aqui que serão apresentados na seguinte ordem: inglês, espanhol, francês e português brasileiro.

As análises recorrentes dar-se-ão de início partindo de uma observação dos enunciados que integram os textos em questão, porém não via uma comparação estrutural como lugar teórico assumido, mas via certos aspectos específicos de observação da produção dos sentidos. Passemos, então, à consideração dos textos:

T1 (i)**Preamble****WE THE PEOPLES OF THE UNITED
NATIONS DETERMINED**

to save succeeding generations from the scourge of war, which twice in our lifetime has brought untold sorrow to mankind, and to *reaffirm* faith in *fundamental human rights*, in the dignity and worth of the human person, in the equal rights of men and women and of nations large and small, and to establish conditions under which justice and respect for the obligations arising from treaties and other sources of international law can be maintained, and to promote social progress and better standards of life in larger freedom,

AND FOR THESE ENDS

to practice tolerance and *live together in Peace with one another* as good neighbours, and to unite our strength to maintain international peace and security, and to ensure, by the acceptance of principles and the institution of methods, that armed force shall not be used, *save* in the common interest, and to employ international machinery for the promotion of the economic and social advancement of all peoples,

HAVE RESOLVED TO COMBINE OUR EFFORTS TO ACCOMPLISH THESE AIMS

Accordingly, our respective Governments, through representatives assembled in the city of San Francisco, who have exhibited their full powers found to be in good and due form, have agreed to the present Charter of the *United Nations* and do hereby establish an international organization to be known as the United Nations⁴⁵.

T2 (e)

Preámbulo

NOSOTROS LOS PUEBLOS DE LAS NACIONES UNIDAS RESUELTOS

a preservar a las generaciones venideras del flagelo de la guerra que dos veces durante nuestra vida ha infligido a la Humanidad sufrimientos indecibles, a reafirmar la fe en los derechos fundamentales del *hombre*, en la dignidad y el valor de la persona humana, en la igualdad de derechos de *hombres* y mujeres y de las naciones grandes y pequeñas, a crear condiciones bajo las cuales puedan mantenerse la justicia y el respeto a las obligaciones emanadas de los tratados y de otras fuentes del derecho internacional, a promover el progreso social y a elevar el nivel de vida dentro de un concepto más amplio de la libertad,

45 Disponible en: <https://www.un.org/en/sections/un-charter/preamble/index.html>.

Y COM TALES FINAIDADES

a practicar la tolerancia y a *convivir en paz* como buenos vecinos, a unir nuestras fuerzas para el mantenimiento de la paz y la seguridad internacionales, a asegurar, mediante la aceptación de principios y la adopción de métodos, que no se usará; la fuerza armada sino en servicio del interés común, y a emplear un mecanismo internacional para promover el progreso económico y social de todos los pueblos,

HEMOS DECIDIDO UNIR NUESTROS ESFUERZOS PARA REALIZAR ESTOS DESIGNIOS

Por lo tanto, nuestros respectivos Gobiernos, por medio de representantes reunidos en la ciudad de San Francisco que han exhibido sus plenos poderes, encontrados en buena y debida forma, han convenido en la presente Carta de las Naciones Unidas, y por este acto establecen una organización internacional que se denominará las Naciones Unidas⁴⁶.

46 Disponible em: <https://www.un.org/es/sections/un-charter/preamble/index.html>.

T3 (f)**Préambule****Nous, Peuples des Nations Unies,****RESOLUS**

à préserver les générations futures du fléau de la guerre qui deux fois en l'espace d'une vie humaine a infligé à l'humanité d'indicibles souffrances, à *Proclamer à Nouveau* notre foi dans les droits fondamentaux de l'homme, dans la dignité et la valeur de la personne humaine, dans l'égalité de droits des hommes et des femmes, ainsi que des nations, grandes et petites, à créer les conditions nécessaires au maintien de la justice et du respect des obligations nées des traités et autres sources du droit international, à favoriser le progrès social et instaurer de meilleures conditions de vie dans une liberté plus grande,

ET À CES FINS

à pratiquer la tolérance, à vivre en paix l'un avec l'autre dans un *esprit* de bon voisinage, à unir nos forces pour maintenir la paix et la sécurité internationales, à accepter des principes et instituer des méthodes garantissant qu'il ne sera pas fait usage de la force des armes, sauf dans l'intérêt commun, à recourir aux institutions internationales pour favoriser le progrès économique et social de tous les peuples,

AVONS DÉCIDÉ D'ASSOCIER NOS EFFORTS POUR RÉALISER CES DESSEINS

en conséquence, nos gouvernements respectifs, par l'intermédiaire de leurs représentants, réunis en la ville de San Francisco, et munis de pleins pouvoirs reconnus en bonne et due forme, ont adopté la présente Charte des Nations Unies et établissent par les présentes une organisation internationale qui prendra le nom de Nations Unies⁴⁷.

T4 (pb)

Preâmbulo da Carta da ONU

NÓS, OS POVOS DAS NAÇÕES UNIDAS, RESOLVIDOS

a preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra, que por duas vezes, no espaço da nossa vida, trouxe sofrimentos indizíveis à humanidade, e a reafirmar a fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor do ser humano, na igualdade de direito dos homens e das mulheres, assim como das nações grandes e pequenas, e a estabelecer condições sob as quais a justiça e o respeito às obrigações decorrentes de tratados e de outras fontes do direito internacional possam ser mantidos, e a promover o progresso social e melhores condições de vida dentro de uma liberdade ampla.

47 Disponível em: <https://www.un.org/fr/sections/un-charter/preamble/index.html>.

E PARA TAIS FINS,

praticar a tolerância e viver em paz, uns com os outros, como bons vizinhos, e unir as nossas forças para manter a paz e a segurança internacionais, e a garantir, pela aceitação de princípios e a instituição dos métodos, que a força armada não será usada a não ser no interesse comum, a empregar um mecanismo internacional para promover o progresso econômico e social de todos os povos.

RESOLVEMOS CONJUGAR NOSSOS ESFORÇOS PARA A CONSECUÇÃO DESSES OBJETIVOS.

Em vista disso, nossos respectivos Governos, por intermédio de representantes reunidos na cidade de São Francisco, depois de exibirem seus plenos poderes, que foram achados em boa e devida forma, concordaram com a presente Carta das Nações Unidas e estabelecem, por meio dela, uma organização internacional que será conhecida pelo nome de Nações Unidas⁴⁸.

Apresentados os textos que compõem em um primeiro momento nosso material, passemos, então, às análises.

48 Disponível em: <https://nacoesunidas.org/carta/>.

5.2.1. O Preâmbulo da Carta da ONU: Reescrituras e Sentidos

A tradução é uma operação que coloca como centro de seu funcionamento a linguagem. Portanto, não há tradução sem línguas diferentes. Por outro lado, só há línguas porque há falantes dessas línguas. Mesmo que trazer isso à tona de novo seja repetitivo, retomamos esta questão aqui para dizer que sendo a tradução uma questão de língua e linguagem, é ela então, para nós, pelo lugar teórico assumido, uma questão de produção dos sentidos no acontecimento de linguagem. Além disso, nos importa considerar aqui os modos pelos quais estes sentidos se dão.

Pois bem, se, como colocamos antes, a tradução não se dá entre sistemas e sim entre textos e, por conseguinte, enquanto operação de linguagem, a tradução ocorre porque há um tradutor, uma figura que coloca em um lugar de aproximação línguas que se encontravam antes distantes pelas diferenças específicas de cada uma. O tradutor não se constitui para nós enquanto uma pessoa em sua atividade física e fisiológica de falar e nem mesmo, enquanto aquele que se institui como o centro do tempo e do dizer. O tradutor é constituído enquanto um falante que é tomado por línguas distintas e pelos modos de dizer particulares de cada uma das línguas em relação.

Partindo então das noções de tradução e de tradutor já expostas antes, temos que os textos dos preâmbulos produzidos pelas línguas selecionadas trazem diferenças e

semelhanças que se dão por duas vias que podemos considerar: as diferenças e semelhanças podem ocorrer pelos aspectos próprios e particulares de cada língua, ou as diferenças e semelhanças podem também se dar pelos modos como o tradutor é agenciado por uma língua particular e de um modo específico em um num acontecimento de tradução. E isso só poderá ser observado quando colocados em relação os textos. Como questão de método, não serão observados os textos em sua integralidade como se fossem colocados lado a lado.

Via um minucioso trabalho de observação e consideração, fizemos recortes de questões que consideramos mais sutis e decisivas relacionadas aos textos, aos tradutores e aos modos como estes são tomados em cada língua de um modo particular. Os recortes serão apresentados no texto pela elaboração de “quadros comparativos⁴⁹” com trechos dos textos, um em cada coluna, na seguinte ordem, da esquerda para a direita: inglês, espanhol, francês e português brasileiro.

Esta organização é necessária pois, nosso objetivo aqui não é analisar uma tradução em si e nem mesmo a consideração “palavra por palavra”, ou seja, este não é nem um trabalho lexicográfico e nem uma investigação estrutural, morfológica, etimológica, ou da qualidade das traduções. A semântica da enunciação não é uma teoria que tem como unidade de análise palavras isoladas e sim o enunciado, as palavras funcionando no enunciado. Passemos então à construção e apresentação

49 Falamos aqui em Quadros no plural pois apresentaremos ainda os quadros com os verbetes lexicográficos de cada língua quando necessários.

do “quadro comparativo”. Estão marcados em vermelho ou em negrito o que difere de modo particular em cada caso. As linhas (horizontais) do quadro serão marcadas por numerais de **1 a 7**, e as colunas (verticais) correspondentes às línguas e aos números serão identificadas de **A a D**.

Quadro 1

	A	B	C	D
	Inglês	Espanhol	Francês	Português Br.
1	The UN Charter	Carta de las Naciones Unidas	La Charte des Nations Unies	A Carta das Nações Unidas
2	Preamble	Preâmbulo	Préambule	Preâmbulo da Carta da ONU
3	WE THE PEOPLES OF THE United Nations DETERMINED	NOSOTROS LOS PUEBLOS DE LAS NACIONES UNIDAS RESUELTOS	Nous, Peuples des Nations Unies, RESOLUS	NÓS, OS POVOS DAS NAÇÕES UNIDAS, RESOLVIDOS
4	to save succeeding generations from the scourge of war, which twice in our lifetime has brought untold sorrow to mankind	a preservar a las generaciones venideras del flagelo de la guerra que dos veces durante nuestra vida ha infligido a la Humanidad sufrimientos indecibles	préserv er les générations futures du fléau de la guerre qui deux fois en l’espace d’une vie humaine a infligé à l’humanité d’indicibles souffrances	a preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra, que por duas vezes, no espaço da nossa vida, troux e sofrimentos indizíveis à humanidade
5	and to <i>reaffirm</i> faith in fundamental human rights , in the dignity and worth of the human person	a reafirmar la fe en los derechos fundamentales del hombre , en la dignidad y el valor de la persona humana	à <i>Proclamer</i> à <i>Nouveau</i> notre foi dans les droits fondamentaux de l’homme , dans la dignité et la valeur de la personne humaine	e a reafirmar a fé nos direitos fundamentais do homem , na dignidade e no valor do ser humano

6	to practice tolerance and <i>live together in Peace with one another</i> as good neighbours	practicar la tolerancia y a <i>convivir en paz</i> como buenos vecinos	à pratiquer la tolérance, à vivre en paix l'un avec l'autre dans un <i>esprit de bon voisinage,</i>	praticar a tolerância e viver em paz, uns com os outros, como bons vizinhos
7	Accordingly, our respective Governments, through representatives assembled in the city of San Francisco	Por lo tanto, nuestros respectivos Gobiernos, por medio de representantes reunidos en la ciudad de San Francisco	en conséquence, nos gouvernements respectifs, par l'intermédiaire de leurs représentants, réunis en la ville de San Francisco	Em vista disso, nossos respectivos Governos, por intermédio de representantes reunidos na cidade de São Francisco

Observa-se que falamos aqui em “quadro comparativo”. O lugar onde se funda a tarefa do tradutor (e estamos aqui falando em “tarefa do tradutor” lembrando, mas não tomando de um modo mais profundo Benjamin⁵⁰), é onde o comparável é construído, ou seja, o lugar de “construção do comparável” (RICOEUR, 2012). De fato, ao aproximar as línguas postas em relação pela tradução, o tradutor é envolvido por um lugar de comparação pelo qual não se medem as línguas, mas um lugar onde se buscam identidades através das semelhanças possíveis relativamente ao texto que se traduz.

Vejamos então, num primeiro momento, os enunciados título que apresentam a Carta como um todo. Estes enunciados compreendem a linha **1** e as colunas **A**, **B**, **C** e **D**. Assim, o ponto que verificaremos primeiro diz respeito à própria diferença

50 Ver em Walter Benjamin: Linguagem, Tradução, Literatura (Filosofia, teoria e crítica) – (2018).

de funcionamento e de organização sintática dos enunciados do texto de origem (inglês) em relação às outras três línguas. Se observarmos com atenção, o termo em inglês *United* é um termo que, na relação de contiguidade do enunciado, articulação, especifica *Nations*, e isso vale para as outras três línguas. No entanto, em língua inglesa o termo que especifica vem geralmente antes do termo especificado/determinado, por exemplo, quando se diz: *yellow house, red car, great job, United Kingdom*, etc. Isso não ocorre nos enunciados em espanhol, francês ou português do Brasil. E esta é uma diferença que diz respeito particularmente às línguas, cada uma agência o tradutor pelo seu funcionamento específico, vejamos:

(1A) The UN Charter [The (*United Nations*) Charter];

(1B) Carta de las Naciones Unidas;

(1C) La Charte des Nations Unies;

(1D) A Carta das Nações Unidas.

Partindo de uma visada dos enunciados que funcionam como título, pode-se verificar que as diferenças independem de uma vontade, intenção dos tradutores. Mesmo visando ao máximo uma aproximação para se dizer o “mesmo” que é dito no texto de origem **(1A)**, as semelhanças instaladas marcam as diferenças na própria construção sintática dos enunciados. Com isso podemos dizer que cada língua tem um modo de identificar o real, de significar as coisas. Estes são aspectos singulares que dizem respeito à produção histórica de cada

língua e ao modo que cada língua tem de identificar o real e tomar o falante. Desse modo, a língua de uma certa maneira “obriga” o falante a dizer como diz, segundo o modo de construção sintática do enunciado.

Contudo, se bem observados, os títulos são construídos enunciativamente como sendo o “mesmo título”, ou seja, como títulos de um mesmo documento. E dessa maneira, as semelhanças produzidas pelos títulos constituem diferenças em virtude do funcionamento gramatical particular de cada língua. E diante do fato de que a tradução leva necessariamente a uma diferença, pois as línguas são sempre diferentes, buscar o mesmo nestes casos leva ao diferente que não é condição exclusiva das sistematicidades das línguas.

Algo semelhante pode ser visto nos casos das linhas **6** e **7** do nosso quadro. Na linha **6** é possível observarmos uma diferença que se dá no texto em língua francesa. Na coluna **A**, em língua inglesa temos: *to practice tolerance and live together in Peace with one another as good neighbours*; já na coluna **B** em espanhol enuncia-se: *practicar la tolerancia y a convivir en paz como buenos vecinos*; em língua francesa, na coluna **C** se diz: *à pratiquer la tolérance, à vivre en paix l'un avec l'autre dans un esprit de bon voisinage*; e, finalmente, na coluna **D** em português brasileiro temos: “praticar a tolerância e viver em paz, uns com os outros, como bons vizinhos”.

Considerando os quatro enunciados é possível verificar algumas outras diferenças pertinentes ao funcionamento das línguas e a distribuição num espaço de enunciação.

Um exemplo disso é o fato de se dizer em inglês *live together in Peace with one another*, em espanhol *convivir en paz*, em francês *vivre en paix l'un avec l'autre*, e em português “viver em paz, uns com os outros”. Em todas as línguas, exceto em espanhol, existe uma referência ao “outro” no enunciado, já em língua espanhola se diz simplesmente *convivir*. E isso se dá porque, observando a palavra, o sentido dela no texto seria o de “viver com”, “viver na companhia do outro/dos outros”, “viver com os outros em paz como bons vizinhos”. No entanto, a diferença que nos chamou mais a atenção está no fato de que em língua francesa enuncia-se *vivre en paix l'un avec l'autre dans un esprit de bon voisinage*, ou seja, *viver em paz um com o outro/uns com os outros em um espírito de boa vizinhança* quando, nas outras três línguas se diz apenas as *good neighbours*, *como buenos vecinos* e “como bons vizinhos”.

O funcionamento da palavra *esprit* no enunciado em língua francesa, se não tomarmos os devidos cuidados com os limites da prática interpretativa, pode nos levar a buscas por compreensões infinitas. Espírito é um termo que funciona e significa diferente em distintos pontos de vista, em diferentes lugares enunciativos de dizer. De tal forma, se este termo é enunciado por um Padre, por exemplo, poderíamos considerar que este diz do lugar da religiosidade, de uma substância incorpórea sobre anjos e almas. Se do lugar de um narrador ou um treinador de algum esporte qualquer, a expressão “espírito esportivo” pode significar *fair-play*, jogo limpo etc. Entretanto, tais significados do termo não se encontram suficientemente capazes ainda para “espírito” no texto em questão.

E tal insuficiência se dá por uma questão muito particular, que é a história enunciativa da própria língua e, além disso, pelo fato de este termo, *esprit*, recortar um memorável específico no acontecimento pelo qual se dá. Ou seja, tomando a palavra que funciona em língua francesa que recorta uma história própria e particular, verifica-se que o termo institui como sinônimos palavras como “consciência”, “ideia” e “razão” (ABBAGNANO, 2007), ao recortar como memorável enunciados que postulam e compõem a filosofia de René Descartes no período Moderno, sendo este o primeiro que apresentou tal significado⁵¹. Por outro lado, a própria trama semântica⁵² formada por uma rede de sentidos específica institui como termos sinonímicos a *esprit* palavras como *manières d’agir habituelles* (maneiras habituais

51 Ver Abbagnano (2007) “Dicionário de Filosofia”, que apresenta uma primeira definição de *espírito* como: “[...] *Alma racional* ou *intelecto* (V.) em geral; esse é o significado predominante na filosofia moderna e contemporânea, bem como na linguagem comum” (p. 354). E, quanto a esta definição, em relação a outras quatro que apresenta, e a Descartes diz: “Desses cinco significados, o único estritamente vinculado à problemática da filosofia moderna é o primeiro. Foi Descartes quem introduziu e impôs esse significado” (p. 354). E, continuando: “Embora nessa expressão de Descartes a noção de substância sirva de intermediária entre o significado novo e o antigo (substância incorpórea) do termo, seu uso em Descartes acaba por torná-la equivalente a consciência. Substância pensante, consciência, intelecto ou razão são, portanto, sinônimos de espírito” (Idem, p. 355).

52 Tomamos aqui de empréstimo a expressão utilizada por Foucault (2000) quando ele fala das quatro similitudes, *convenientia*, *aemulatio*, *analogia* e *simpatia* e diz que: “A trama semântica da semelhança no século XVI é muito rica: *Amicitia*, *Aequalitas* (*contractus*, *consensus*, *matrimonium*, *societas*, *paz et similia*), *Consonantia*, *Concertus*, *Continuum*, *Paritas*, *Proportio*, *Similitudo*, *Conjunctio*, *Copula*. E há ainda muitas outras noções que, na superfície do pensamento, se entrecruzam, se imbricam, se reforçam ou se limitam” (Idem, p. 24). Optamos, então, por tomar de empréstimo tal expressão como modo de significar algo do tipo de um “campo semântico” da palavra, ou seja, sua “órbita semântica/de sentidos” como na composição da tessitura de uma rede de sentidos próximos.

de agir), *Attitude générale qui oriente l'action* (atitude que orienta a ação em geral) e *compréhension* (compreensão) etc.

Portanto, “viver em paz uns com os outros em um espírito de boa vizinhança” pode ser parafraseado por: “viver em paz uns com os outros em uma [compreensão] [em uma atitude orientada] de boa vizinhança”, e de tal modo, para se viver em paz uns com os outros é preciso “compreender” e/ou “agir habitualmente” na direção de boa vizinhança. É para essa direção, ao que parece, que os sentidos do termo *esprit* nos leva, ao funcionar no acontecimento em língua francesa, a uma “compreensão” de boa vizinhança que age habitualmente/orienta a ação em direção da tolerância para se viver em paz uns com os outros.

Já a diferença que se apresenta na linha **7** se faz presente em todos os enunciados nas quatro línguas consideradas, e se dão em razão de “operadores” ou “expressões” que argumentam, direcionam o texto para seu encerramento. Verificando a coluna **A** da linha **7**, texto em língua inglesa, enuncia-se: **Accordingly**; já na coluna **B** da linha correspondente diz-se: **Por lo tanto**; na coluna **C** da mesma linha temos: **en conséquence**; e, na última coluna, a **D**, em língua portuguesa se diz: “Em vista disso”, são expressões que direcionam cada um dos textos para um modo diferente de se sustentar a “criação das Nações Unidas”.

Isso se mostra a partir de certas reformulações parafrásicas dos enunciados nas quatro línguas dispostas no **Quadro 1**. Passemos então às reformulações:

(7-A') *[Therefore], our respective Governments, through representatives assembled in the city of San Francisco...;*

(7-B') *[Por consiguiente/Por el motivo de que acaba de hablarse] Nuestros respectivos Gobiernos, por medio de representantes reunidos en la ciudad de San Francisco...;*

(7-C') *[Donc] nous gouvernements respectifs, par l'intermédiaire de leurs représentants, réunis en la ville de San Francisco...;*

(7-D') [Portanto], nossos respectivos Governos, por intermédio de representantes reunidos na cidade de São Francisco...

Observamos com estas quatro reformulações, que estas parafrases são suficientes para que possamos não apenas descrever os sentidos dos operadores conclusivos considerados, mas também, que as diferenças constituídas não extrapolam os limites das operações tradutórias. É claro que existem diferenças quanto às regularidades linguísticas do funcionamento do léxico e diferenças lexicais específicas. Contudo, verificamos que a aproximação entre o texto de origem e as traduções poderia ser maior, produzindo assim, uma semelhança maior e uma diferença menor entre texto de origem e texto traduzido.

No enunciado em língua inglesa, por exemplo, no lugar de *Accordingly*, além de *Therefore* (portanto) poder-se-ia enunciar *appropriately* (apropriadamente), *as a result* (como resultado), *thus* (deste modo) etc., que seriam termos sinônimos próximos e suficientes para tal substituição. De outra maneira, em língua espanhola as possibilidades da língua permitem o funcionamento de termos como *adecuadamente*, *debidamente*, *acertadamente*, justamente, que são palavras que em língua espanhola se apresentam como suficientes também para substituir a expressão *por lo tanto*. Já em francês, no lugar de *en conséquence*, poder-se-ia enunciar *en resultat* (como resultado), *en conclusion* (como conclusão), *en effet* (com efeito), *en solution* (como solução), além de *donc* (portanto) que funciona na paráfrase acima. Estes seriam termos próximos e suficientes possíveis sinonimicamente em língua francesa para tal reformulação. Agora, observando em língua portuguesa a expressão “em vista disso”, foi possível verificar que o termo “portanto” se mostrou como suficiente assim como expressões: “de tal modo”, “de tal maneira”, “dessa forma”, “por isso”, entre outras, mostram-se como sendo suficientes para substituir “em vista disso” direcionando o enunciado para um lugar conclusivo do texto como um todo do mesmo modo como nas reformulações possíveis nas outras três línguas.

Com isso, o que temos é que o funcionamento dos operadores (palavras ou expressões) que iniciam os enunciados da linha 7 são resultados de uma operação de tradução que tem como força a língua e a maneira como esta agencia o

tradutor nos limites que tal agenciamento do falante tem para nosso lugar teórico. Não há como se desconsiderar que o autor/tradutor tem como parte integrante de seu ofício a busca por uma proximidade o que não surte efeito na produção dos sentidos de um enunciado e de um texto como intenção daquele que enuncia. Portanto, observamos que a questão não se instala somente no lugar de maior ou menor aproximação. Instala-se, também na produção dos sentidos pelos quais os operadores em funcionamento nos textos fazem significá-los enquanto aqueles que direcionam e sustentam, os textos, como instrumentos de manutenção da paz mundial.

Passemos agora à consideração da linha **2** do nosso quadro na parte do texto em que se enuncia “Preâmbulo” nas quatro línguas. Tomada no conjunto do texto, ou seja, funcionando no conjunto que forma o texto da Carta das Nações Unidas, o termo se dá como um enunciado com consistência interna e independência relativa. Observando a linha **2** e as colunas **A**, **B** e **C**, em inglês, espanhol e francês, a palavra é apresentada como única naquela parte, Preamble, Preámbulo e Préambule.

Ao verificarmos a linha **2** na coluna **D** que corresponde ao texto produzido em português brasileiro, o enunciado título do documento é reescriturado por repetição produzindo um sentido de especificação e estabelece que o preâmbulo é o Preâmbulo da Carta da ONU. Ainda se observa que Nações Unidas do enunciado título é condensado pela sigla ONU no enunciado do preâmbulo. Considerando a mesma linha nas colunas **A**, **B** e **C**, o enunciado título é reescriturado por

elipse produzindo um sentido de especificação apresentando os preâmbulos como aqueles produzidos pelas línguas que abarcam o lugar da oficialidade da organização.

E o que isso nos mostra? Em um primeiro momento, a diferença instalada quando relacionados os 4 acontecimentos produzidos, são diferenças produzidas pela operação de reescrita do tradutor. Ou seja, não seria algo contrário à regularidade linguística do português do Brasil enunciar apenas “Preâmbulo”. No entanto, há ali uma explicitação, em certo sentido redundante, determinando aquele preâmbulo como o “Preâmbulo da Carta da ONU” em português e nas outras três línguas não. Assim, o que se define é que o enunciado em língua portuguesa do Brasil produz sentidos numa direção pela qual o que se diz é dito como apresentando uma introdução à Carta da ONU via um conjunto de enunciados que apresentam um objetivo de um modo diferente do que se enuncia em inglês, espanhol e francês.

Por outro lado, verificamos algo mais ligado à noção de línguas oficiais e línguas não oficiais. Nas três primeiras colunas estão as línguas que são línguas oficiais da Instituição. São línguas, de certo modo, do espaço de enunciação da ONU enquanto espaço determinado por línguas oficiais da organização internacional. Ao se enunciar *Preamble*, *Preámbulo* e *Préambule*, estes enunciados significam em relação à Carta e em relação a se darem enquanto “Preâmbulos” da Carta das Nações Unidas. As três línguas, inglesa, espanhola e francesa, significam enquanto enunciadas do lugar da oficialidade.

Entretanto, o texto produzido em português brasileiro não compartilha deste espaço de oficialidade linguística da ONU, ou seja, mesmo atrelado ao texto da Carta, o “Preâmbulo” que se enuncia não é enunciado do lugar das línguas oficiais da instituição. E, enunciar “Preâmbulo da Carta da ONU” de certo modo significa esse “estar fora” do lugar das línguas oficiais da Organização das Nações Unidas. Trata-se de uma diferença de lugar social na alocação.

Em um segundo momento, os modos de relação enunciativa que se dão pelo procedimento de reescrituração no interior dos textos são diferentes quando observados em **2-D** e quando observados em **2-A**, **2-B** e **2-C**. Nestes últimos o enunciado título é reescriturado por elipse e, como visto acima, especificando as línguas inglesa, francesa e espanhola como do lugar da oficialidade na organização. Já naquele, o enunciado título é retomado por repetição produzindo sentidos de especificação/definição ao explicitar que o preâmbulo em questão é o “Preâmbulo da Carta da ONU”, levando a um outro modo de significar o procedimento de reescrituração quando Organização das Nações Unidas, ou simplesmente Nações Unidas, é condensado pela sigla ONU.

Considerando a relação do enunciado da linha **2** na coluna **D** com o enunciado da linha **2** na coluna **A** observamos, tal como dissemos, que o enunciado em língua portuguesa do Brasil, que não é uma língua oficial da organização, rediz o “mesmo” que é dito em língua inglesa, texto de origem, produzindo um processo de reescrituração acrescentando

algo na tradução que não é exposto no original. Ou seja, não se rediz retomando apenas “Preâmbulo” como substituição de *Preamble*, mas explicita que o preâmbulo que se traduz é o da Carta da ONU. O novo acontecimento substitui o texto do acontecimento de origem por um modo particular da língua que agencia o falante também por um modo específico de dizer. Tem-se um agenciamento diferente. No caso da tradução em português, pode-se considerar um alocutor-não-oficial, e nas outras línguas um alocutor-oficial. Ou seja, a tradução significa, também, essa diferença de lugar social de dizer. O que nos leva a considerar que independentemente de vontades ou intenções, tanto no caso das especificidades e das sistematidades das línguas quanto, neste caso, no funcionamento do espaço de enunciação e do acontecimento enunciativo, se diz o diferente na busca da semelhança.

Podemos considerar na mesma perspectiva o que encontramos na linha **5** do quadro de análise. O que se apresenta são regularidades que de algum modo se aproximam do que colocamos a propósito da linha **2**. Passaremos então às considerações da linha **5** de nosso **Quadro 1**. Esta linha apresenta alguns aspectos muito interessantes que irão demandar um certo tempo e uma certa extensão em nossas discussões. E estes aspectos giram em torno tanto das particularidades gerais e pontuais de cada uma das línguas que estão em relação neste trabalho, como o espaço de enunciação, quanto pelas particularidades relativas à operação realizada pela figura enunciativa do tradutor.

Uma primeira diferença a ser considerada aqui se dá entre as colunas **A**, **B**, e **D**, da linha **5** – textos produzidos em línguas inglesa, espanhola e portuguesa do Brasil –, com a coluna **C**, texto produzido em língua francesa, da mesma linha. Enquanto na coluna **A** se diz *reaffirm*, na coluna **B** se enuncia *reaffirmer* e na coluna **D** se diz “reafirmar”, na coluna **C** se diz *Proclamer à Nouveau*. Observando atentamente para uma rede de sentidos que o termo *proclamer* produz, a palavra francesa *réaffirmer* não faz parte da rede de *proclamer*. Por outro lado, *proclamer* não faz parte da rede de *réaffirmer* e nem mesmo na de *affirmer*. Vejamos o verbete no dicionário de língua francesa, que não inclui *reaffirmer* como sinônimo:

Quadro Verbetes francês 1

Dictionnaire Du Français: Le Robert & CLE International

Proclamer verbe [conjugaison 1a] 1. Publier ou reconnaître officiellement. *Beaucoup de pays d’Afrique ont proclamé leur indépendance vers 1960.* 2. Annoncer, déclarer publiquement et avec force. *L’accusé a proclamé son innocence.* → *clamer, crier.*

Tradução própria: “Proclamar verbo [conjugação 1a] 1. Publicar ou reconhecer oficialmente. Muitos países africanos proclamaram sua independência por volta de 1960. 2. Anunciar, declarar publicamente e com vigor. O acusado proclamou sua inocência → clamar, gritar”.

Contudo, observa-se que mesmo não estabelecendo uma relação na constituição da rede de sentidos entre os termos *réaffirmer* e *Proclamer à Nouveau*, a palavra *réaffirmer* funciona em documentos oficiais da diplomacia francesa, como no recorte abaixo, do ano de 1940, o que estabelece uma relação pela retomada de um termo de um texto por outro termo de outro

texto, ou seja, uma relação histórica e enunciativa. Vejamos, então, o funcionamento deste termo no referido documento⁵³:

19 FÉVRIER 1940

187

de compromis avec les dictateurs). Il n'y avait de ce côté aucun malentendu possible. Les efforts de la propagande allemande pour fausser le caractère de la mission resteraient absolument vains en France, où les tendances défaitistes étaient négligeables. Mais il pouvait n'en être pas de même dans tous les pays neutres. Le gouvernement français serait donc très reconnaissant au Président et au Secrétaire d'État s'ils pouvaient, comme ils l'avaient d'ailleurs fait à plusieurs reprises et notamment en janvier dernier à l'ouverture du Congrès¹, **réaffirmer** qu'ils souhaitaient la paix mais pas n'importe quelle paix. M. Cordell Hull a fait un geste d'assentiment. Il avait (...) ² auparavant qu'il était entièrement d'accord et que la portée du vote unanime de la Chambre française ne lui avait pas échappé³.

Passant sans transition à un tout autre sujet, le Secrétaire d'État m'a dit qu'il désirait insister auprès de moi, comme il l'avait fait tout récemment auprès de l'ambassadeur d'Angleterre, sur les difficultés auxquelles les Alliés s'exposeraient s'ils interrompaient presque complètement aux États-Unis leurs achats de produits agricoles et notamment de tabac. Les 15 ou 20 sénateurs qui représentent de petits États agricoles ne comprendraient (...) ⁴ que leurs électeurs n'aient consenti d'aussi lourds sacrifices

Isso nos leva a pensar que a palavra em francês proclamer tenha um “modo de uso” dirigido pelo próprio funcionamento da língua de uma maneira específica e particular. No entanto, se no lugar de *Proclamer à Nouveau* se disser réaffirmer, via reformulação parafrástica, os sentidos produzidos, mesmo seguindo em direções diferentes, não se distanciam a ponto de não se permitir tal paráfrase, vejamos:

(5-C) à *Proclamer à Nouveau* notre foi dans les droits fondamentaux de 'homme, dans la dignité et la valeur de la personne humaine;

(5-C') à [réaffirmer] notre foi dans les droits fondamentaux de l'homme, dans la dignité et la valeur de la personne humaine.

53 Documents Diplomatiques Français, 1940: 1er-janvier - 10 Juillet, Volume 1.

A paráfrase (5-C') é suficiente para mostrar que o que se busca como objetivo é “afirmar de novo/novamente” a fé nos direitos fundamentais do homem e na dignidade e no valor da pessoa humana. Nessa direção, ao se enunciar *réaffirmer* os sentidos produzidos seguem na direção de *Affirmer à nouveau*⁵⁴ (Afirmar novamente), mesmo que as relações sinonímicas encontradas no verbete do dicionário de língua francesa acima não apresentam este termo como funcionando no “enunciado definidor”. Se tomarmos o verbete do dicionário em língua inglesa teremos que *reaffirm* tem como:

Quadro Verbetes inglês 1

The New Oxford American Dictionary

Reaffirm

Verb – [reporting verb]

1. State again as a fact; assert again strongly

- the prime minister reaffirmed his commitment to the agrément
- [with clause] he reaffirmed that it was essential to strengthen the rule of law.

2. [with obj.] – confirm the validity or correctness of (something previously established)

- the election reaffirmed his position as leader.

Tradução própria: “Verbo - [verbo de comunicação]1. Afirmar novamente como um fato; afirmar novamente com força • o primeiro-ministro reafirmou seu compromisso com o acordo • [com cláusula] reafirmou que era fundamental fortalecer o Estado de Direito. 2. [com obj.] - confirmar a validade ou correção de (algo previamente estabelecido) • a eleição reafirmou sua posição como líder.

As redes de sentidos aqui apresentadas parecem ser suficientes para que possamos mostrar que há uma aproximação entre *Proclamer à Nouveau* e *reaffirm* ao passo que em francês os sentidos seguem na direção de se “anunciar/declarar

54 Tal definição é encontrada no *Dictionnaire Du Français: Le Robert & CLE International*.

novamente com vigor” e em inglês de se “afirmar novamente como um fato/com força”. Contudo, interessante é observar que com o sintagma *Proclamer à Nouveau*, a tradução em francês faz significar um memorável, um passado de enunciações da Proclamação dos Direitos do Homem e do Cidadão e da Revolução Francesa e, ao tomá-lo via reformulação parafrástica, observa-se que *Proclamer à Nouveau* instala uma relação de sentido com *réaffirmer* pelo que mostramos acima. Isso não significa dizer que o texto do documento da diplomacia francesa que apresentamos funciona como memorável direto para o texto do preâmbulo da ONU em francês, contudo, sustenta o argumento da relação de sentidos entre *Proclamer à Nouveau* e *réaffirmer*.

Algo que ainda necessita atenção é o fato de que, no caso do texto produzido em língua francesa, há este memorável específico da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão e da Revolução Francesa, que funcionam como dois acontecimentos ao se darem como memorável. Já a relação entre *reaffirm* e *Proclamer à Nouveau*, nos textos em que se dão, recortam como memorável aquilo que se dá como documento predecessor à Carta da Onu e a própria Organização que é a Liga das Nações de 1919, além de outros documentos que serão mostrados adiante. Dessa maneira, observa-se que a Carta da ONU significa este passado, assim como o texto em língua francesa, contudo, o texto em língua francesa inclui no presente do seu acontecimento e de modo específico sua história particular.

Tomemos então algo aqui sobre estes acontecimentos históricos que repercutiram de tal modo que significam no presente de nossa história atual de maneira decisiva. Vejam, o texto em língua francesa apresenta uma diferença em relação ao texto de origem e a todos os outros traduzidos que faz com que algo que já foi “proclamado” se “proclama de novo”. E, como vimos, as palavras *réaffirmer* e/ou *Affirmer* não fazem parte da rede de sentidos que forma a trama semântica do enunciado. Porém, ao tomarmos o verbete da produção lexicográfica em francês temos que *déclarer* faz parte, e isso nos leva a um outro ponto decisivo. Pois, ao se enunciar à *proclamer à nouveau*, este sintagma no presente do acontecimento recorta como memorável uma história enunciativa que passa por dois marcos importantes na história mundial e que no fim, por uma estreita relação, se conjuga em apenas um (a Carta da ONU). Estão nesta história a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (inspirada na declaração de independência dos Estados Unidos) e a Revolução Francesa.

É daí, dessa revolução a famosa tríade: *Liberté, Égalité, Fraternité* que inspirou muitas bandeiras erguidas pelo globo. E é deste período, 1789, que se conhece a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, *La déclaration des droits de l'homme et du citoyen*, e, conforme Hobsbawm (2015):

Este documento é um manifesto contra a sociedade hierárquica de privilégios nobres, mas não um manifesto a favor de uma sociedade democrática e igualitária. ‘Os homens nascem e vivem livres e iguais perante as leis’, dizia seu primeiro artigo; mas ela também prevê a existência de distinções

sociais, ainda que ‘somente no terreno da utilidade comum’ [...] (HOBSBAWM, 2015, p. 133-134).

Tomemos um trecho da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão e vejamos como este acontecimento histórico afeta o presente da construção dos sentidos no acontecimento específico que analisamos neste momento:

Os representantes do povo francês, reunidos em Assembléia Nacional, tendo em vista que a ignorância, o esquecimento ou o desprezo dos direitos do homem são as únicas causas dos males públicos e da corrupção dos Governos, resolveram declarar solenemente os direitos naturais, inalienáveis e sagrados do homem, a fim de que esta declaração, sempre presente em todos os membros do corpo social, lhes lembre permanentemente seus direitos e seus deveres; a fim de que os atos do Poder Legislativo e do Poder Executivo, podendo ser a qualquer momento comparados com a finalidade de toda a instituição política, sejam por isso mais respeitados; a fim de que as reivindicações dos cidadãos, doravante fundadas em princípios simples e incontestáveis, se dirijam sempre à conservação da Constituição e à felicidade geral.

Em razão disto, a Assembléia Nacional reconhece e declara, na presença e sob a égide do Ser Supremo, os seguintes direitos do homem e do cidadão⁵⁵.

E assim, este primeiro documento da era Moderna/Contemporânea que trata do direito do homem e do cidadão de maneira direta, tal como nos seus dois primeiros artigos que dizem o seguinte:

55 Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br>

Art.1º. Os homens nascem e são livres e iguais em direitos. As distinções sociais só podem fundamentar-se na utilidade comum.

Art. 2º. A finalidade de toda associação política é a conservação dos direitos naturais e imprescritíveis do homem. Esses direitos são a liberdade, a propriedade a segurança e a resistência à opressão.

Observamos que o texto que forma o preâmbulo da Carta da ONU em língua francesa recorta como memorável um conjunto de enunciados históricos de maneira específica justamente pelo funcionamento da expressão *à nouveau*, que faz com que o “retorno” à história ocorra de um modo particular em relação à história enunciativa em língua francesa.

Tomando aqui o que se diz no texto de origem, em língua inglesa, e assim como em espanhol e português, este recorta como memorável um conjunto de documentos, encontros, conferências e acordos internacionais que, resultaram na produção da Carta das Nações Unidas e conseqüentemente na criação da organização. Pode-se então observar que a Declaração dos direitos do Homem e do Cidadão e a Revolução Francesa, são acontecimentos que podem significar como “parte” da história que significa a Carta.

E isso porque ao se tomar a história como constitutiva de sentidos no presente dos acontecimentos considerados aqui como centro de nossas análises, pode-se observar que tanto a Declaração dos direitos do Homem e do Cidadão quanto a Revolução Francesa, que teve como seu maior resultado a

própria Declaração, são substratos históricos imprescindíveis para a “Declaração dos Direitos Internacionais do Homem” de 1929 que diz o seguinte em seu preâmbulo:

O Instituto de Direito Internacional, considerando que a consciência jurídica do mundo civilizado exige o reconhecimento ao individuo de direitos, subtraídos de todo atentado por parte do Estado;

- Que as Declarações dos Direitos, inscritas em um grande número de constituições e notadamente nas constituições americana e francesa, do final do século XVIII, estatuíram para o cidadão e para o homem;

- Que a XIV^a emenda da Constituição dos Estados Unidos dispõe que “nenhum Estado privará a pessoa seja de sua vida, sua liberdade e sua propriedade sem o devido procedimento de direito, e não negará a toda pessoa que seja em sua jurisdição, a igual proteção das leis”;

- Que a Corte Suprema dos Estados Unidos decidiu, por unanimidade, que os termos dessa emenda, se aplicará, na jurisdição dos Estados Unidos, “à toda pessoa, sem distinção de raça, de cor ou de nacionalidade e que igual proteção das leis é uma garantia da proteção das leis iguais”;

- Que, por sua vez, um certo número de tratados estipulam o reconhecimento dos direitos do homem;

- Que importa estender ao mundo inteiro o reconhecimento internacional dos direitos do Homem:

Proclama⁵⁶

56 Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-Internacionais-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-1919-a-1945/declaracao-internacional-dos-direitos-do-homem-1919.html>

E isso mostra que, além de um memorável específico recortado pelo acontecimento em língua francesa a partir de sua história, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão e a Revolução Francesa, esta mesma história enunciativa significa no presente dos demais acontecimentos, das outras traduções, ao significá-los de um modo geral a partir de histórias enunciativas particulares. Tomamos que, se o acontecimento do preâmbulo da Carta da ONU produzido em língua de origem enuncia que um dos objetivos dos membros da organização é reafirmar a fé nos direitos humanos fundamentais, podemos dizer que este acontecimento recorta como memorável específico a “Declaração dos Direitos Internacionais do Homem” de 1929 e que traz em sua história de um modo geral a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão e toda a amplitude de influências globais da Revolução Francesa. E não apenas isso, todos os outros documentos que antecedem a criação da ONU e que formam um conjunto enunciativo da própria Carta, significam no presente do acontecimento da Carta esta retomada dos direitos humanos fundamentais.

Mas não é apenas o funcionamento de um passado que se apresenta como fundante para a produção dos sentidos que observamos no presente. As temporalidades constitutivas dos sentidos de cada acontecimento enunciativo abrem uma latência de futuro onde as possibilidades de novas enunciações e o lugar da interpretação marcam e significam os direitos humanos/do homem na ordem global. Tal evolução é perceptível quando da observação de documentos produzidos

em espaços e tempos distintos como, por exemplo: a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948); a Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem, da OEA (1948); Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio (1948); a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (São José da Costa Rica, 1969); Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes (1984); A Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos, da OUA (1981); a Conferência Mundial sobre os Direitos Humanos de Viena (1993) etc., são exemplos da futuridade instalada pelos acontecimentos que dizem sobre os direitos humanos fundamentais, ou, os direitos fundamentais do homem e sua reafirmação ou por ser proclamado de novo.

E por que estamos aqui dizendo isso? Bom, adiante na linha **5** do nosso **Quadro 1** nos colocaremos diante de uma questão muito delicada e que instala diferenças até certo ponto muito sutis e que se dão ou pela própria história enunciativa de cada língua e de cada sociedade de uma maneira particular, ou, pela própria operação de tradução e pelo agenciamento da figura do tradutor. E, as diferenças entre *reaffirm*, *reafirmar*, “reafirmar” e *proclamer a nouveau*, nas traduções consideradas, podem estar mais atreladas à história dos falantes do espaço de enunciação do que a uma simples possibilidade enunciativa pelo agenciamento específico do falante pela língua.

Passemos, portanto, a um segundo aspecto ainda sobre esta mesma passagem. O que se diz neste lugar do texto de origem e das traduções é uma reafirmação e/ou uma

proclamação que se faz novamente sobre a fé nos direitos fundamentais. Há ainda uma outra diferença fundamental que se instala nos modos como se enunciam estes direitos. Ao tomarmos a coluna **A** da linha **5** observa-se que em língua inglesa se enuncia [...] *reaffirm faith in fundamental human rights* [...] [reafirmar fé nos direitos humanos fundamentais]; por outro lado, ao se considerar a coluna **B** da linha **5** temos [...] *a reafirmar la fe en los derechos fundamentales del hombre* [...] [a reafirmar a fé nos direitos fundamentais do homem]; já em língua francesa, coluna **C** da mesma linha tem-se [...] *à Proclamer à Nouveau notre foi dans les droits fondamentaux de l'homme* [...] [a/para proclamar de novo/novamente nossa fé nos direitos fundamentais do homem]; e por último, na coluna **D** da linha **5** observa-se os seguintes dizeres “[...] *e a reafirmar a fé nos direitos fundamentais do homem* [...]”. Consideremos agora dois outros aspectos que aparecem na linha **5**.

O primeiro é o fato de que no texto de origem se diz algo na direção de “direitos humanos fundamentais” e nas línguas espanhola, francesa e portuguesa se diz algo como “direitos fundamentais do homem”. Assim, no texto produzido na língua inglesa o termo que funciona no enunciado é a palavra *human*. E, de tal modo, ao se enunciar *human* [humanos], este termo significa no presente do acontecimento por um movimento semântico específico diferente daqueles pelos quais se enunciam *hombre*, *homme* e “homem”. Se colocarmos num quadro do modo como estamos aqui considerando os verbetes dos dicionários, teremos as seguintes definições (e relações sinonímicas):

Quadro Verbetes inglês 2

The New Oxford American Dictionary

Human

I. adjective

1. *of, relating to, or characteristic of people or human beings*

- *the human body.*

2. *of or characteristic of people as opposed to God or animals or machines, especially in being susceptible to weaknesses*

- *they are only human, and therefore mistakes occur*
- *the risk of human error.*

3. *of or characteristic of people's better qualities, such as kindness or sensitivity*

- *the human side of politics is getting stronger.*

4. *[Zoology] of or belonging to the genus Homo.*

II. noun

a human being, especially a person as distinguished from an animal or (in Science fiction) an alien.

[...]

Tradução própria: "I. adjetivo: 1. De, relacionado a, ou características de pessoas ou seres humanos • o corpo humano. 2. De ou característica de pessoas em oposição à Deus ou animais ou máquinas, especialmente por serem suscetíveis em suas fraquezas • eles são apenas humanos, e, portanto, erros/enganos ocorrem • o risco do/de erro humano. 3. De ou característica das melhores qualidades das pessoas, como gentileza e sensibilidade • o lado humano da política está ficando mais forte. 4. [Zoologia] de ou pertencendo ao gênero Homo. II. Substantivo: um ser humano, especialmente uma pessoa como distinguida de um animal ou (na ficção científica) um alienígena".

Então vejamos. Ao observarmos o **Quadro verbete inglês 2** temos que o termo human em inglês institui uma relação sinonímica com “pessoas/seres humanos”, “melhores qualidades das pessoas, gentileza/sensibilidade” e, por outro lado, apresenta uma relação antonímica, fora do campo da negatividade, com “Deus”, “animais”, “máquinas” e “seres alienígenas”. Ou seja, ser humano é ser uma pessoa que apresenta qualidades, ou pode apresentar, de gentileza e sensibilidade

e que, por outro lado, é não ser Deus, é não ser um animal (irracional), nem uma máquina e nem o ser de fora da Terra. Mas será que aquilo que apresentamos no quadro acima seria suficiente para substituir os termos “originais” em paráfrases produzidas como modo de descrever os sentidos dos enunciados? Se tomarmos uma reformulação do enunciado em língua inglesa substituindo *human* por *human being*:

(5-A') *and to reaffirm faith in fundamental [human being] rights.*

Verifica-se aí que sem um “rearranjo” da ordem sintática do enunciado a expressão *human being* não caberia. Teríamos então que reformular o enunciado do seguinte modo:

(5-A'') *and to reaffirm faith in [the human being] fundamental rights;*

e então teríamos um enunciado do tipo “e a reafirmar fé nos direitos fundamentais do ser humano”. No entanto, e se tomarmos o termo *man* no lugar de *human* ou *human being*, o que aconteceria? Seria suficiente? De certo modo, mesmo parecendo estranho, ou “soando estranho”⁵⁷ quando se diz e se lê tal enunciado, descobrimos ser sim possível uma paráfrase do tipo:

(5-A''') *and to reaffirm Faith [in the] fundamental rights [of Man].*

57 Tratamos a questão “sonora” do enunciado neste ponto apenas por um modo ligeiramente estético e genérico. Não é a maneira como soa o enunciado pelas articulações físicas/empíricas dos aspectos acústicos que nos importa. Portanto, não é algo que vem a influenciar no resultado das nossas pesquisas.

Ao buscarmos a possibilidade de substituir o termo human por man, tomando *man* como um termo sinônimo a human, da maneira como apresentamos no quadro, observamos primeiro na Bíblia, no livro do Gênesis no versículo 27 no qual se diz: *So God created man in His own image; in the image of God He created him; male and female He created them*⁵⁸. Nas escrituras o que encontramos é o termo *man* como criatura feita à imagem de Deus, e *man* é reescriturado por expansão nos textos bíblicos por *male* (homem/masculino/macho) e por *female* (mulher/feminino/fêmea). Ou seja, nas sagradas escrituras “homem” designa “criatura”, criatura feita à imagem do Criador; “homem” significa “homem e mulher”, “criatura macho e fêmea/masculino e feminino”.

Ainda, continuando nossas pesquisas deparamo-nos com um texto de 1935 intitulado **The Fundamental Rights of Man**⁵⁹. Neste texto é possível de se encontrar, como que numa entrevista, uma resposta pela qual se enuncia no título:

THE FUNDAMENTAL RIGHTS OF MAN

*Mr. BOYLE: I read in the newspapers, and I hear over the radio much about the loss of our rights as **citizens**. Only last night, I heard a forceful address over the radio which was a very passionate appeal to our **citizens** to oppose encroachments on our rights. Dean, would you tell me where I can find out something about what rights I have and the sources of these rights?*

58 27 Deus criou o homem à sua imagem; criou-o à imagem de Deus, criou o homem e a mulher. Tradução disponível em: Bíblia Sagrada Ave Maria 213ª Edição – 2018.

59 Texto da *Notre Dame Law Review* de Thomas F. Konop. Disponível em: <https://scholarship.law.nd.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=4161&context=ndlr>.

*Mr. Konop: Well, for the sources of **our rights we** must, of course, go to history. Many pages of history are devoted to accounts of the struggle for the recognition of rights of man. Tradition and laws of all the western civilized world recognize the existence of human rights (Notre Dame Law Review, 1935, p. 341).*

OS DIREITOS FUNDAMENTAIS DO **HOMEM**

Mr. Boyle: Eu leio nos jornais, e Eu ouço pelo rádio muito sobre a perda dos nossos direitos como **cidadãos**. Somente noite passada, Eu ouvi um discurso contundente pelo rádio o que foi um apelo apaixonado aos nossos **cidadãos** para se oporem às usurpações dos nossos direitos. Dean, você poderia me dizer onde Eu posso encontrar alguma coisa sobre quais direitos Eu tenho e as fontes desses direitos?

Mr. Konop: Bem, quanto às fontes dos nossos direitos **nós** devemos, claro, ir à história. Muitas páginas da história são dedicadas a relatos das lutas pelo reconhecimento dos **direitos do homem**. Tradições e leis de todo o mundo ocidental e civilizado reconhecem a existência dos **direitos humanos**⁶⁰.

Ao continuarmos a leitura do mesmo texto observamos que o termo *man* é retomado por *citizens* e *rights of man* é reescriturado por *human rights*. Consideremos que em um primeiro momento há um título que diz *THE FUNDAMENTAL RIGHTS OF MAN*, todo este título é reescriturado por expansão pelo texto que o desenvolve, o “explica”. No texto, *man* é retomado por *citizens* por substituição em *and I hear over the radio much about the loss of our rights as citizens*.

60 Tradução própria.

A possibilidade dessa reescrituração por substituição pode ser observada pela paráfrase:

(Ex') *and I hear over the radio much about the loss of our rights as man (men)* [e Eu ouvi no rádio muito sobre a perda de nossos direitos como homem (homens);

Ou:

(Ex'') *The Fundamental Rights Of Citizens* [Os Direitos Fundamentais dos Cidadãos].

Desse modo, observa-se que *citizens* ao reescrever *man* predica *man* como *citizens*, como cidadão dotado de direitos civis e, *citizens* é predicado no texto como *man*, como homem (homens) como Ser existente, criatura divina dotado de habilidades cognitivas, motoras, fisiológicas, de corpo e de alma etc.

Adiante *man* é reescriturado anaforicamente pelo pronome possessivo *our* em: *Well, for the sources of our rights we must, of course, go to history*. Vejamos como isso ocorre. Se se diz sobre os direitos fundamentais do homem e, no texto se diz algo sobre *our rights*, [nossos direitos], então aquele que enuncia, enuncia se dizendo como parte do todo que homem significa, enuncia se dizendo como cidadão, como detentor de direitos fundamentais. Ou seja, os direitos do homem são os direitos dos cidadãos que são nossos direitos.

Depois, *rights of man* é reescriturado por repetição na expressão *human rights* em: *Many pages of history are devoted to accounts of the struggle for the recognition of rights*

*of man. Tradition and laws of all the western civilized world recognize the existence of **human rights**.* Há, neste caso, uma retomada da expressão do título *rights of man* significando-o, os direitos do homem, como direitos reconhecidos historicamente em diversas páginas da história que relatam a existência destes direitos. Adiante no texto é possível verificar uma lista de documentos históricos que o entrevistado relata como a *Bill of Rights, The Magna Charta, the Petition of Right* etc., como fontes históricas destes direitos. E ao reescrever desse modo, ou seja, por substituição, *human rights* predica algo a *rights of man*, e o que predica? Predica *man* como *human*, e mais, predica os direitos do homem como aquele reconhecido pela tradição e pelas leis de todo o mundo ocidental civilizado. Ser homem detentor de direitos é ser cidadão; ser homem detentor de direitos reconhecidos pela tradição e pelas leis de todo o mundo ocidental civilizado, é ser humano.

Desse modo, ao se enunciar *to reaffirm Faith in fundamental human rights* não se enuncia simplesmente que o que se busca é afirmar novamente a fé nos direitos humanos fundamentais. De todo modo não estamos aqui tomando este texto, o que trata da expressão *rights of man* como um memorável possível para a produção dos sentidos de *human rights* no texto do preâmbulo. Buscamos apenas mostrar a possibilidade de se dizer que *human rights* pode ser parafraseado por *rights of man*, ou por *fundamental rights of man*. E como veremos adiante nesta análise, a diferença não gira em torno apenas de estruturas morfológicas e sintáticas correspondentes a cada língua particular. A diferença instalada se faz no modo

de produção dos sentidos no presente do acontecimento pelo qual *human* faz significar diferentemente de *homme*, *hombre* e “homem” por um litígio histórico próprio de enunciações nas línguas em cada caso.

Mas, ainda permanece uma pergunta decisiva em relação ao funcionamento de *human* no texto produzido em língua inglesa e não *man*: por que isso ocorre no texto de origem e ainda, o que fez com que se enunciasse *fundamental human rights* e não *fundamental rights of man*? Como dissemos acima, os sentidos são produzidos na relação constante entre a língua, a história e o sujeito que enuncia. E, para considerar o sentido de *human* em oposição a *man* no preâmbulo produzido em língua de origem devemos buscar na história que é constitutiva da significação enquanto memorável.

A luta das mulheres na busca por igualdade de gênero, por direitos iguais com os homens já era, antes da assinatura da Carta da ONU, um movimento consolidado e que acompanhava o devir social, político e histórico de grande parte da civilização ocidental. Assim, quando do encontro para a produção e assinatura de um documento que instituiria regulamentos que serviriam não apenas para as Relações Internacionais, relações políticas entre os Estados, mas também, para instituir direitos aos cidadãos do globo de uma maneira geral, aquela “voz” que por muito tempo esteve oprimida, politicamente silenciada e que buscava um lugar na partilha do real “fez-se ouvir”. Mesmo em um número consideravelmente “muito pequeno”, as mulheres estiveram presentes na assinatura do

documento que viria a se tornar a Carta oficial da organização. De 160 representantes signatários do documento, apenas 4 mulheres estavam presentes e isso, este número, foi suficiente para que se reconhecesse os direitos iguais entre homens e mulheres na feitura da Carta. Vejamos um pouco da história a respeito deste momento em um pequeno excerto encontrado no site das Nações Unidas:

United Nations commitments to the advancement of women began with the signing of the UN Charter in San Francisco in 1945. Of the 160 signatories, only four were women - Minerva Bernardino (Dominican Republic), Virginia Gildersleeve (United States), Bertha Lutz (Brazil) and Wu Yi-Fang (China) – but they succeeded in inscribing women’s rights in the founding document of the United Nations, which reaffirms in its preamble “faith in fundamental human rights, in the dignity of the human person, in the equal rights of men and women and of Nations large and small”⁶¹.

Os compromissos das Nações Unidas com a promoção da mulher começaram com a assinatura da Carta da ONU em São Francisco em 1945. Dos 160 signatários, apenas quatro eram mulheres - Minerva Bernardino (República Dominicana), Virginia Gildersleeve (Estados Unidos), Bertha Lutz (Brasil) e Wu Yi-Fang (China) - mas conseguiram inscrever os direitos das mulheres no documento de fundação das Nações Unidas, que reafirma em seu preâmbulo “a fé nos direitos humanos fundamentais, na dignidade da pessoa humana, na igualdade de direitos dos homens e das mulheres e das nações grandes e pequenas”⁶².

61 Disponível em: <https://www.un.org/womenwatch/daw/CSW60YRS/CSWbriefhistory.pdf>. Acesso em: 11 de mar. 2021.

62 Tradução própria.

Os direitos das mulheres foram inscritos na Carta da organização que consolida sua fundação e apresenta uma divisão positiva entre homens e mulheres que são termos que funcionam como reescrevendo direitos humanos por expansão no texto. Ou seja, os sentidos de human movimentam-se na direção de uma relação de hiperonímia, é um termo que designa *man* e *woman* ao mesmo tempo, e a igualdade de direitos entre os gêneros masculino e feminino. Portanto, enunciar *fundamental human rights* no documento é enunciar *fundamental rights of man and woman, in the dignity of the man and woman*.

Contudo, ao observarmos os textos que se dão como traduções a partir do texto em língua de origem, em um primeiro momento esta relação não parece ser considerada. Tomemos então, como modo de verificar a construção da trama semântica dos termos em línguas espanhola, francesa e portuguesa do Brasil, e sua rede de sentidos, os verbetes encontrados nos dicionários de cada uma destas línguas.

Quadro Verbetes espanhol 1

El Diccionario De La Lengua Española: Real Academia Española

Hombre

II. Substantivo

1. m. – *Ser animado racional, varón o mujer. U., seguido de un complemento, para hacer referencia a un grupo determinado del género humano. [...].*
2. m. – *varón (|| persona del sexo masculino)*
3. m. – *Varón que ha llegado a la edad adulta.*
4. m. – *Varón que tiene las cualidades consideradas masculinas por excelencia. [...].*

Tradução própria: “ II. Substantivo 1. m – Ser animado racional, varão/homem ou mulher. Uso, seguido de um complemento, para fazer referência a um grupo determinado do gênero humano [...]. 2. m. – varão/homem (|| pessoa do sexo masculino). 3. m. – Homem que chegou à idade adulta. 3. m. – Homem que tem as qualidades consideradas masculinas por excelência. [...]”.

Passemos agora ao verbete produzido em língua francesa para *homme*:

Quadro Verbetes francês 2

Dictionnaire Du Français: Le Robert & CLE International

Homme [...].

I. L'Homme: être humain, de sexe masculin ou féminin, enfant ou adulte. Contrairement à l'animal, l'homme se tient debout, parle et a une intelligence développée. Ce savant se consacre à l'étude de l'homme [...]. L'humanité est l'ensemble des hommes. La Déclaration des droits de l'homme et du citoyen date de 1789. [...].

Tradução própria: “Homem [...]. I. O HOMEM: Ser humano, homem ou mulher, criança ou adulto. Ao contrário dos animais, os humanos ficam de pé, falam e têm uma inteligência desenvolvida. Este estudioso se dedica ao estudo do homem [...]. A humanidade é a totalidade dos homens. A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão data de 1789. [...]”.

Passemos agora à consideração do verbete que se encontra no dicionário de língua portuguesa do Brasil e vejamos como “homem” é definido lexicograficamente nesta obra:

Quadro Verbetes português brasileiro 1

Dicionário Houaiss da língua portuguesa

homem s.m. (1152) 1. B10 mamífero da ordem dos primatas, único representante vivente do gên. *Homo*, da sp. *Homo sapiens*, caracterizado por ter cérebro volumoso, posição ereta, mãos preênsais, inteligência dotada da faculdade de abstração e generalização, e capacidade para produzir linguagem articulada. [...]. **2 a espécie humana; a humanidade** [...]. **3** o ser humano considerado em seu aspecto morfológico, ou como tipo representativo de determinada região geográfica ou época <o h. branco> <o h. das cavernas> **4** indivíduo do sexo masculino [...]. **5** homem que já atingiu a idade adulta; homem-feito. [...]. **8** o ser humano considerado do ponto de vista dos sentimentos, fraquezas, perplexidades etc. inerentes à sua natureza humana [...].

E o que tem em comum estas três definições lexicográficas em línguas espanhola, francesa e do português brasileiro? Deixando um pouco de lado aspectos quanto a história enunciativa de cada língua, as três acepções apresentam o termo “homem” instituindo uma relação sinonímica com humanidade, com ser humano de um modo geral designando tanto homem, ser do sexo masculino, quanto mulher, ser do sexo feminino, adulto ou criança, em relação ao que marcamos em negrito. Ao retornarmos àquilo que vimos em língua inglesa, o elemento lexical *man* institui sinonimicamente relações com “seres humanos em geral, a raça humana”, da mesma maneira como vimos em funcionamento o enunciado *fundamental rights of man*, no texto citado acima.

E com isso, observamos que em inglês o termo *human* funciona como hiperônimo para homem e mulher, adulto ou criança; por outro lado, o que se vê nas línguas espanhola, francesa e portuguesa do Brasil é que o funcionamento de *hombre*, *homme* e “homem” se dá por um processo de “gênero não marcado”, um termo que se dá como hiperônimo

para homem e mulher, ou seja, designa tanto homem quanto mulher, o ser humano e a humanidade em geral.

Podemos tomar esta correspondência entre *human* e *hombre*, *homme* e “homem” na operação de tradução de um modo tal que os termos em línguas espanhola, francesa e portuguesa reescrevem *human*, cada qual a seu modo e agenciando o tradutor de maneira específica em cada espaço de enunciação particular no sentido de “humano/humanidade” de um modo geral. Contudo, este procedimento de reescritura instala no centro dos acontecimentos, cada um numa correspondência particular com o texto de origem, um litígio próprio do funcionamento do político na linguagem. E este litígio se dá num corte analítico muito particular, no espaço de enunciação global. Mesmo que o termo *human* atribua sentidos a *hombre*, *homme* e “homem” pela reescritura, e o mesmo ocorre no sentido inverso, fazendo com que estes elementos de cada um dos léxicos das línguas postas em relação com a de origem, há, de um modo particular, um silenciamento⁶³ da mulher, e até mesmo por uma visão mais ampla da luta feminina por direitos iguais, ao se enunciar do modo como é enunciado em cada uma das respectivas traduções.

Há, portanto, um aspecto de desigualdade que se instala no centro do dizer, o político, que se caracteriza por ser um “conflito” que “[...] é próprio tanto do espaço de enunciação, [...], quanto do acontecimento da enunciação [...]” (GUIMARÃES, 2018, p. 50). E o que é o político? Guimarães (2018) diz que:

63 Ver Orlandi (2008) Terra à Vista.

[...] ele se caracteriza pela oposição entre a afirmação da igualdade em conflito com uma divisão desigual do real produzida enunciativamente pelas instituições que o organizam: organizam os lugares sociais e suas relações identificando-os (ou seja, atribuindo-lhes sentido), e recortam o mundo das coisas, significando-as. Por este conflito o real se divide e redivide, se refaz incessantemente em nome do pertencimento de todos no todos (GUIMARÃES, 2018, p. 50).

E este conflito se configura num espaço de enunciação no qual, por um lado, as mulheres dizem, conquistam seus espaços e são significadas como parte detentora dos direitos humanos fundamentais e, por outro lado, são silenciadas⁶⁴ sendo significadas por um termo genérico que significa tanto ser do sexo masculino quanto a humanidade de uma maneira geral, ou seja, as mulheres são significadas como sendo parte de “Homem”.

E isso porque, se observarmos um pouco mais os textos apresentados como traduções do texto em língua inglesa, veremos que os termos *hombre*, *homme* e “homem”, mesmo

64 Ao tomarmos aqui o silenciamento como nos apresenta Orlandi (1999, 2008) numa estreita relação com a noção do funcionamento do político na linguagem desenvolvida por Guimarães (2002, 2018), não estamos aqui a desconsiderar a “fala”, a desconsiderar que as mulheres “dizem” alguma coisa. Este silenciamento está no centro da divisão que afeta o real pelo funcionamento da língua pela linguagem onde uns tomam parte decisiva e outros não, outros são “impedidos” de certa maneira de tomar parte. Ao refletir sobre a condição das mulheres em uma sociedade marcada por uma época na qual o “domínio” político, econômico e social se concentrava na mão dos homens colocando as mulheres numa condição subserviente às vontades impostas pelos homens, este silenciamento significa a divisão na dinâmica do “jogo” social no qual a “palavra que vale” é a “palavra do homem”. Contudo, considerando o documento de nossas análises vê-se que esta barreira do silenciamento foi de certo modo “rompida” no centro do litígio enunciativo. Optamos por dizer “de certo modo” pois a luta ainda segue nos dias atuais, o litígio e a disputa ainda estão no centro dos acontecimentos enunciativos que tratam sobre o assunto.

marcando uma aproximação com os sentidos constituídos por human, marcam um lugar próprio no funcionamento e na distribuição das línguas num espaço de enunciação. Ou seja, não restituem sentidos e nem mesmo buscam produzir sentidos iguais. O que ocorre de fato é que human enquanto “humano” designa uma qualidade de humano, atribui sentidos tanto a homem quanto a mulher, predica o ser com a qualidade de uma condição, a condição de “humano”. E, em outra direção, *hombre*, *homme* e “homem” designam tanto a qualidade de humano quanto a de ser do sexo masculino em idade adulta ou não. Em Inglês há a palavra *man* que tem esse sentido e que não está no texto da declaração aqui analisada.

Dessa forma, o que buscamos apresentar é que, a trama semântica dos termos que funcionam nos enunciados considerados é constituída por modos diferentes, por redes de sentidos distintas. Isso leva a verificar que não devemos deixar de fora questões como a história enunciativa de uma língua específica – sustentando novamente que tomaremos a noção de história enunciativa e não de “gênio da língua” –. E, assim, ao não deixarmos de fora tais aspectos, verifica-se que mesmo que se busque aproximar aquilo que se diz por “imitação” (*mimesis*), as línguas dizem de modos muito particulares e específicos e, exatamente por isso, não nos aportamos aqui em noções como as de “equivalência” ou “fidelidade”, e nem mesmo em noções de tradução “termo a termo” ou “tradução literal”.

Podemos observar movimentos semelhantes quando da consideração da linha 4 de nosso quadro pela operação de tradução de termos que designam “humanidade/vida humana”. Há, nesta linha uma questão enquanto uma diferença que se instala por duas direções: pelas particularidades das línguas e pelos modos como os tradutores são agenciados por histórias enunciativas diversas em cada uma das línguas. Adiante no texto que compreende a quarta linha do nosso quadro encontramos na coluna **A**: [...] *which twice in our lifetime has brought untold sorrow to mankind*; na coluna **B**: [...] *que dos veces durante nuestra vida ha infligido a la Humanidad sufrimientos indecibles*; na coluna **C**: [...] *qui deux fois en l’espace d’une vie humaine a infligé à l’humanité d’indicibles souffrances*; e na coluna **D**: [...] que por duas vezes, no espaço da nossa vida, trouxe sofrimentos indizíveis à humanidade. As diferenças se instalam, além das línguas, nos termos: *brought* em inglês; *infligido* em espanhol; *infligé* em francês; e “trouxe” em português brasileiro. O que se observa é que o texto em português se aproxima mais do texto de origem ao dizer “trouxe”, e os textos em espanhol e francês não se aproximam do mesmo modo que o produzido em língua portuguesa do Brasil.

Vejamos aqui algumas paráfrases que podem ser feitas:

(4-A”) *which twice in our lifetime has [led] untold sorrow to mankind*;

(4-B”) *que dos veces durante nuestra vida há [causado (daño)] a la Humanidad sufrimientos indecibles*;

(4-C”) *qui deux fois en l’espace d’une vie humaine a [imposée] à l’humanité d’indicibles souffrances;*

(4-D”) que por duas vezes, no espaço da nossa vida, [apresentou/acarretou] sofrimentos indizíveis à humanidade.

As reformulações parafrásticas são aqui suficientes para que se possa verificar a pertinência das diferenças instaladas nos textos em questão. Neste ponto não apresentaremos quadros de produções lexicográficas com “enunciados definidores” e relações sinonímicas, e tomaremos apenas os jogos com as paráfrases como suficientes para que possamos apresentar as diferenças⁶⁵. Se por um lado – o texto de origem em língua inglesa e o texto traduzido em língua portuguesa do Brasil –, tem-se que de um modo mais sutil que com a guerra “vieram” também sofrimentos indescritíveis à humanidade, ou seja, com a guerra não vem apenas destruição, mortes e vitórias/derrotas, mas, vem também sofrimento, dor etc., por outro lado – nos textos traduzidos em espanhol e francês –, a guerra “causou/impôs” estes sofrimentos indescritíveis à humanidade, a guerra atordoia a humanidade de uma maneira forçosa, a guerra não apresenta, não traz sofrimentos com ela, a guerra impõe, aplica, condena a humanidade a certos tipos de sofrimentos.

Há ainda um outro fator que nos chama bastante a atenção nestes enunciados e que são constituídos na articulação com os termos considerados acima. Antes de se especificar

65 Contudo, mesmo não elaborando o quadro de sinônimos nos valem aqui dos mesmos dicionários que foram utilizados anteriormente para a consideração das relações sinonímicas.

que a guerra “trouxe/infligiu/causou/impôs” sofrimentos indizíveis à humanidade, é especificado uma espécie de “lugar/ espaço” no qual a guerra apresentou tal sofrimento. Em língua inglesa se diz *in our lifetime*; já em língua espanhola se enuncia *durante nuestra vida*; em francês é enunciado *en l’espace d’une vie humaine*; e em português brasileiro “no espaço da nossa vida”. Há em comum entre as quatro línguas o fato de se instituir o funcionamento de uma característica temporal – aqui falando do tempo crônico –, e que recorta como memorável, ao ocorrer o marcador “duas vezes”, a Primeira e a Segunda guerras mundiais. Ou seja, há, em cada uma das línguas, uma maneira de se enunciar segundo o modo como o falante é agenciado como alocutor/tradutor de uma maneira específica nos espaços de enunciação particulares de cada uma das línguas.

Assim, tomando o texto em língua de origem e via consulta no *The New Oxford American Dictionary* (2010), *lifetime* é definido como “1. *The duration of a person’s life*” e que pode, ainda, significar uma expressão que designa um “período muito longo” como no exemplo, do mesmo dicionário: *five weeks was a lifetime, and anything could have happened*⁶⁶. Ao tomarmos em relação, os enunciados em língua espanhola e em língua portuguesa do Brasil retomam o texto de origem em inglês instalando uma aproximação com aquilo que se diz em língua inglesa pela presença do pronome possessivo e pelo marcador temporal de duração: *lifetime*, *durante* e “espaço”.

66 Tradução própria: cinco semanas é o tempo de uma vida, e qualquer coisa poderia acontecer.

Ao se enunciar “espaço da nossa vida” esta expressão significa não por ser um espaço físico, e sim, na direção de tempo, um “espaço de tempo”, como um intervalo. E, ao se dizer *our*, *nuestra* e “nossa” movimentam-se os sentidos para o lugar da própria organização, dos membros da organização, ou seja, para o lugar da coletividade como se dissesse: “a nossa vida significa a vida de todos”.

Contudo, ao tomarmos o enunciado produzido em língua francesa numa relação com o enunciado do texto de origem, as semelhanças instalam diferenças pertinentes quanto aos sentidos produzidos. Ao se enunciar em francês *en l'espace d'une vie humaine*, que numa tradução direta e própria seria algo como “no espaço de uma vida humana”, não há o termo especificador funcionando como um pronome possessivo, da maneira como ocorre nas outras três línguas. Nota-se que há, pela aproximação instituída no funcionamento da operação de tradução, um distanciamento dos sentidos produzidos no acontecimento em língua francesa. Ao se enunciar em *l'espace d'une vie humaine* não significa “esta vida/aquela vida” ou, “a nossa vida”, mas sim, o tempo, a duração/o espaço de uma “vida humana”, seja a vida dos membros da organização ou não, a vida humana de uma maneira geral. Há, neste caso, uma espécie de amplitude em relação àquilo que se enuncia e que não se limita o sentido de “vida”, de “tempo/espaço da vida” dos membros da organização que se funda como sendo a deles a vida de todos. A vida humana não se restringe apenas aos que são membros da ONU, mas vai além, os sentidos de vida humana se expandem para todos que são humanos.

Isso, no entanto, não significa que o agenciamento do falante pela figura do tradutor tenha levado o texto em francês a um distanciamento tal, que a reescrituração do texto em língua inglesa para textos em língua francesa não esteja correta. Como dissemos antes, os tradutores são tomados pelas línguas em relação e ao enunciarem enquanto figuras enunciativas, enunciam a partir dos modos como as línguas os tomam. Se por outro lado o tradutor/autor do texto em língua francesa tivesse se valido de outros termos para dizer o que se diz no preâmbulo, a rede de sentidos que compõe a trama semântica poderia se afastar mais ou se aproximar por outras vias da rede de sentidos do texto de origem. O mesmo ocorreria com as línguas espanhola e portuguesa do Brasil.

Contudo, não tratamos aqui de algo que poderia ou não ter acontecido. Os sentidos são produzidos em e por textos materialmente enunciados, ou seja, textos existentes e que funcionam em espaços de enunciação significando o real pelo funcionamento das línguas pela linguagem, cada qual ao seu modo e por sua história.

Passemos agora para a linha **3** do quadro. Observa-se que a organização sintática dos enunciados apresenta marcas em comum, como por exemplo, o fato de os quatro enunciados começarem pelo funcionamento do pronome de primeira pessoa do plural. E, tais pronomes, ao funcionarem, identificam (configurando o alocutor), cada um ao seu modo (língua), como aqueles que enunciam no preâmbulo da Carta. Portanto, vejamos, em um primeiro momento certas diferenças

que ocorrem ao observarmos os enunciados dispostos na linha **3** do nosso quadro. Em todas as quatro línguas já foi possível observar o funcionamento do pronome que significa, em cada uma delas, uma coletividade humana. Tomando o enunciado de origem, em língua inglesa, e os outros três que funcionam como tradução temos:

(3-A) WE THE PEOPLES OF THE UNITED NATIONS DETERMINED;

(3-B) NOSOTROS LOS PUEBLOS DE LAS NACIONES UNIDAS RESUELTOS;

(3-C) NOUS, PEUPLES DES NATIONS UNIES, RESOLUS;

(3-D) NÓS, OS POVOS DAS NAÇÕES UNIDAS, RESOLVIDOS.

Partindo disso, temos que as diferenças que se instalam entre o enunciado de origem na coluna **A** em inglês e os enunciados traduzidos para o espanhol (coluna **B**), francês (coluna **C**) e português brasileiro (coluna **D**), são casos que transitam entre diferenças de regularidades linguísticas, como nos casos da linha **1** e **7**, casos relativos às regularidades do funcionamento do léxico.

Começemos pelo que se aproxima mais do que está nas linhas **1** e **7**. Há aí diferenças relativas ao uso ou não do artigo definido. Em francês, por exemplo, não há o artigo antecedendo *Peuples*, nos demais enunciados nas outras três línguas, nas expressões correspondentes, há o artigo (the, los, os).

Um outro caso relativo à relação textual de articulação no enunciado produzido em língua inglesa, já citado acima, *United Nations*, difere dos outros três enunciados – *Naciones Unidas*, *Nations Unies* e Nações Unidas. Estes são exemplos de diferenças que ocorrem quando observadas as semelhanças instaladas nas relações linguísticas da tradução, em virtude das regularidades linguísticas.

Observemos agora na linha **3** o enunciado *We the Peoples of the United Nations Determined*. O sintagma nominal *UN Charter* é reescriturado por elipse no enunciado que diz Preamble de modo que se pode dizer Preamble [of the UN Charter]. Por sua vez, a sigla UN que condensa o sintagma nominal *United Nations*, é reescriturado por expansão no enunciado *We the Peoples of the United Nations Determined*, produzindo sentidos na direção de desenvolvimento da sigla no funcionamento do nome no enunciado que a retoma.

Por outro lado, há uma diferença que podemos encontrar entre o enunciado *we the peoples of the united nations determined*, em inglês e os enunciados nas outras três línguas. Há uma palavra em inglês *Determined* que é traduzida por *Resueltos*, *Resolu*, Resolvidos. Esta diferença pode ser devida simplesmente às regularidades lexicais de cada língua. Ou pode, e isso é preciso observar, se dever a alguma escolha produzida pelo lugar do alocutor-tradutor.

Tomaremos que esta diferença se dá pela operação de tradução que tem como seu “agente” a figura enunciativa do tradutor, ou seja, o funcionamento dos termos em espanhol,

Resueltos, em francês, *Resolus*, e em português do Brasil, “Resolvidos”, é um modo de o tradutor ser agenciado dentro das possibilidades que este tem em cada língua particular que o toma como falante. Se traduzido para o português brasileiro, a palavra em língua inglesa *Determined*, por um modo “termo a termo”, significa “*Determinado*”, ou “*Determinados*” no plural. Ainda, traduzindo para o espanhol teremos *Determinados*. Da mesma forma, passando para o francês o que temos é *Déterminé*.

Partindo disso, observar-se-á que as tramas semânticas que formam e produzem a tessitura dos sentidos dos termos em cada língua específica, de algum modo se aproximam quando verificadas de uma maneira mais atenta. Vejamos como se dá tal aproximação que se constitui na semelhança pelas seguintes paráfrases:

(3-A’) *We the Peoples of the United Nations [Being Resolved];*

(3-B’) *Nosotros los Pueblos de las Naciones Unidas [Determinados];*

(3-C’) *Nous, Peuples des Nations Unies [Déterminé];*

(3-D’) *Nós, os Povos das Nações Unidas, [Determinados].*

Observando as operações parafrásticas acima, verifica-se que pelas reformulações realizadas há uma relação que nos permite considerar uma aproximação entre os termos de cada uma das línguas. Essa aproximação é marcada pela

semelhança existente entre *Determined-Resolved*, *Resueltos-Determinados*, *Resolus-Déterminé* e *Resolvidos-Determinados* que se faz pela rede de sentidos constituída historicamente na trama semântica de cada língua em particular. Assim, temos que as diferenças instaladas pelo jogo das semelhanças vêm à tona pela operação da figura do tradutor, pelo modo como o falante é agenciado em tradutor e não, simplesmente, por uma característica específica das línguas em relação. Contudo, tal operação, que tem em si o objetivo de alcançar uma aproximação do “mesmo”, ou seja, que busca dizer a “mesma coisa”, é uma operação que implica na produção de sentidos outros e não de “reprodução do mesmo” ou de “reflexo/desdobramento do já existente”.

Com isso, os sentidos produzidos por *Resueltos/Resolus/Resolvidos*, por mais que se busque, nos limites da tradução, dizer a “mesma coisa” ou algo o mais próximo possível, não são os mesmos que os sentidos produzidos por *Determined* e, de todo modo, não “restituem” os sentidos do termo enunciado na língua de origem, pois, não há o que se restituir, há somente o que se produzir substituindo algo num lugar em que nunca esteve antes. O termo *Determined* é reescriturado e substituído por *Resueltos/Resolus/Resolvidos* produzindo sentidos diferentes aos do texto de origem, porém, de um certo modo próximos. Verifiquemos isto em um quadro apresentando os verbetes dos dicionários selecionados para que possamos considerar a rede de sentidos que compõem a trama semântica de cada um dos termos nas línguas aqui consideradas:

Quadro Verbetes inglês 3

The New Oxford American Dictionary

Determined

I. adjective

1. *havind made a firm decision and being resolved not to change it*

[...]

2. *Processing or displaying resolve [...].*

Tradução própria: 1. “tendo tomado uma firme decisão e estando resolvido a não mudar isso/de posição; 2. Processando ou apresentando a resolução”.

Quadro Verbetes espanhol 2

El Diccionario De La Lengua Española: Real Academia Española

Resuelto

[...].

I. Adjetivo

1. *adj.- Demasiado determinado, audaz, arrojado y libre.*

2. *adj. - Pronto, diligente, expedito.*

Tradução própria: “1. Muito/demasiadamente determinado, audacioso, ousado e livre; 2. Pronto, aplicado, rápido/resolvido”.

Quadro Verbetes francês 3

Dictionnaire Du Français: Le Robert & CLE International

Résolu

[...],

adj.(après le nom) ■ Qui sait prendre une décision et n'em change pas. [...]. Je suis

RÉSOLU À le faire → décidé.

Tradução própria: “(depois do nome) ■ quem sabe tomar uma decisão e não muda. [...] Eu estou decidido a fazer isso → decidido”.

Quadro Verbetes português brasileiro 2

“Dicionário Houaiss da língua portuguesa”

Resolvido *adj.* [...] 1 que teve resolução **2** que foi combinado, acertado **3** que tem capacidade de decisão; determinado, resoluto **4** *infrm.* dotado de coragem a toda prova; disposto a tudo [...].

Há que se considerar um aspecto central presente na produção lexicográfica que é o de determinação que os verbetes apresentam. Esta determinação apresenta em seu desenvolvimento as relações sinonímicas produzindo a rede de sentidos que constituem as tramas semânticas. Tomaremos, assim, uma primeira característica quando tomadas em correspondência as quatro palavras: todas elas funcionam nos enunciados recortando como memorável um lugar específico da organização gramatical do léxico particular de cada língua, ou seja, funcionam especificadas como sendo adjetivos. Os termos em questão atribuem sentidos de uma “posição” tomada pelos “povos” da organização em relação ao que se diz no resto do texto.

No entanto, mesmo recortando um lugar específico como memorável, a classe gramatical de funcionamento dos elementos lexicais dos enunciados, é necessário observar que as línguas funcionam trazendo na enunciação palavras diferentes, pelo aspecto particular das diferenças. A produção lexicográfica de cada língua se constitui, assim, a partir das diferentes histórias enunciativas que cada língua apresenta. Ou seja, não é porque parece estar enunciando o “mesmo” nas quatro línguas que as definições deverão ser relativamente as “mesmas” nos verbetes dicionarizados acima e, por conseguinte, os sentidos.

Considerando as diferenças que encontramos na linha 3 do quadro 1, estas são possíveis de se observar quando verificamos que em espanhol o termo *Resueltos* pode ser substituído tanto por [*demasiadamente*] *Determinados/prontos* quanto por *aplicados* o que leva a constituir sentidos na direção de que estão “decididos” e/ou “dedicados” à realização de um acordo entre as partes. Ainda, se considerarmos o termo *Resolus* em francês, esta palavra pode ser substituída por *Decidé* produzindo sentidos na direção de uma decisão, ou seja, “os povos estão decididos a [...]”. E em português brasileiro verifica-se que além de “Resolvidos” pode ser substituído por “Determinados/Resolutos” significando um estado no qual se encontram as partes contratantes da organização, pode ainda ser substituído por “Combinados/Acertados”, também produzindo sentidos na direção da realização de um acordo, de um “acerto” entre as partes.

Portanto, as diferenças são instaladas em cada acontecimento de tradução a partir não das intenções ou possibilidades do tradutor, mas pelas relações semânticas e sinonímicas que se abrem com a rede de sentidos de *Determined* sendo que estas não são as mesmas que se abrem nas tramas semânticas de *Resueltos/Resolus/Resolvidos*. Assim, aquilo que é enunciado pelo tradutor produz sentidos numa direção tal que o que se observa é que os povos das Nações Unidas estão ajustados/acertados/definidos em relação a algo. E por outro lado, no enunciado produzido em língua inglesa, os povos das Nações Unidas estão dispostos/decididos a realizar algo.

Mesmo que se busque uma aproximação (dos sentidos produzidos), a diferença é marca constitutiva da semelhança e não só isso, é marca constitutiva do procedimento de reescrituração e da própria operação de tradução como uma retomada. É por isso, exatamente, que não tomamos a tradução como uma restituição dos sentidos pura e simples, observamos que ao tomarmos via procedimento de reescrituração por substituição mimética é próprio da operação a produção da diferença entre as línguas não por restituição ou por escolha do tradutor, mas pela temporalidade de cada acontecimento em específico que afeta a produção dos sentidos e os modos como as línguas tomam os falantes e os agenciam em figuras enunciativas na configuração da cena enunciativa.

Portanto, ao falarmos aqui das possibilidades que emergem ao tradutor pela história enunciativa de cada língua, os sentidos independem dos movimentos intencionais ou das escolhas pessoais dos falantes. O tipo de relação é outra que não aquela empírica ou lógica. As relações de correspondência marcadas pela aproximação a partir das diferenças são do tipo línguas-falantes atravessada pela história constitutiva das línguas de maneiras particulares em cada um dos acontecimentos específicos. Assim, as possibilidades que se abrem a partir do funcionamento dos termos *Determined* e *Resueltos/Resolus/Resolvidos* serão sempre outros mesmo parecendo sempre dizer o “mesmo”.

Por outro lado, devemos observar que mesmo que se considere que as palavras que funcionam nos enunciados

apresentem uma estrutura morfológica parecidas, e em certos casos, até mesmo iguais, pela influência do tronco latino que as formaram, isso não influi diretamente na produção dos sentidos nos acontecimentos enunciativos. E isso ocorre justamente pelo fato de que, como já dissemos acima, as línguas identificam e significam o real por maneiras distintas de funcionamento em cada espaço de enunciação recortado e configurado. Além disso, vimos que até mesmo a “repetição” daquilo que se considera ser “o mesmo” será sempre diferença, sempre uma nova temporalidade.

Passando agora para a linha 4 do Quadro 1 podemos verificar novamente que há uma diferença inicial que se instala a partir da figura enunciativa do tradutor, e não como uma diferença específica exigida pela regularidade sintática das línguas em relação. No texto de origem a expressão que funciona no início do enunciado é *to save*. De modo diferente, os textos das colunas B, C e D da mesma linha iniciam-se com *a preservar/à préserver/a preservar*. Vejamos como isso se constitui:

(4-A) *to save* succeeding generations from the scourge of war;

(4-B) *a preservar* a las generaciones venideras del flagelo de la guerra;

(4-C) *à préserver* les générations futures du fléau de la guerre;

(4-D) *a preservar* as gerações vindouras do flagelo da guerra.

Passemos então aos enunciados definidores que compõem os verbetes nos dicionários das línguas em questão tomando as palavras elencadas como as respectivas entradas:

Quadro Verbetes inglês 5

The New Oxford American Dictionary

[To] Save

1. Verb — [with obj.]

1. *Keep safe or rescue (someone or something) from harm or danger. [...].*
2. *prevent (someone) from dying. [...].*
3. *(in Christian use) preserve (a person's soul) from damnation.*
4. *keep (someone) in health (used in exclamations and formulaic expressions). [...].*
- [...].*
10. *avoid, lessen, or guard against [...].*

Tradução própria: “1. Manter a salvo ou resgatar (alguém ou algo) do dano ou do perigo; 2. prevenir (alguém) da/contra a morte/de morrer; 3. (no uso Cristão) preservar (a alma de uma pessoa) da condenação; 4. Manter (alguém) na/com saúde (usado em exclamações e expressões estereotipadas); 10. Evitar, diminuir ou guardar/salvar contra”.

Quadro Verbetes espanhol 4

El Diccionario De La Lengua Española: Real Academia Española

Preservar.

I. Verbo

tr. — Proteger, resguardar anticipadamente a alguien o algo, de algún daño o peligro [...].

Tradução própria: “transitivo. — proteger, resguardar anticipadamente a alguém ou algo/alguma coisa, de um dano ou perigo [...]”.

Quadro Verbetes Francês 5

Dictionnaire Du Français: Le Robert & CLE International

Préserver [...] Verbe [...] 1. *Protéger, garantir (contre un mal, un danger). [...].*

Tradução própria: Preservar Verbo 1. Proteger, garantir (contra um mal, um perigo).

Quadro Verbete português brasileiro 4

“Dicionário da Língua Portuguesa Houaiss”

Preservar, [...] **1.** pôr(-se) ao abrigo de algum mal, dano ou perigo; defender(-se), resguardar(-se) [...]. **2.** não destruir (algo ou a si mesmo); conservar(-se), salvar(-se) [...]. • SIN/VAR blindar, defender, guardar, imunizar, isentar, livrar, resguardar [...].

Consideremos algumas reformulações parafrásticas com o objetivo de verificarmos a trama semântica que compõe a rede de sentidos de *to save/a preservar/à préserver/a preservar*:

(4-A') *to keep safe/prevent succeeding generations from the scourge of war;*

(4-B') *a resguardar/proteger a las generaciones venideras del flagelo de la guerra;*

(4-C') *à protéger/garantir [contre un mal] les générations futures du fléau de la guerre;*

(4-D') *a conservar/salvar/resguardar as gerações vindouras do flagelo da guerra.*

Ao se verificar as paráfrases das linhas acima pode-se observar que *prevent* e a expressão *to keep safe* em inglês são termos que fazem parte da rede de sentidos do termo *save*, ou seja, é possível substituir no texto original o termo *to save* por *to prevent* ou por *to keep safe* sem prejuízo ao texto. Por outro lado, em **4-C** e em **4-D** as palavras *préserver* e “preservar” podem ser substituídas, também sem prejuízo ao texto, pelos termos *proteger/garantir [contre un mal]* e por “conservar/salvar/resguardar”, respectivamente. Já em relação à coluna **B** da

linha 4 encontramos na trama semântica da palavra os termos *proteger/resguardar* [a alguien o algo de algun peligro o daño] como sinônimo de preservar. Dessa forma, mesmo existindo em línguas espanhola e francesa a palavra *salvar/sauver*, estas palavras não aparecem como compondo a rede de sentidos dos termos *preservar/préserver*, como visto no verbete da língua espanhola 4 e no verbete de língua francesa 5.

De certo modo, podemos considerar que o agenciamento dos tradutores tomados pelas línguas em cada espaço de enunciação específico de línguas espanhola, francesa e portuguesa do Brasil pelos termos *a preservar/à préserver/a preservar* se constitui como algo que provoca uma aproximação dos sentidos dos textos na relação de tradução e reescrituração. No entanto, observamos que há um certo afastamento quando da instalação das diferenças instituídas pela própria história enunciativa particular de cada uma das línguas. Aqui esboçamos apenas alguns termos sinônimos que fazem parte da rede de sentidos que compõe a trama semântica de cada uma das palavras consideradas no quadro. Porém, podemos verificar que o termo *save* em inglês pode ser tanto para “salvar” a vida de alguém quanto, também, para prevenir algo/alguém. Já em língua espanhola não encontramos *salvar* como sinônimo de *preservar*, ou seja, *salvar* não faz parte da rede de sentidos de *preservar* em espanhol. Já em francês a aproximação existe até certo ponto quando, em alguns casos, *préserver* produz sentidos na direção de “proteger”, “garantir” “contra um mal”, etc., constituindo uma trama semântica que segue em sentidos muito diferentes dos

daquele de *save*. No texto em língua portuguesa do Brasil não ocorre de maneira diferente.

Desse modo, existe uma aproximação entre as línguas ao se dar a tradução. No entanto, observamos que as diferenças são instaladas ao se verificar, (i): os modos como são agenciados os tradutores pelas línguas que são tomados nos espaços de enunciação – verificamos que a trama semântica dos termos são formadas por redes de sentidos distintas nas relações sinonímicas tomadas dos dicionários –; (ii): pelas diferenças morfológicas e gramaticais próprias de cada uma das línguas – as combinatórias lexicais que formam os enunciados, o funcionamento de expressões e palavras significando diferentemente os termos em questão etc. –; (iii): pelo procedimento de reescrituração é possível de se verificar que há uma diferença constitutiva instalada pela própria história enunciativa específica de cada uma das línguas em relação. E essa diferença é marcada não apenas por serem línguas distintas e por seus modos particulares de funcionamento, mas também pela trama semântica dos termos/palavras. Isso nos leva a considerar que o agenciamento do tradutor e aquilo que ele enuncia, que busca uma aproximação pertinente entre os textos ao traduzir, se faz não por uma vontade pessoal e intencional, mas pelas possibilidades que a língua que o toma enquanto falante o faz realizar. E, em cada língua, as relações de sentido serão diferentes de uma para outra.

Contudo, algumas considerações ainda são necessárias. Temos que cada um dos textos que funcionam como tradução

recortam como memorável específico o texto de origem, e trazem em si, no presente do acontecimento, a história constitutiva do texto produzido em língua inglesa. De tal maneira, aquilo que o texto de origem tem como seu memorável faz significar no presente do acontecimento da tradução. E qual é, ou qual pode ser, a história constitutiva do texto de origem?

Tomando o preâmbulo da Carta da ONU, este instala como rememoração enunciativa, além da Carta da Liga das Nações, organização internacional que precedeu as Nações Unidas e que surgiu em 1919 logo após a Primeira Guerra Mundial e extinta em 1929, outros importantes documentos resultados de uma série de conversações entre os Estados beligerantes e encontros/declarações que culminaram na produção da Carta da Organização das Nações Unidas como, por exemplo:

- June 1941 - The Inter-Allied Declaration of St. James Place
- August 1941 - The Atlantic Charter
- January 1942 - The Declaration by United Nations
- 1943 - The Moscow and Tehran Conferences
- 9 November 1943 - Agreement for the United Nations Relief and Rehabilitation Administration
- 1 - 22 July 1944 - United Nations Monetary and Financial Conference

- 1 August - 7 October 1944 - Dumbarton Oaks Conversations
- 7 December 1944 - Convention on International Civil Aviation
- February 1945 - The Yalta Conference
- 26 June 1945 - The Charter of the United Nations & Statute of the International Court of Justice⁶⁷.

Estes documentos podem funcionar como memorável para o texto da Carta produzida em língua de origem e que, de certo modo são textos que fazem parte da história constitutiva dos textos traduzidos como vimos no **diagrama 9** apresentado no capítulo **3**. Ou seja, o texto de origem recorta como memorável específico uma série de acontecimentos históricos que significam no presente do acontecimento da Carta da ONU aquilo que se enuncia na própria Carta. Por outro lado, como vimos nas análises acima, aquilo que se considera como memorável não é uma história dividida entre os textos onde cada qual tem uma “parcela” da história. Se assim fosse os sentidos seriam sempre os mesmos e não haveria nada aí de novo.

Como apresentamos em nossas análises, acontecimentos enunciativos que contam sobre a Declaração dos direitos do Homem e do Cidadão, a Revolução Francesa, a Declaração dos Direitos Internacionais do Homem, são

67 Disponível em: <https://un-library.tumblr.com/post/110922028589/on-12-february-we-revealed-the-selected-10>

acontecimentos históricos recortados pelo acontecimento do preâmbulo em francês quando, nesta língua, se enuncia *Proclamer à nouveau* e institui um passado rememorativo que significa no acontecimento do texto que funciona como memorável direto para o texto que funciona como tradução. O passado da temporalidade do texto de origem significa no texto traduzido não como memorável, não como um passado específico, mas reverberando toda a história de sentidos e cada um dos textos tem como seu um memorável particular, ou seja, há um memorável do texto de origem e um do texto de tradução e eles podem ser diferentes.

Ainda há aí uma significação do real que diz sobre as Nações Unidas e a identifica como uma organização internacional multilateral. Esta característica da ONU tem como interesse o fato de que o próprio espaço de enunciação acaba por configurar aspectos da divisão de poder nesta multilateralidade. É possível observar que pelo movimento das operações de tradução, e pelo movimento de quem assume a palavra de um determinado modo num determinado lugar no recorte dos espaços do organismo, se é levado a pensar nas relações desiguais entre “línguas centrais” e “línguas periféricas” num espaço globalizado.

É esta multilateralidade, também, que faz com que a Carta das Nações Unidas seja um documento disponível a um grande número de pessoas em torno do globo nas mais diferentes línguas – oficiais da organização ou não, como o caso da Carta em língua portuguesa do Brasil –. Ou seja, os sentidos dessa

Carta afetam a vida de uma população global como um todo e por isso o fato de ser significada como disponível para o maior público possível. E é por significar este “levar a todos” aquilo que se diz na Carta de um modo geral que se considera a necessária importância de sua tradução para línguas tão diversas.

A consideração da tradução da Carta em línguas especificamente distintas se faz como central e necessária pelo fato de uma distribuição desigual das línguas e pelo litígio que caracterizam todo e qualquer espaço de enunciação. É importante lembrar que não há a possibilidade de se considerar que todos os falantes do mundo, falantes de línguas particulares, específicas, sejam também falantes de língua inglesa. Do mesmo modo, não há como considerar que todos falem espanhol, francês, chinês, árabe ou russo. Ora, se todos falassem, fossem falantes, de todas as línguas ou de uma única língua que se constitui enquanto uma “língua universal”, não haveria a necessidade de tradução como já mencionado. Como esta realidade não é plausível, a tradução de textos para outras línguas se faz uma operação necessária, importante e decisiva pelos mais diversos aspectos.

Consideramos o espaço de enunciação como global por um caráter decisivo de nosso corte analítico por um motivo muito particular e pertinente. Apesar de estarmos aqui falando da Organização das Nações Unidas e de um texto que funciona como sua “Constituição”, sua “Carta Máxima”, não é a Organização (o site da ONU e como as línguas estão ali dispostas) em si que tomamos como nosso objeto de análise. Mesmo tendo

no interior da Organização das Nações Unidas um aspecto de “igualdade de valor” quanto à oficialidade das línguas, no plano de uma sociedade internacional de Estados, que deixa de ser multipolar com o fim da Guerra Fria, as línguas parecem acompanhar os “atores” no jogo que se dá no palco do “teatro” global.

O que buscamos apresentar é o fato de que o espaço de enunciação é significado pela construção sócio-histórica dos movimentos (históricos e políticos) no cenário global e, com isso, as transformações que afetam de certa maneira o espaço de enunciação globalizado. Ou seja, falar inglês hoje no palco internacional das relações diplomáticas é falar a língua de um Estado hegemônico quanto ao poderio bélico, econômico e cultural (cultura ocidental). Dessa forma, podemos configurar um espaço de enunciação global porque as relações de tradução não são, necessariamente, relações que devem, e somente devem, se dar no espaço de relações entre línguas e falantes tomados pela oficialidade da ONU. As relações podem se dar, também, entre línguas oficiais e línguas não oficiais, como no caso do inglês e o português brasileiro já que o português não figura entre as línguas oficiais de acesso à Organização.

Assim, ao verificarmos a operação de tradução, esta não coloca em relação apenas línguas distintas, mas também espaços de enunciação distintos num espaço de enunciação significado aqui como global. E foi ao observarmos o funcionamento e a distribuição das línguas neste espaço globalizado que pudemos observar, também, o movimento da divisão das línguas num espaço multilateral (multilíngue). Tal questão, a da divisão e

distribuição das línguas, nos interessa, pois como se vê, não apenas as denominadas “línguas periféricas” – não oficiais –, são as línguas para as quais se traduzem textos de outras línguas, mas também, as próprias “línguas centrais” – línguas oficiais da ONU –, colocaram-se como línguas tradutoras.

E observaremos características parecidas ao passarmos para o próximo capítulo com as análises que serão construídas a partir da consideração de um texto diferente deste que fizemos, o da Carta da ONU. Apesar de ser uma obra traduzida para diversas línguas assim como o texto acima, não se trata de um documento oficial de uma organização que afeta a população de um Estado da mesma maneira e não exige um gesto de interpretação nos mesmos moldes. Contudo, a tradução movimentou aspectos políticos pertinentes ao que estamos tratando aqui e produz também sentidos de maneiras particulares que nos mostram uma divisão do real pelo funcionamento do político na linguagem. Portanto, passaremos agora às considerações de uma parte específica do texto de “O Pequeno Príncipe” como modo de observar a forma de funcionamento da operação de tradução como um procedimento de reescrituração em um tipo de material (texto) diferente do que foi visto até o momento.

O PEQUENO PRÍNCIPE “GLOBAL” – REESCRITURAGÕES DE UM CLÁSSICO

Como maneira de melhor sustentar o que estamos aqui dizendo, buscaremos verificar um outro tipo de texto que não seja de natureza jurídica como o da ONU que é um texto com o valor de “Lei” para aqueles que concordaram e assinaram o documento – e que apresenta certas características específicas não somente em relação à língua ou pelas possibilidades dadas pelas línguas em relação. Tomaremos então como material de análise o livro *Le Petit Prince* de Antoine de Saint-Exupéry, que se constitui por ser uma obra escrita originalmente em língua francesa editada nos Estados Unidos na década de 1940 e que foi traduzida para diversas línguas como importante obra da literatura infanto-juvenil.

Tomaremos então, como objeto de nossas análises, uma relação específica entre as línguas francesa e portuguesa do Brasil a partir de um corte da obra *Le Petit Prince* considerando um tipo de texto caracterizado por uma menor “obrigação” quanto à

necessidade de “manutenção” de certos aspectos específicos⁶⁸ em uma operação de tradução. Esta obra se manifesta como de nosso interesse não apenas por se apresentar como um tipo de texto diferente daquele que consideramos anteriormente, mas também, por ser um tipo de produção que percorre o espaço global por um grande número de traduções – podemos citar aqui as traduções para as línguas espanhola, inglesa, italiana, alemã, húngara, grega etc.

Entretanto, ao observarmos por uma visada mais de perto a obra produzida em língua de origem e algumas traduções para outras línguas, nos pareceu de grande interesse um ponto bem específico na relação entre o texto em francês e a tradução que a retoma para a língua portuguesa do Brasil. E, tal relação não nos interessa apenas pela operação de tradução em seus limites teórico e conceitual, mas também, por movimentar uma questão muito pertinente quando se trata de relações entre línguas, a noção de espaço de enunciação.

Assim, para as considerações que faremos aqui, tomaremos como elementos de nossas investigações apenas os primeiros parágrafos do texto em língua de origem, francês, e do texto reescriturado em português brasileiro. Vejamos então, os dois recortes selecionados, primeiro em língua francesa:

68 Ao falarmos em manutenção de certos aspectos referiremo-nos aos aspectos de uma legislação internacional, como o da Carta da ONU, representada aqui apenas pelo preâmbulo que, de certo modo, deve se buscar ao máximo um tipo de equivalência textual por se tratar de um documento universal e válido para todos aqueles que denominados como signatários. Uma obra literária não tem tal valor de “lei” universalmente válida para todos e, exatamente por isso o aspecto de menor rigidez foi mencionado.

PREMIER CHAPITRE

Lorsque j'avais six ans j'ai vu, une fois, une magnifique image, dans un livre sur la Forêt Vierge qui s'appelait « Histoires Vécues ». Ça représentait un serpent boa qui avalait un fauve. Voilà la copie du dessin⁶⁹.

Agora, vejamos o texto funcionando em língua portuguesa do Brasil. O livro no país é intitulado pelo sintagma: “O Pequeno Príncipe”.

Certa vez, quando tinha seis anos, vi num livro sobre a Floresta Virgem, “História Vividas”, uma imponente gravura. Representava ela uma jibóia que engolia uma fera. Eis a cópia do desenho (SAINT-EXUPÉRY, 1988, p. 9).

Passemos às considerações dos textos. Observamos que, após as análises realizadas sobre a Carta das Nações Unidas, encontramos-nos mais seguros quanto à utilização do dispositivo analítico reescrituração por substituição mimética como sintagma que nomeia e significa a operação de tradução no interior das bases da teoria da Semântica do Acontecimento (GUIMARÃES, 2002-2018).

Em um primeiro momento, uma diferença considerável se faz presente no título da obra. Se tomamos os títulos como o nome dos livros nas duas línguas acima elencadas, tem-se que os dois textos reescrevem por expansão (GUIMARÃES, 2018), os títulos. Ou seja, ao se enunciar *Le Petit Prince* e “O Pequeno Príncipe”, cada um desses títulos em particular são reescriturados

69 Disponível em: http://www.cmls.polytechnique.fr/perso/tringali/documents/st_exupery_le_petit_prince.pdf.

por expansão pelo desenvolvimento dos textos em cada língua específica instituindo uma relação de predicação.

Neste caso em particular, há uma busca por se redizer em português brasileiro, de modo mais próximo possível, reduzindo o distanciamento linguístico, aquilo que é dito e significado pelo enunciado da língua de origem. Este “modo mais próximo possível” é significado não por uma busca por uma equivalência somente – é certo que se procura estabelecer uma relação de equivalência em uma tradução que se dá pelas possibilidades enunciativas específicas de cada língua –, mas também pelo funcionamento da *mímesis* que um texto, ao imitar o outro numa operação de tradução, instala semelhanças e diferenças reduzindo o distanciamento e aproximando o texto e sua tradução na língua de origem e na língua de chegada.

Essa diferença existente ocorre em um primeiro momento pelo fato de, tomando aqui o que nos diz Oustinoff (2003): “A tradução, por definição, não pode ser o original, dado que o tradutor **quase nunca é** o autor” (p. 90)⁷⁰. Grifamos em negrito parte da citação acima porque consideramos que não se trata do autor empírico e nem do tradutor empírico. Contudo, estas são apenas algumas questões mais abrangentes e introdutórias quanto à tradução instituída entre a língua francesa e a portuguesa do Brasil, de *Le Petit Prince* para “O Pequeno Príncipe”. Este aspecto da tradução do título ao buscar a semelhança chega a diferenças que dizem respeito ao funcionamento das línguas que agenciam o autor num caso e o tradutor em outro,

70 Grifo nosso.

tal como o que vimos, quanto ao texto da ONU, a respeito do que está na linha A do quadro inicial, o título do documento, tomado para análise. Passaremos agora às considerações daquilo que de fato nos despertou maior interesse analítico sobre esta tradução: a configuração do espaço de enunciação quando da reescrituração de *Serpent Boa* por “Jiboia”.

6.1. DO NOME DA “COBRA”: ENTRE *BOA* E *JIBÓIA*.

Há na história narrada uma “cobra” que engole uma presa na floresta virgem e isso é visto por um garoto de seis anos em um livro que tem um nome que circula entre histórias/narrativas reais/vividas, experimentadas etc. Devemos observar que tomamos aqui o nome “cobra” num sentido genérico como forma de designar o animal sobre o qual se relata no primeiro parágrafo do primeiro capítulo da obra. Com isso, poderemos observar que em alguns casos os textos parecerão estar numa relação de “repetição” e em outros de pura “substituição”. Por isso, devemos tomar os devidos cuidados ao desenvolvermos as análises para não cairmos no risco da contradição quanto a tudo o que sustentamos até aqui. Sigamos então, às considerações analíticas de *Serpent Boa* e “Jiboia”.

No texto de origem há em funcionamento um nome que designa o animal em língua francesa, *Serpent Boa*. Ao verificarmos tal expressão observamos que há aí uma relação de aposição pela qual a palavra *serpent* está em relação com o

termo *boa* e produz uma “formação nominal”, um nome que significa o tipo de *serpente* sobre a qual se fala. Este modo de relação faz com que *boa* determine serpente de uma maneira tal que *boa* incide em serpente significando como uma serpente específica e não outra. Dessa maneira, a formação *serpent boa* coloca a serpente num lugar específico das espécies de “cobras” existentes e não em outro ou de um modo genérico.

Assim, o enunciado ao se dar no acontecimento recorta um memorável que o faz significar no presente algo diferente de uma qualidade de um modo genérico como sendo apenas uma “cobra”, *serpent*. O termo *boa* recorta uma história enunciativa que significa uma espécie de serpente não venenosa e conhecida como “constritora”, um tipo de “cobra” que esmaga sua presa asfixiando o animal até a morte para depois o engolir inteiro, sem mastigar. Na língua de origem do texto a expressão *serpent boa* pode ser parafraseada por *boa constricteur*, como se vê:

(LF) 1 - *Ça représentait un **boa constricteur** qui avalait un fauve. Voilà la copie du dessin.*

Esta paráfrase é suficiente para substituir a expressão de origem *serpent boa* e descrever seu sentido se um modo muito específico. O termo *boa* em *serpent boa* significa *serpent* como um animal da família Boidae, das “cobras constritoras”. Isso pode ser verificado, por exemplo, no verbete que apresenta o “enunciado definidor” do termo *boa* no dicionário de língua francesa:

Quadro Verbetes francês 1 (Le Petit Prince)

Le Robert & Cle International

Boa [...]. ■ *UN BOA: gros serpente d'Amérique du Sud, sans venin, qui étouffe sa proie dans ses anneaux. → anaconda. Les boas digèrent même les os des animaux qu'ils mangent.*

Tradução própria: "Boa [...]. ■ A BOA: grande serpente sul-americana, sem veneno, que sufoca sua presa em seus anéis. → anaconda. As boas digerem até os ossos dos animais que comem.

Quanto à formação *boa constricteur* verificamos seu funcionamento no espaço de enunciação da língua francesa:

La taille de ces reptiles et leur mode de chasse sont en partie à l'origine de la terreur quasi sacrée qu'ils inspirent. En réalité, les boas constricteurs, dont l'origine remonte à une époque précédant la séparation des continents terrestres, ne sont pas très dangereux, même si certains d'entre eux sont les plus grands serpents du monde⁷¹.

O tamanho desses répteis e seu método de caça são em parte a causa do terror quase sagrado que inspiram. Na verdade, as *boas constrictoras*, cuja origem remonta a uma época anterior à separação dos continentes terrestres, não são muito perigosas, embora algumas delas sejam as maiores cobras do mundo⁷².

Esteterechoqueapresentamosda [larousse.fr/encyclopedie](https://www.larousse.fr/encyclopedie) é apenas um exemplo para mostrar tanto o funcionamento do memorável quanto da expressão *boa constricteur* e da palavra *boa* em textos de língua francesa. Este é um modo apenas de se ancorar e sustentar o que dissemos acima, que

71 Disponível em: <https://www.larousse.fr/encyclopedie/vie-sauvage/boa/184833>.

72 Tradução própria.

a *serpent boa* significa de tal modo em virtude de recortar como memorável enunciações da ciência que significam no presente do acontecimento que a *serpent* da obra *Le Petit Prince* pertence à família *Boidae* ou, *Boa* e traz os perigos de sua ação, que o memorável significa.

Vejamos agora o texto produzido em língua portuguesa do Brasil. Há, de fato, uma particularidade singular na relação entre os textos em língua francesa e portuguesa. É notável que a formação de origem é retomada no espaço de enunciação do português brasileiro por uma espécie de condensação que se dá pelo acontecimento de um nome formado por uma única palavra e sem um elemento designador de espécie (família) da serpente: “Jiboia”.

Assim, resolvemos realizar duas buscas em dois dicionários, um etimológico e outro do vernáculo corrente da língua portuguesa do Brasil⁷³. Começando pelo dicionário etimológico de Nascentes (1955) este diz que “Jiboia” vem da língua Tupi *Yiboi*, sendo a palavra formada por *y* – pronome; *i* – árvore ou água; e *mboi* – cobra, formando um enunciado do tipo “cobra d’água ou de pau” (p. 284). Já no Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (2009), apresenta o termo como também sendo de origem da língua Tupi, *Yi’mboya*, contudo, indica ao mesmo

73 Apesar da importância dos dicionários tanto como instrumento de conhecimento de uma língua, quanto para a formação também de uma língua sujeita a variações e mudanças em seu devir histórico, a produção dos sentidos quando considerada a partir do lugar teórico e analítico da Semântica do Acontecimento (GUIMARÃES, 2002), não se dá como estabilizada como na lexicografia. Portanto, tomaremos os dicionários como “meios”, instrumentos para atingirmos um fim.

tempo, que “Jiboia” é também o nome que se dá a uma planta “semi-herbácea, [...], da fam. das aráceas, com folhas ovadas ou oblongas [...]” (p. 1132), e, apresenta ainda, outros nomes para a mesma planta como “erva-do-diabo” e “jiboia-verde”. Vejamos o verbete definidor em um quadro do enunciado lexicográfico de “Jiboia”:

Quadro Verbetes português brasileiro 1 (O Pequeno Príncipe)

“Dicionário Houaiss da língua portuguesa”

jiboia \ó\ s.f. [...] **1** grande serpente arborícola da fam. dos boídeos (*Boa constrictor*), encontrada do México ao Norte da Argentina, com até 4 m de comprimento e dorso amarelo, castanho ou cinza, com manchas ovais avermelhadas; cobra-de-veado, suaçu [Alimenta-se de mamíferos, aves e répteis, que são mortos por constrição.] **2** ANGIOS planta semi-herbácea [...] da fam. das aráceas, com folhas ovadas ou oblongas, coriáceas, grandes e variegadas de branco e amarelo na página superior das plantas idosas [...] ETIM tupi yí mboya [...].

Com certeza a definição de “jiboia” enquanto um termo que nomeia uma planta não nos serve enquanto tal. Entretanto, o caráter polissêmico da palavra nos interessa em virtude de estarmos aqui lidando com uma relação de tradução pela qual um texto reescreve o outro por substituição mimética. Deste modo, temos que “jiboia” retoma *serpent boa* como uma serpente constritora e não enquanto uma planta designada pelo mesmo nome.

Podemos ainda observar que o “enunciado definidor” do verbete inscrito no dicionário de língua portuguesa, o sintagma *boa constrictor* aparece funcionando entre parênteses o que significa, neste acontecimento, a designação da espécie da serpente de uma maneira geral. Ou seja, a nomeação tem como memorável específico a ciência. Assim, é possível a construção da seguinte paráfrase a partir do verbete lexicográfico:

(LP) A Jiboia é uma serpente que pertence à espécie *Boa constrictor*.

O termo que nomeia a cobra em português brasileiro tem uma relação com o nome científico da espécie da serpente e, como a reescrituração de *serpent boa* se dá por “jiboia” no espaço do português brasileiro, os limites polisêmicos do termo se encerram pelo próprio procedimento de reescrituração, pelo qual a expressão em francês atribui ao termo que o reescritura algo que o significa como uma “serpente” e não enquanto uma espécie de “planta”. E o que é interessante aqui é que a reescrituração coloca em relação a língua francesa, a língua portuguesa e uma língua que “diz”, que “esta ali” mesmo não estando que é a língua Tupi. Ou seja, a tradução de uma língua para a outra se dá por um outro litígio que se instala no espaço de enunciação da língua portuguesa do Brasil, onde há uma relação pela qual a língua indígena funciona, de certo modo, no léxico do português brasileiro significando uma “serpente constrictora”. Com isso, temos que a língua francesa entra em relação com a história enunciativa da língua portuguesa do Brasil e, em certa medida, com a língua Tupi que é constitutiva dessa história e

é apagada por um processo de semiotização⁷⁴ de uma língua de tradição oral em uma escrita ocidental e passa a funcionar significando uma espécie de cobra muito comum no Brasil.

E isso faz significar diversamente pela configuração do espaço de enunciação. Ao tomarmos o enunciado francês *serpent boa*, este recorta como memorável específico do acontecimento enunciações pertinentes à produção científica – de modo mais particular as ciências biológicas –, enquanto que, tomando o acontecimento de tradução no espaço de enunciação do português brasileiro, o termo “jiboia” recorta memoráveis díspares à sua história enunciativa. Observamos que em um primeiro momento, a palavra ao se dar enunciativamente instala como sua história a marca do litígio ocorrido entre o léxico do português do Brasil e a língua indígena tupi. Dessa maneira, “jiboia” ao se dar em enunciados produzidos em português brasileiro não recorta historicamente aquilo que significa em língua indígena, mas sim, o fato de uma relação tal que elementos de língua indígena funcionam pela

74 Somos tomados aqui por aquilo que diz Benveniste (2014) quando este diz: “A escrita foi sempre e por toda parte o instrumento que permitiu à língua semiotizar a si mesma” (Idem, p. 155). Isso significa dizer que a língua é um sistema de caráter significante, e até este instante o único sistema desse tipo, que tem a capacidade de descrever a si mesma, ou seja, a língua é um instrumento capaz de se “auto-representar”. [3 de março de 1969 – Aula 12]. Com isso o que buscamos dizer é que uma língua de tradição oral como a língua Tupi é capaz de ser afetada por uma representação desenvolvida por uma outra língua que, além da capacidade oral, desenvolveu a capacidade da escrita. E, dessa maneira, ao se sobrepor, seja pelo poder político ou da força, a uma outra língua, faz com que aquela língua de tradição somente oral signifique de outro modo, signifique pela representação gráfica também. Pode-se até mesmo pensar num processo de “mimetização do som pela escrita (grafia)”, processo pelo qual o discurso, a enunciação, é “apresentada” por um novo modo de funcionamento que é a própria escrita.

regularidade linguística do português a partir de um domínio no espaço de enunciação.

Assim, “jiboia” significa *serpent boa* a partir de um litígio instalado no espaço de enunciação do português do Brasil entre a língua institucionalizada, o próprio português, e a língua Tupi, que funciona nesta relação pela história enunciativa da língua no espaço de enunciação do português brasileiro.

Ainda, o termo “Jiboia” coloca em funcionamento uma trama semântica pela qual as relações sinonímicas são formadas por nomes como “cobra-de-veado” ou “suaçu” que são tipos de serpentes da família dos *boídeos*. E, desse modo, “Jiboia” é um nome que funciona como um hiperônimo, um termo genérico para todos os outros modos de designar esta espécie de serpente no espaço de enunciação do português brasileiro. Contudo, há ainda um outro tipo de relação para o qual devemos voltar nossa atenção quanto à formação da trama semântica pelas redes de sentidos consideradas no verbete em língua francesa e que veremos no verbete em língua portuguesa do Brasil.

No enunciado que apresenta a definição de *Serpent Boa* em francês, há no verbete da palavra-entrada Boa uma relação sinonímica deste tipo de “cobra/serpente” com o termo Anaconda. Esta palavra, tomada em separado no dicionário de língua francesa apresenta a seguinte definição:

Quadro Verbetes francês 2 (Le Petit Prince)

Le Robert & Cle International

Anaconda [...]. ■ *UN ANACONDA: grand boa d'Amérique du Sud. Les anacondas étouffent leurs proies avant de les avaler.*

Tradução própria: “Uma Anaconda: grande serpente da América do Sul. As anacondas sufocam suas presas antes de engoli-las”.

No entanto, o verbete de “Jiboia” no dicionário de língua portuguesa do Brasil não apresenta em sua trama este tipo de relação sinonímica. E, se tomarmos o verbete de “anaconda” no dicionário Houaiss (2009), teremos que:

Quadro Verbetes português brasileiro 2 (O Pequeno Príncipe)

“Dicionário Houaiss da língua portuguesa”

Anaconda s.f. [...] m.q. *SUCURI* (*Eunectes marinus*) ETIM tâmul *ānai-konda* ‘o que mata elefante’ ou cingalês *henakandayā*, cf. ing. *anaconda*.

É possível observar que no verbete da língua portuguesa do Brasil, o nome “Anaconda” instala uma relação sinonímica com “sucuri”, outra espécie de cobra muito encontrada na América do Sul. Ao mesmo tempo, é possível verificar que “Anaconda” é reescriturada por expansão/definição por “o que mata elefante”, o mesmo animal que é desenhado e apresentado pelo garoto de seis anos no livro “O Pequeno Príncipe”. Por outro lado, ao considerarmos o elemento lexical “sucuri” como palavra-entrada no mesmo dicionário, temos:

Quadro Verbetes português brasileiro 3 (O Pequeno Príncipe)

“Dicionário Houaiss da língua portuguesa”

Sucuri s.f [...] 1 serpente da fam. dos boídeos [...], encontrada do Norte da América do Sul até a Bolívia e Paraguai, de coloração marrom, verde ou olivácea, com grandes manchas pretas arredondadas; é a maior serpente do mundo, podendo alcançar cerca de 10 m de comprimento, e vive à beira da água ou mergulhada em rios e lagoas, onde se alimenta de vertebrados de tamanhos variados, que são mortos ger. Por constricção [sin.; anconda, arigboia, boiaçu, boiçu, boiguaçu, boioçu, boitiapoia, boiuçu, boiuna, sucuriju, sucurijuba, sucuriú, sucuruju, sucurujuba, vborão] [...]. ETIM tupi *suku'ri* [...].

Ao observarmos os “enunciados definidores”, tanto de “jiboia” quanto os de “anaconda” e “sucuri”, verificamos alguns aspectos em comum: tanto “Jiboia” quanto “sucuri” são serpentes; pertencem à mesma família “boídeos”; assumem comportamentos muito parecidos quanto à captura e o modo como engolem suas presas; não são venenosas; e são serpentes consideradas “grandes”, mesmo sendo a “sucuri” uma serpente que pode chegar até 10 metros de comprimento. Entretanto, ainda que as serpentes tenham hábitos e características muito parecidas, não se pode dizer que a tradução se dá por um erro ou por mero e simples engano ou confusão. Vejam, o termo *Anaconda* funciona no verbete de língua francesa como um sinônimo a *Serpent Boa*, como um animal que pertence à mesma família, a saber, “boídae”, ou, *grand boa* (grande boa/serpente). Portanto, mesmo estando em uma relação sinonímica, *Serpent Boa* e *Anaconda*, no espaço de enunciação da língua francesa, pelas diferenças que se instalam, não se pode dizer que *Serpent Boa* significa o mesmo que *Anaconda*. Do mesmo modo, pelas diferenças existentes entre os nomes que identificam e significam a serpente no espaço de enunciação do português brasileiro,

não se pode dizer que “Jiboia” signifique o mesmo que “sucuri”. Vejamos isso por um jogo parafrástico de reformulações:

(LP’) A jiboia é uma serpente da família boídae;

(LP’’) A sucuri é uma serpente da família boídae.

Por estas duas parafrases é possível de se verificar que tanto a “jiboia” quanto a “sucuri” são serpentes que pertencem à mesma família. Por outro lado, vejamos as duas outras reformulações:

(LP’’’) A jiboia é uma sucuri;

(LP’’’’) A jiboia é uma anaconda.

Os enunciados (LP’’’) e (LP’’’’) não são sinônimos e não são parafrases de (LP’), na mesma medida, e, também, não são suficientes para se dizer que pela relação entre *Serpent Boa* com *Anaconda* no espaço de enunciação da língua francesa e pela história enunciativa da mesma língua, estes termos signifiquem, no acontecimento de tradução, uma relação de sinonímia entre “jiboia” e “sucuri”. Dessa maneira, a tradução mostra-nos que as correspondências entre as línguas distintas em relação não são construídas por uma relação empírica, intencional ou formalista (referência/verdade), mas, por aquilo que o acontecimento instala como diferença própria e específica, ou seja, a temporalidade, a história. Portanto, não se trata apenas de dizer aquilo que a língua é, ou, aquilo que é pela língua; mas sim, dizer aquilo que a língua significa quando posta em funcionamento pela enunciação em sua relação com

a história e com o falante que enuncia. Assim, o tradutor é um ser de linguagem tomado pelas duas línguas ao mesmo tempo, no presente da tradução, pelas línguas francesa e portuguesa do Brasil, e é agenciado por modos específicos em cada um dos espaços de enunciação. Portanto, o que esta tradução “diz” é que *Serpent Boa* é uma “Jiboia”, um litígio no espaço de enunciação global que significa por um outro litígio, aquele entre o português brasileiro e a língua indígena tupi, que na relação com o português levou o português a ter *jiboia no seu léxico*. Ou seja, significa por uma resistência de funcionamento da língua tupi no espaço de enunciação do Brasil.

Por outro lado, esta resistência significa também num espaço de enunciação global pelo movimento da operação de tradução que faz com que uma formação nominal produzida em língua francesa, *Serpent Boa*, seja predicada pelo funcionamento da língua indígena. Dessa maneira, há um alocutor-autor francês que enuncia o texto de origem, e há, no acontecimento de tradução, um alocutor-leitor-tradutor-autor que traduz o texto do francês para o português brasileiro enquanto tomado pelas duas línguas em relação e enuncia “Jiboia”. Ao enunciar como enuncia, o alocutor-leitor-tradutor-autor mostra que há um outro lugar social do dizer naquilo que enuncia, ou seja, um alocutor-indígena que fala em sua fala, o alocutor-leitor-tradutor-autor faz conhecer um outro lugar do dizer que coexiste em sua fala, ou seja, que diz “junto” com ele no presente da enunciação (tradução). Dessa forma, podemos dizer que há neste caso uma relação na constituição da cena enunciativa do texto traduzido

pela qual o Enunciador do texto em língua portuguesa do Brasil alude um outro Enunciador que enuncia em língua tupi.

E o que nos leva a dedicar um tempo a esta análise é o fato de que esta operação de tradução não se dá por uma simples relação entre línguas distintas num espaço de enunciação global que pelo procedimento de reescrituração se dá a partir de um movimento em duas direções de atribuição (predicação) de uma língua à outra. Não estamos aqui a dizer que as análises anteriores são simples e vazias de “conteúdo”. Mas, existem questões em certas traduções que se verificam como aquilo que se marca por uma “sensibilidade” maior na relação entre línguas. Ao tomarmos a relação entre *Le Petit Prince* e “O Pequeno Príncipe”, há um momento no texto no qual não se movimentam apenas semelhanças e diferenças entre o francês e o português brasileiro, mas, esta tradução marca um movimento de distribuição e disputas de línguas no espaço de enunciação do português do Brasil entre o português brasileiro – língua oficial do Estado – e a língua indígena (tupi) que marca sua resistência neste espaço de enunciação pelo funcionamento do termo “Jiboia” nomeando a serpente.

E isso é o que se faz interessante. Mesmo que transversalmente, há uma relação entre a língua de origem do texto, o francês, com a língua indígena tupi, pelo funcionamento desta palavra no texto produzido em português brasileiro. Portanto, ao se dar o acontecimento de tradução há um Locutor que desconhece quem fala em sua fala e este é tomado não por uma ou duas línguas, mas três línguas em relação no

momento mesmo em que é agenciado por um lugar social: a língua francesa, a língua portuguesa do Brasil, e a língua tupi. Ao enunciar desse modo, o texto em língua portuguesa do Brasil recorta como memorável direto seu o texto de origem significando “Jiboia” no presente do acontecimento como uma “serpente da família boa/dos boídeos”, contudo, ao se dar, a enunciação do texto produzido em português brasileiro, há um outro memorável que significa no presente do acontecimento, as relações de litígio, de disputa no espaço de enunciação do Brasil entre o português e a língua tupi.

Há, contudo, um outro litígio instalado neste acontecimento de tradução que não apenas está marcado pela relação entre as línguas portuguesa do Brasil e tupi pelo funcionamento do termo “Jiboia” como reescrituração de *serpent boa* do francês. E este litígio se faz no movimento de configuração de um espaço de enunciação global que se configura de um modo diferente das análises anteriores. Se naquele momento, do preâmbulo da Carta da ONU, o embate se caracterizou pela divisão entre o que chamamos de “línguas centrais”, línguas oficiais e do poder constituído social e historicamente, e “línguas periféricas” que de um certo modo se instituem como que subsidiárias daquilo que se diz pelas “línguas centrais” no âmbito da ordem e do poder internacionais, aqui esta distinção entre “centro” e “periferia” se caracteriza nem tanto pelo poder, mas, pelo desenvolvimento cultural e pela produção sócio-histórica pertinente a umas línguas e não a outras. O espaço de enunciação global é assim decisivamente modelado pela

história das produções e das traduções – relações linguísticas – em um limite tal que não se faz somente pelo caráter da oficialidade institucional das línguas, mas pela própria historicidade linguística e da tradução.

Um aspecto pertinente que ainda devemos mostrar aqui, assim como no final das análises dos preâmbulos da Carta das Nações Unidas, é o aspecto de que o texto da obra de *Le Petit Prince*, pode trazer como memorável específico, como história que compõe seu acontecimento, um lugar particular de produções literárias ao público infanto-juvenil tomando para si o próprio lugar da produção de um tipo de “literatura fantástica” e que acaba por fazer circular uma reflexão quanto aos “valores” que muitas vezes são deixados de lado à medida que crescemos, nos tornamos adultos. É o espanto de um garoto em relação às incoerências e contradições dos adultos. Por outro lado, esta história constitutiva da obra se movimenta no texto traduzido para a língua portuguesa que toma o texto de origem como seu memorável específico e direto. Contudo, as especificidades do texto produzido em português do Brasil têm uma historicidade particular quando faz “emergir” o litígio existente no espaço de enunciação do Brasil entre a língua portuguesa e a língua indígena (tupi), ou melhor, entre falantes do português brasileiro e falantes da língua indígena.

E tal litígio só é possível de se observar a partir da configuração da cena enunciativa que permite-nos verificar a dinâmica dos lugares do e de dizer na enunciação. No acontecimento de tradução que considera a relação entre o texto

de *Le Petit Prince* e “O Pequeno Príncipe” é também possível observar uma certa divisão entre “centro” e “periferia” na distribuição das línguas num espaço global, porém, esta divisão é significada por um lugar diferente de litígio que não o da oficialidade ou pelo movimento do poder. Tal divisão se dá por uma particularidade intrínseca ao desenvolvimento histórico e social do globo, particularmente o desenvolvimento europeu.

Desde o início do Renascimento e do advento do humanismo filosófico e científico, além da invenção dos tipos móveis de *Gutenberg*, a Europa atuou como o principal centro cultural – literário/artístico –, político, econômico e científico do planeta, vindo a dividir este *status* com os Estados Unidos somente a partir de meados do século XX com o término da Segunda Guerra Mundial. E é neste devir social e histórico que a divisão entre “centro” e “periferia” muda de lugar no caso das traduções literárias passando a significar uma relação entre “produção/cultura” e “consumo”, do centro em direção à periferia, em que algumas línguas “produzem” mais que outras, e outras línguas “consomem” mais que outras. Tais diferenças estão diretamente ligadas àquilo que dissemos acima quando de um certo “desequilíbrio” linguístico no cenário internacional de divisão e distribuição das línguas. E é partindo de tais aspectos que podemos agora apresentar a configuração da cena enunciativa da reescrituração de *Le Petit Prince* – produzido numa língua central da cultura global – para “O Pequeno Príncipe” – produzido numa língua considerada periférica num mesmo cenário.

Já a produção e a tradução da obra *Le Petit Prince* movimentam interesses outrora díspares daqueles da política mundial. E isso, esta disparidade de interesses pode levar a tradução à significação de uma “transferência cultural” ou, “tradução cultural” (BURKE; PO-CHIA HSIA, 2009), movimentando assim a circulação de conhecimento global que pode girar em torno de interesses financeiros, editoriais (PYM, 2019), ou de desenvolvimento nacional colocando um Estado em dia com o desenvolvimento cultural de uma determinada época e lugar (BURKE; PO-CHIA HSIA, 2009).

E, ao considerarmos a tradução como uma reescrituração por substituição mimética, estes significados de “transferência cultural” ou de “tradução cultural”, passam a ser menos latentes do que se considerássemos a tradução apenas como um meio de “desenvolvimento nacional e cultural”. Neste conflito instalado pela disparidade de interesses quanto à tradução via perspectiva da reescrituração, o que há de fato é a instalação de um litígio no espaço de enunciação global que se caracteriza pelo funcionamento do político, onde uns tomam parte e outros não na partilha da estética do real pela língua. Ou seja, ao tomarmos a tradução por uma perspectiva enunciativa, há em funcionamento um aspecto central do espaço de enunciação que é uma distribuição desigual de papéis instalando “uma contradição no centro do dizer” (GUIMARÃES, 2002). Há, portanto, um desequilíbrio, uma desigualdade na distribuição no espaço de enunciação global onde umas línguas produzem mais, dizem mais, e outras línguas traduzem mais, “redizem”

mais significando na divisão desigual do real uma “afirmação de pertencimento” daqueles que não estão incluídos.

E por certas características gerais, podemos considerar que há um tipo de “falta” na configuração do espaço de enunciação global quanto a uma espécie de desequilíbrio entre as línguas em e de tradução. Um desequilíbrio sustentado justamente pelo funcionamento do político na linguagem que caracteriza o espaço de enunciação, e não por uma hierarquia de maior ou menor grau de importância. De um modo geral, se pode dizer que umas línguas “produzem” mais do que outras o que pode ser considerado, segundo Oustinoff (2011) manifestamente como “[...] a vitória do ‘Próprio’ sobre o ‘Estrangeiro’” (p.51). De modo geral, algo semelhante ao que vimos logo acima ocorre aqui ao tomarmos a um quadro da distribuição da tradução no espaço de enunciação global:

[...] a tradução representa apenas de 2 a 4% das obras publicadas nos Estados Unidos ou na Grã-Bretanha, enquanto representa 8 a 12% na França, em torno de 14% na Alemanha, chegando a 25% na Itália e a 39% no Brasil (p. 51-52).

Este aparente desequilíbrio marcado pela disparidade na relação entre o “próprio” e o “estrangeiro”, ou então, entre a “produção” e a “tradução” é marca inerente ao movimento e à histórica configuração do espaço de enunciação global. E tal disparidade inerente é significada pelo fato de que a distribuição desigual de papéis é caracterizada por ser o lugar “onde alguns podem fazer coisas” e outros não, o lugar onde uns produzem mais e traduzem menos e onde alguns produzem menos e traduzem mais.

Vejam, assim como dissemos que os sentidos produzidos na enunciação não são estáticos, a configuração de qualquer espaço de enunciação também não o é. E parte desta não estabilidade se dá em nossa era a partir do momento em que “[...] o inglês é, desde o final da Segunda Guerra Mundial, a língua mais traduzida no mundo” (OUSTINOFF, 2011, p. 52). É por meio de tais aspectos que pode se considerar que nem todas as traduções são iguais ou que significam simplesmente como meras traduções. Os movimentos e os embates na distribuição das línguas no espaço de enunciação global são caracterizados pelo político que funciona na linguagem, porém, os sentidos do político na/da língua, não são os mesmos em todos os acontecimentos, pois, as histórias nunca são as mesmas e o tempo já é sempre outro.

Já em relação à cena enunciativa da tradução de “O Pequeno Príncipe”, há uma relação entre o autor do texto de origem com a produção em língua de origem que, concomitante a isso, apresenta uma quebra da linearidade mostrando que o acontecimento de leitura, tradução e autoria se dá numa temporalidade distinta daquela do acontecimento de origem. E apresenta ainda, uma relação entre o falante leitor/tradutor/autor com o texto produzido em português brasileiro

Contudo, ao enunciar do modo como enuncia o alocutor-autor apresenta um *lugar de dizer* de Enunciador Individual, não somente por ser uma produção individual, mas pela responsabilidade sobre aquilo que se enuncia no texto. Observamos, então uma quebra de linearidade, como

apresentado no **capítulo 3**, que apresenta o acontecimento de leitura, tradução e autoria da tradução como em um outro momento, numa temporalidade distinta daquela do texto de origem. E, ao enunciar a partir deste lugar, enuncia um nome (enunciado) que se integra ao texto em português brasileiro como “jiboia”. Há ainda nesta configuração uma relação pela qual o alocutor-leitor/tradutor/autor significa como memorável um outro lugar social do dizer que é o de um alocutor-indígena. Isso mostra que o al-leitor/tradutor/autor ao enunciar “jiboia” no texto reescriturado, ele não diz “sozinho”; ele diz afetado pela história enunciativa constitutiva da língua pela qual é tomado, o português brasileiro, fazendo conhecer um dizer de outro lugar, que coexiste ao seu próprio dizer, ou seja, um alocutor-indígena que enuncia *Yi'mboia*, significando um litígio, uma disputa entre línguas e falantes no espaço de enunciação do português do Brasil e fazendo emergir aspectos da língua tupi para o espaço de enunciação global numa relação com o texto de origem em língua francesa.

Vejam que há nesta operação de tradução da obra *Le Petit Prince* para “O Pequeno Príncipe” um sentido de resistência da língua indígena constitutiva da história enunciativa do português brasileiro que se faz mostrar pela tradução. Ao enunciar “Jiboia” o alocutor-leitor/tradutor/autor enuncia esta resistência de alguém que fala em sua fala, pois, a tradução é uma operação que relaciona línguas num espaço de enunciação. E o funcionamento de “Jiboia” no texto produzido em língua portuguesa do Brasil é marca da afirmação da igualdade, de pertencimento da língua indígena ao lugar “das línguas”, é a manifestação do pertencimento da língua indígena ao mundo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todas as línguas têm seus falantes que as enunciam por modos específicos ao serem tomados no espaço de enunciação por modos também particulares. Portanto, não há como se sustentar que uma língua “diz mais” que a outra, ou, que uma língua “significa mais” que a outra. Assim, o que ocorre na relação entre o texto de origem e a reescrituração por substituição mimética daquele, é uma operação que o texto que se dá como tradução, tal como já dissemos, é um acontecimento distinto em relação ao texto em outra língua, que retoma o texto de origem por outra maneira de se enunciar e por outra temporalidade que se instala em cada um dos acontecimentos. Isso significa dizer que os textos que reescreveram aquele de origem o recortam como memorável produzindo uma atualização temporal dos sentidos. E, é assim que a *mímesis* funciona pela reescrituração, como uma “apresentação do novo” pela aproximação e produção das semelhanças que instalam as diferenças pela substituição.

Como elemento de discussão em certos pontos de nossas análises apresentamos o aspecto da “diferença” que se instala por uma relação com a semelhança. A diferença produz seus efeitos. Contudo, tal princípio, da diferença, não se limita apenas ao aspecto do “ser diferente”, seria pouco elucidativo e insuficiente. Ainda, não buscamos aqui tratar da proposição

que corre para os abismos de se pensar sobre “a diferença da diferença”, mesmo que haja aí algo de interesse filosófico. Ela vai além e atinge níveis que transcendem o elementar e o essencial, que faz parecer que “tudo é diferença”, que “não há igualdade” nem nos menores elementos em absoluto.

A diferença se instala justamente em virtude de uma temporalidade que quebra um *continuum* que segmenta um espaço tempo em direção ao infinito e permite, até mesmo, a produção de uma diferença teórica, de pontos de vista. E então chegamos onde gostaríamos: a diferença não está somente nos aspectos estruturais, semânticos e enunciativos dos textos. Está também, a diferença, nos modos como consideramos a operação de tradução neste espaço de relações. Ela vai para além da “matéria”, do “objeto”; ela se propaga e se deixa ser tomada pelas especificidades constitutivas de cada olhar. E é este “olhar diferente” que buscamos sustentar aqui, um olhar via uma perspectiva enunciativa da tradução. Aí está a principal diferença deste estudo.

E este novo olhar se funda naquilo que se desenvolve como um dos pilares analíticos e descritivos da semântica enunciativa que é o procedimento de reescrituração. Dessa maneira, nos permitimos cultivar as sementes de um novo “olhar” sobre a tradução, o que se dá em virtude de considerarmos a reescrituração significando a tradução diferentemente de outros paradigmas e maneiras já postos de significá-la. O que buscamos foi definir a tradução caracterizando seu funcionamento enunciativo específico (reescrituração por substituição mimética).

E ao fazer isso é inevitável que se reconheça que o fundamento de tudo está num processo que, ao buscar o semelhante, instala necessariamente diferenças significando-as como o mesmo: um texto enquanto tradução de outro busca sempre “dizer o mesmo” em outra língua, busca “ser o mesmo”, ainda que não o seja pela própria diferença instalada.

Dizer que a tradução é uma “reescritura” não se faz novidade; do mesmo modo dizer que a tradução é uma prática que se faz como “diferença”, também não é novidade. Ainda, relacionar a prática da tradução com a da “imitação” – “tradução como imitação” –, também não é algo novo, aliás, muito debatido e criticado. Mas, dizer que a tradução é uma operação de linguagem significada por se dar pelo procedimento de reescrituração nos moldes construídos por Guimarães, isso é novo. A reescritura comumente tomada como tradução por autores diversos – e de fato como um modo de se instalar uma certa sinonímia com a operação – não produz o mesmo sentido de funcionamento que a reescrituração tomada numa perspectiva enunciativa. Da mesma maneira, tomar a tradução via uma sustentação de uma prática mimética no e pelo procedimento de reescrituração não significa do mesmo modo como a imitação da Renascença (e do Período Moderno).

Portanto, ousamos ainda dizer que a tradução não se significa apenas por ser a “prática da/de uma diferença”, mas que a tradução é uma operação que se dá “[Na] diferença”. Uma diferença que é significada pelo distanciamento linguístico entre os textos e que só se instala pela semelhança posta por

uma aproximação “do dizer”, daquilo que se enuncia em um e daquilo se enuncia em outro. E tal semelhança só opera em virtude do funcionamento da *mímesis* como “força produtora”, mas não como “primeiro motor” ou como um “segundo” em relação a um primeiro. É “força produtora” ao funcionar pela substituição de algo que não se apresentava antes em um lugar. E, a substituição mimética não se dá a partir de um “modelo” anterior apagando-o ao ser substituído.

Foi isso que buscamos mostrar e sustentar ao analisarmos os textos que tomamos e verificamos. Contudo, cada um dos materiais selecionados em nossa sondagem tem um caráter particular pela história constitutiva de seu funcionamento e de sua produção. Ou seja, não são textos pelos quais a prática da tradução opera do “mesmo jeito”, mas, textos que constroem tanto o imaginário social quanto a circulação de conhecimento por caminhos específicos, obedecendo um certo tipo de ordem própria de circulação num espaço de enunciação global. Assim, ao colocarmo-nos a observar o Preâmbulo da Carta da ONU produzido em sua língua de origem, o inglês, e suas traduções, somos (fomos) de pronto levados a considerar que este é um tipo de texto que de certo modo se constitui por um “padrão” de seu funcionamento no espaço global das relações internacionais.

E é aí que está o sentido desse tipo de produção de origem e suas reescrituras para outras línguas. Esta padronização com maior rigidez interpretativa e que exige um “grau” maior de conformidade entre aquilo que se diz e aquilo que se

rediz não se dá apenas como a circulação de conhecimento. Há nisto a produção de sentidos de constituição e de manutenção de uma ordem, de um padrão a ser seguido. Há nisto uma divisão tal que as línguas são distribuídas num espaço de enunciação global pelo movimento do poder e que acaba por instituir um certo tipo de “modelização” do centro em direção à periferia. Isso foi o que mais nos chamou a atenção quando selecionamos este tipo de texto para nossas análises. Não apenas o fato de ser uma tradução que se dá em direção a várias línguas do globo; mas o fato de ser um texto que, além de exigir uma espécie de rigidez enunciativa (interpretativa), instala uma diferença na ordem política do globo entre “línguas centrais” e “línguas periféricas”. Contudo, devemos lembrar aqui que a ordem da “padronização” e da “rigidez” segue numa direção distinta da ordem da produção dos sentidos. Os sentidos não são padronizados ou estabilizados, os sentidos serão sempre moventes, e foi isso, também, que nos chamou a atenção ao tomarmos este tipo de material para nossas análises.

E com isso é possível observar não apenas a manutenção de uma certa ordem, mas, a instalação de uma normatividade que divide o real de modo a instituir, pela língua, pelo funcionamento da língua num espaço dividido, aqueles que tomam parte, que podem fazer e dizer certas coisas e outros não. Ou seja, há um movimento pelo qual a *mimesis* ao significar o procedimento de reescrituração por substituição signifique, também, aquele que tem a “periferia” como seu próprio lugar em relação àqueles

que ocupam o “centro”. Esta “rigidez” da qual falamos identifica no real esta divisão pela normatividade institucional que acaba por significar um tipo de instrumento de controle do centro em direção à periferia, controle que significa, de um certo modo, algo como quem diz inclusive como o “outro” deve dizer.

Não apenas isso, as análises das traduções via nossa perspectiva permitiu-nos observar uma diferença pela produção dos sentidos que toca em assuntos sensíveis às discussões sociais e que circulam pelo globo que são, por exemplo, a “luta”, (resistência) das mulheres por um espaço igual ao dos homens no cenário político, social e econômico. Enquanto que, no preâmbulo da Carta da ONU, em língua de origem se enuncia *fundamental human rights*, em línguas de tradução se enunciam expressões do tipo *derechos fundamentales del hombre*, *droits fondamentaux de l’homme* e “direitos fundamentais do homem” instalando no centro do dizer (do acontecimento de tradução) o litígio na configuração do espaço de enunciação global pelo funcionamento do político na e pela linguagem.

Por outro lado, ao voltarmos nossa atenção para a obra de *Le Petit Prince*, pudemos observar um tipo de texto que se constitui por um modo de produção que parte da imaginação individual e que movimentava todo um imaginário global. Uma obra literária não se restringe a uma forma rígida como um texto produzido por uma organização internacional de Estados soberanos, e que visa atingir um tipo de ordem global nas relações internacionais. Um texto literário não se apresenta a partir de um lugar de “disputa” pelo poder empírico na direção

de “eu mando e você obedece”; ele segue numa direção que há sim uma divisão de poder pela qual em algumas línguas há mais produções que “necessitam” ser traduzidas e em outras não. Ou seja, um texto literário hoje, colocando-nos fora de qualquer lugar de crítica, tem sua produção de origem e a produção de suas reescrituras (traduções), atravessados por uma divisão que se dá a partir do lugar do poder econômico, étnico e cultural.

Não diremos aqui que existe um processo que se dá via uma “transmissão cultural” que, como resultado, tem um aspecto de “enriquecimento cultural”. Nosso trabalho não é antropológico e nem mesmo sociológico – apesar de ter a consciência de que tais lugares atravessam a produção dos sentidos em certos casos específicos –, mas linguístico, um trabalho de observar a linguagem e os sentidos nela produzidos. Uma tradução de um texto literário, e até científico, não se instala, para nós, como uma “transmissão” ou “transferência” gerando “enriquecimento” de uma língua e uma cultura; uma tradução deste tipo de texto produz sentidos que seguem na direção de “circulação de conhecimento”, de “conhecimento” da obra que se apresenta em uma língua e, se apresenta também em outras línguas; de conhecimento do mundo – o mesmo ocorre com os textos do preâmbulo da Carta da ONU, mas, por outros modos de circulação –, do mundo que nos cerca, do mundo no qual vivemos.

Há no procedimento de reescritura por substituição mimética a instalação e o funcionamento de um litígio, a partir do qual as línguas operam dizendo e redizendo por seus modos

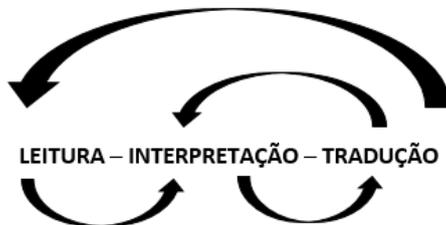
particulares, produzindo sentidos e significando o mundo por modos também específicos. As línguas via força produtora da *mimesis* apresentam as diferenças em virtude da operação de reescrituração de um texto por outro que, por seu turno, não segue a um ad infinitum pela força da temporalidade que quebra a sequência e permite sempre o novo, sempre a atualização dos sentidos no acontecimento. E é exatamente por isso que no lugar de *United Nations* se pode dizer *Nations Unies*, *Naciones Unidas* e “Organização das Nações Unidas”; do mesmo modo, é por isso, também, que no lugar de *Le Petit Prince* é possível enunciar “O Pequeno Príncipe”. É ainda, nesta direção que *serpent boa* é substituída por “jiboia”; ou que *human person* ou *personne humaine* podem ser substituídos por “ser humano”, e produzir, na dupla via da reescrituração, uma certa identidade pelo funcionamento próprio da língua, e movimentar o relevo de sentidos em cada espaço de enunciação particular, para cada leitor tomado por uma língua específica, significando o mundo de uma maneira e não de outra.

E, em relação a tudo o que dissemos acima há um gesto que tem importância central em nossas análises e em torno das discussões sobre a tradução que é o gesto da interpretação. Observamos que há possibilidade de aproximação entre os textos analisados que os direcionam a um lugar que se busca sempre dizer o “mesmo”. O tradutor ao ser tomado pela língua inglesa no acontecimento de leitura do texto de origem da Carta da ONU e pela língua francesa no texto de origem de *Le Petit Prince*, “lê” aquilo que se diz em inglês/francês e é agenciado pelas sistematicidades da língua para a qual se

traduz, reduzindo assim os distanciamentos e as diferenças pelo funcionamento da semelhança. É neste momento que o gesto interpretativo abre caminhos na leitura e leva a figura do tradutor a enunciar de um modo e de outro não, pelo aspecto decisivo do agenciamento do falante em figura enunciativa.

As maneiras de se enunciar pelo agenciamento do falante nos espaços de enunciação se limitam às possibilidades histórico-enunciativas da língua de tradução e os sentidos são produzidos no acontecimento enunciativo da reescrituração por substituição mimética. É, portanto, na esfera da dinâmica da leitura/interpretação/tradução que o princípio da produção do “novo”, do “diferente” pelo funcionamento da *mímesis*, funciona.

Na relação entre os textos produzidos em línguas diferentes, o alocutor-leitor/tradutor/autor é uma figura enunciativa agenciada na organização de um espaço de enunciação global como aquele tomado pelas particularidades de cada uma das relações específicas. Dessa forma, a interpretação se faz como parte constitutiva do acontecimento de leitura e da operação de tradução. E, por conseguinte, se dá um funcionamento tal que se estabelece um procedimento pelo qual as relações se produzem e se aproximam, como se verifica no esquema abaixo:



A partir desse esquema apresentado podemos verificar que há um movimento que parte do acontecimento de leitura para a interpretação. Ao mesmo tempo, existe também um movimento que parte da interpretação em direção à tradução. Contudo, não é este um movimento que se dá em uma direção única e sem limites. O acontecimento enunciativo pelo qual se dá a tradução instala sempre uma espécie de “retorno”, ou seja, é um acontecimento que traz em seu funcionamento uma relação direta com aquilo que se lê e com aquilo que se interpreta. Com isso, o que se verifica é que a interpretação não é uma prática pela qual se percebe o mundo vivido, mas sim, uma prática pela qual se observa o “mundo significado” no funcionamento da língua pela linguagem, pelo acontecimento enunciativo. Interpretar não é “reproduzir sentidos”, interpretar é considerar, no acontecimento de leitura, a produção dos sentidos de um texto e como este significa, identifica o real.

Neste processo de identificação/significação o leitor enquanto agenciado por duas línguas distintas “interpreta” pelos modos como é agenciado/tomado pelas próprias línguas. Há nesta relação um aspecto de *desapropriação* e *apropriação* na relação entre **texto** – leitor/tradutor/autor – **texto**. No entanto, assim como não há restituição dos sentidos como que se estes estivessem “soltos” em algum lugar como que vagando em um espaço de “sentidos perdidos”, do mesmo modo não encontramos subsídios suficientes para que se possa sustentar que a interpretação seja uma prática de “extração” dos sentidos de uma palavra, uma expressão ou um texto como se estivéssemos desencapsulando sentidos “presos” de um termo.

Vimos que, ao se dar, a *apropriação*, ao mesmo tempo desapropria o autor do texto de origem e da língua de origem “criando” um novo texto, em outra língua, por um outro autor, o autor da tradução. E este é um movimento que se dá pelas línguas em relação e não pela intenção do tradutor. Tal movimento só se faz possível pelo acontecimento de leitura e pelo funcionamento da interpretação nesta leitura. Ainda, *desapropriação/apropriação* são movimentos que operam em conjunto com a interpretação de um texto quando este é posto numa relação de tradução como reescrituração. Desapropriar e apropriar são aspectos que operam pelo princípio *mimético* da tradução quando numa retomada que substitui um texto pelo outro.

Temos então que, quando observamos o quadro que construímos para as análises do preâmbulo da Carta das Nações Unidas, as diferenças não se dão apenas pelas regularidades linguísticas específicas pelas quais cada Locutor (L) é tomado, mas, ainda de um modo muito particular, pelas possibilidades interpretativas e enunciativas específicas que cada língua no espaço de enunciação impõe como um “limite” para aquilo que é enunciado pelo tradutor. E isso ocorre também nas relações quando tomados os textos de *Le Petit Prince* e de “O Pequeno Príncipe”. Contudo, os limites da interpretação se dão pela especificidade da temporalidade do acontecimento que “põe aos olhos” a história enunciativa de uma língua.

A tradução enquanto uma reescrituração, é uma aproximação reduzindo o distanciamento instalado pelas diferenças. Ao “ler” um texto o leitor/tradutor/autor o interpreta e busca,

nas possibilidades disponíveis, redizer por um outro texto aquilo que se disse no texto de origem, porém, por um modo que a língua de chegada lhe permite dizer, e de modo a significar o segundo texto como sendo o primeiro.

Podemos sustentar, por tudo o que dissemos até aqui, e de maneira não forçada, que a tradução é uma operação de linguagem que coloca em relação línguas distintas significadas por se dar, no espaço de produção de nosso lugar teórico, como um procedimento de reescrituração por substituição mimética. Isso sem dúvida. Apresentamos descrições e análises do funcionamento deste tipo de operação linguística como meio de sustentar nossas hipóteses e afirmações, mas, e sempre haverá um “mas”, não podemos nos dar por satisfeitos; não estamos lidando com um tipo de ciência que se caracteriza por ser exata e acabada por absoluto. Os seres humanos estão sempre a falar e a produzir por e pela língua, ou melhor, por e pelas línguas; estão sempre a tomar as palavras e enunciar pelos modos como são tomados e agenciados em cada espaço de enunciação; e, por fim, estão sempre em busca de respostas por seus anseios, sejam quais forem, por suas curiosidades, científicas ou não, e em busca de compreender o lugar onde vivem, conosco não seria diferente.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Lauro Maia. **Tradução e Adaptação:** Encruzilhadas da Textualidade em Alice no País das Maravilhas, de Lewis Carrol, e Kim, de Rudyard Kipling. Editora UNESP. São Paulo, SP. 2005.

ARISTÓTELES. **Poética.** Tradução, textos complementares e notas: Edson Bini. Editora Edipro. São Paulo, SP. 2011.

ARROJO, Rosemary. Oficina de Tradução: A teoria na Prática. Editora Ática. 5ª edição. São Paulo, SP. 2007.

ASLANOV, Cyril. A Tradução como Manipulação. Editora Perspectiva. 1º edição. São Paulo, SP. 2015.

AUROUX, Sylvain. A Questão da Origem das Línguas Seguido de A Historicidade das Ciências. Editora RG. Campinas, SP. 2008.

Filosofia da Linguagem. Tradução de Danilo Marcondes. Editora Parábola. São Paulo, SP. 2009.

A Revolução Tecnológica da Gramatização. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. Editora da Unicamp. 3ª edição. Campinas, SP. 2014.

BENJAMIN, Walter. **Linguagem, Tradução, Literatura:** (Filosofia, teoria e crítica). Edição e tradução de João Barrento. Editora Autêntica. 1ª ed. Belo Horizonte, MG. 2018.

BENVENISTE, Émile. Problemas de Linguística Geral I. Tradução de Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri. Editora Pontes. 5ª edição. Campinas, SP. 2005.

Problemas de Linguística Geral II. Tradução de Eduardo Guimarães (*et al.*); revisão técnica da tradução: Eduardo Guimarães. Editora Pontes Editores. 2ª edição. Campinas, SP. 2006.

Últimas Aulas no Collège de France (1968 e 1969). Tradução de Daniel Costa da Silva (*et al.*). Editora Unesp. São Paulo, SP. 2014.

BERMAN, Antoine. A Tradução e a Letra ou o Albergue do Longínquo. PGET/UFSC. 2ª edição. Tubarão, SC. 2013.

BIBLIOTECA DAG HAMMARSKJÖLD. 26 June 1945 - The Charter of the United Nations & Statute of the International Court of Justice. <https://un-library.tumblr.com/post/109898148869/1945-charting-the-course-for-a-united-world>. Acesso em 2020.

BOA CONSTRICTEUR. <https://www.larousse.fr/encyclopedie/vie-sauvage/boa/184833>. Acesso em 2021.

BURKE, Peter; R. Po-Chia Hsia (orgs.) A Tradução Cultural nos Primórdios da Europa Moderna. Tradução de Roger Maioli dos Santos. Editora UNESP. São Paulo, SP. 2009.

CAMPOS, Geir. O que é Tradução. Editora Brasiliense – (Coleção primeiros passos; 166). São Paulo, SP. 2004.

CARTA DE LAS NACIONES UNIDAS. <https://www.un.org/es/sections/un-charter/preamble/index.html>. Acesso em 2020.

CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS. <https://nacoesunidas.org/carta/>. Acesso em 2020.

CASSIRER, Ernst. A Filosofia das Formas Simbólicas; I – A Linguagem. Tradução de Marion Fleischer. Editora Martins Fontes. São Paulo, SP. 2001.

DALLA PRIA, Albano. A Atividade de Tradução e a Articulação da Invariância com a Variação. In. Linguagem e Línguas: Invariância e Variação. Albano Dalla Pria, Edileusa Gimenes Moralis et al (Orgs). Editora Pontes. Campinas, SP. 2014.

DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DO HOMEM E DO CIDADÃO. <http://www.direitoshumanos.usp.br>. Acesso em 2020.

DECLARAÇÃO DOS DIREITOS INTERNACIONAIS DO HOMEM DE 1929. <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-Internacionais-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-1919-a-1945/declaracao-internacional-dos-direitos-do-homem-1919.html>. Acesso em 2021.

DECLARAÇÕES QUE ANTECEDEM A CARTA DA ONU. <https://un-library.tumblr.com/post/110922028589/on-12-february-we-revealed-the-selected-10>. Acesso em 2021.

DELEUZE, Gilles. Diferença e Repetição. Tradução de Luiz Orlandi e Roberto Machado. Editora Paz e Terra. 1ª edição. Rio de Janeiro/São Paulo. 2018.

DIAS, Luiz Francisco. Enunciação e Relações Linguísticas. Editora Pontes. Campinas, SP. 2018.

DOCUMENTO DA DIPLOMACIA FRANCESA DE 1940. <https://books.google.com.br/books?id=oWiW-Joq3k8C&pg=PA187&lpq=PA187&dq=r%C3%A9affirmer+1940&source=bl&ots=Qgwr011wQY&sig=ACfU3U1sCwjBiJfg0Xu3W-fdtXqpBIS4w&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKEwitnqKvv4T3AhUeq5UCHefNBcgQ6AF6BAgQEAM#v=onepage&q=r%C3%A9affirmer%201940&f=false>. Acesso em abril de 2022.

ECO, Umberto. Quase a Mesma Coisa: Experiências de Tradução. Tradução de Eliana Aguiar; revisão técnica de Raffaella Quental. Editora Record. Rio de Janeiro, RJ. 2007.

Os Limites da Interpretação. Tradução de Pérola de Carvalho. Editora Perspectiva. São Paulo, SP. 2015.

Interpretação e Superinterpretação. Tradução MF; revisão da tradução e texto final Monica Stahel. Editora Martins Fontes. 2ª edição. São Paulo, SP. 2005.

FOUCAULT, Michel. As Palavras e as Coisas: uma arqueologia das ciências humanas. Tradução de Salma Tannus Muchail. Editora Martins Fontes. 8ª edição. São Paulo, SP. 2000.

GUIMARÃES, Eduardo. Semântica do Acontecimento: um estudo enunciativo. Editora Pontes. Campinas, SP. 2002.

A Palavra: Forma e Sentido. Maria Cecília Mollica e Eduardo Guimarães (orgs.). Editora Pontes, RG Editores. Campinas, SP. 2007.

Breve Reflexão Sobre o Espaço de Enunciação: Relações de Línguas na Colonização Portuguesa do Brasil (P. 13-22). In. Estudos da Linguagem: Língua, Sujeito e História. Neuza Zattar e Ana Maria Di Renzo (orgs.). Editora Pontes. Campinas, SP. 2012.

Ler um Texto: Uma Perspectiva Enunciativa. In. Revista da ABRALIN, v. 12, n. 2. P. 189-205. Jul./Dez. 2013.

Análise de Texto: procedimentos, análises, ensino. Editora Hucitec. 2ª edição. São Paulo, SP. 2017.

Semântica: Enunciação e Sentido. Editora Pontes. Campinas, SP. 2018.

- HEIDEGGER, Martin. *A Caminho da Linguagem*. Tradução de Marcia Sá Cavalcante Schuback. Editora Vozes. 7ª edição. Bragança Paulista, SP. 2015.
- HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos: O breve século XX 1914-1991*. Tradução de Marcos Santarrita; revisão técnica Maria Célia Paoli. Editora Companhia das Letras. São Paulo, SP. 2005.
- A Era das Revoluções: 1789-1848. Tradução de Maria Tereza Teixeira/Marcos Penchel. Editora Paz e Terra. 33ª edição. São Paulo, SP. 2015.
- IANNI, Octavio: *A Sociedade Global*. Editora Civilização Brasileira. 15ª edição. Rio de Janeiro, RJ. 2013.
- KISSINGER, Henry. *La Diplomacia*. Trad. De Mónica Utrilla. Ed. Fondo de Cultur Económica. 2ª ed. México. 2001.
- LA CHARTE DES NATIONS UNIES. <https://www.un.org/fr/sections/un-charter/preamble/index.html>. Acesso em 2020
- LACOUÉ-LABARTHE, Philippe. *A Imitação dos Modernos: Ensaio sobre arte e filosofia*. Virginia de Araujo Figueiredo e João Camillo Penna (orgs.). Editora Paz e Terra. São Paulo, SP. 2000.
- LE PETIT PRINCE. http://www.cmls.polytechnique.fr/perso/tringali/documents/st_exupery_le_petit_prince.pdf. Acesso 2021.
- LEE-JAHNKE, Hannelore; Jean Delisle; Monique C. Cormier (orgs.). *Terminologia da Tradução*. Tradução e adaptação para o português: Álvaro Faleiros e Claudia Xatara. Editora UNB. Brasília, DF. 2013.
- LIMA, Luiz Costa. *Mímesis e Modernidade: Formas das Sombras*. Editora Paz e Terra. 2ª edição. São Paulo, SP. 2003.

Mímesis e a reflexão contemporânea. Luiz Costa Lima (org.). Editora UERJ. Rio de Janeiro, RJ. 2010.

Mímesis: desafio ao pensamento. Editora da UFSC. 2ª edição revista. Florianópolis, SC. 2014.

MARTINS, Rui Décio. A DECLARAÇÃO DOS DIREITOS INTERNACIONAIS DO HOMEM, NOVA IORQUE, 1929. In. Revista da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo. 2009.

MAZIÈRE, Francine. O Enunciado Definidor: Discurso e Sintaxe (P. 47-60); In. História e Sentido na Linguagem, Eduardo Guimarães (org.). Editora RG. 2ª edição. Campinas, SP. 2008.

NAÇÕES UNIDAS/SOBRE A ONU. <https://nacoesunidas.org/conheca/historia/> e <https://nacoesunidas.org/>. acesso em 2020.

NUNES, José Horta. LEXICOLOGIA E LEXICOGRAFIA. In. A palavra e a Frase: Gramática e Dicionário – Fonologia e Fonética – Morfologia e Sintaxe – Semântica e Pragmática – Lexicologia e Lexicografia. Eduardo Guimarães e Mônica Zoppi-Fontana (Orgs.). Editora Pontes. 2ª edição. Campinas, SP. 2006.

PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA ASSINATURA DA CARTA DA ONU/ BREVE HISTÓRIA. <https://www.un.org/womenwatch/daw/CSW60YRS/CSWbriefhistory.pdf>. Acessado no dia 11 de março de 2021.

PYM, Anthony. Explorando as Teorias da Tradução. Editora Perspectiva. 1ª edição. São Paulo, SP. 2020.

Oliveira, Sheila Elias. Cidadania: História e Política de uma Palavra In. Sínteses – Revista dos Cursos de Pós-Graduação; Vol. 10. P. 419-430. 2005.

ORLANDI, E. P. "A incompletude do sujeito e quando o outro somos nós?" *In*: ORLANDI, E. *et al.* Sujeito e texto. São Paulo: Campinas, 1988.

Terra À Vista – Discurso do Confronto: Velho e Novo Mundo. Editora da Unicamp. 2ª edição. Campinas, SP. 2008.

Língua Brasileira e Outras Histórias: Discurso sobre a língua e o ensino no Brasil. Editora RG. Campinas, SP. 2009.

INTERPRETAÇÃO: Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Editora Pontes. 6ª edição. Campinas, SP. 2012.

OTTONI, Paulo. TRADUÇÃO: A prática da Diferença. Paulo Ottoni (org.). Editora da Unicamp. 2ª edição revisada. Campinas, SP. 2005.

OUSTINOFF, Michaël. TRADUÇÃO: História, teorias e métodos. Tradução de Marcos Marcionilo. Editora Parábola. São Paulo, SP. 2011.

RANCIÈRE, Jacques. A Partilha do Sensível: Estética e Política. Tradução de Mônica Costa Netto. Editora 34. 2º edição. São Paulo, SP. 2009.

RICOEUR, Paul. Teoria da Interpretação: O Discurso e o Excesso de Significação. Tradução de Artur Morão. Editora Edições 70. Rio de Janeiro, RJ. 1976.

Interpretação e Ideologias. Tradução, organização e apresentação de Hilton Japiassu. Editora Francisco Alves. Rio de Janeiro, RJ. 1990.

Sobre a Tradução. Tradução e prefácio de Patrícia Lavelle. Editora da UFMG. Belo Horizonte, MG. 2011.

A Metáfora Viva. Tradução de Dion Davi Macedo. Editora Edições Loyola. 3ª edição. São Paulo, SP. 2015.

SAINT-EXUPÉRY, ANTOINE DE. O Pequeno Príncipe. Editora Livraria AGIR Editora. 32ª edição. Rio de Janeiro, RJ. 1988.

STEINER, George. DEPOIS DE BABEL: Questões de Linguagem e Tradução. Tradução de Carlos Alberto Faraco. Editora da UFPR. 3ª edição. Curitiba, PR. 2005.

THE FUNDAMENTAL RIGHTS OF MAN. <https://scholarship.law.nd.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=4161&context=ndlr>. Acesso em 2021.

TZVETAN, Todorov. Estruturalismo e *Poética*. Editora Cultrix. São Paulo, SP. 1970.

UNITED NATIONS. <https://www.un.org/>. acesso em dezembro de 2021.

UNITED NATIONS CHARTER – PREAMBLE. <https://www.un.org/en/sections/un-charter/preamble/index.html>. Acesso em 2020

UNITED NATIONS HISTORY. <https://www.un.org/en/sections/history-united-nations-charter/1945-san-francisco-conference/index.html>. Acesso em 2020.

UNITED NATION LIBRARY. <https://un-library.tumblr.com/post/108736439924/1942-26-nations-declare-themselves-united> acessado em 2020.

WIGHT, Martin. A Política do Poder. Tradução de Sérgio Duarte. Editora Universidade de Brasília/Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais. 2ª edição. São Paulo. 2002.

SOBRE O AUTOR



Lucas Augusto Souza Pinto Alvares

Nasceu na cidade de Cáceres, Mato Grosso, onde concluiu os ensinos fundamental e médio. Graduiu-se em Relações Internacionais pela UniFMU em São Paulo no ano de 2007, e em Letras – Português/Inglês pela Faculdade Interclasse LTDA – FACESE no ano de 2020. No ano de 2016 concluiu os estudos de mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso – Unemat com a dissertação intitulada: Guerra contra o Terror – Eixo do Mal: Enunciados que Semantizam o Mundo Árabe no Ocidente, sob orientação de Taisir Mahmudo Karim. Em 2022 concluiu os estudos de doutorado em Linguística também pelo PPGL Unemat com a tese intitulada: A Tradução como Reescrituração por uma Perspectiva Enunciativa, sob a orientação de Eduardo Roberto Junqueira Guimarães. É pesquisador na área dos estudos da significação, mais precisamente da teoria da Semântica do Acontecimento. Membro dos grupos de pesquisa: Significar Mato Grosso/UNEMAT coordenado por Taisir Mahmudo Karim, e Semântica da Enunciação: Espaço de Enunciação, Cena Enunciativa coordenado por Eduardo Roberto Junqueira Guimarães/UNICAMP. Foi professor das disciplinas de Filosofia, Sociologia e Economia na Faculdade do Pantanal – Fapan, em Cáceres – MT, e atualmente é professor substituto no curso de Letras na Universidade do Estado de Mato Grosso e atuou como professor convidado no programa de Pós-Graduação em Linguística da mesma instituição nos anos de 2022 e 2023

O texto aborda a presença onipresente da tradução no contexto globalizado atual, destacando seu papel na comunicação entre línguas distintas ao longo da história. Explora a tradução como disciplina nos estudos linguísticos, transitando entre desafios e soluções em campos como Filosofia, Literatura e Linguística. Propõe uma investigação sobre a tradução como um procedimento de reescrituração mimética, aproximando-a da Semântica do Acontecimento e discutindo sua relação com teorias linguísticas, enfatizando a enunciação.

Para isso, o texto recorre a discussões sobre a semântica da enunciação, a história e a relação entre tradução, língua e linguagem, dialogando com teóricos como Orlandi, Eco, Ricoeur, entre outros. Além disso, incorpora reflexões filosóficas, especialmente a Mímesis aristotélica, para redefinir a tradução como uma produção do novo através da reescritura por substituição, explorando noções como semelhança, diferença, apropriação e desapropriação. Por fim, propõe a aplicação de um dispositivo metodológico de reescritura por substituição mimética em análises de textos traduzidos, visando sustentar a tradução como um procedimento enunciativo que produz diferentes efeitos de sentido na população global.

